

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS

Jonas Anderson Simões das Neves

Mobilidade social e agricultura familiar no Brasil do século XXI.

Porto Alegre
2013

Jonas Anderson Simões das Neves

Mobilidade social e agricultura familiar no Brasil do século XXI.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Professora Dr^a. Anita Brumer

Porto Alegre

2013

Jonas Anderson Simões das Neves

Mobilidade social e agricultura familiar no Brasil do século XXI.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em ____ de _____ de 2013.

Comissão Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Marilda Menezes

Prof. Dr^ª. Maria Aparecida de Moraes Silva

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Guimarães

Prof. Dr. Sérgio Schneider

Porto Alegre

2013

Agradecimentos:

Por mais que uma tese de doutoramento seja assinada por apenas um autor, sua redação, ao longo de quatro anos, não deixa de ser uma obra coletiva, contando com o apoio de inúmeras pessoas, algumas lembradas nos agradecimentos e outras que, apesar de sua importância, permanecem anônimas.

Desta forma gostaria de lembrar neste espaço, primeiramente, de meus pais, que ao longo de toda a minha trajetória, pessoal e acadêmica, sempre estiveram a meu lado prestando seu apoio incondicional aos caminhos que escolhi seguir.

Agradeço também a minha esposa e companheira Lais, que além de partilhar angústias e incertezas, também foi compreensiva com minhas ausências e minhas presenças ausentes, dispondo-se a ler e a dialogar sobre o que estava sendo escrito.

Gostaria de lembrar também, nestes agradecimentos, de meu padrinho Roberto, pelos apoios logísticos prestados durante minhas estadias em Porto Alegre.

Sou imensamente grato a professora Anita Brumer, orientadora desde minha dissertação de Mestrado, que com sua sabedoria e experiência soube transmitir ensinamentos valiosos para minha formação, tanto pessoal quanto profissional.

Gostaria de agradecer também a toda a comunidade de São Lourenço do Sul pela excelente receptividade que encontrei no município durante a realização desta pesquisa. Neste sentido, gostaria de destacar a disponibilidade de todos os entrevistados em responder a meus questionamentos e o apoio recebido do escritório municipal da EMATER e do SINTRAF-Sul.

Agradeço também ao Felipe, a Juliana e ao Leonardo por seu trabalho como guias durante a pesquisa de campo; e a Daiane e ao Kayo pelo apoio na transcrição das entrevistas.

Aos colegas e professores do doutorado que, ao longo das aulas, nos vários momentos em que discutimos nossos projetos, fizeram críticas e sugestões, muitas das quais permanecem presentes nesta versão da tese que se submete a banca examinadora.

Quero agradecer também as contribuições dos professores Karl Monsma; Sônia Guimarães; Luiz Fernando Mazzini Fontoura e Sérgio Schneider pela análise feita ao projeto submetido à qualificação. Igualmente, agradeço de antemão aos professores Maria Aparecida de Moraes Silva; Marilda Menezes, Sérgio Schneider e Sônia Guimarães pela aceite do convite e leitura desta tese de doutoramento.

Também sou muito grato as funcionárias da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, sempre solícitas para a resolução dos problemas, para a agilidade dos processos e para as respostas as dúvidas que surgiram.

Finalmente gostaria de agradecer a CAPES pela Bolsa de estudos recebida, a qual permitiu dedicação integral ao longo dos quatro anos de curso. A bolsa recebida, na modalidade REUNI, possui como contrapartida a exigência de que o aluno desenvolva atividades de assistência a docência, de forma que é preciso agradecer também aos professores Maria da Graça Pinto Bulhões; Elida Rubine Liedke; Fernando Coutinho Cotanda; Marilis Lemos de Almeida; Sérgio Schneider; Antônio David Cattani e Sandro Rudit Garcia, pela disponibilidade da realização do estágio.

Resumo

Considerando-se o contexto brasileiro da primeira década do século XXI, de intensa mobilidade social, busca-se verificar em que medida tais dinâmicas de mobilidade se fizeram presentes entre os jovens agricultores familiares, definindo-se como campo empírico para o estudo o município de São Lourenço do Sul – RS. Assim sendo, estabelece-se como objetivo principal da tese a análise das dinâmicas de mobilidade social entre os jovens agricultores familiares, a partir do plano dos indivíduos, tomando-se as famílias dos jovens como unidade analítica. Busca-se, então, nas trajetórias intergeracionais percorridas pelas famílias dos jovens tanto verificar as dinâmicas de mobilidade social ocorridas quanto compreender os elementos que contribuíram com sua concretização. Para balizar a construção desta tese utiliza-se o referencial teórico proposto por Archer (1998), a partir do qual a realidade social é concebida a partir de três diferentes temporalidades, interdependentes entre si, mas que permitem a análise independente de cada uma delas, definindo-se como contexto de imersão social dos jovens – anterior à ação - tanto as dinâmicas de mobilidade social ocorridas no país durante a primeira década do século XXI, num plano macro, quanto suas trajetórias intergeracionais, em plano micro; já no âmbito das interações – simultâneas à ação – foram analisados os diferentes tipos e formatos de relações sociais estabelecidas pelos atores, no interior e exterior de suas unidades de produção. Finalmente, para tratar da terceira temporalidade, da elaboração das estruturas - referente ao futuro -, abordaram-se os projetos dos jovens como antecipações presentes de um futuro desejado, mediados pela reflexividade. Para realizar a análise os jovens foram separados em três grupos distintos, observando-se que o marco principal para a mobilidade social ascendente entre os jovens de famílias mais capitalizadas foi a aquisição de propriedades; entre os jovens de famílias descapitalizadas o aspecto principal foi o crescimento dos filhos homens, que agregaram mais mão de obra à família; finalmente, entre os jovens de famílias marginalizadas, não se observaram dinâmicas significativas de mobilidade, pois as gerações atuais possuem condições tão precárias quanto as anteriores. Ao final, observa-se que, de um modo geral, as dinâmicas de mobilidade social ascendente que caracterizaram o país ao longo da primeira década do século XXI também foram observadas entre as famílias dos jovens agricultores familiares entrevistados.

Palavras chave: Mobilidade Social, Trajetórias Intergeracionais, Juventude, Projetos, Agricultura Familiar.

Abstract

Considering the Brazilian context of the first decade of this century, the intense social mobility, it seeks to ascertain to what extent such mobility dynamic were present among the young farmers, defining itself as the empirical field of the study the municipality of São Lourenço do Sul - RS. Therefore, establishing itself as the main objective of the thesis analyse the dynamics of social mobility among young farmers, from the plane of the individuals, taking the families of young people as analytical unit. Search, so, is the intergenerational trajectories traversed by families of young people both verify the dynamics of social mobility occurred as understanding the elements that contributed to its realization. To mark the construction of this thesis uses the theoretical framework proposed by Archer (1998), from which social reality is conceived from three different temporalities, interdependent, but which allow independent analysis of each of them, it defining itself as context for social embeddedness of youth - before the action - both the dynamics of social mobility occurred in the country during the first decade of this century, a macro level, as their intergenerational trajectories in micro level, already in the context of interactions - simultaneous action – was analyzed the different types and formats of social relations established by the actors, inside and outside of their production units. Finally, to treat the third temporality, of the elaboration of structures – relative to future – was approached projects of young people as gifts anticipations of a desired future, mediated by reflexivity. To perform the analysis, the young were separated into three groups, noting that the main landmark for upward social mobility among young of the capitalized families was the property acquisition; among young families without capital the main aspect was the growth sons, which added more manpower to the family, and finally among young of the marginalized families, there were no significant dynamic of the mobility, because the current generations have poor condition such as the previous ones. Finally, we observe that, in general, the dynamics of upward mobility that characterized the country during the first decade of this century were also observed among families of young farmers interviewed.

Key words: Social Mobility; Intergeneration Trajectory; Youth; Projects; Family Farming.

Résumé

Considérant le contexte brésilien de la première décennie du XXI^e siècle, d'intense mobilité sociale, on cherche vérifier dans quelles mesures tels mouvements de mobilité se sont fait présents entre les jeunes agriculteurs familiaux, en délimitant comme champ empirique pour cet étude la commune de São Lourenço do Sul – RS. Ainsi, on établit comme objectif principal de cette thèse l'analyse les dynamiques de mobilité sociale entre les jeunes agriculteurs familiaux, à partir du plan des individus, en considérant leurs familles comme unités analytiques. On cherche, donc, dans les parcours intergénérationnels parcourus par les familles de ces jeunes, soit vérifier les mouvements des mobilités social qui ont eu lieu, soit comprendre les éléments qui ont contribué à sa concrétisation. Pour repérer la construction de cette thèse on se sert du référentiel théorique proposé par Archer (1998), à partir duquel la réalité sociale es conçue selon trois temporalités différents, interdépendantes entre soi, mais qui permettent l'analyse indépendante de chacune d'elles, en définissant comme contexte d'immersion sociale des jeunes – antérieur à l'action – aussi bien les mouvements de mobilité social qui ont eu lieu dans le pays pendant la première décennie du XXI^e siècle, au plan macro, que se parcours intergénérationnels, au plan micro ; en ce qui concerne la portée des interactions – simultanées à l'action – des différents types et formats de relations sociales établis par les acteurs ont été analysés, à l'intérieur et à l'extérieur des ses unités de production. Finalement, pour aborder la troisième temporalité, de l'élaboration des structures – en ce qui concerne le futur -, on s'est adressé aux projets des jeunes comme des anticipations présents d'un avenir désiré, bornés par l'interméde de la réflexivité. A fin de réaliser cette analyse les jeunes ont été séparés on trois groupes distincts, en observant que le point de repère principal pour la mobilité ascendante entre les jeunes de familles plus aisées a été l'acquisition de propriétés ; entre les jeunes des familles moins aisées le principal aspect a été la croissance des garçons ; puisqu'ils ajoutent la main d'oeuvre à la famille ; finalement, entre les jeunes de familles marginalisées on n'a pas remarqué des dynamiques significatives de mobilité, car les générations actuelles possèdent des conditions aussi précaires que les antérieures. A la fin, on observe que, d'une façon général, les dynamiques de mobilité sociale ascendante que ont caractérisé le pays au cours de la première décennie du XXI^e siècle ont été également remarqués entre les familles des jeunes agriculteurs familiaux interviewés.

Mot-clés : Mobilité social; Parcours intergénérationnels; Jeunesse; Projets ; Agriculture familiale

Lista de Tabelas

Tabela 1: Desemprego e suas diversas conceituações	94
Tabela 2: Resultados, média, índice geral e as dimensões da vulnerabilidade social no Brasil (2003, 2009)	103
Tabela 3: Evolução do mercado de instituições de Ensino Superior	125
Tabela 4: Variação do pessoal ocupado em atividades agrícolas por sexo – Brasil 2006 – 2009 (em 1.000 pessoas)	158
Tabela 5: Renda média mensal familiar agrícola e não-agrícola, segundo tipo de família – Brasil (em R\$ de set. 2009)	160
Tabela 6: Evolução do número e proporção de pobres, segundo localização do domicílio – Brasil (em 1.000 pessoas)	161
Tabela 7: Distribuição dos ocupados por faixa etária em que começaram a trabalhar, segundo sexo e local de residência – Brasil 2009 (%)	172
Tabela 8: Evolução do PIB de São Lourenço do Sul entre os anos 2000-2009.	190
Tabela 9: Produção agropecuária (1996-2010)	191
Tabela 10: Pecuária e seus sub-produtos (1997-2010)	191
Tabela 11: Empresas, pessoal ocupado e remuneração em São Lourenço do Sul (2010)	198
Tabela 12: Grupos de idade dos jovens entrevistados	206
Tabela 13: População por idade e local de residência	207
Tabela 14: A propriedade da Terra em São Lourenço do Sul – 1995/1996-2006	215

Lista de Quadros:

Quadro 1: O sistema de Assistência Social brasileiro	114
Quadro 2: Propriedade, trabalho, família e sociabilidades	226
Quadro 3: Perfil médio dos jovens agricultores familiares capitalizados entrevistados	238
Quadro 4: Perfil médio dos jovens agricultores familiares descapitalizados entrevistados	252
Quadro 5: Perfil médio dos jovens agricultores familiares marginalizados entrevistados	261
Quadro 6: Plano de análise dos projetos dos jovens agricultores	263
Quadro 7: Perfil médio das projeções elaboradas pelos jovens agricultores familiares capitalizados considerados na pesquisa	282
Quadro 8: Perfil médio das projeções elaboradas pelos jovens agricultores familiares descapitalizados considerados na pesquisa	291
Quadro 9: Perfil médio das projeções elaboradas pelos jovens agricultores familiares marginalizados considerados na pesquisa	300
Quadro 10: Caracterização geral dos entrevistados	336

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Taxa de crescimento da população brasileira: 1940-2040	75
Gráfico 2: Evolução do Salário mínimo “real” na última década	79
Gráfico 3: Brasil – evolução da participação no rendimento do trabalho na renda nacional e do grau de desigualdade em anos selecionados (em %)	80
Gráfico 4: Brasil: evolução dos índices da renda per capita nacional e do grau de desigualdade de renda pessoal ¹ (1960 = 100)	82
Gráfico 5: Taxas de crescimento da renda por vigésimo	84
Gráfico 6: Brasil – evolução da estrutura social segundo três níveis de e renda de 1995 a 2008 (total = 100%)	85
Gráfico 7: Coeficiente de Gini: 1995 a 2009	87
Gráfico 8: Rendimento Real Médio do Trabalho – 2002/2008	88
Gráfico 9: Evolução das participações das classes A, B e C e da classe E na população brasileira, dados originais em média móvel 12 meses	90
Gráfico 10: Variação do número de pessoas em cada classe social entre jan/2004 e fev/2012 (em milhões de pessoas)	91
Gráfico 11: Evolução do número de trabalhadores. Brasil, 2001 a 2009 (em milhões)	93
Gráfico 12: PED Agregada – Taxas de Desemprego (%)	95
Gráfico 13: Rendimento médio de todos os trabalhos setembro de 2009 (em R\$)	97
Gráfico 14: Mudança na estratificação por renda de 2004 a 2009	99
Gráfico 15: Mudança na composição da renda (em %)	100
Gráfico 16: Distribuição da pobreza extrema (2009)	102
Gráfico 17: Famílias típicas associadas à pobreza, extrema pobreza e à vulnerabilidade social no país (2009)	104
Gráfico 18: Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 a 2009	115
Gráfico 19: Efeitos de gastos públicos selecionados sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda	118
Gráfico 20: Evolução da média de anos da população de 15 ou mais idade por Região, 1992 – 2009	119
Gráfico 21: Média de anos de estudo da população de 15 ou mais idade por	120

¹ Índice de Gini

categorias selecionadas, 2009	
Gráfico 22: Analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade por categorias selecionadas, 2009	121
Gráfico 23: Hiato educacional em anos de estudo e por idade, 1992 – 2009	122
Gráfico 24: Evolução da frequência bruta à escola por faixa etária, 1992 – 2009	123
Gráfico 25: Taxa de frequência líquida segundo categorias selecionadas 2009	124
Gráfico 26: Taxa de frequência líquida segundo categorias selecionadas 2009	124
Gráfico 27: Taxa de participação das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo, Brasil, 2001 – 2008	128
Gráfico 28: Contribuição do rendimento das mulheres na renda das famílias - Brasil, 1992 e 2009	128
Gráfico 29: Jornada média total de trabalho por semana segundo sexo e posição na família – Brasil, 2009 (em horas)	129
Gráfico 30: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais ocupada, por sexo e posição na ocupação – Brasil, 2008	131
Gráfico 31: Rendimento médio do trabalho por sexo – Brasil, 2002 – 2008	132
Gráfico 32: Cobertura previdenciária da população idosa – Rio Grande do Sul	134
Gráfico 33: Renda domiciliar <i>per capita</i> média – Rio Grande do Sul (Em R\$)	134
Gráfico 34: População em situação de extrema pobreza– Rio Grande do Sul (Em %)	135
Gráfico 35: Índice de Gini – Rio Grande do Sul	136
Gráfico 36: Taxa de desemprego – Rio Grande do Sul	137
Gráfico 37: Rendimento médio do trabalho – Rio Grande do Sul (Em R\$)	138
Gráfico 38: Média de anos de estudo – Rio Grande do Sul	138
Gráfico 39: Distribuição do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por faixa de módulos fiscais do Incra – Brasil 2006 (em %)	153
Gráfico 40: Distribuição dos estabelecimentos, da área (em hectare) e dos ocupados por tipo de agricultura – Brasil 2006	154
Gráfico 41: Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura	155

familiar, patronal e dos outros setores da atividade no PIB – Brasil 1996 - 2005 (em %)	
Gráfico 42: Evolução da população por local de residência – Brasil 1950 - 2010 (em %)	157
Gráfico 43: Distribuição do pessoas ocupado na agropecuária por posição na ocupação, segundo sexo – Brasil 2009 (em %)	158
Gráfico 44: Proporção de domicílios rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis – Brasil 2006 – 2009 (em %)	159
Gráfico 45: Evolução da área destinada à reforma agrária – Brasil 1995 – 2010 (em milhões de ha)	162
Gráfico 46: Evolução de crédito rural – Brasil 1994 – 2010 (em R\$ bilhões de 2010)	163
Gráfico 47: Evolução da participação do agronegócio na balança comercial brasileira – Brasil 1997 – 2010 (em %)	163
Gráfico 48: Fertilizantes entregues ao consumidor – Brasil 2000 – 2010 (em milhões de toneladas)	164
Gráfico 49: Evolução da Taxa de Participação no mercado de trabalho entre 15 a 17 anos (%)	168
Gráfico 50: Evolução da Taxa de Participação no mercado de trabalho entre Jovens (%)	168
Gráfico 51: Mulheres – Condição de Estudo e Trabalho das Jovens de 18 a 24 anos (%)	170
Gráfico 52: Homens – Condição de Estudo e Trabalho dos Jovens de 18 a 24 anos (%)	170
Gráfico 53: Acesso à internet – Rio Grande do Sul	203

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização geográfica do município de São Lourenço do Sul

188

Sumário:

Introdução	17
Capítulo 1: Mobilidade social	31
1.1. O desenvolvimento dos estudos de mobilidade	31
1.2. Os estudos de mobilidade no Brasil	32
1.3. Mobilidade social e suas diferentes abordagens	33
1.4. Mobilidade social e estruturas de oportunidades: uma perspectiva a partir dos atores	55
1.5. Mobilidade social no plano dos indivíduos	69
Capítulo 2: A dinâmica da mobilidade social no Brasil	71
2.1. Mobilidade social no Brasil do século XX	71
2.2. O Brasil na primeira década do século XXI	74
2.2.1. Tendências demográficas	75
2.2.2. Distribuição de renda	78
2.2.3. O mercado de trabalho	92
2.2.4. Evolução da pobreza	98
2.2.5. Políticas sociais	105
2.2.5.1. Os programas sociais brasileiros	106
2.2.5.2. O sistema brasileiro de assistência social e suas implicações sócio-econômicas	113
2.2.6. Educação	119
2.2.7. O papel feminino na primeira década do século XXI: rupturas e continuidades	126
2.3. O estado do Rio Grande do Sul	133
2.4. Algumas considerações acerca da mobilidade social no Brasil	139
Capítulo 3: Jovens rurais e suas oportunidades	142
3.1. O espaço rural brasileiro	142
3.1.1. Delimitando o rural e o urbano no Brasil	142
3.1.2. Os espaços rurais na contemporaneidade	144
3.1.3. A agricultura familiar	146
3.1.4. As três classes da agricultura brasileira	147
3.1.5. Os trabalhadores diaristas	149
3.1.6. Configurações atuais do rural brasileiro	152

3.2. As diferentes juventudes	165
3.2.1. A juventude na contemporaneidade	165
3.2.2. Os jovens agricultores familiares	171
3.2.3. A problemática da juventude rural	177
3.2.4. Os projetos juvenis	182
4. O campo de pesquisa e suas oportunidades	186
4.1. O município de São Lourenço do Sul	187
4.2. Mobilidade intergeracional e suas implicações nas trajetórias dos jovens	204
4.2.1. Características gerais da população investigada	206
4.2.2. Os jovens agricultores e suas trajetórias intergeracionais	208
4.2.2.1. Agricultores familiares capitalizados	208
4.2.2.2. Agricultores familiares descapitalizados	215
4.2.2.3. Agricultores familiares marginalizados	222
4.2.3. Os jovens agricultores e suas interações	225
4.2.3.1. Agricultores familiares capitalizados	227
4.2.3.2. Agricultores familiares descapitalizados	239
4.2.3.3. Agricultores familiares marginalizados	254
5. Os jovens agricultores e seus projetos	262
5.1. A construção dos projetos	262
5.2. Trajetórias em perspectiva: três anos na vida de jovens agricultores familiares	265
5.3. Agricultores familiares capitalizados e seus projetos	273
5.4. Agricultores familiares descapitalizados e seus projetos	283
5.5. Agricultores familiares marginalizados e seus projetos	293
5.6. Jovens, seus projetos e perspectivas de mobilidade social	301
Conclusão	307
Referências bibliográficas	318
Anexo	335

Introdução:

Ao longo da primeira década do século XXI o Brasil foi pródigo na redução das desigualdades sociais, especialmente no que se refere à mobilidade social ascendente da população que ocupava desde os estratos inferiores até os estratos médios de renda. O sucesso do país neste sentido pode ser atribuído tanto ao crescimento econômico no período quanto às políticas redistributivas adotadas pelo governo.

Não restam dúvidas de que a economia brasileira apresentou forte elevação no período, como atestam a inclusão do país nos BRICS² e o fato de ter se constituído, em 2011, na sexta maior economia do mundo. Porém, a discussão é ainda intrincada quando se analisa a solidez do crescimento econômico do País, já que o mesmo foi fomentado, em boa medida, pela valorização das commodities agrícolas brasileiras e pela produção primária, da qual são exemplos a extração do minério de ferro e as indústrias do petróleo e do gás natural. (ARAÚJO, 2011; SQUEEF et al, 2012; PASSOS, 2012)

Outro elemento que colaborou para que o Brasil alcançasse o posto de sexta maior economia do mundo em 2011 foi a valorização cambial do real, visto que os cálculos para o ranqueamento das principais economias mundiais utilizam como moeda de referência o dólar, tanto é que a desvalorização da moeda brasileira em relação à norte-americana, em 2012, pode ser apontada como a principal causa para que o país perdesse, neste ano, para o Reino Unido, a sexta posição entre as maiores economias mundiais. Tanto é que, de acordo com prognósticos de alguns economistas, até 2014 o Brasil deve retomar o sexto posto entre as maiores economias do mundo. (WOOD, 2012)

Buscando consolidar a posição brasileira entre as principais economias do mundo, recentemente foram anunciadas pelo governo medidas que buscam robustecer a economia do país, dando-lhe maior competitividade internacional. Dentre estas medidas destacam-se a redução de impostos, a redução da taxa básica de juros e o investimento em infra-estrutura - aeroportos, portos, rodovias, ferrovias -, boa parte deles a partir de

² O conceito de BRICS foi cunhado em 2001 pelo economista Jim O'Neil com o objetivo de classificar as principais economias em desenvolvimento do mundo, caracterizadas por um crescimento econômico acima da média. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento propriamente dito, que apesar do funcionamento informal, passa a discutir conjuntamente parcerias econômico-financeiras bem como temas pertinentes à agenda mundial. Inicialmente compunham os BRICs o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, até que, em 2011, a África do Sul passou a compor este agrupamento, com a sigla se alterando para BRICS.

parcerias público-privadas (PPPs), todavia, os resultados de tais ações, ainda em estágio inicial, são incertos.

De toda forma, no que tange à redução das desigualdades sociais, além do papel do crescimento da economia, também foram fundamentais as políticas sociais redistributivas adotadas pelo governo ao longo da última década. Dentre estas se destacam os programas de redistribuição direta de renda, a valorização real do salário mínimo e o maior acesso aos benefícios da previdência social, pois tais medidas contribuíram para que parcelas significativas da população, que viviam na pobreza e extrema pobreza, ascendessem socialmente.

Cumprе lembrar que as dinâmicas de mobilidade observadas foram de tipo induzidas, pois se durante a segunda metade do século XX a riqueza do país não se traduziu em mobilidade social, apesar de algumas melhorias na qualidade de vida da população (RIBEIRO, 2007), ao longo dos anos 2000, a partir da ampliação do mercado consumidor interno e de políticas públicas - dentre as quais se destacam a redução temporária de impostos, a valorização do salário mínimo e os programas sociais, tais como o Programa Bolsa Família (PBF) - parcelas significativas de população passaram a auferir melhores rendimentos e a aumentar seu poder de consumo. Prova de que a mobilidade foi induzida, via aumento da renda e do poder de consumo, está no fato que a escolaridade da dita nova classe média não se alterou no período, permanecendo bastante baixa, semelhante, inclusive, à dos agrupamentos menos abastados da sociedade.

Da mesma forma, as dinâmicas observadas podem ser classificadas como estruturais, conforme definição de Pastore (1979), pois decorreram do crescimento econômico do país, o qual aumentou a demanda por mão de obra, ampliando o acesso ao mercado de trabalho sem a exigência de maiores requisitos educacionais. Porém, conforme o autor, há uma tendência de que após a consolidação deste crescimento econômico as dinâmicas adquiram um caráter circular, isto é, haverá uma saturação do mercado de trabalho, o qual passará a exigir trabalhadores apenas como forma de substituir os já empregados. Neste novo contexto de mobilidade circular, a competitividade torna-se mais acirrada e exigente no que se refere à qualificação da mão de obra.³

³ Dados do IBGE já indicam que o desemprego atingiu sua menor taxa histórica em dezembro de 2012, quando chegou a 4,6%. Igualmente, é possível observar no país a escassez de trabalhadores qualificados,

As dinâmicas de mobilidade social ascendente verificadas no país privilegiaram principalmente as populações que viviam em piores condições econômico financeiras, destacando-se, neste ponto, as populações rurais, as quais concentravam, e ainda concentram, os principais indicadores de pobreza e extrema pobreza do País. Um dos aspectos que colaboram para explicar a pobreza no campo refere-se à baixa escolaridade dessa população, pois possuindo menor escolaridade seus componentes desempenham ocupações menos qualificadas e, portanto, pior remuneradas. Igualmente, no meio rural, onde a renda é 52% menor do que para o conjunto da população brasileira, a premiação por escolaridade⁴ é menor quando comparado ao meio urbano. (NERI et al, 2012, p. 197)

Mesmo que o campo continue constituindo a face mais pobre da população brasileira, o retrato desta parcela da população modificou-se significativamente ao longo da última década, como é demonstrativo o estudo de Neri et al (2012), intitulado “superação da pobreza e a nova classe média no campo”. No entanto, a despeito da significativa diminuição da pobreza no campo ao longo dos últimos anos, os autores lembram que a mesma ainda persiste, atingindo cerca de 16 milhões de miseráveis rurais.⁵ Porém, o dado novo trazido pelo referido estudo diz respeito ao incremento da classe média desta esfera rural da sociedade, com um crescimento de 71,8% entre os anos de 2003 e 2009. De acordo com esses pesquisadores, a classe média do campo foi a que mais floresceu nos últimos anos, com um incremento de 3,7 milhões de brasileiros que passaram a compor a classe C⁶, que em 2009 tinha 9,1 milhões de pessoas, apenas no campo. (NERI et al, 2012, p. 24)

De toda forma, não restam dúvidas de que intensos movimentos de mobilidade social ascendente caracterizam o meio rural brasileiro ao longo da primeira década do século XXI, alçando à dita classe média parcelas significativas de população, destacando-se, neste sentido, o papel das políticas sociais, da valorização do salário mínimo e da previdência, de grande impacto no meio rural.

o que tem exigido, por sua vez, investimentos constantes na formação dos trabalhadores, os quais incluem desde cursos técnicos específicos até a expansão das vagas nos Ensinos Técnico e Superior.

⁴ A premiação por escolaridade se refere ao acréscimo da renda recebida pelo trabalhador em função de sua escolaridade.

⁵ Segundo os autores há dificuldades para que se avalie a real medida da pobreza no campo, pois o Censo Demográfico 2010 utiliza critérios diferentes das PNADs, de forma que enquanto a primeira pesquisa aponta 8,5% da população rural abaixo da linha da pobreza, a segunda, com dados válidos para 2009, informa que este percentual seria de 5,38%.

⁶ De acordo com os autores, a classe C está compreendida entre os que ganham de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00, a preços de 2008 na grande São Paulo. (NERI et al, 2012, p. 73)

Ao mesmo tempo em que o Censo Demográfico de 2010 indica uma redução da intensidade do êxodo rural e que estudos como o de Néri et al (2012) referem que ao longo dos anos 2000 houve um incremento da classe média rural, fenômenos intimamente ligados, Ferreira e Alves (2009) demonstram que o êxodo juvenil, com destaque para a saída das mulheres, permanece constante. Desta forma, adquire especial relevância estudar de que forma as dinâmicas de mobilidade social ascendente que caracterizaram o Brasil ao longo da primeira década do século XXI se fizeram presentes entre os jovens agricultores familiares, pois, se foram capazes de contribuir para a redução do êxodo rural, por que não teriam tido o mesmo efeito sobre os jovens e as mulheres desse estrato etário?

Em termos estruturais, observou-se, a partir da mobilidade social ascendente no País ao longo da última década, além da redução da intensidade do êxodo rural, a formação de uma nova classe média no país, que teve sua qualidade de vida melhorada a partir do maior acesso a bens de consumo. Ainda no que se refere às transformações pelas quais passou o País neste período, diretamente relacionadas ao novo contexto de mobilidade social, destacam-se: a redução do desemprego, com maior formalização do emprego; a universalização do acesso ao Ensino Fundamental e maior democratização do acesso ao Ensino Superior; avanços significativos no papel da mulher, que ingressou de maneira mais intensa no mercado de trabalho e aumentou sua participação na composição da renda familiar, e alguns avanços no que tange à juventude, que passou a estudar mais e a trabalhar menos durante a adolescência. No meio rural observou-se uma redução das desigualdades sociais, com destaque para o papel das aposentadorias, bem como um acesso menos desigual, quando comparados à população urbana, a serviços como educação e saúde, e a bens de consumo, em grande parte em virtude da quase universalização do acesso à energia elétrica no campo.

Por outro lado, apesar de demonstrativos de uma melhor qualidade de vida da população, essas informações mais gerais acerca do País na primeira década do século XXI não permitem que se visualizem os impactos que tais dinâmicas tiveram sobre o modo de vida da população em seu “habitat”. Um exemplo disso é o fato de que os avanços da condição feminina e as melhorias nas condições dos jovens podem não ter tido os mesmos efeitos sobre o modo de vida dos agricultores, dada a forma de organização desta atividade, que reserva a jovens e mulheres um papel de subordinação, informação esta que já encaminha algumas respostas sobre o porquê de a mobilidade ascendente não haver contido o êxodo de mulheres e de jovens. Desta forma, através

desta tese busca-se responder à questão: como as dinâmicas de mobilidade observadas no interior da sociedade brasileira impactaram sobre as famílias de agricultores e os projetos de seus jovens?

De acordo com Brumer (2007), é comum que os estudos dedicados a analisar os projetos de jovens sejam pautados pelo conceito de presentificação da vida, elaborado por Vieira (2004) em sua dissertação de Mestrado, de acordo com o qual o projeto é avaliado por si só, sem que se considerem suas possibilidades de concretização. É utilizando esta abordagem que Weisheimer (2009) e Spanevello (2009) constroem suas teses de doutorado, porém, sem ignorar a importância dessas pesquisas, a primeira, inclusive, premiada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), neste estudo se inclui uma perspectiva nova para a abordagem dos projetos dos jovens, referente à plausibilidade de suas formulações. Desta forma, nesta tese, mais do que analisar os projetos em si, a preocupação está em compreender o processo de construção dos mesmos, bem como com suas possibilidades de concretização e possíveis implicações na trajetória dos jovens e na própria composição de uma nova realidade.

Grosso modo, é comum que, em estudos dedicados a análise das dinâmicas de mobilidade social, os atores, na forma de estratos/classes sociais, sejam tomados como unidade de análise. Desta forma, criam-se pirâmides sociais que agrupam os indivíduos por faixas de renda e de educação em diferentes períodos do tempo, comparando-as, a fim de verificar quais camadas diminuíram e quais se alargaram ao longo do tempo, de forma que quando camadas mais próximas ao cume da pirâmide alargam-se ao longo do tempo é possível afirmar que a mobilidade social foi ascendente; já quando as mesmas se afunilam, alargando sua base ao longo do tempo, constata-se que a dinâmica foi descendente. (SANTOS, 2002; RIBEIRO, 2007)

Utilizando este procedimento analítico, os estudos de Pastore (1979), Santos (2002) e Ribeiro (2007) foram fundamentais para a compreensão das dinâmicas de mobilidade social que caracterizaram a sociedade brasileira desde meados do século XX, porém, ao mesmo tempo em que acresceram contribuições relevantes ao estudo do tema, esses autores reconheceram que seus trabalhos careciam de um maior aprofundamento, a fim de permitir que se compreendessem as implicações das dinâmicas de mobilidade na vida dos atores sociais. Foi neste sentido que Spolle (2010) desenvolveu sua tese de doutorado, sobre a mobilidade social do negro na sociedade gaúcha, tentando articular esta dimensão macro dos estudos de mobilidade, com uma

análise das trajetórias intergeracionais de alguns atores que vivenciaram as transformações que ele observou.

Sem ignorar as contribuições desses trabalhos ao conhecimento sociológico, acredita-se que permanece a carência de análises qualitativas acerca das dinâmicas de mobilidade social. Desta forma, busca-se, nesta tese, além de trazer um panorama das dinâmicas de mobilidade social que caracterizaram o Brasil na primeira década do século XXI, principalmente entender as implicações dessas dinâmicas nas trajetórias dos atores que se está estudando, no caso, dos jovens agricultores familiares, buscando, mais do que isso, perceber de que forma essas dinâmicas contribuem com as oportunidades a eles disponíveis, bem como em que medida afetam a construção de seus projetos e de seu futuro.

Apesar de dedicado a discutir as dinâmicas de mobilidade social entre agricultores familiares, neste estudo se apresenta uma proposta de abordagem do tema diferenciada, tomando as famílias dos agricultores como unidades de análise. Desta forma, ao invés de buscar na composição da sociedade a distribuição dos atores nas diferentes classes sociais, buscar-se-á, através da análise das trajetórias intergeracionais percorridas pelas famílias dos jovens, tanto verificar as dinâmicas de mobilidade social ocorridas quanto compreender os elementos que potencialmente contribuíram com a concretização das mesmas, sem ignorar, é claro, o papel de elementos estruturais mais amplos, tais como, por exemplo, o cenário de aumento da classe média no campo verificado recentemente.

Levando-se em conta as significativas taxas de mobilidade social ascendente observadas no país ao longo dos anos 2000, bem como o fato de que tal dinâmica concentrou-se na elevação das classes mais baixas até a classe média, com destaque para o meio rural, estabeleceu-se como hipótese central para esta tese a seguinte formulação: parte significativa dos jovens agricultores familiares, independente do nível de capitalização de suas propriedades, desfrutaram de movimentos de mobilidade social ascendente ao longo das trajetórias intergeracionais de suas famílias, de modo que gozam atualmente de maiores e melhores recursos e oportunidades do que seus pais. Assim sendo, acredita-se que os jovens de todas as categorias pré-estabelecidas formulem projetos com perspectivas de que ocupem, futuramente, posições melhores do que aquelas ocupadas atualmente por seus pais.

Conforme indica Giddens (2009, p. 360-361), haveria uma tendência de que os atores sociais, a partir de uma leitura reflexiva de sua realidade, elaborassem projetos de

acordo com os capitais que possuem e, portanto, passíveis de realização. A partir da adoção dessa hipótese para esta pesquisa, entende-se que deva haver entre os jovens entrevistados a tendência de que os mais capitalizados possuam projetos mais ambiciosos que os descapitalizados, os quais, por sua vez, devem planejar futuros mais promissores do que aqueles pleiteados pelos jovens marginalizados. Porém, acredita-se que todos possuam projetos bastante ambiciosos, dado que são sabedores de que o País tem sido marcado pela ascensão social dos mais pobres, bem como pelo aumento das oportunidades, tanto educacionais quanto de trabalho, à sua população.

A despeito disso, deve-se considerar a realidade empírica verificada no Brasil, onde o campo concentra os principais focos de pobreza do País, os piores indicadores educacionais e os menores rendimentos. Desta forma, apesar de projetos ambiciosos, espera-se que os jovens agricultores, especialmente os descapitalizados e marginalizados, possuam menores oportunidades quando comparados àquelas disponíveis aos jovens urbanos.

As dinâmicas de mobilidade intergeracional das famílias de agricultores serão abordadas a partir da perspectiva dos jovens, o que significa dizer que será a partir da visão diacrônica e reflexiva dos mesmos que serão buscadas as informações referentes a gerações anteriores – avós e pais – bem como em relação às próprias perspectivas de futuro, a partir da interpretação de seus projetos educacionais, ocupacionais e de vida.

As trajetórias intergeracionais dos jovens serão estudadas com base no referencial da teoria disposicionalista de Lahire (2004). De acordo com esta teoria, os atores desenvolveriam, ao longo do processo de socialização, diversas disposições/apetências, como um passado incorporado, as quais seriam posteriormente despertadas na interação dos atores com seu contexto de imersão social, permanecendo as demais em estado de vigília. Desta forma, a partir das diferentes vivências e conhecimentos os atores desenvolvem disposições ao longo de toda a vida, algumas das quais permanecerão eternamente em estado de vigília, enquanto que outras serão despertadas e postas em prática sempre que solicitadas, a partir das exigências do contexto de imersão social em suas interações com os atores.

Lahire (2004, p. 22-23) lembra ainda que os atores não sabem por que agem como agem, pensam como pensam ou falam como falam, apesar de manifestarem em suas ações, pensamentos e falas dimensões de um passado incorporado, permitindo assim que suas disposições sejam identificadas a partir da análise de suas trajetórias. Porém, para proceder à identificação da incorporação das disposições que,

posteriormente, resultaram em ações, falas ou comportamentos o sociólogo deve buscar recorrências, evitando assim cair em armadilhas como aquelas que Bourdieu (1999) define como ilusão biográfica, que se refere ao fato de que os atores, ao analisarem retrospectivamente suas trajetórias, tendem a buscar significados para suas ações, significados estes que muito provavelmente são bastante distintos daqueles que realmente nortearam a ação em tempos passados.

Desta forma, ao se analisarem as trajetórias dos jovens buscar-se-á observar, além de recorrências presentes em suas trajetórias e que, em alguma medida, traduziram-se em suas ações, comportamentos e falas, aspectos mais objetivos de suas vidas que incidam diretamente sobre seu processo de leitura da realidade e elaboração de projetos, tais como a escolaridade e a frequência a cursos de formação; as relações e os recursos familiares; a propriedade, com suas diferentes culturas e formas de cultivo; e as relações de sociabilidade estabelecidas pelos jovens, que passam por instituições formais como escola, família e igreja, mas estendem-se também até as relações mais informais de amizade e de lazer.

Para realizar uma análise das dinâmicas de mobilidade social entre jovens agricultores familiares e suas famílias, a partir das trajetórias intergeracionais, sob o ponto de vista dos próprios jovens, incluindo ainda perspectivas de futuro, a partir da análise dos projetos, recorrer-se-á a abordagem teórica formulada pela autora britânica Margaret Archer.

De acordo com Archer (1998, p. 11-12), a realidade social seria constituída por três diferentes temporalidades, a saber, os condicionamentos estruturais, anteriores à ação; as interações, concomitantes à ação; e a elaboração das estruturas, resultantes da ação. Ainda de acordo com a autora, o intervalo temporal que torna as estruturas anteriores à ação não significa que não haja uma relação de interdependência entre ambas, mas permite que se visualize em que medida condicionamentos estruturais se fazem presentes nas ações individuais.

Em outros termos, o constructo teórico de Archer permite uma compreensão da realidade a partir de três diferentes temporalidades – passado, presente e futuro -, interdependentes entre si, pois o ator interage no presente imerso num contexto estrutural anterior a ele, mas que também é afetado por sua ação, de modo que o resultado de suas interações presentes irão colaborar para que novas estruturas sejam elaboradas futuramente.

Assim sendo, busca-se, ao longo da tese, primeiramente construir o contexto social de imersão dos atores em estudo, no caso, os jovens agricultores familiares. Em seguida, são analisadas suas interações presentes, dentro e fora da unidade de produção familiar. Finalmente, lança-se um olhar sobre as perspectivas de futuro dos jovens, avaliando-as a partir dos projetos elaborados.

O contexto de imersão social diz respeito a uma construção social temporalmente anterior à ação, mas com implicações diretas sobre a mesma, de forma que deve incluir também aspectos presentes, de maior escala – macroestruturais –, mas que também incidem nas interações, de âmbito micro. Desta forma, o contexto de que se está falando precisa considerar desde o panorama das dinâmicas de mobilidade observadas no País de uma maneira geral até um olhar acerca do contexto mais restrito do município onde a pesquisa foi realizada. Igualmente, fazem parte da construção deste contexto, referente aos condicionamentos estruturais, as especificidades do rural e da agricultura familiar, no país e no local em que a pesquisa foi realizada, além de outros aspectos, tais como os sistemas produtivos existentes, as influências étnicas e culturais, as discussões referentes a gênero e juventude e as trajetórias intergeracionais dos jovens entrevistados.

No que se refere às interações presentes, é preciso que se considere o conjunto das relações sociais estabelecidas pelos jovens, incluindo desde o ambiente familiar – produtivo e não produtivo – até as relações escolares, passando pelas diferentes sociabilidades, como os aspectos referentes a suas atividades de lazer e relativos a suas vivências e suas percepções rurais e urbanas.

De acordo com a abordagem de Archer, a terceira temporalidade referir-se-ia ao futuro, constituindo o que ela chama de elaboração das estruturas, ou seja, as interações presentes, ocorridas num contexto estrutural anterior a elas, culminariam na construção de um novo contexto. Porém, diante da impossibilidade de analisar-se um futuro que deverá resultar das atuais interações, mas que ainda não foi construído, utiliza-se, nesta tese, o recurso da análise dos projetos formulados pelas atuais gerações para prognosticar as possíveis implicações dos mesmos na elaboração de novas estruturas, ressaltando-se que os projetos, como antecipações presentes de um futuro desejado, manifestam apenas projeções individuais mediadas pela reflexividade, mas com chances relativas de concretização.

Este tipo de análise, baseada nos projetos, ganha robustez por considerar-se verdadeira a hipótese, amparada na formulação de Giddens (2009), de que os jovens

tendem a formular projetos a partir dos recursos que possuem e, portanto, com boas chances de realização. Desta forma, partindo-se do pressuposto de que os jovens tendem a não sonhar com aquilo que sabem que não serão capazes de realizar, acredita-se que boa parte dos projetos apresentados pelos jovens sejam viabilizáveis.

O município selecionado para a realização da pesquisa foi São Lourenço do Sul, de colonização predominantemente germânica e localizado ao sul do estado do Rio Grande do Sul, às margens da Lagoa dos Patos, região geográfica da Serra do Sudeste. Nesta localidade, que teve o rural como face mais dinâmica ao longo dos anos 2000, a agricultura de tipo familiar é predominante, apesar da existência, em menor medida, de propriedades patronais no município.

De acordo com Roche (1968, p. 268), os migrantes alemães instalaram-se em praticamente todas as regiões do Rio Grande do Sul, espraiando-se posteriormente, com a expansão da fronteira agrícola, para Santa Catarina e Paraná, além de outros estados, caracterizando-se, nos três estados da região sul do Brasil, pelo desenvolvimento da agricultura familiar, de forma que as conclusões válidas para São Lourenço do Sul podem também contribuir para outras pesquisas que analisem municípios com características semelhantes.

Um ponto importante para explicar a escolha de São Lourenço do Sul como campo empírico refere-se aos recentes trabalhos acadêmicos que tiveram o município como local de pesquisa⁷, dado que, se por um lado, já abordaram vários aspectos da localidade, por outro, permitem o enriquecimento da análise, ao agregarem novos dados àqueles já existentes. Igualmente relevante na escolha de São Lourenço do Sul como local para a realização deste estudo foi o fato de o autor desta tese ter realizado a pesquisa para a dissertação de Mestrado nesse município, pois a mesma propiciou um conhecimento prévio desta realidade, o qual pode ser aprofundado a partir desta nova pesquisa.

A base de dados da pesquisa foi construída, inicialmente, a partir de informações coletadas nos últimos Censos Demográficos e Agropecuários, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), além das mais recentes PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), também realizadas pelo mesmo instituto de pesquisa. Além dessas informações, também se utilizam dados já trabalhados por pesquisadores do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e

⁷ Griep (2011); Bork (2011); Neves, 2009; Schwartz, 2008; Hilsinger, 2007; Sacco dos Anjos et al, 2007; entre outros.

informações provenientes de instituições locais e obtidas mediante entrevistas com informantes-chave.

A primeira visita ao município, para a coleta de dados para esta tese, foi realizada no mês de agosto de 2011, quando se conversou com representantes da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, do escritório municipal e regional da EMATER/ASCAR (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), afiliado à FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, afiliado à FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), de cooperativas que atuam no município - tais como a CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária), a CREHNOR (Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandí Ltda) e a COOPAR (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul) -, do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), do escritório municipal do Ministério do Trabalho e Emprego, com lideranças de comunidades quilombolas e com moradores de algumas localidades rurais do município.

Após uma análise preliminar das informações coletadas durante a primeira visita a campo, retornou-se ao município no mês de novembro de 2011, quando foi retomado o contato com os informantes-chave já visitados, além de ter início o período no qual foram entrevistados os jovens agricultores definidos como atores da pesquisa que se estava desenvolvendo. As entrevistas realizadas foram de tipo semi-estruturadas, pautadas por um roteiro previamente definido, o qual incluía desde questões relativas às gerações familiares anteriores aos jovens (avós e pais) até indagações relativas ao presente e ao futuro dos mesmos. Igualmente, os jovens também foram convidados a explicar sobre questões envolvendo a família, a propriedade, suas diferentes sociabilidades e as suas percepções acerca dos modos de vida rural e urbano. Os jovens, com idades entre 15 e 24 anos⁸, foram entrevistados tanto em suas próprias residências quanto na escola Rodolfo Bersh⁹, a qual se situa no distrito rural da Boa Vista e recebe alunos de várias escolas da região que ingressam no Ensino Médio. As entrevistas

⁸ Recorte estabelecido pela ONU (Organização das Nações Unidas) para delimitar a juventude, largamente utilizado em pesquisas internacionais.

⁹ Em princípio, a realização de algumas entrevistas numa escola poderia gerar algum viesamento dos dados, dado que parte-se do suposto de que os entrevistados estão estudando, porém a análise dos dados não confirmou esta possibilidade, pois o universo possui significativo número de casos em que os entrevistados já abandonaram a escola.

foram realizadas, na maioria dos casos, de maneira individual.¹⁰ Uma última visita foi feita ao município em janeiro de 2013, a fim de sanar algumas lacunas surgidas ao longo do processo de análise dos dados e de redação da tese, as quais não haviam ainda sido preenchidas pelas informações coletadas durante as visitas anteriores a São Lourenço do Sul.

Ao total foram entrevistados cinquenta e três jovens, vinte e oito rapazes e vinte e cinco moças, residentes em diferentes localidades, de modo que a quase totalidade das regiões do município, à exceção do meio urbano, tiveram algum jovem entrevistado, abrangendo-se, inclusive, a região dos quilombos, muitas vezes ignorada em pesquisas acerca da agricultura familiar de São Lourenço do Sul. Do total de jovens entrevistados, quinze foram classificados como agricultores familiares capitalizados, trinta como agricultores familiares descapitalizados e oito como agricultores familiares marginalizados.

Para a análise, os jovens foram distribuídos em três diferentes grupos, conforme o nível de capitalização de suas propriedades, compondo as seguintes categorias: agricultor familiar capitalizado; agricultor familiar descapitalizado; agricultor familiar marginalizado (ABRAMOVAY et al, 2001; SORJ, 2008). No primeiro grupo foram incluídos os jovens pertencentes a famílias com rendas capazes de permitir a manutenção da propriedade e da família, bem como com recursos excedentes para investir na propriedade e nos projetos elaborados pelos mesmos; no segundo foram enquadrados aqueles pertencentes a propriedades nas quais o rendimento obtido é suficiente apenas para a manutenção da família e da propriedade, de modo que os recursos excedentes, quando existem, são exíguos, precisando ser investidos ou na propriedade ou nos projetos por eles elaborados; já no terceiro agrupamento foram considerados jovens de famílias em que a atividade agrícola não possui caráter comercial, mas apenas de subsistência, de modo que a manutenção da família e/ou da propriedade está condicionada à necessidade da venda de mão de obra para terceiros.

Além destes cinquenta e três jovens e de informantes-chave, também foram entrevistados outros cinco jovens, os quais já haviam sido entrevistados anteriormente, por ocasião da pesquisa para a dissertação de Mestrado, realizada em 2008. Desta forma, possuindo as informações referentes aos projetos que esses jovens haviam

¹⁰ Na maioria das entrevistas buscou-se isolar os jovens para entrevistá-los, porém nalguns casos tal estratégia não foi possível. Desta forma, nos casos em que se julgou haver alguma possível interferência de terceiros no conteúdo das respostas, será realizado um adendo, no corpo do texto ou em notas de rodapé.

formulado três anos atrás, os mesmos foram convidados a ouvir suas entrevistas anteriores, para em seguida explicar e responder a questões relativas aos encaminhamentos daqueles projetos, bem como a reformulações dos mesmos, permitindo assim que se visualizasse, inclusive, a plausibilidade dos projetos que os entrevistados haviam elaborado naquela época, dado que se pôde conferir se os mesmos haviam ou não sido concretizados. Além disto, os jovens também foram convidados a avaliar suas trajetórias até aquele momento, bem como a conversar sobre seus antigos e novos planos para o futuro.

Desta forma, a tese foi estruturada em cinco diferentes capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, de ordem teórica, recorre-se à discussão em torno da mobilidade social, apontando-se suas principais vertentes e modelos analíticos, para, em seguida, tratar da abordagem do tema a partir da perspectiva dos atores, definindo-se os referenciais que serão utilizados ao longo desta tese.

No segundo capítulo, como parte importante do contexto de imersão social, busca-se construir um panorama das dinâmicas de mobilidade social no Brasil, tanto ao longo da segunda metade do século passado, para a qual existem dados disponíveis, quanto durante a primeira década do século XXI, destacando-se que no período mais recente as dinâmicas de mobilidade social ascendente, especialmente dos agrupamentos sociais mais pobres até estratos médios de renda, foram constantes e aceleradas, modificando assim o perfil da sociedade brasileira em diversos aspectos.

No terceiro capítulo, buscou-se discutir as diferentes implicações das dinâmicas de mobilidade social observadas no Brasil ao longo da última década sobre as populações rurais e sobre a juventude no País e no meio rural. Desta forma, foi possível observar transformações significativas no que diz respeito ao meio rural brasileiro, destacando-se, além de um aumento da classe média, um maior acesso a crédito e a bens de consumo duráveis. No que se refere à juventude, também foi possível identificar alguns avanços, os quais, porém, não tiveram a mesma intensidade quando se trataram dos jovens rurais. Tais observações foram importantes para que se fizesse uma leitura mais avalizada acerca das trajetórias e das características dos jovens agricultores familiares de São Lourenço do Sul, os quais compõem o universo analítico desta tese.

O quarto capítulo é dedicado tanto à análise do contexto do município em que foi realizada a pesquisa, fundamental à compreensão das trajetórias e das interações sociais observadas entre os jovens, quanto à análise das trajetórias e a construção de um

perfil dos jovens de cada uma das categorias analisadas – agricultores familiares capitalizados, descapitalizados e marginalizados - e de suas interações sociais no interior e exterior da unidade de produção familiar.

No quinto capítulo são analisados os projetos educacionais, ocupacionais e de vida elaborados pelos jovens de cada uma das categorias pré-estabelecidas. Ressalta-se ainda que, na análise realizada, buscam-se compreender tanto o processo de construção dos projetos elaborados quanto as prováveis implicações destes sobre suas trajetórias pessoais e sobre as possíveis reconfigurações que tais encaminhamentos possam ter sobre os atuais contextos macroestruturais em que se inserem.

Capítulo 1: Mobilidade social

1.1. O desenvolvimento dos estudos de mobilidade

O tema da desigualdade social não é nenhuma novidade nos estudos sociológicos, pois se trata de uma problemática comum a todas as sociedades (STAVENHAGEN, 1969, P. 118). Para Pastore (1979, p. 1), a percepção de que as sociedades estão organizadas a partir de relações desiguais entre os seres humanos já estava presente nos autores clássicos da Sociologia, tais como Durkheim, Marx e Weber. No entanto, os primeiros estudos dedicados a compreender a mobilidade dos indivíduos no interior de sociedades organizadas hierarquicamente datam do final da década de 1920 e início dos anos 1930. Como indica Pastore (1979), nestes estudos definiram-se os tipos básicos de mobilidade, foram estabelecidas as primeiras tentativas de mensurar o status social e iniciaram-se os estudos sobre a estrutura social em âmbito comunitário. Apenas na década de 1940 envidaram-se os primeiros esforços com vistas à formalização teórica acerca da estratificação e da mobilidade social. (PASTORE, 1979, p. 29)

Silva (2007a, p. 18) visualiza nos estudos de mobilidade a existência de quatro diferentes gerações, cada qual relacionada à tecnologia estatística de sua época. Segundo o autor, a primeira geração, com estudos publicados nos anos 1950, foi pautada pela realização de “surveys”, através das quais se relacionavam a origem e os destinos dos indivíduos a fim de captar a permeabilidade e/ou as barreiras à mobilidade social. A segunda geração, inaugurada em meados dos anos 1960, marcada pelo método denominado de Path Analysis¹¹, tratava a mobilidade social a partir de uma perspectiva segundo a qual características individuais específicas redundariam em situações de destino distintas. A terceira geração, na década de 1970, é caracterizada pelos modelos log-lineares¹², de acordo com os quais é retomada a análise da mobilidade a partir de uma relação entre estratos sociais, ocorrendo também, neste período, a realização de grandes estudos comparativos, a exemplo do projeto CASMIN (Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations).¹³ A quarta geração identificada por Silva (2007) ganha corpo apenas nos anos 1990, a partir da utilização de modelos

¹¹ Este modelo de Análise de Trajetórias tinha origem na genética e consistia “na aplicação de métodos de regressão linear e de modelos estruturais de tipo econométrico” (SILVA, 2007a, p. 19)

¹² O modelo log-linear permite “isolar o núcleo da associação entre origem e destino ocupacionais dos efeitos das diferenças nas margens da tabela, abrindo caminho para uma modelagem mais fina e formalizada desse padrão de associação.” (SILVA, 2007a, p. 20).

¹³ O sistema CASMIN foi criado como parte de um projeto de pesquisa que buscava analisar comparativamente a mobilidade social em países industrializados. Sobre o modelo analítico utilizado nesta pesquisa, bem como as diferentes versões do mesmo elaboradas para o estudo da sociedade brasileira, ver Ribeiro (2007, p. 122).

multinominais¹⁴ logísticos, os quais permitiram avaliar os efeitos da origem social sobre as chances relativas de mobilidade social, possibilitando ainda que se visualizassem as variáveis intervenientes nesta dinâmica.

1.2. Os estudos de mobilidade no Brasil

Os primeiros estudos sobre mobilidade social realizados no Brasil datam de meados dos anos 1950. Estes estudos, realizados pelo demógrafo inglês Bertram Hutchinson, foram pioneiros no estabelecimento de análises do status ocupacional baseadas nas profissões, bem como nos estudos de mobilidade intergeracional, merecendo também o mérito de ter introduzido, no Brasil, as noções de mobilidade estrutural e de mobilidade circular. Juntamente com Robert Havighurst, Bertram Hutchinson realizou estudos comparativos envolvendo Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Ambos os autores, como técnicos da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), deram grande relevância ao papel da educação nos movimentos de mobilidade social. (PASTORE, 1979, p. 32)

Os estudos de mobilidade social retornam ao cenário acadêmico brasileiro ao final da década de 1970, a partir de pesquisa desenvolvida por José Pastore, com a utilização de dados da PNAD de 1973. Neste estudo, o autor utiliza uma classificação ocupacional baseada na diferenciação socioeconômica entre homens adultos, a partir da qual constrói um modelo que permite verificar as transformações sociais como produto de mudanças estruturais externas. Tal modelo corresponde a uma versão brasileira do Sistema Internacional de Classificação e Estratificação Social, semelhante ao Sistema CASMIN.

Após a publicação da obra de Pastore, em 1979, há um interregno de vinte anos até a publicação da tese de Maria Celi Scalon, em 1999, trabalho no qual a autora tem como principal mérito a realização do primeiro estudo sobre a mobilidade social das mulheres no Brasil. Nos anos 2000 é possível destacar duas publicações importantes sobre o assunto no país: José Alcides Figueiredo Santos, em 2002, e Carlos Antônio Costa Ribeiro, em 2007. Os trabalhos destes autores resultaram de suas pesquisas para as respectivas teses de doutoramento, ambas premiadas.¹⁵

¹⁴ Neste modelo, não linear, a influência da variável explicativa sobre a probabilidade de pertencer à categoria de resposta não é constante sobre todo o intervalo de variação. Outrossim, a variável resposta é politômica, isto é, admite diferentes categorias de respostas, mutuamente exclusivas (LEITE e SILVA, 2002, p. 53-54)

¹⁵ A tese de José Alcides Figueiredo Santos foi premiada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e a tese de Carlos Antônio Costa Ribeiro pelo concurso EDUSC-ANPOCS.

1.3. Mobilidade social e suas diferentes abordagens

De acordo com Pastore (1979, p. 3), o desenvolvimento das sociedades humanas está diretamente relacionado à elevação do padrão de vida de sua população e à equalização de sua estrutura social. A mobilidade social é o principal mecanismo capaz de articular essas duas esferas – elevação do padrão de vida e equalização social -, constituindo-se, portanto, num excelente indicador para a averiguação do desenvolvimento social.

Para explicar em que consiste a mobilidade social, Pastore (1979, p. 5) faz uso da metáfora dos galhos de uma árvore. Nesta figura, as ocupações distribuir-se-iam como os galhos de uma árvore, de modo que é possível ao indivíduo aumentar seu salário caminhando no galho em que está, mas logo ele atingirá um limite intransponível, com o fim do galho, sendo necessário, para obter novos ganhos, saltar para outros galhos. De acordo com o autor, é nos saltos de um galho para outro que se concentram os estudos de mobilidade.

Ainda fazendo uso da metáfora dos galhos, é importante lembrar que os saltos podem ocorrer tanto para galhos mais altos quanto para galhos mais baixos ou ainda na mesma altura do galho de origem. Desta forma, constituem-se como elementos fundamentais aos movimentos de mobilidade o galho de origem e os galhos de referência, isto é, aqueles que o indivíduo almeja alcançar em seus movimentos. (PASTORE, 1979)

De acordo com Pastore (1979, p. 16-19), as discussões em torno das dinâmicas de mobilidade social presentes na sociedade são pautadas por três abordagens distintas: a abordagem funcionalista, inspirada na teoria de Durkheim; a abordagem do conflito, inspirada em Marx e um modelo híbrido, construído com base nos escritos de Weber.

De acordo com a abordagem funcionalista, a sociedade seria organizada a partir de funções mais e menos importantes, sendo fundamentais para a definição da posição dos indivíduos na estrutura social a importância da função que desempenham e o grau de investimento pessoal que a mesma exigiria. De acordo com Ribeiro (2007, p. 34), nesta abordagem, também denominada de perspectiva dos incentivos, haveria a necessidade de que ocupações mais importantes e que requeiram um maior treinamento recebam maiores incentivos (renda e status social), a fim de estimular os indivíduos a preparar-se para atingi-los.

Já na abordagem do conflito as hierarquias estabelecer-se-iam apenas em função da posse dos bens de capital, de modo que, numa estrutura social desenhada por duas

classes antagônicas entre si, situar-se-iam no topo os detentores dos meios de produção (capitalistas) e na base os não detentores desses meios (proletários). Segundo Wright (1997, p. 30), esta abordagem também pode ser interpretada a partir da perspectiva dos recursos, dado que considera que a filiação de classe dos indivíduos é fundamental na definição da classe que os mesmos irão ocupar.

No modelo híbrido, de inspiração weberiana, a mobilidade é entendida com o fruto de uma combinação entre a ocupação desempenhada pelo indivíduo e sua posição estrutural na divisão social dos bens de produção. Esta abordagem, conforme Ribeiro (2007, p. 34), também se afilia à perspectiva dos recursos, pois se fundamenta na hipótese de que os indivíduos possuem recursos diferenciados, o que significa que aqueles que contam com maior disponibilidade de recursos possuem maiores oportunidades de mobilidade social ascendente do que aqueles desprovidos dos mesmos.

Analisar o papel das oportunidades na determinação das trajetórias corresponde à tentativa de enxergar o impacto das mudanças estruturais da sociedade, especialmente das modificações na dinâmica de classes ao longo dos anos, sobre as trajetórias, ocupacionais e de classe, percorridas pelos atores sociais.

De acordo com Pastore (1979, p. 5), a mobilidade social reflete a dinâmica da sociedade, de modo que o grau e o tipo de mobilidade predominantes irão depender do nível de desenvolvimento da sociedade analisada. Nestes termos, em sociedades em desenvolvimento, como no caso brasileiro, tenderá a predominar a mobilidade estrutural, isto é, a mobilidade tende a ser independente das características do indivíduo, dada a ampla necessidade por mão-de-obra que obriga a inclusão de cada vez mais pessoas no mercado de trabalho, num movimento que tende a alargar a dita “classe média” e que, apesar de altas taxas de mobilidade, tende a permanecer desigual, como foi demonstrado no estudo desenvolvido por Ribeiro (2007).

Já em sociedades desenvolvidas, em que a expansão do mercado de trabalho é mais rígida e a necessidade de mão-de-obra ocorre predominantemente no sentido de substituir os trabalhadores que se retiram do mercado de trabalho, a mobilidade tende a ser circular (PASTORE, 1979, p. 24-25). Nestas sociedades, em que o mercado de trabalho está mais saturado, o papel dos ativos individuais tende a ser preponderante, dado que há ampla concorrência pelas poucas vagas abertas pelos trabalhadores que abandonam o sistema produtivo.

Em seguida, apresentam-se os três modelos básicos utilizados para a análise da mobilidade social: a) o modelo neodurkheimiano de David Grusky; b) o modelo neoweberiano de John Goldthorpe; c) o modelo neomarxista de Erick Olin Wright.

a) O modelo neodurkheimiano

A característica mais marcante do modelo de inspiração neodurkheimiano é a presença de uma abordagem de cunho funcionalista. De acordo com esta perspectiva, a sociedade atribuiria, como forma de incentivo, uma recompensa àqueles indivíduos que cumprem as funções consideradas mais importantes para ela e também para aqueles que estão dispostos a desempenhar funções que exigem maiores níveis de investimento pessoal. Cabe destacar que os incentivos recebidos por esses indivíduos não se resumiriam apenas a recompensas materiais, mas se estenderiam ao plano simbólico, como no fato de gozarem de status social mais elevado. (DAVIS e MOORE, 1969; GRUSKY, 2008)

Davis e Moore (1969), por exemplo, argumentam que as principais funções societárias seriam, em primeiro lugar, a religião e o governo, instituições responsáveis pela integração moral e legal da sociedade, respectivamente. Em segundo lugar, a posse de bens de capital, os quais não têm valor por si mesmos, a não ser na medida em que podem render a seu proprietário o gozo de maior prestígio e status social. Outra função essencial atribuída aos donos de bens de capital é sua capacidade de gerar as riquezas a serem utilizadas como recompensas àqueles que exercem funções mais importantes ou que necessitem de conhecimento técnico. Em terceiro lugar, como merecedores de recompensas diferenciadas, mas inferiores às dos dois primeiros, estão os portadores de conhecimento técnico, os quais têm a função de encontrar os meios mais adequados para que a sociedade atinja objetivos específicos. Cabe ressaltar que os portadores de conhecimento técnico devem desfrutar de menores rendimentos e prestígio do que as classes religiosas, políticas e “capitalistas”, dado que, enquanto esses desempenham funções de integração social, os portadores de conhecimento técnico apenas executam tarefas técnicas, sendo suas recompensas apenas uma forma de motivar o aprendizado e o talento.

Esta abordagem, de cunho funcionalista, é tratada por Ribeiro (2007, p.38) como teoria liberal da industrialização ou perspectiva dos incentivos. De acordo com ele, nesta perspectiva, as desigualdades de condições serviriam como um incentivo necessário para o funcionamento das sociedades. A idéia básica, inspirada no estudo

clássico de Davis e Moore (1969) e corroborada contemporaneamente por Grusky (2008), é de que o fato de algumas pessoas gozarem de maior riqueza e prestígio do que outras incentivaria aos ocupantes de posições inferiores a investir em formação específica capaz de lhes garantir o acesso às melhores posições, contribuindo assim para que todos os indivíduos se esforcem sempre ao máximo.

O mote fundamental desta perspectiva é a meritocracia. A lógica fundamental do paradigma meritocrático é bastante simples, mas, para melhor compreendê-la, imagine-se uma sociedade igualitária, em que funções com importância diferenciada e que requerem níveis de treinamento diferenciado recebessem as mesmas recompensas monetárias e simbólicas. Neste contexto, qual seria o sentido de que algumas pessoas se sacrificassem pessoalmente a fim de ocupar as posições mais importantes e aquelas que requerem maior treinamento e talento?

Por outro lado, imagine-se a sociedade meritocrática e desigual idealizada por este modelo teórico. Neste tipo de sociedade, em que as ocupações mais importantes e que exigem maior treinamento e talento são recompensadas de maneira diferenciada, em termos econômicos e simbólicos, haveria o flagrante interesse dos indivíduos de investirem no treinamento e aperfeiçoamento de seus talentos, ou ainda, de fazerem algum tipo de sacrifício pessoal em nome da coletividade, ao optarem por posições mais importantes para o funcionamento e a integração da sociedade.

Outro argumento levantado em favor de sociedades organizadas sob o paradigma meritocrático refere-se ao fato de que, neste sistema, as características adquiridas (escolaridade e treinamento, por exemplo) se tornam mais importantes do que as características herdadas (como sexo e raça), de modo que as sociedades tornar-se-iam mais justas, visto que a ocupação de posições mais altas ou mais baixas dependeria apenas do nível de esforço individual de cada um. Note-se que esta impessoalidade das relações sociais a que se refere o modelo meritocrático - no qual se valorizam o talento e o treinamento em detrimento de relações pessoais, de interesse ou de consanguinidade - é característica das sociedades modernas.

Grusky (2008, p. 5) apresenta uma ressalva importante a esta argumentação da meritocracia, destacando que nem sempre os investimentos individuais, como em educação, por exemplo, apresentam os melhores retornos. Segundo ele, outros tipos de capitais coletivos, por vezes adquiridos sem esforço, como redes de relações sociais, ou herdados de nascimento (propriedades, nomes, marcas) podem ser mais bem recompensados pela sociedade do que aqueles que são fruto de esforço pessoal. Davis e

Moore (1969, p. 111) também já haviam indicado as influências do status inicial, especialmente por intermédio do dinheiro, sobre as posições sociais. Nestes termos, Grusky lembra que:

A rigidez de um sistema de estratificação é indexada pela continuidade (ao longo do tempo) da posição social de seus membros (...) o sistema de estratificação repousa sobre um processo adscritivo na medida em que as condições presentes de nascimento (por exemplo, pais, riqueza, sexo, raça) influenciam a posição social subsequente dos indivíduos.¹⁶ (GRUSKY, 2008, p. 6)

Mas a autocrítica dos teóricos de filiação neodurkheimiana não é apenas uma pontualidade acerca dos problemas de uma sociedade organizada de acordo com padrões meritocráticos. Davis e Moore (1969, p.104) reconhecem também a dificuldade de estabelecer a importância funcional das posições nas sociedades. Ribeiro (2007, p. 39) levanta outras críticas ao modelo funcional: ele ignora as relações de poder na estratificação da sociedade, de modo que não considera que a desigualdade de recompensas e prestígio possa possibilitar que indivíduos em melhores posições influenciem na distribuição dos recursos, inclusive favorecendo a si próprios; outra crítica refere-se ao fato de nada garantir que as recompensas sejam justas, ou seja, há dificuldade para que se calcule com alguma exatidão o valor justo – nem maior e nem menor – da recompensa a fim de garantir a reprodução funcional de cada posição social¹⁷ e; teoricamente a transmissão de recursos tenderia a permitir que as características herdadas influenciassem nas posições dos indivíduos, dado que os recursos poderiam ser determinantes das alocações dos atores na distribuição funcional das pessoas entre as ocupações.

Sem ignorar a plausibilidade das críticas, é possível perceber que tanto Davis e Moore (1969) quanto Grusky (2008) reconhecem que, no sistema meritocrático que defendem, há a possibilidade de que os recursos exerçam algum tipo de influência sobre a distribuição das posições, bem como que o sistema não é completamente satisfatório no sentido de evitar que, em determinadas circunstâncias, as características herdadas

¹⁶ Tradução do autor.

¹⁷ Neste caso considera-se o risco de que recompensar em demasia determinada função leve a um inflacionamento na oferta de pessoal para a mesma. Igualmente, recompensar abaixo do necessário uma função poderia levar à não existência de pessoas interessadas em desenvolvê-la.

sobrepujem as adquiridas. É, inclusive, neste sentido que Grusky (2008, p. 7) argumenta que o fator determinante para a definição das classes são as vantagens inerentes a ela.

E é com base nesta compreensão de classe¹⁸ que David Grusky irá construir um sistema de estratificação de classes dito neodurkheimiano. No modelo construído por Grusky (2008, p. 6) são definidos oito diferentes grupos de ativos (econômicos, de poder, culturais, sociais, honoríficos, civis, humanos e físicos) e, em seguida, são atribuídos três exemplos de tipos de vantagens inerentes a cada um dos oito grupos de ativos. Após, o autor acresce ao modelo as classes que podem ser formadas a partir de cada um dos grupos de ativos, exemplificando o maior e o menor status de cada classe.

Observando-se o modelo construído por Grusky (2008, p. 6), é possível perceber que as classes são desiguais em seu interior, ou seja, fazem parte de uma mesma classe indivíduos com diferentes níveis de recursos. Pode até parecer paradoxal que numa mesma classe coexistam indivíduos com diferentes graus de recursos - como capitalistas e trabalhadores; gerentes de empresas e empregados das mesmas; intelectuais e ignorantes¹⁹-, todavia, considerando-se a perspectiva neodurkheimiana na qual a posição ocupacional ou de classe precisa estar também relacionada ao sentimento de pertencimento a uma comunidade de valores, pode-se compreender que capitalistas e trabalhadores partilhem a esfera econômica da sociedade; que gerentes e empregados de empresas partilhem relações de poder e que intelectuais e ignorantes partilhem a esfera cultural da sociedade.

Grusky (2008, p. 7) lembra ainda que a desigualdade não se mede apenas pela renda, considerando, inclusive, que utilizar apenas os recursos econômicos como forma de medir a desigualdade é uma estratégia demasiadamente abstrata. Além de criticar a definição de classe a partir da renda, Grusky (2008, p. 7) também duvida do mérito de classificações baseadas na ocupação dos indivíduos no mercado de trabalho, as quais seriam muito variáveis. É neste sentido que se pode compreender o sistema de classes elaborado por Grusky (2008, p. 6) enfatizando especialmente o coletivo, mesmo que este coletivo de classe mantenha em seu interior grupos de pessoas com diferentes rendimentos e posições hierárquicas.

¹⁸ De acordo com a perspectiva neodurkheimiana as classes são definidas, individualmente, pela ocupação e habilidade dos atores, com a sociedade sendo estratificada através de processos institucionais que definem certos tipos de mercadorias como valiosas e desejáveis e as regras de atribuição destes bens através das ocupações. (GRUSKY, 2008, p. 5)

¹⁹ Tradução literal do termo original “uneducated”.

Aliás, esta é o cerne da abordagem neodurkheimiana de Grusky (2008), de acordo com a qual se considera que a ambição de ocupar as posições mais altas da hierarquia da classe social a que pertencem irá motivar os indivíduos a investir em si mesmos. De acordo com Grusky (2008, p. 6-7)

O grau de cristalizações é indexado pelas correlações entre os vários recursos (por exemplo, riqueza, renda e educação) que são socialmente valorizados. Se estas correlações são fortes, então alguns indivíduos (por exemplo, a “classe alta”) irão aparecer de forma consistente no topo de todas as hierarquias, enquanto outros indivíduos (por exemplo, a “classe baixa”) irão aparecer de forma consistente na parte inferior do sistema de estratificação. Por outro lado, vários tipos de inconsistências de status (por exemplo, um milionário mal educado) que irão surgir em sistemas de estratificação com correlações hierárquicas fracas, correspondem às dificuldades destes sistemas para definirem um conjunto unitário de classes que tenha poder de previsão com respeito a todos os recursos.²⁰ (GRUSKY, 2008, p. 6-7)

Desta forma, entende-se que é possível visualizar a essência do modelo analítico de Grusky na seguinte formulação do autor:

Os principais componentes da estratificação são (1) o processo institucional que define certos tipos de mercadorias como valiosas e desejáveis, (2) as regras de alocação que distribuem esses bens entre os vários empregos e ocupações na divisão do trabalho (ex. médicos, agricultores, donas de casa) e (3) os mecanismos de mobilidade que ligam os indivíduos a empregos e, assim, geram controle desigual sobre os recursos valiosos. Disto segue que a desigualdade é produzida por dois tipos de processos de correspondência: as regras sociais estabelecidas pela sociedade, que são os primeiros correspondentes de “pacotes de recompensa” com valor desigual; e os membros individuais da sociedade, que são, então, alocados para as posições definidas e recompensadas. Em todas as sociedades, há um constante fluxo de incumbências

²⁰ Tradução do autor.

ocupacionais aos recém chegados que entram na força de trabalho e repõem os que já morreram, abandonaram o trabalho ou migraram, os quais ocupam posições próprias e com “pacotes de recompensa” a elas associados, que só podem ser mudados gradualmente.²¹ (GRUSKY, 2008, p. 5)

De acordo com Ribeiro (2007, p. 110), Grusky elabora este modelo analítico em oposição às formulações neomarxistas e neweberianas, acreditando que os sistemas de classes criados nestas correntes teóricas seriam demasiadamente amplos para permitir um sentimento comunitário no interior das classes sociais. Todavia, na crítica que Ribeiro (2007, p. 110) faz ao esquema de Grusky, ele aponta que este modelo é excessivamente detalhado, o que impediria comparações internacionais, assim como inviabilizaria a formulação de tabelas de mobilidade social, visto que essas se tornariam demasiadamente grandes.

Nesta breve explanação acerca das análises de mobilidade social de inspiração neodurkhiemiana é possível perceber que a desigualdade social é a chave para a organização funcional da sociedade, sendo por isso essencial. Igualmente, é apresentada uma compreensão de classe diferenciada, não a partir de indicadores de renda e status ocupacional, mas em função do pertencimento à mesma esfera da sociedade, mesmo que em posições hierárquicas distintas.

b) o modelo neweberiano

As análises de mobilidade e estratificação social inspiradas na obra de Max Weber podem ser incluídas entre as principais teorias na análise do tema. A principal pesquisa já realizada sobre a temática da mobilidade, o projeto CASMIN, teve seu modelo analítico desenvolvido por John Goldthorpe e seus colaboradores (1987); modelo que, no Brasil, foi adaptado por Pastore (1979); Scalon (1999); Ribeiro (2007); Spolle (2010) e tampouco foi ignorado por Santos (2002), na análise marxista que faz da mobilidade social no Brasil.

O mote fundamental desta abordagem de cunho neweberiano é a perspectiva dos recursos, sob a qual Goldthorpe (2000, p. 239) afirma que de uma classe a outra os recursos disponibilizados pelos pais para ajudar os filhos a formularem estratégias de

²¹ Tradução do autor.

mobilidade variam em grau e tipo, de modo que podem ser mais ou menos restritivos no que se refere ao sucesso das mesmas.

Desta forma, em teorias formuladas com base na perspectiva dos recursos as desigualdades não derivam apenas de diferenças de esforço e habilidade individuais, mas da distribuição de poder apoiada na estrutura produtiva da sociedade, de modo que, quanto maior à desigualdade de recursos entre os indivíduos, menores as chances de mobilidade social daqueles que possuem uma quantidade inferior de recursos (RIBEIRO, 2007, p. 109).

Esta perspectiva deriva da formulação weberiana de que uma situação de classes é caracterizada pela probabilidade típica de obter bens, de alcançar posições na vida e de encontrar a satisfação pessoal (WEBER, 1978, p. 302). Desta maneira, membros de uma mesma classe teriam chances de vida semelhantes, as quais, na perspectiva weberiana, seriam distribuídas pelo mercado, sendo por isso a situação de classe identificada a uma situação de mercado. (RIBEIRO, 2007, p. 111)

É importante destacar que os recursos de que se está tratando na perspectiva weberiana não se reduzem à dimensão dos bens de produção, mas também podem incluir poder político, formação cultural e educacional, relações sociais, etc. É este conjunto de recursos de que o indivíduo é portador que lhe dão o poder do qual fará uso ao colocar em prática suas estratégias para buscar a mobilidade social. Este poder de que se está falando refere-se à probabilidade de o ator ocupar, numa dada relação social, uma posição em que possa impor seu desejo a despeito das resistências, sejam elas individuais ou estruturais (WEBER, 2004, p. 23).

O que determina as posições na distribuição do poder são as características de classe, os grupos de status e os partidos presentes nas sociedades, sendo a distinção entre estes três aspectos determinante dos diferentes tipos de recursos disponíveis aos indivíduos para influenciar suas chances de vida (RIBEIRO, 2007, p. 112).

O poder ocupa um papel central na definição das chances de mobilidade social, poder este que está diretamente relacionado a características de classe, grupos de status e partidos. Weber (1969, p. 73-74) define a inter-relação entre estes três elementos constituintes das chances de mobilidade e definidores de poder da seguinte maneira:

O lugar genuíno das 'classes' é no interior da ordem econômica, o lugar de 'grupos de status' é na ordem social, isto é, dentro da esfera de distribuição de 'honra'. De dentro dessas esferas, as classes e grupos de status influenciam-se mutuamente, e influenciam a ordem legal, sendo

em troca influenciados por ela. Mas os partidos vivem sob o signo do poder (...) sua ação é orientada no sentido de aquisição de 'poder' social, o que quer dizer no sentido de influenciar uma ação comunal a despeito de qual seja seu conteúdo. (WEBER, 1969, p. 73-74)

Na abordagem de cunho neweberiano, chances de vida, recursos e poder são definidos considerando-se suas diferentes interfaces. Assim sendo, as chances de vida são definidas tanto pelos recursos disponíveis aos indivíduos, como acesso à renda e à educação, como pelas privações em termos de serviços básicos de infra-estrutura. Porém, o aspecto mais central na compreensão das chances de vida é dado pelas chances de mobilidade social, as quais são produto da classe social a que pertence o indivíduo, dos recursos que ele possui, e da situação de mercado na qual está envolvido.

As chances de vida, os recursos e o poder estão imersos num mercado, e este último é decisivo na determinação dos demais, visto que é a situação de mercado que irá determinar quais recursos são valiosos, quais são os elementos que determinam as relações de poder e os requisitos mais importantes para alavancar as chances de vida (WEBER, 1969, p. 60).

É neste mercado, em que os recursos estão desigualmente distribuídos que os indivíduos são obrigados a formular estratégias a fim de otimizar suas chances de vida. Considerando este contexto, Goldthorpe (2000, p. 251) argumenta que os indivíduos são levados, em virtude das restrições, a desenvolverem comportamentos racionais adaptativos, os quais, indiretamente, acabam colaborando para que se reforcem e perpetuem os efeitos das restrições existentes no regime de mobilidade. Um exemplo bem marcante de comportamento racional adaptativo

é a tendência de indivíduos com origens na classe trabalhadora fazerem escolhas educacionais mais seguras e menos ambiciosas (...) e a de filhos de profissionais escolherem caminhos mais arriscados e menos promissores ao longo prazo. (RIBEIRO, 2007, p. 46-47).

Também comentando as escolhas dos indivíduos referentes às trajetórias a serem seguidas, Pastore (1979, p. 23-24) lembra que a capacidade decisória é uma variável situada entre os fatores estruturais e individuais, de maneira que, quando um indivíduo tem plena autonomia, suas escolhas serão determinadas pelos recursos já acumulados, porém, nos casos em que o indivíduo não possui autonomia, suas escolhas irão derivar

de oscilações no mercado de trabalho. Isto ocorre porque, em dadas condições, ele é impelido pela precariedade de seus recursos a aceitar qualquer tipo de emprego, às vezes brecando possibilidades que, noutra situação, poderiam lhe ser acessíveis.

A autonomia de que fala Pastore (1979, p. 23-24) é diretamente proporcional ao conjunto de recursos que possui o indivíduo, pois de posse de recursos valiosos poderá investir em projetos que ampliem suas chances de mobilidade; todavia, quando seus recursos são escassos, a necessidade de sustento imediato obriga os indivíduos a investirem seus poucos recursos no que é mais acessível e palpável. Em tais circunstâncias, a opção representa, em verdade, uma imposição.

O modelo desenvolvido por Goldthorpe e seus colaboradores (1987) no projeto CASMIN é composto por sete classes²², e foi construído com o intuito de diferenciar as posições no interior do mercado de trabalho e das unidades de produção, diferenciando também tais posições nas relações de emprego por elas pressupostas (RIBEIRO, 2007, p. 114). O esquema CASMIN foi estruturado através de cinco tipos de relações de emprego, aos quais foi acrescida uma distinção entre posições de trabalho manuais, não manuais e rurais.

Desta forma, o esquema ficou hierarquicamente organizado, da posição mais alta à mais baixa, da seguinte forma: profissionais e administradores; trabalhadores de rotina não manual; pequena burguesia (pequenos proprietários); trabalhadores manuais qualificados, técnicos e superiores; trabalhadores manuais não qualificados; pequenos proprietários rurais com empregados e trabalhadores manuais rurais.

O esquema de classes de Goldthorpe (1987) leva três fatores em consideração: o desejo das classes de origem às classes de destino; os recursos disponíveis pelos indivíduos de diferentes classes, os quais determinam suas possibilidades de acesso às classes de destino; e as barreiras aos movimentos. Vale lembrar ainda que, enquanto os recursos capazes de permitir a mobilidade podem ser econômicos, culturais e sociais, as barreiras estão relacionadas à posse de meios de produção ou recursos educacionais. (SPOLLE, 2010, p. 54)

Relembrando a figura dos galhos da árvore construída por Pastore (1979, p. 5), é importante destacar que o salto só pode ser feito entre galhos que possuam uma

²² De acordo com Weber (1969, p.8), pode-se falar de classe quando três requisitos fundamentais são atendidos: um conjunto de pessoas possui um componente causal comum de suas oportunidades de vida; tal componente é representado por interesses econômicos na posse de bens e oportunidades de rendimentos; esses interesses são representados sob condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho.

distância acessível entre eles, pois, caso contrário, a queda seria a consequência normal. Da mesma forma, é possível aceitar que a classe de destino seja definida em função da classe de origem, de modo que o indivíduo vai analisar, antes do salto, até onde poderá chegar, considerando o local de partida. Neste sentido, é comum que os movimentos de mobilidade sejam curtos, ou seja, que a ascensão ou descenso restrinjam-se à classe de origem do indivíduo e a classe que lhe é mais próxima.

Tanto os recursos quanto as barreiras colocados aos movimentos de mobilidade têm por fundo uma dimensão estrutural, pois é pela imersão em uma classe social e portando recursos que têm maior ou menor valor de acordo com condições específicas de mercado que o indivíduo precisará considerar ao estabelecer estratégias de mobilidade. Igualmente, é a ordem social presente na sociedade em que está imerso que impõe as restrições aos movimentos de mobilidade social.

Ribeiro (2007, p. 60) propôs analisar a mobilidade social no Brasil a partir de um modelo de inspiração neweuberiana construído a partir de uma adaptação do modelo de Goldthorpe e seus colaboradores (1987). Ao construir este modelo, ele monta o que pode ser chamado de tripé das análises de mobilidade, constituído pela origem de classe, as qualificações educacionais e o destino de classes. De acordo com o autor, estes elementos são decisivos em qualquer análise de mobilidade social.

Este tripé das análises de mobilidade social, que envolve origem de classe, qualificações educacionais e destino de classe, está organizado de maneira que os dois primeiros elementos são fundamentais na determinação do terceiro. Sobre a importância da origem de classe na determinação das chances de mobilidade, Nelson (2011, p. 231) conclui que a educação das mães e a ocupação dos pais são os elementos preponderantes na explicação da desigualdade de oportunidades. Considerando o peso das qualificações educacionais para a definição da mobilidade social, Boudon (1981, p. 15) afirma que a desigualdade de oportunidades de ensino é a principal determinante da imobilidade social.

É importante referir também que, nas análises construídas sob o prisma da perspectiva neweuberiana, são considerados os aspectos agregados e os aspectos relativos dos movimentos de mobilidade, lembrando que, enquanto os primeiros consideram o aumento bruto das chances de mobilidade, os últimos preocupam-se com o percentual líquido das chances de mobilidade. Tal perspectiva possui o mérito de levar em consideração possíveis mudanças estruturais na sociedade, nas quais o fato de uma classe privilegiada alargar-se significa que mais pessoas continuarão/passarão a integrá-

la, todavia não significa necessariamente que indivíduos de origem mais baixa terão mais chances de acessá-la. (RIBEIRO, 2007, p. 156)

Na perspectiva neoweberiana, os recursos são fundamentais na determinação das chances de vida, de modo que a desigualdade de recursos contribuiria para a desigualdade de oportunidades. Além disto, é preciso considerar os comportamentos racionais adaptativos, os quais também atuam no sentido de reforçar a manutenção das desigualdades, pois os atores tenderiam a fazer escolhas de acordo com as oportunidades disponíveis. (GOLDTHORPE, 2000)

Mas se a diferenciação social, inerente às sociedades, contribui para a manutenção das desigualdades, que ao contrário da proposta durkheimiana não são bem vistas, então qual seria a saída para ampliar oportunidades e reduzir desigualdades? A resposta apresentada pelos autores afiliados a esta vertente está na redistribuição, isto é, apenas políticas redistributivas capazes de ampliar as oportunidades – especialmente no que se refere ao acesso à renda e à educação - daqueles que ocupam as posições mais baixas da hierarquia social é que poderiam permitir a construção de uma sociedade menos desigual (RIBEIRO, 2007, p. 51).

Ao se considerar a papel de políticas redistributivas é importante fazer uma distinção entre estas e o assistencialismo puro, pois, como argumenta Souza (2006, p. 10) ao analisar a desigualdade brasileira, apenas prover a população com uma ajuda, comumente econômica, passageira e tópica não resolveria o problema da reprodução das classes marginalizadas, a qual não é fruto apenas de miséria econômica, mas também assume a forma de miséria emocional, existencial e política. Neste sentido, para surtir efeitos significativos, é necessário que as políticas redistributivas oportunizem o acesso à cidadania.²³ (SILVA, 2007)

Por ser largamente utilizado, o modelo neoweberiano não é alvo de muitas críticas, inclusive pelo fato de que aqueles teóricos de filiação marxista – que poderiam constituir-se num grupo de ferrenhos críticos – o utilizam largamente, reconhecendo, inclusive, semelhanças entre as abordagens. Além da crítica de Grusky (2008), que entende serem as classes elaboradas no esquema de Goldthorpe demasiadamente amplas para permitir um sentimento comunitário, há uma crítica bem mais comum, referente ao

²³ De acordo com Silva (2007), a cidadania inclui o acesso aos direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei); aos direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo da sociedade – voto); aos direitos sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria, etc) e aos direitos humanos (respeito à sua integridade física e moral).

fato de as categorias agregarem posições ocupacionais bastante distintas em termos de condições de vida e chances de mobilidade.

Talvez seja esse o motivo que levou Ribeiro (2007) a adaptar o esquema de sete classes de Goldthorpe e seus colaboradores (1987) para um esquema de dezesseis classes ao analisar a realidade brasileira; e Wright (1997, p. 24), precursor da vertente neomarxista dos estudos de mobilidade, a optar por um modelo que utiliza seis localizações distintas de classe, o qual foi utilizado por Santos (2002) para analisar a realidade do Brasil.

Como se poderá ver na próxima seção, as análises de cunho neomarxista, inspiradas em Erick Olin Wright, ao contrário das neodurkheimianas e neoweberianas, trabalham apenas com duas classes distintas, dado que o marxismo admite apenas duas classes fundamentais e antagônicas entre si: os proprietários dos meios de produção (exploradores) e os não proprietários (explorados).

c) O modelo neomarxista

Para que se compreenda o modelo de inspiração neomarxista elaborado por Wright (1997), é preciso conhecer, primeiramente, a concepção de classe formulada no interior da tradição marxista.

Nesta perspectiva, o conceito de classes é uma categoria histórica, de modo que a determinação das classes está ligada à evolução das relações sociais de produção, considerando-se, portanto, que as classes²⁴ não são imutáveis, mas que se formam e se transformam conforme as alterações na estrutura econômica das sociedades. Rodolfo Stavenhagen sintetiza da seguinte forma esta compreensão dialética do conceito de classes:

Se as relações dos homens com os meios de produção determinam a existência desses agrupamentos humanos que chamamos classes, é porque as forças de produção, por um lado, e as relações de produção, por outro, dão a cada estrutura sócio-econômica, a cada etapa histórica, seu conteúdo e sua forma, sua fisionomia própria. O modo de produção de uma sociedade determinada, que é o que distingue uma estrutura

²⁴ De acordo com a concepção marxista as classes se constituem de grandes grupos de homens que se distinguem pelo local ocupado no sistema de produção social, por sua relação com os meios de produção, seu papel na organização social do trabalho, pelos meios de que dispõe para obter sua riqueza e pelo tamanho da mesma. Desta forma, classes são grupos de homens que podem apropriar-se do trabalho de outros em virtude da posição diferenciada que ocupam no regime de economia social vigente. (STAVENHAGEN, 1969, p. 131)

sócio-econômica de outra, impõe a determinados grupos humanos suas características específicas e o tipo de relações que mantém com outros grupos da mesma índole. Esses grupos são as classes e essas relações são as relações de classe. Só quando se toma as relações com os meios de produção como o critério fundamental para a determinação das classes sociais é que é possível ligar estas com a estrutura social e chegar à análise estrutural da sociedade. (STAVENHAGEN, 1969, p. 132)

Neste sentido, as classes sociais não existem isoladamente, mas somente como parte de um sistema de classes, na relação de uma com a outra. As relações entre as classes podem ser determinadas pelos interesses objetivos que elas possuem por ocupar dada posição no processo produtivo, ou por sua posição no que concerne a posse dos meios de produção, todavia, cabe sublinhar que a principal relação atinente ao sistema de classes de inspiração marxista é a de oposição. As classes sociais são definidas por relações de oposição porque se encontram num plano assimétrico, isto é, as posições diferenciais ocupadas na estrutura da sociedade permitem que uma classe desfrute de maior riqueza, poder econômico e domínio político do que a outra, ou, mais do que isso, que seu poder e domínio são exercidos em detrimento da classe que deles carece. (STAVENHAGEN, 1969, p. 133)

Como consequência desta compreensão dialética de classes em oposição, o sistema marxista de classes admite apenas duas classes sociais: a classe dominante e a classe dominada, classes opostas que constituem duas facetas do mesmo fenômeno social total. Essas duas classes em oposição são, ao mesmo tempo, complementares, dado que, como partes de um mesmo sistema, representam suas contradições fundamentais, constituindo-se nas forças com potencial de levá-lo a uma transformação radical. A base fundamental da oposição entre as duas classes está na posse dos meios de produção, que permite que a mais-valia produzida por uma seja apropriada pela outra, desta forma, as classes em oposição constituem-se na classe explorada – que não detém os meios de produção – e na classe exploradora – que detém os meios de produção. (STAVENHAGEN, 1969, p. 133-134)

Wright (1997, p. 10) aponta três critérios básicos para definir a exploração de classe: o bem estar de um grupo depende da privação material de outro; a relação envolve a exclusão assimétrica do explorado ao acesso a certos recursos produtivos; os

mecanismos que traduzem a exclusão envolvem a apropriação dos frutos do trabalho do explorado por aqueles que controlam os recursos produtivos. Wright (1997, p. 11), lembra ainda que “o bem estar da classe exploradora depende dos esforços dos explorados, mas não necessariamente da privação deles”.²⁵

Ao se pensar o conceito de classes sociais sob a perspectiva marxista, três noções são fundamentais: a formação de classes, a luta de classes e a consciência de classes. Estas noções são importantes porque põem em pauta a análise dos componentes que irão compor uma classe social; os elementos contraditórios que levam estas classes a entrarem na luta que deverá culminar num processo revolucionário; bem como o papel da consciência de classes no interior do processo de formação de classes e suas respectivas lutas. No entender de Wright,

A formação de classes é a formação de atores coletivos organizados em torno de interesses de classe dentro da estrutura de classes; luta de classes é a luta entre atores coletivamente organizados e em torno de interesses de classe; consciência de classe é a compreensão das pessoas de que pertencem a classe e de que partilham interesses de classe comuns.²⁶ (WRIGHT, 1997, p. 3-4)

De maneira sintética, poder-se-ia dizer que as classes se formam a partir do momento em que um conjunto de atores partilha – mesmo que inconscientemente – interesses comuns no interior de dada estrutura social, especialmente em função de sua condição de explorado ou de explorador; a consciência de classes verifica-se no instante em que os atores que compõem cada uma das classes se apercebem de que possuem interesses comuns que são contraditórios aos da classe que os antagoniza; quanto à luta de classes ocorre quando uma destas classes – normalmente a explorada – não mais aceita sua condição de dominação – já percebida pela tomada da consciência de classe – e dá início ao estabelecimento e à colocação em prática de estratégias de luta capazes de por em xeque a dominação dos exploradores, bem como de permitirem que a classe dominada seja alçada à condição hegemônica da sociedade.

Toda esta discussão em torno do conceito de classes sociais foi formulada originalmente pelo próprio Marx ainda no século XIX, quando o modo de produção

²⁵ Tradução do autor.

²⁶ Tradução do autor.

capitalista apenas engatinhava. Ao longo do século XX e início do século XXI, o sistema capitalista sofreu diversas crises, reformulando-se ao final de cada uma delas, gerando modificações que obrigaram os estudiosos da sociedade capitalista a também reavaliarem e reconstruírem seus conceitos. Neste meio tempo, as classes sociais, produtos dinâmicos das relações sociais de produção em que estão imersas, também foram modificadas, o que não muda o teor essencial das formulações marxistas originais – que consideram a existência de apenas duas classes antagônicas entre si – mas que levou os seguidores de seu modelo analítico a complexificarem suas análises.

Foi a partir da leitura desta maior complexidade da sociedade capitalista contemporânea que Wright (1997, p. 11) visualizou uma diferença fundamental entre exploração e opressão não-exploradora. De acordo com ele, nas relações de exploração o explorador depende dos esforços do explorado para viabilizar a manutenção/ampliação de seu bem estar; já na opressão não exploradora a exploração desaparece do horizonte de visão do explorado, ou seja, a figura do explorador torna-se invisível ao explorado, apesar de sua constante permanência.

É a partir desta percepção que os estudos neomarxistas passam a trabalhar com a categoria de localizações contraditórias de classe. De acordo com Santos:

A localização de classe é um determinante básico da matriz de possibilidades objetivas enfrentadas pelos indivíduos, seja no horizonte das alternativas reais que as pessoas consideram ao tomar decisões sobre o que fazer e como fazer, seja no âmbito da trajetória global das possibilidades encaradas durante o ciclo de vida. (SANTOS, 2002, p. 48)

A noção de localizações contraditórias de classe foi pensada originalmente por Wright quando tentava dar conta, a partir do modelo teórico marxista, das chamadas classes médias. Ele percebia a existência de agrupamentos sociais que não eram nem diretamente exploradores – pois não possuíam os meios de produção – e tampouco explorados – dado que controlavam o processo produtivo, apesar de serem, ao mesmo tempo, explorados e exploradores: eram eles os gerentes e supervisores, pessoal técnico contratado pelos exploradores para o exercício delegado do poder, sendo, simultaneamente, explorados – no sentido em que são empregados – e exploradores – no sentido em que colaboram para que os donos dos meios de produção extraiam mais-valia dos seus empregados (WRIGHT, 1997, p. 20).

Na concepção do autor, seria exatamente em função da existência destes gerentes e supervisores que as relações de exploração tornar-se-iam, por vezes, mascaradas, pois eles são dotados de poder para trabalhar contra os interesses da classe a que pertencem. Estes profissionais não são donos dos meios de produção, sendo, portanto explorados; todavia os capitalistas, possuidores dos meios de produção, os contratam, pagando mais do que aos empregados comuns, para que coajam os empregados a desenvolverem cada vez melhor suas funções, aumentando desta forma a extração da mais-valia, que também é utilizada para pagá-los. Ao mesmo tempo, os trabalhadores deixam de ter no dono dos meios de produção a figura do explorador, dado que passam a travar suas lutas cotidianas contra o gerente/supervisor, opressor delegado mais próximo, mas que, em última instância, seria seu parceiro de classe.

Retomando os três critérios que definem a exploração de classe levantados por Wright (1997, p. 10), é possível inferir a existência de dois deles na relação entre gerentes/supervisores e empregados. Primeiramente, a relação entre ambos envolve a exclusão assimétrica do explorado – no caso o trabalhador – a certos recursos produtivos – no caso o controle do processo de trabalho que é incumbência do gerente/supervisor. Em segundo lugar, o mecanismo que traduz exclusão envolve a apropriação dos frutos do trabalho do explorador por aqueles que controlam os recursos produtivos, pois o gerente/supervisor é pago com os recursos adquiridos pelos donos dos meios de produção a partir da exploração dos trabalhadores, pela qual os gerentes/supervisores são responsáveis. Todavia, o primeiro requisito levantado para caracterizar uma relação de exploração não é cumprido, pois o bem estar de gerentes/supervisores não depende da privação material dos trabalhadores.

É também com base na compreensão das localizações contraditórias de classe que se pode visualizar, além de um agrupamento que é, simultaneamente, explorado e explorador, um outro agrupamento social que não é nem explorado e nem explorador: os pequenos proprietários – urbanos e rurais – que não contratam empregados. Este grupo de pessoas, donas de seus meios de produção, não são exploradores, pois não exploram a ninguém, além de si próprios, para prover seu bem-estar e, ao mesmo tempo, não são explorados por ninguém – além de por si mesmos -, dado que possuem os meios de produção que garantem a viabilidade de sua subsistência. Embasado na teoria de Wright (1997), mas dedicado à análise da realidade brasileira, Santos (2002, p. 131) define a situação dos pequenos proprietários, assim como a dos trabalhadores precários por conta própria, como uma subclasse que “é oprimida economicamente mas

não consistentemente explorada dentro de um determinado sistema de classes”. (SANTOS, 2002, p. 131)

Conforme já referido, na concepção marxista de classes sociais, o aspecto elementar que coloca em oposição duas classes fundamentais é a posse dos meios de produção. Este paradigma da teoria original de Marx não foi superado por Wright (1997), tanto é que ele continua a trabalhar com duas classes fundamentais de proprietários e não proprietários dos meios de produção. O que ocorre é que o autor criou, ao longo de sua análise, subclasses ancoradas nas relações de poder existentes no interior do processo produtivo, de modo que surgiram as classes mistas.

A criação destas classes mistas corresponde a uma sofisticada estratégia desenvolvida por Wright (1997) para medir a dimensão da autoridade. Esta dimensão é dada pelos ativos de controle organizacional, de modo que esta subclasse hierarquiza-se a partir dos ativos que as diferentes funções no interior das organizações desfrutam, permitindo assim que o modelo dual marxista admita uma nova localização de classe, que possibilita analisar indivíduos ambíguos no que se refere à classe a que pertencem, mas que não chega a constituir-se numa terceira classe.

Apesar de fundamental à análise de classes neomarxista elaborada por Wright (1997), a noção das localizações contraditórias de classe é apenas tendencial, de modo que a abordagem das trajetórias torna-se indispensável para fugir de uma simples relação estrutural de causa (classe de origem) e efeito (classe de destino). É no sentido de fugir de determinações estruturais que nesta abordagem as localizações de classe (plano micro) ocupadas pelos indivíduos e/ou famílias são postas como mediatas (capazes de captar outras relações do ator, para além do emprego) e temporais.²⁷ Ainda nesta perspectiva, “ocupar uma localização significa ser afetado por um conjunto de mecanismos que determinam as possibilidades e os limites encarados ao fazer escolhas e agir no mundo”. (SANTOS, 2002, p. 50).

Refletindo acerca da análise de classes, Wright (1997) entende que “a tarefa da análise não é simplesmente entender a estrutura de classes e seus efeitos, mas entender as interconexões entre todos os tipos de elementos e suas consequências para outros aspectos da vida social”.²⁸ (WRIGHT, 1997, p. 3). Desta forma, na proposta analítica desenvolvida pelo autor está presente o estudo das relações entre o pertencimento a

²⁷ A colocação das relações como temporais significa relativizar a localização de classe, abrindo a possibilidade de que a mesma seja alterada ao longo da trajetória dos indivíduos.

²⁸ Tradução do autor.

classes sociais específicas e suas chances de vida, assim como é dada especial ênfase às trajetórias individuais percorridas pelos indivíduos e suas famílias.

Santos (2002, p. 28), por exemplo, entende que as classes sociais são capazes de influenciar outros fenômenos sociais e de moldar os interesses materiais e as capacidades para a ação das pessoas. O autor entende também que “o poder causal da posição de classe na vida dos indivíduos advém do modo como esse fator determina o acesso aos recursos materiais e afeta o caráter das experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo”. (SANTOS, 2002, p. 28)

É a partir de uma concepção de estratificação de classes que envolve a distribuição desigual de poderes e dos direitos sobre os recursos produtivos básicos da sociedade, gerando consequências significativas e sistemáticas para a vida dos indivíduos e para a dinâmica das instituições, que os autores de filiação marxista elaboraram um modelo analítico para a mobilidade social (SANTOS, 2002, p. 28).

Neste modelo, a concepção dual de classes, originalmente elaborada no interior da tradição marxista, é tricotomizada, de modo que passa a possuir três posições de classe: a dominante, a contraditória e a subordinada. Passam a ser incluídas na classe dominante as posições de capitalistas propriamente ditos, pequenos empregadores e a pequena burguesia. As classes mistas (dominantes e dominadas ao mesmo tempo, mas sem constituírem uma nova classe) são compostas pelo conjunto de empregados que desenvolvem, em alguma medida, posições de mando no interior das organizações, sendo eles hierarquizados a partir do nível de poder de que desfrutam nas mesmas, de modo que são definidas três localizações no interior destas classes mistas: gerentes especialistas, gerentes qualificados e gerentes não qualificados. Na base do sistema de estratificação estão os empregados que não possuem meios de produção e nem prerrogativas de mando, hierarquizados em especialistas, trabalhadores qualificados e trabalhadores não qualificados.

O modelo de análise de mobilidade social neomarxista desenvolvido por Wright (1997) mantém a essência do modelo marxista de duas classes sociais pautadas pela exploração dos possuidores dos meios de produção sobre os não possuidores, acrescentando ao mesmo o refinamento das relações de poder no interior do processo produtivo, as quais levam à formação de localizações contraditórias de classe. O autor, fiel à tradição marxista à qual se filia, não abandona a visão de uma sociedade pautada por duas classes antagonistas entre si, considerando que as localizações contraditórias

não se constituem numa classe social, mas num misto das duas classes existentes, podendo, conforme o caso, se aproximar mais de uma ou de outra.

Este modelo, assim como os de filiação neodurkheimiana e neoweberiana, permite que se faça uma análise quantitativa da mobilidade social, utilizando como referência as posições ocupacionais dos indivíduos em sua relação com a estrutura de classes. Desta forma, na tipologia de Wright, três diferentes indicadores são apontados para a formulação de um sistema de estratificação de classes: a apropriação diferenciada de ativos em meios de produção (posse de capital); os ativos de qualificação (qualificação individual); e a relação com o exercício da dominação no interior do processo produtivo (posição de poder ocupada no interior do processo produtivo e/ou local de trabalho).

Mas este modelo, apesar de sofisticado, é falho em alguns aspectos, como reconhece Wright (1997, p. XXX-XXXI), no prefácio da obra em que apresenta sua elaboração. De acordo com ele, o modelo não é capaz de dar conta, satisfatoriamente, das classes dominantes e, principalmente, dos desempregados, limitação esta atribuída à perspectiva marxista adotada, a qual trabalha a partir da polaridade entre explorador e explorado. Neste sentido, deixa-se passar ao largo os ricos não proprietários que vivem de investimentos – especuladores – e que não exploram diretamente a ninguém e os desempregados que não são explorados diretamente por ninguém. A estes poderiam ser acrescidos, no contexto brasileiro, os trabalhadores informais precarizados.

Reconhecendo as limitações deste modelo e que “os padrões de participação em várias redes sociais ao longo da vida podem também ser relevantes para a dinâmica de permeabilidade das fronteiras de classe”²⁹ (WRIGHT, 1997, p. 151), torna-se fundamental o estudo das trajetórias. De acordo com Ribeiro:

Wright reconhece os problemas inerentes a uma visão estritamente posicional da estrutura de classes e declara sua preferência por uma abordagem de trajetória. As visões posicionais de estrutura de classes giram em torno de caracterizações essencialmente estáticas da localização das pessoas nas relações de classe. A localização de classe é um determinante básico da matriz de possibilidades objetivas enfrentadas pelos indivíduos, seja no horizonte das alternativas reais que as pessoas consideram ao tomar decisões sobre o que fazer e como fazer, seja no âmbito da trajetória global das possibilidades encaradas

²⁹ Tradução do autor.

durante o ciclo de vida. O caráter de uma determinada posição deve ser visto em termos probabilísticos. As propriedades relacionais de uma posição de classe determinam as consequências de classe apenas como tendências. O mesmo ocorre com a localização relacional dos ocupantes no decorrer do tempo. Uma explicação plena da estrutura de classes tem que incluir algum tipo de reconhecimento dessas trajetórias probabilísticas. (SANTOS, 2002, p. 48)

Depreende-se então que, apesar da relevância assumida por estudos de mobilidade social baseados em matrizes analíticas complexas e em dados gerais, utilizando como referência modelos que definam aprioristicamente – a partir de características específicas - as classes sociais que os compõem, é também de fundamental importância a realização de estudos pautados pelas trajetórias individuais, capazes de permitir que se visualizem os diferentes caminhos e estratégias utilizados pelos atores em seus movimentos empíricos de uma classe a outra. As análises estruturais de classe levantam as tendências dos movimentos de mobilidade, todavia não permitem que se visualizem na prática as formas pelas quais essas mesmas tendências são ou não vividas pelos atores.

Nos estudos de mobilidade social, de caráter macroestrutural e pautados por análises quantitativas, a unidade analítica utilizada são os atores individuais, dado que são buscados em bancos de dados de períodos anteriores a posição de origem de determinado estrato da população e em dados atualizados a posição atual, medindo-se a mobilidade pela diferença entre ambas. Já na proposta centrada no ator a unidade analítica é a família, pois se busca visualizar nas trajetórias intergeracionais observadas as dinâmicas de mobilidade social ocorridas.

Desta forma, propõe-se, além de um olhar estrutural sobre a mobilidade social na sociedade brasileira, que também se busque compreender como esta mobilidade é vivenciada pelos atores em suas interações cotidianas, de forma que cabe discutir também a mobilidade social na perspectiva dos atores.

1.4. Mobilidade social e estruturas de oportunidades: uma perspectiva a partir dos atores

Considerando-se as diferentes vertentes teóricas dedicadas ao estudo da mobilidade social é possível perceber que todas referem, de algum modo, a importância que as oportunidades ocupam na definição dos sistemas de estratificação social.

Mesmo na abordagem de cunho neodurkhiemiano, que ressalta a importância funcional da desigualdade e acentua a meritocracia como elemento chave para a estratificação, há o reconhecimento de que o status de origem dos indivíduos pode interferir na distribuição das posições, tanto é que no modelo desenvolvido as modalidades de mobilidade previstas limitam-se ao interior das classes sociais pré-definidas.³⁰

O papel das estruturas de oportunidades é mais óbvio na teoria neoweberiana, inclusive porque foi o próprio Weber que cunhou o termo. Nesta tradição, a mobilidade é definida pelos recursos que o indivíduo possui para alavancar a mobilidade - os quais são produto da posição por ele ocupada na estrutura social - e pelas barreiras estruturais à mobilidade. Desta forma, as estruturas de oportunidades, dadas pela quantidade de recursos possuída pelos indivíduos associada ao uso que os mesmos fazem destes recursos e limitadas pelas barreiras e facilidades (que podem atender a grupos e/ou categorias particulares ou a sociedade como um todo) estruturais impostas irão determinar as chances e o tipo de mobilidade possíveis no interior das sociedades.

Na análise marxista, que trabalha a partir da distinção de duas classes fundamentais - exploradores e explorados -, as quais são definidas pela posse ou não dos meios de produção, a noção de oportunidades também é fundamental, pois possuir os meios de produção significa dispor de todas as oportunidades para se manter na classe exploradora, enquanto não possuir os meios de produção equivale a não ter qualquer oportunidade de abandonar a classe explorada. A única perspectiva de mobilidade possível em análises de inspiração marxista seria a revolucionária, em que se extinguiria a propriedade privada dos meios de produção, criando-se um regime de igualdade em que todos teriam a oportunidade de "hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-se caçador, pescador, pastor ou crítico." (MARX e ENGELS, 1984, p. 47). Convém lembrar que, mesmo que se quisesse

³⁰ Desta forma, o alvo do trabalhador seria torna-se capitalista; do iletrado tornar-se intelectual; do imigrante ilegal torna-se um trabalhador com direitos reconhecidos; etc.

considerar as localizações contraditórias de classe como representativas de mobilidade estar-se-ia cometendo um equívoco, dado que as mesmas são produto de complexificações do sistema capitalista, mas que mantém como explorados os não proprietários e como exploradores os proprietários dos meios de produção. (SANTOS, 2002)

Mesmo considerando-se que as oportunidades se constituem em elemento chave nos sistemas de estratificação social, permanece decisiva a discussão acerca do papel das condições estruturais e individuais nas formas pelas quais a sociedade se organiza em diferentes estratos sociais.

Ao se analisar o debate estabelecido no interior dos estudos de mobilidade, bem como as perspectivas seguidas nas diferentes abordagens teóricas adotadas sobre o tema, uma questão subjaz permanentemente: o clássico debate da sociologia envolvendo o tensionamento entre as esferas da ação e da estrutura, ou, em outras palavras, a mobilidade seria fruto da ação individual – perspectiva das recompensas –, produto das condições estruturais da sociedade – perspectiva dos recursos – ou ainda fruto de uma compreensão sintética que considera o esforço individual, sem, contudo, ignorar o componente estrutural da mobilidade.

Como é possível perceber a partir da leitura dos estudos mais recentes acerca da mobilidade social, os autores têm optado por uma abordagem mais sintética, isto é, capaz de articular os elementos da ação com o contexto estrutural em que ela se desenvolve. No entanto, cabe chamar à atenção que esta posição tem sido adotada, em larga medida, como consequência dos dados utilizados nas pesquisas e de seu tratamento quantitativo. Neste sentido, os autores – nacionais e internacionais – baseiam-se em estudos censitários ou surveys, aos quais aplicam modelos estatísticos que permitem observar, em termos macro-estruturais, os movimentos de mobilidade que caracterizaram a sociedade estudada, bem como compará-la a outras.

Ainda considerando os estudos sobre a mobilidade social, é possível perceber que, apesar de os autores entenderem que a mobilidade é fruto de dinâmicas estruturais associadas à ação individual dos atores, reconhecem também que seus estudos carecem de um maior aprofundamento deste nível individual dos movimentos de mobilidade.

Uma exceção a essa regra é o estudo de Spolte (2010), pois este pesquisador analisa, primeiramente, a mobilidade dos negros na estrutura social gaúcha para, em seguida, efetuar um estudo acerca de algumas trajetórias individuais, procurando verificar as formas pelas quais os movimentos de mobilidade e, especialmente, as

barreiras à mobilidade, se desenvolveram nos caminhos seguidos pelos atores estudados. Sobre este estudo cabe, além deste mérito, a ressalva de que foi desenvolvido a partir de um conjunto mais específico de dados – sobre os negros no Rio Grande do Sul – e que teve as análises de trajetórias centradas num caso específico – os trabalhadores do sindicato dos arrumadores da cidade de Pelotas.

Para dar conta da construção de um quadro teórico capaz de amparar a diversidade de abordagens afiliadas a uma perspectiva pautada pelos atores, apresentar-se-á, primeiramente, uma síntese dos modelos desenvolvidos pelos autores de duas escolas sociológicas distintas – francesa e inglesa³¹ – para, ao final, construir o referencial teórico a ser utilizado nesta tese.

No interior da escola sociológica francesa destacar-se-ão os estudos de Pierre Bourdieu e de seu aluno e seguidor mais contemporâneo, Bernard Lahire, além de Bruno Latour, que apesar de também haver sido aluno de Bourdieu, elaborou uma teoria que questiona a de seu mestre. Já ao abordar a escola sociológica inglesa devem ser discutidas as teorias de Antony Giddens e de Margaret Archer, que formulou inovações ao modelo desenvolvido pelo primeiro autor.

No modelo teórico desenvolvido por Pierre Bourdieu, a realidade social é construída como um sistema de relações entre pessoas, no interior da qual as posições ocupadas mantêm sempre relações – mais ou menos diretas – com outras posições, constituindo, assim, os sentidos. Em outras palavras, significa dizer que as posições ocupadas pelos atores no interior da estrutura social só adquirem sentidos na/pela relação mantida com outras posições, bem como por seu lugar no campo em que estão inseridas. Vandenberg (2006, p. 322) vislumbra, na teoria Bourdiana, três diferentes níveis de análise social: o primeiro constituído pelas práticas; o segundo pela ordem de interação e o terceiro “envolvendo e sobredeterminando os dois níveis inferiores, pelo sistema estrutural de relações entre as posições sociais dos atores no campo”. (VANDENBERG, 2006, p. 322). Nesta acepção, o objeto científico é construído como um sistema de relações objetivas nas quais se encontram imersos os atores sociais.

De acordo com Bourdieu (1982, p. 42), é a estrutura das relações que constituem o espaço do campo que comanda a forma que pode revestir as relações visíveis da interação e do conteúdo das experiências vivenciadas pelos atores (BOURDIEU, 1982,

³¹ A opção por essas duas escolas não significa a ignorância da existência de outras escolas sociológicas tradicionais, a exemplo da alemã e da norte-americana, porém permite que se cerque melhor o tema a ser pesquisado. Igualmente, não se quer ignorar a relevância dos trabalhos elaborados pelos demais autores franceses e ingleses, não referenciados aqui.

p. 42). Ao mesmo tempo em que enfatiza o plano estrutural para explicar as ações pelo conceito de campo, Bourdieu (2008) lança mão da noção de *habitus* a fim de por em evidência a capacidade de ação individual do ator de agir/reagir às determinações estruturais. De acordo com ele, o *habitus* corresponderia a uma

unidade originariamente sintética de um princípio gerador (...) [que] integra o conjunto dos efeitos das determinações impostas pelas condições materiais de existência (...). Ele é a classe incorporada – incluindo propriedades biológicas socialmente modeladas, tais como o sexo ou a idade – e, em todos os casos de deslocamento intergeracional ou intrageracional, distingue-se (em seus efeitos) da classe objetivada em determinado momento (...) no sentido em que ele perpetua um estado diferente das condições materiais de existência, aquelas de que ele é o produto e, neste caso, diferem mais ou menos das condições de sua atualização. As determinações que, ao longo de toda a existência, se exercem sobre os agentes constituem um sistema no interior do qual um peso predominante cabe, por um lado, a fatores, tais como capital possuído, definido em seu volume global e, também, em sua estrutura, e, por outro, a posição correlata nas relações de produção. (BOURDIEU, 2008, p. 410).

Este *habitus* - que pode ser sinteticamente definido como um sistema de disposições socialmente incorporado que leva os atores a reproduzirem as estruturas sociais incorporadas - possuiria a prerrogativa de atuar, simultaneamente, como estrutura estruturada e estrutura estruturante. Como estrutura estruturada o *habitus* corresponderia ao conjunto de disposições sociais incorporadas pelos atores a partir do estabelecimento de suas relações sociais, todavia, sem esquecer que essas relações ocorrem no interior de um campo, o qual é marcado por relações assimétricas e conflituosas de poder. Desta forma, se o *habitus* incorporado representaria uma tendência de os atores reproduzirem sua posição no interior do campo, também é verdade que as relações de poder que constroem esse mesmo campo não são estáticas, de modo que existe para os atores a possibilidade de travarem embates no interior deste campo, através dos quais podem, pelo uso de seus diferentes capitais, sair vencedores e deixarem a condição de reprodutores de um *habitus* para assumirem a posição de construtores de um novo *habitus*. (BOURDIEU, 2008, p. 410)

Inspirado pelo modelo teórico bourdiano, que associa os conceitos de campo e de habitus para explicar as práticas sociais, Lahire (2004) entende que as práticas sociais originam-se de uma articulação entre disposição e contexto. Neste esquema, o autor aponta que ao *habitus* bourdiano corresponderia seu conceito de disposição e ao campo o conceito de contextos. Mas muito mais do que simples estratégia retórica, a releitura dos conceitos de seu mestre inspirou Lahire a ressemantizar os mesmos na elaboração de seu modelo teórico. (LAHIRE, 2004)

Na crítica que faz ao modelo de Bourdieu, Lahire (1996, p. 396-397) aponta que o campo consegue apenas retratar microcosmos particulares (campo musical, campo intelectual, campo econômico, etc) sem dar conta de contextos mais amplos, os quais abarcariam a totalidade dos campos existentes em suas múltiplas relações³²; já no que se refere à crítica ao conceito de *habitus*, Lahire (2004, p. 22) entende que o mesmo considera atores movidos apenas por determinações internas, introjetadas ao longo de seu processo de socialização e que se transformariam em consciência prática, a qual se transforma na principal referência para as ações individuais. O conceito de disposições, formulado por Lahire (2004, p. 27), entendidas como realidades construídas, complexifica o conceito de *habitus*, pois apesar de também considerar as práticas incorporadas pelos indivíduos ao longo de seu processo de socialização, propõe um olhar sobre o conjunto das variáveis que estiveram presentes nesse processo de incorporação da realidade e as formas pelas quais esse passado incorporado atua como disposição na ação dos atores.

Neste sentido, segundo o modelo desenvolvido por Lahire (2004, p. 21), denominado por ele de Sociologia Disposicionalista, busca-se levar em consideração o passado incorporado pelos atores individuais na análise de suas práticas sociais. Porém, é importante referir que este passado se traduz no presente por disposições, mais ou menos fortes, as quais orientam os atores em suas ações e de acordo com o contexto no qual estão imersos, sem esquecer, contudo, que os próprios atores não possuem a capacidade de entenderem porque agem como agem, pois as disposições são inconscientes e passíveis de interpretação apenas pelos sociólogos através da análise de suas trajetórias biográficas.³³

³² É importante lembrar que Lahire (1996) não desconsidera a importância do conceito de campo, o qual pode constituir-se numa excelente ferramenta para a compreensão de microcosmos específicos.

³³ Na pesquisa em que utilizou o referencial teórico-metodológico disposicionalista, Lahire (2004) fez diversas entrevistas com as mesmas pessoas a fim de verificar a construção de seus sistemas de

Também afiliado a tradição sociológica francesa, mas buscando um caminho diferente daquele de inspiração Bourdiana, Bruno Latour desenvolve seus estudos a partir da teoria do ator-rede, a qual é pautada pelo entendimento de que o mundo é composto por diferentes *sítios*³⁴ – locais e globais – os quais se conectam entre si através dos condutores, de forma que “os sítios, agora, transformados definitivamente em atores-redes, são deslocados ao fundo; as relações, os veículos e os enlaces são trazidos ao primeiro plano³⁵”. (LATOURE, 2008, p. 312)

Considerando-se que a teoria do ator-rede é pautada pela conexão entre os diferentes *sítios*, tornam-se centrais na mesma os mediadores, os quais se situam na brecha que fica aberta entre a interação (ação) e o contexto (estrutura), e cumprem à tarefa de articular estas duas dimensões (LATOURE, 2008, p. 314). Para viabilizar as conexões é necessário que os mediadores efetuem alguns deslocamentos, adquirindo, assim, formas capazes de permitir o transporte das coisas – materiais e imateriais - entre os *sítios*.

Na teoria do ator-rede desenvolvida por Latour (2008, p. 334 - 335) é importante observar que a sociedade é entendida como a consequência e não a causa das associações, sendo o social apenas um movimento provisório de novas associações, sem esquecer, ainda, que estas associações que formam o mundo podem ser tanto materiais – como no caso da associação de um agente humano com outro humano, com um animal ou ainda com objetos – quanto imateriais – como na associação do humano com entidades religiosas, sobrenaturais, invisíveis, etc. Desta forma, cumpre ao sociólogo a tarefa de um gramático, isto é, descrever o social para inferir os significados e, neste sentido, é fundamental “seguir aos atores mesmos³⁶” (LATOURE, 2008, p. 319). Ainda segundo o autor, os atores sociais são portadores de universalizações fundamentais que tornam possível a vida em sociedade, de forma que ao segui-los o sociólogo deve, primeiramente, despir-se de todos os pressupostos, para, só então, *reensamblar lo social*, isto é, dar forma às relações entre os sítios, como quem monta um quebra cabeça do mundo social. (LATOURE, 2008, p. 318)

disposições bem como as formas pelas quais as mesmas manifestaram-se em situações ocorridas em diferentes contextos.

³⁴ “Qualquer sítio será tomado como um ator-rede se é a fonte do que atua a distância sobre outros sítios – dando-lhe, portanto, a forma de uma estrela – e é ele ponto final de todas as transações que conduzem a ele, o que também lhe dá essa forma de estrela”. (LATOURE, 2008, p. 316) – tradução do autor.

³⁵ Tradução do autor.

³⁶ Tradução do autor.

Conforme é possível observar, Latour percorre um caminho teórico diferente daquele seguido por Bourdieu e depois por Lahire, pois em sua teoria do ator-rede inclui a importância dos mediadores – conceito não trabalhado pelos outros dois autores na construção de seus modelos – e um novo entendimento da forma pela qual a sociedade é construída e pela qual deve ser estudada. Desta maneira, propõe que são as relações sociais que formam a sociedade, trazendo o agente social a um primeiro plano, colocando o ator e não o sociólogo – como fazem Bourdieu e Lahire – como protagonista da interpretação do mundo social. É inovador, pois traz à cena sociológica atores nunca antes considerados, a exemplo do papel dos agentes não humanos e das coisas imateriais.

Ao tratar dos modelos desenvolvidos pelos teóricos ingleses aqui analisados será possível vislumbrar mais continuidades do que rupturas, pois, ao que parece, Archer agrega novos elementos que apenas enriquecem a teoria de Giddens, mas sem invalidá-la por completo.

Anthony Giddens (2009) desenvolveu um modelo teórico que denomina teoria da estruturação, no qual a estrutura, ao mesmo tempo em que é constituída pela atividade humana também é meio para a constituição desta. De acordo com a perspectiva de Giddens (2009), o peso da dimensão estrutural se expressa pela coerção estrutural, a qual é composta pelo conhecimento que os atores possuem de sua realidade social. Todavia, a outra face da coerção estrutural é representada pela capacidade reflexiva dos atores sociais, a qual é produto do conhecimento altamente complexo que eles possuem de sua realidade.

De acordo com Giddens (2009, p. 30), os atores sociais são hábeis sociólogos, o que significa dizer que são capazes de ler e interpretar sua realidade social, acumulando um conhecimento que serve como parâmetro para balizar suas ações. Neste sentido, é possível perceber na teoria giddesiana que os atores sociais estão cientes da coerção estrutural que os sujeita, e é com base na ciência de sua situação que eles irão, reflexivamente, agir. Todavia, apesar de os atores conhecerem a estrutura na qual estão imersos, eles não possuem a capacidade de prever as consequências de suas ações, as quais possuem, portanto, consequências impremeditadas.

Neste sentido, o autor entende que o conhecimento que os atores sociais possuem de sua realidade é coercitivo, pois, ao conhecerem suas potenciais chances de futuro e, especialmente, as barreiras que devem encontrar, acabam por fazer escolhas no âmbito do que julgam acessível, extirpando, de antemão, outras possibilidades de futuro

que julgam inviáveis (GIDDENS, 2009, p. 208). Como consequência imprevista desta ação ocorre que os atores acabam por, sem querer, colaborar através de suas ações para a reprodução estrutural de sua condição.

Em última análise, no pensamento de Giddens (1991), a reflexividade é introduzida na base da reprodução do sistema, de forma que pensamento e ação estão constantemente refratados entre si. A reflexividade da vida social consiste em que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informações renovadas destas próprias práticas, alterando assim o seu caráter.

Ao desenvolver a perspectiva do dualismo analítico, Archer (1998, p. 11) não abandonou completamente os termos da teoria da estruturação de Giddens, visto que também reconheceu a interdependência entre estrutura e ação, mas, ao contrário deste autor, a partir de um entendimento segundo o qual estrutura e ação operariam em escalas de tempo diferentes. Em seu modelo, as estruturas existentes – construídas pelos atores - são produtos de gerações anteriores, apesar de suas implicações para as atuais gerações, o que significa dizer que a estrutura é temporalmente anterior a ação.

Trabalhando a partir do que denomina *morphogenetic approach*, Archer (1998, p. 11) argumenta que, apesar de interdependentes, é possível desfazer, analiticamente, a relação entre estrutura e agência. Para isso, ela propõe isolar os fatores estruturais e investigar como eles formam as interações subseqüentes de agentes e como estas relações, por sua vez, reproduzem ou transformam o contexto inicial.

Mas há um outro conceito, também presente na teoria da estruturação de Giddens, que é seminal para a teoria desenvolvida por Archer: a reflexividade. De acordo com a autora

A reflexividade desempenha esse papel de mediador, em virtude do fato de que nós deliberamos sobre nós mesmos em relação às situações sociais que enfrentamos, certamente de maneira falível e incompleta e necessariamente sob nossas próprias descrições³⁷.
(ARCHER, 2007, p. 42)

Outro avanço de Archer em relação à teoria da estruturação de Giddens diz respeito à própria definição do conceito de reflexividade - que no primeiro autor se refere à capacidade dos atores de compreenderem sua realidade e orientar suas ações por esta compreensão -, a qual, de acordo com a autora, atua através de uma

³⁷ Tradução do autor.

conversação interna que tem como ferramentas, além da linguagem, as emoções, sensações e imagens. Esta conversação interna, produto da reflexividade, atua como um mediador entre as nossas preocupações e os contextos sociais. (ARCHER, 2007b, s/pg).

Ainda tratando do conceito de reflexividade, Archer (2012, p. 13) define quatro tipos distintos: *Communicative Reflexivity*; na qual a conversação interna precisa ser confirmada e completada por outros antes de conduzir a ações; *Autonomous Reflexivity*, segundo a qual as conversas internas são auto-suficientes, levando diretamente a ação; *Internal Conversations Critically*, a qual avalia criticamente os diálogos internos anteriores, sendo crítica também em relação a sua ação na sociedade e, finalmente, a *Fractured Reflexivity*, de acordo com a qual as conversas internas não podem levar a cursos de ação proposital, mas intensificar a angústia pessoal e a desorientação, resultando em ação expressiva.

Desta forma, na relação entre estrutura e agência visualizada pela autora, da qual a reflexividade é mediadora, pode-se afirmar que as interações sociais são condicionadas pela estrutura, mas jamais determinadas por ela. Mas o modelo desenhado por Archer (1998, p. 11-12) possui três temporalidades diferentes: o tempo 1, dos condicionamentos estruturais; o tempo 2, das interações; e o tempo 3, da elaboração das estruturas. Desta forma, é possível depreender que os atores nascem em contextos anteriores a eles, que não conhecem, mas que em alguma medida possuem reflexos em suas atividades presentes; no entanto, a autora adiciona a seu modelo uma perspectiva de futuro, ou seja, da mesma forma que nascem em contextos produzidos por outros, os atores presentes vão, em alguma medida, contribuir para a construção de contextos que serão vividos pelas gerações vindouras. Ao tratar da construção deste terceiro tempo em sua teoria, Archer afirma que

A elaboração das estruturas que ocorre, então, é considerada como uma consequência largamente não intencional. A modificação das propriedades estruturais anteriores e a introdução de novas propriedades são o produto combinado dos diferentes resultados que procuram simultaneamente diversos grupos sociais. Este elemento não intencional decorre largamente dos conflitos e das concessões dos grupos, o que significa que a

elaboração estrutural é uma consequência que nenhuma pessoa procurava³⁸. (ARCHER, 2007, p. 12)

Mais uma vez é possível observar que Archer retoma elementos da teoria da estruturação, agregando-lhes novos significados, como é o caso das consequências impremeditadas da ação. Pois se Giddens entende que as ações humanas, orientadas por leituras reflexivas da realidade, possuem consequências para além do que os atores podem prever; Archer, em seu modelo dual-analítico, composto por três diferentes temporalidades, argumenta que as ações empreendidas por grupos sociais diversos – compostos por conjuntos de agentes individuais – acabam por, em alguma medida, formatar a realidade social.

De acordo com Oliveira (2011, p. 119) Archer tem uma postura bastante crítica em relação à teoria da estruturação desenvolvida por Giddens, apesar da falta de um diálogo entre os autores. Mas, sem ignorar alguns pontos de vista diversos de cada um deles, ao que parece, a partir da explanação acima desenvolvida, há mais continuidades do que rupturas entre os dois modelos estudados, apesar de carecerem de melhor desenvolvimento. Segundo Oliveira (2011, p. 119-120), há uma carência de diálogo entre ambos, o que se deve ao fato de Giddens não ter se disponibilizado a contrargumentar as críticas que Archer tem feito à sua teoria da estruturação.

No modelo teórico desenvolvido por Archer (1998, p. 11-12), a realidade social é concebida a partir de três diferentes temporalidades – condicionamentos estruturais; interações e elaboração das estruturas –, porém, tais temporalidades não existem isoladamente, mas apenas em relação com as demais. Neste sentido, para estudar as dinâmicas de mobilidade social a partir da perspectiva dos atores – das interações – é necessário compreender também quais são os elementos anteriores a esta realidade – condicionamentos estruturais – que possuem implicações na composição dos movimentos de mobilidade, assim como os reflexos que as estratégias dos atores podem possuir sobre dinâmicas futuras de mobilidade – elaboração das estruturas.

Para dar conta de uma análise pautada pela perspectiva dos atores, e que não ignore os condicionamentos estruturais e nem a elaboração das estruturas, é necessário, assim como sugere Archer (1998, p. 11), separar analiticamente este presente no qual os atores elaboram suas estratégias de mobilidade, construindo um quadro geral que

³⁸ Tradução do autor.

permita visualizar o que se pode chamar de “contexto presente de imersão social”, o qual nada mais é do que a realidade social na qual os atores interagem entre si.

Este contexto presente, apesar de analiticamente isolado, não existe por si só; ele tanto é produto de dinâmicas sociais anteriores quanto das interações presentes que nele se desenvolvem. Desta forma, de acordo com uma perspectiva centrada nos atores, entende-se que, ao longo de suas trajetórias intergeracionais e do contexto no qual nasceram, os atores sociais foram dotados de determinados tipos de capitais, dos quais os mesmos procuram fazer uso a fim de concretizar movimentos de mobilidade social.

Conforme sugere Lahire (2004), o contexto refere-se à realidade social *lato sensu*, de forma que, para estudar a mobilidade social seguindo a perspectiva dos atores, é necessário defini-la como um campo específico deste contexto mais amplo. Este campo, assim como qualquer outro, é caracterizado por uma estrutura de posições sociais diferenciadas conforme o volume, a estrutura e a distribuição dos capitais disponíveis, a qual será fundamental na definição das estruturas de oportunidades de mobilidade social disponíveis aos atores sociais. (BOURDIEU, 1996, p. 29-30)

Percebe-se, assim, que a teoria bourdiana acentua o papel das estruturas de oportunidades como fator determinante da posição dos atores no campo social, ou seja, os atores se posicionam e agem socialmente condicionados por suas oportunidades, o que gera uma tendência à reprodução de um habitus de classe³⁹ que molda sua inserção no campo social.

Mas, antes que se passe ao tratamento do conceito de estruturas de oportunidades, resta ainda entender de que forma os elementos presentes no contexto estão também presentes num campo específico e, mas diretamente, nas ações dos atores que o vivenciam. Para isso, mais uma vez, recorre-se a Archer (2007, p. 42), em sua concepção de que a reflexividade desempenha o papel de mediadora entre as esferas da ação e da estrutura. Neste sentido, a reflexividade, entendida enquanto um diálogo interno, opera um exercício através do qual cada um delibera sobre suas preocupações pessoais em relação aos contextos sociais no quais estão imersos. (ARCHER, 2007, p. 42)

Tratando-se do conceito de estruturas de oportunidades, destaca-se que o mesmo é comumente utilizado na análise de grupos, em especial a juventude, em situação de

³⁹ Este habitus de classe pode ser “percebido como um aprendizado não intencional de disposições, inclinações e esquemas avaliativos que permitem ao seu possuidor perceber, classificar, numa dimensão pré-reflexiva, signos opacos da cultura legítima”. (SOUZA, 2006, p. 34)

vulnerabilidade social, como, por exemplo, no relatório da Unesco Brasil, publicado por Abramovay et al (2002). Neste texto, os autores definem vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre os recursos materiais e simbólicos disponíveis aos atores e o acesso a estruturas de oportunidades sociais, econômicas e culturais providas do Estado, do mercado e da sociedade.

De acordo com Kaztman e Filgueira (1999, p. 9), “o termo ‘estrutura de oportunidades’ alude ao fato de que as rotas de bem estar estão estreitamente vinculadas entre sí, de modo que o acesso a determinados bens, serviços ou atividades provê recursos que facilitam, por sua vez, o acesso a outras oportunidades⁴⁰”. Em síntese, o que os autores argumentam é que o acesso permitido aos atores a dadas condições sociais e materiais modela as estruturas de oportunidades que lhes estão disponíveis.

Segundo Gunter e Gunter (1998, p. 2), o conceito de estruturas de oportunidades corresponde subjetivamente à formulação weberiana relativa à posição objetiva que dada pessoa ocupa em relação ao acesso à educação, status, respeito, renda e poder. De acordo com os autores, Weber utilizou a noção de oportunidade de vida com o intuito de indicar as possibilidades que são oferecidas aos indivíduos pelas estruturas sociais.

Analisando as formas de mobilidade social na sociedade, Bourdieu (2008, p. 122) destaca que as oportunidades disponíveis aos indivíduos, famílias e agrupamentos sociais irão depender de dois aspectos fundamentais: a) do volume e estrutura do capital (do volume atual e potencial do capital econômico, do capital cultural, e do capital social); b) do estado (mais especificamente da relação estabelecida entre o patrimônio de diferentes grupos e os diferentes instrumentos de reprodução). De acordo com o autor, as estruturas de oportunidades serão maiores ou menores conforme a capacidade dos atores de reconverterem os capitais disponíveis em uma outra subespécie de capital, qual seja, num dado momento histórico, aquele que melhores chances tem de permitir a mobilidade social.

Neste sentido, pode-se definir o conceito de estruturas de oportunidades da seguinte maneira: elas são compostas pela soma dos diferentes capitais disponíveis aos atores sociais e por sua capacidade de reconversão e mobilização com vistas a um determinado objetivo, num campo dinâmico específico.

Na acepção proposta por Bourdieu (2008), o conceito opera tanto como estrutura estruturada quanto como estrutura estruturante, isto é, ao mesmo tempo em que as

⁴⁰ Tradução do autor.

estruturas de oportunidades são estruturadas pelo volume e estrutura de capitais disponíveis aos atores, elas também são determinantes em relação ao acesso que permitem aos atores a determinados tipos de capitais, bem como às possibilidades existentes de efetuar reconversões. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que as estruturas de oportunidades são dadas pela soma dos capitais disponíveis aos atores e pela capacidade que estes têm de reconvertê-los e mobilizá-los, elas também são responsáveis por facilitar ou restringir o seu acesso a estes mesmos capitais.

A partir desta base proposta por Bourdieu (2008) para o entendimento do conceito, entende-se que o mesmo deva ser interpretado a partir de uma perspectiva relacional, pois o volume e a estrutura de capitais disponíveis aos atores irão variar, tanto conforme a estrutura social na qual estiverem inseridos, quanto pelo próprio entendimento que esses mesmos atores – consciente ou inconscientemente – têm de suas estruturas de oportunidades. Neste sentido, as estruturas de oportunidades atuariam como um “habitus”, agindo, simultaneamente, como estrutura estruturante - no sentido da estrutura social de imersão do ator que lhe fornece um dado volume e estrutura de capitais - e como estrutura estruturada -, de forma que a própria ação dos atores seria, inconscientemente, elaborada a partir da interpretação subjetiva que os mesmos fazem das estruturas de oportunidades disponíveis. Seguindo a lógica proposta pela teoria bourdiana do habitus, as escolhas dos atores deveriam ser interpretadas como habitus incorporado.

Todavia, quando propõe a compreensão da realidade social a partir do conceito de habitus – como estrutura estruturada e estrutura estruturante – Bourdieu não dá a devida ênfase à reflexividade inerente aos atores sociais e que lhes oferece maiores possibilidades de não reprodução do habitus incorporado ao longo do processo de socialização.

Neste caminho, não se quer negar que o conceito de estruturas de oportunidades opera, simultaneamente, como estrutura estruturada e como estrutura estruturante, mas está se propondo que as escolhas são reflexivas, ou seja, que vão além da reprodução de um habitus incorporado, representando, em verdade, uma opção dos atores a partir da interpretação subjetiva que fazem de suas estruturas de oportunidades.

Para que a noção de reflexividade seja acrescida à leitura bourdiana que se está propondo para o conceito de estruturas de oportunidades, pretende-se utilizar como referencial teórico as contribuições de Giddens (2009). De acordo com o referido autor, os atores sociais constituir-se-iam em entes que refletem constantemente acerca de si e

de sua realidade social, possuindo para tal um conhecimento altamente complexo de sua realidade social. Ainda de acordo com o raciocínio proposto por Giddens, as ações individuais seriam pautadas por essa leitura reflexiva que os atores fazem de sua própria realidade. Assim sendo, entende-se que os atores tenham uma compreensão bastante avançada da representatividade do volume e estrutura de capitais disponíveis e, neste sentido, de que conduzem suas ações a partir desta compreensão. Desta forma, os atores, ao fazerem suas escolhas, teriam por parâmetro a própria leitura que fazem de suas estruturas de oportunidades.

De outra forma, o que a noção de reflexividade de Giddens (2009) acrescenta à compreensão do conceito de estruturas de oportunidades de Bourdieu (2008) é uma perspectiva relacional que permite entender os atores enquanto agentes conscientes ao praticarem suas ações – o que não significa que estejam livres da coerção estrutural – de modo que suas escolhas e projeções deixam de ser entendidas como reprodução de um habitus incorporado para serem vislumbradas como opções reflexivas.

Dessa forma, o conceito de estruturas de oportunidades não pode, em hipótese alguma, ser compreendido enquanto constructo estático, mas precisa ser vislumbrado a partir de um processo bastante dinâmico, de modo que está em constante processo de construção e reconstrução. Isto ocorre porque as estruturas de oportunidades são dadas tanto pelo volume e estrutura de capitais disponíveis aos atores quanto pelos processos de utilização e reconversão que os mesmos fazem desses capitais – o que muda de ator para ator e também de acordo com o contexto em que está imerso o ator – e, principalmente, por serem as estruturas de oportunidades uma construção subjetiva dos atores – portanto diferentes conforme a construção que cada um faz delas e também variável em função do momento em que é construída pelo ator.

É neste sentido que se propõe a compreensão do conceito de estruturas de oportunidades inserida num campo específico, construído pelos atores e mediado pela reflexividade. Este campo tanto é composto pelo volume e estrutura de capitais disponíveis aos atores – e, portanto por suas estruturas de oportunidades – quanto permite e restringe o acesso dos atores a determinadas ofertas de capitais. Dessa forma, é nesse campo construído subjetivamente pelos atores⁴¹ – inclusive em suas dimensões

⁴¹ Este campo, construído pelas estruturas de oportunidades disponíveis aos atores e, ao mesmo tempo, definidor do volume e estrutura de capitais a que esses podem ter acesso, existe apenas subjetivamente porque em sua construção – pelo ator – são considerados apenas os capitais e oportunidades vislumbrados pelo próprio ator, de modo que aquilo que não faz parte de seu horizonte não faz parte de seu campo. Isto não significa dizer que as oportunidades que o ator não enxerga num dado momento sejam totalmente

objetivas – que deverão ocorrer às definições relativas aos projetos que pretendem viabilizar pela mobilização e reconversão dos capitais que possuem.

Ao contrário da noção de campo, neste caso entendida enquanto construção subjetiva do ator social, o conceito de estruturas de oportunidades – numa perspectiva relacional – pode ser entendido a partir de duas dimensões: uma objetiva e outra subjetiva, sendo que os projetos ocupacionais dos jovens deverão emergir da articulação destas duas dimensões. A dimensão objetiva refere-se ao campo das oportunidades disponibilizadas ao ator pela estrutura social na qual está imerso; já a subjetiva diz respeito às formas pelas quais o jovem interpreta, reflexivamente, esta realidade estrutural e age em função desta interpretação.

1.5. Mobilidade social no plano dos indivíduos

Para realizar uma análise das dinâmicas de mobilidade social entre os jovens agricultores familiares, no município gaúcho de São Lourenço do Sul, pautada pela perspectiva dos atores, pretende-se utilizar o referencial sugerido por Archer (1998), de modo que num primeiro momento devem ser abordados os condicionamentos estruturais, os quais irão, em alguma medida, incidir diretamente nas interações dos atores sociais em questão. Para elaborar um panorama destes condicionamentos estruturais é necessário que se compreenda, primeiramente, as próprias dinâmicas de mobilidade social que acompanharam a sociedade brasileira e gaúcha ao longo da última década, para, em seguida, tratar das dinâmicas mais específicas do rural brasileiro, da juventude e do município em que habitam os jovens que constituem o objeto analítico deste estudo. Finalmente, por se tratar de uma abordagem centrada nos atores, é importante que se analisem também as trajetórias intergeracionais destes atores sociais.

Considerando os condicionamentos estruturais, compreendidos como contexto social de imersão social, será necessário que se analisem também as diferentes interações estabelecidas pelos atores estudados, o que significa dizer que será construído um perfil dos jovens a partir de suas interações na unidade de produção familiar e com os seus componentes, com os demais jovens e com a comunidade em suas diferentes

inacessíveis a ele, visto que o próprio campo construído pelo ator é dinâmico, podendo, a qualquer momento, a oportunidade atual sair de seu campo e a não-oportunidade anterior passar a fazer parte de seu universo.

instâncias, o que inclui desde redes de amizade e atividades de lazer até a relação com instituições atuantes no município, como escolas, sindicatos e o próprio poder público.

Finalmente, buscar-se-á, a partir dos projetos formulados pelos jovens, mediados por uma leitura reflexiva de seu contexto de imersão social e pelas interações estabelecidas, compreender o campo de elaboração das estruturas, prognosticando-se, a partir da análise, possibilidades de novos condicionamentos estruturais.

Capítulo 2: A dinâmica da mobilidade social no Brasil

No presente capítulo pretende-se traçar, em linhas gerais, um perfil da sociedade brasileira e do estado do Rio Grande do Sul ao longo dos últimos anos, a começar por uma breve síntese das informações referentes à mobilidade ao longo do século XX, a qual é seguida de uma explanação mais detalhada dos dados sobre mobilidade social durante a primeira década do século XXI, dado que é neste contexto mais recente que os jovens que constituem o tema central desta tese constroem suas trajetórias e buscam viabilizar seus projetos de mobilidade social.

2.1. Mobilidade social no Brasil do século XX

Como visto anteriormente, foi apenas a partir de meados do século XX que se realizaram os primeiros estudos acerca da mobilidade social no Brasil, especialmente em virtude deste período ser concomitante à realização de pesquisas capazes de abranger a totalidade do território nacional, com destaque para as primeiras PNADs.

Desta forma, ao se analisar o regime de mobilidade social brasileiro no século XX é possível tratar apenas do período que comporta sua segunda metade, o qual foi caracterizado, segundo estudo de Ribeiro (2007, p. 33), por altos índices de desenvolvimento econômico associados à ampla desigualdade de condições de vida e de oportunidades de mobilidade social intergeracional.

Para compreender o regime brasileiro de mobilidade social Ribeiro (2007, p. 67) identifica, primeiramente, cinco diferentes períodos político-econômicos: antes de 1930, quando predominou no país uma economia agrícola de política oligárquica; 1930-1945, marcado pela política de substituição de importações e pelo “varguismo”; 1945-1964, quando o processo de substituição de importações foi acompanhado pela democracia no âmbito político; 1964-1982, período do dito “milagre econômico” impulsionado pela ditadura militar; e pós 1982, quando a economia se caracterizou pela estagnação e politicamente voltou o cenário democrático. É importante destacar que a periodização elaborada pelo autor alcança até o ano de 2003, visto que no período posterior experimentou-se novamente um momento de crescimento econômico.

Há, na literatura acadêmica, amplo material disponível dedicado à análise das diferentes dinâmicas que pautaram o desenvolvimento brasileiro ao longo do século XX, de modo que investir numa análise aprofundada de cada um dos períodos pré-estabelecidos tornar-se-ia repetitivo e fugiria aos propósitos do estudo que se quer

desenvolver. Desta forma, se quer apenas reforçar que, neste período, especialmente a partir dos anos 1950, houve um amplo processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira acompanhado do aumento da concentração fundiária e das desigualdades sociais. Por outro lado, principalmente a partir dos anos 1980, e a despeito do momento de retração econômica, houve, de maneira geral, uma melhoria na qualidade de vida da população, especialmente pelo maior acesso a bens de consumo.

Inspirado num modelo analítico de cunho neweberiano, Ribeiro (2007, p. 60) empreende uma análise da mobilidade social no Brasil utilizando dados das Pnads que se estendem de 1973 até 1996, identificando três diferentes fatores causadores para o desenvolvimento com desigualdade que caracterizou o País no período: a herança rural; a falta de recursos educacionais e a divisão entre setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho.

O autor aponta que em 1996 mais de 60% dos trabalhadores brasileiros eram filhos de trabalhadores rurais ou de pequenos proprietários rurais. Tal fato se constitui numa desvantagem para estes trabalhadores, uma vez que a maioria dos trabalhadores rurais sempre foi muito pobre e a estrutura agrária brasileira caracterizou-se pela concentração de terras e riquezas, de modo que a maioria deles não herdou os recursos econômicos e sociais necessários para promoverem sua mobilidade social. Prova disso esta no fato de que apenas 1,1% dos filhos de trabalhadores rurais conseguiram chegar a posições profissionais altamente qualificadas. (RIBEIRO, 2007, p. 61).

Mas se a herança rural, que implica em baixa disponibilidade de recursos, constitui-se num entrave à mobilidade, poder-se-ia ter na educação uma ferramenta para a mobilidade, pois essa disponibilizaria aos trabalhadores os recursos necessários à ascensão social. Todavia o sistema educacional brasileiro foi incapaz de absorver a maioria das crianças em idade escolar no período 1950-1970, auge da industrialização brasileira, quando algo em torno de 50% e 70% das crianças estavam matriculadas no ciclo básico e apenas 10% no ciclo médio de ensino (RIBEIRO, 2007, p. 62). Tal fenômeno ocorreu em virtude do que Ribeiro (2007, p. 80) chama de padrão atípico de desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, segundo o qual se desenvolveram, primeiramente, a pós-graduação, com 30,9% das matrículas na década de 1970; em seguida a graduação, responsável por 11,6% das matrículas no período; depois o segundo grau, atual ensino médio, com 11,4% das matrículas e finalmente, na base do sistema, o primeiro grau, atual ensino fundamental, com apenas 3,6% das matrículas do

período. O autor atribui este desenvolvimento atípico à pressão das classes mais abastadas para aprimorarem a educação de seus filhos.

De acordo com Ribeiro “a capacidade de classes e grupos ocupacionais mais altos de manter seus privilégios contribui para a manutenção das desigualdades” (RIBEIRO, 2007, p. 62), capacidade esta que é entendida de duas formas, uma endógena e outra exógena. Ela é endógena no sentido de que os membros das classes mais privilegiadas foram capazes de garantir vantagens para que seus filhos se mantivessem no topo da hierarquia, como é ilustrativo o desenvolvimento atípico do sistema educacional brasileiro; e exógena no sentido de que as garantias aos benefícios das classes média e alta estiveram relacionadas ao tamanho da população brasileira e ao tipo de mercado que se desenvolveu. Neste sentido, em termos absolutos, os 30% da população que compunham os estratos mais elevados constituíram um mercado consumidor de alto nível capaz de garantir o crescimento da economia durante boa parte do século XX sem que fosse necessária a inclusão dos 70% mais pobres nesse processo. Por sua vez, um nicho de indústria moderna não impediu a manutenção de uma indústria tradicional no país, fator que colaborou com a manutenção de empregos de baixa qualificação e remuneração. Desta forma, Ribeiro chega à seguinte conclusão: “a combinação dessas características das classes de origem e dos recursos educacionais relaciona-se à manutenção da dicotomia entre setores modernos e tradicionais na distribuição das classes de destino.” (RIBEIRO, 2007, p. 64)

Apesar de estabelecer uma análise do regime de mobilidade social brasileiro inspirada no modelo analítico neomarxista entre os anos de 1981 a 1996, Santos (2002, p. 281) chega a conclusões semelhantes às de Ribeiro (2007), apontando que a retração dos estratos agrícolas foi a principal transformação estrutural observada no período, que se caracterizou pela estagnação de alguns agrupamentos e por pequenos movimentos, ascendentes e descendentes, da classe trabalhadora.

De acordo com Santos (2002, p. 281-282), houve um florescimento da pequena burguesia urbana, alavancado pela ampliação do setor de serviços, o qual se caracterizou por uma elevada expansão do auto-emprego precarizado, que substituiu o auto-emprego agrícola. Diante deste quadro, ao autor conclui que a pequena burguesia manteve-se estável, apenas assumindo uma feição mais urbana no período.

Os empregos assalariados de classe média para trabalhadores com algum tipo de qualificação mantiveram-se estáveis no período, a despeito do crescimento das posições de exercício de autoridade (supervisores e gerentes) no interior dos setores econômicos

que os empregam. Considerando-se que ocupar posições de autoridade é característica das localizações contraditórias de classe e que ocupá-las, mesmo na condição de assalariado, constitua-se em algum tipo de mobilidade, pode-se considerar sua ampliação como indicativa de pequenos movimentos de mobilidade ascendente da classe trabalhadora. (SANTOS, 2002, p. 282)

Por outro lado, os processos de ascensão do auto-emprego precário e dos trabalhadores excedentes ou desempregados foram incapazes de suprir os empregos assalariados destruídos na agricultura, fator que, associado a uma evolução negativa de trabalhadores manuais da indústria e dos serviços e da diminuição dos trabalhadores não manuais de rotina, levou à mobilidade descendente de muitos trabalhadores assalariados, dos quais as principais expressões são os trabalhadores domésticos e os empregados em ocupação inespecífica. (SANTOS, 2002, p. 282-283)

Em linhas gerais, é possível observar que ao longo do século XX o Brasil desfrutou de um processo de crescimento econômico, à exceção dos anos 1980-1990, que não se traduziu em diminuição das desigualdades sociais e tampouco em processos de mobilidade social mais significativos de sua população, panorama que, como será visto em seguida, não foi mantido na primeira década do século XXI.

2.2. O Brasil na primeira década do século XXI

Para que se possa compreender a estrutura social brasileira na primeira década do século XXI e, especialmente, as transformações pelas quais o País passou neste curto espaço de tempo, é necessário um olhar amplo, capaz de perceber as múltiplas dimensões que compõe a realidade brasileira e, conforme os propósitos da pesquisa, a realidade gaúcha.

Neste olhar multidimensional que se está propondo acerca do Brasil, destacam-se sete diferentes dimensões, a saber, as tendências demográficas, a distribuição de renda, o mercado de trabalho, a evolução da pobreza, os programas sociais, a educação e a abordagem de gênero. Obviamente, tais dimensões não existem ou atuam isoladamente, de modo que devem sempre ser consideradas as múltiplas interrelações entre elas, todavia, para fins de exposição, as mesmas serão apresentadas de forma relativamente isolada ao longo deste capítulo.

2.2.1. Tendências demográficas

A população brasileira teve suas mais elevadas taxas de crescimento populacional entre os anos de 1950-1970, em torno de 3% ao ano, momento a partir do qual foi registrada uma desaceleração do ritmo deste crescimento populacional, o qual teve como seu maior reflexo o paulatino envelhecimento da população. (CAMARANO; KANSO, 2010, p.3)

Esta queda de fecundidade e a redução do ritmo de crescimento populacional brasileiro persistiram até o período mais recente, quando, de acordo com dados da PNAD⁴² 2009, chegou-se a uma taxa de fecundidade de 1,8 filhos por mulher, índice que está baixo do nível de reposição da população.⁴³

Gráfico 1: Taxa de crescimento da população brasileira: 1940-2040



Fonte: IBGE – Censos Demográficos; elaborado por Camarano; Kanso (2010, p. 5)

Disponível em Camarano; Kanso (2010, p. 5)

Assim, como a redução nas taxas de crescimento populacional manteve-se ao longo dos anos, o envelhecimento da população foi constante, tanto é que a população idosa, que representava 4,1% do total em 1940, chegou a 7,9% em 1992 e, em 2009, já constituía 11,4% do total da população do país. De acordo com Camarano e Kanso

⁴² As informações advindas da PNAD utilizadas neste capítulo foram obtidas de maneira previamente trabalhada pelos pesquisadores do IPEA, sendo as interpretações de minha responsabilidade, salvo quando atribuída a outros autores. (Disponível em www.ipea.gov.br)

⁴³ O nível de reposição seria dado pelo índice de dois filhos por mulher, dado que as duas crianças “substituiriam” seus pais.

(2010, p. 6-7), há uma tendência de manutenção deste aumento, constituindo-se no país uma população idosa cada vez mais heterogênea, o que exigirá, por parte da sociedade e do estado, um cuidado cada vez maior a fim de que este contingente mantenha sua qualidade de vida.

Camarano e kanso (2010, p. 9) também prospectaram a evolução da população jovem no Brasil, a qual atingiu seu pico no ano 2000, data a partir da qual passou a diminuir. Segundo elas, tal diminuição implica num envelhecimento da mão de obra, o que implicará na necessidade de que se gerem empregos para a população com idade superior a 45 anos, a qual deverá constituir 56,3% da população em idade ativa (PIA) no ano de 2040.

Os dados da PNAD de 2009 também indicam que houve uma queda da fecundidade em todas as regiões brasileiras, com destaque para o Nordeste, onde no período entre 1992 e 2009 a taxa reduziu-se de 3,6 filhos por mulher para 2,0. O Sul e o Sudeste apresentam a menor taxa entre as regiões, de 1,7 filhos por mulher.

Outra informação que chama a atenção refere-se à redução da diferença nas taxas de fecundidade entre os estratos de renda, pois se é verdade que mulheres mais pobres têm mais filhos, os dados das PNADs de 1992 e 2009 revelam que as mais pobres reduziram a natalidade de 4,9 filhos para 3,4 filhos no período, variação que foi de 1,5 para 1,0 entre as pertencentes ao estrato de maior renda do País.

Quando considerados os anos de estudo também é flagrante que as mulheres mais escolarizadas possuem menos filhos, todavia, assim como ocorreu em relação à renda, a diferença entre o número de filhos de mulheres mais e menos escolarizadas também diminuiu no período entre 1992 e 2009.

Camarano e Kanso (2010, p. 12) atribuem o aumento da gravidez na adolescência verificado na década de 1990 à dissociação entre sexualidade e casamento; todavia este processo foi revertido, segundo os dados da PNAD de 2009, dado que a fecundidade das adolescentes declinou em todas as regiões brasileiras. Outrossim, como se poderia esperar, as adolescentes mais pobres continuam a ser as que mais engravidam, constituindo, inclusive, no período de 1992 a 2009, o único grupo a aumentar as taxas de gravidez. Ainda tratando-se das mães adolescentes, chama a atenção o aumento de moças que chefiam seus lares ou moram com os pais, apesar de a posição de cônjuge no domicílio ser predominante.

Outra importante modificação na estrutura social brasileira foi o aumento da participação da mulher na constituição da renda familiar, no mercado de trabalho e na

chefia de família, tema que será tratado de forma mais detalhada ao longo do capítulo (sessões 2.2.3 e 2.2.7).

Por ora, tratar-se-á de um tema que deverá adquirir cada vez maior importância nos próximos anos: a população idosa. Este grupo, que tende a ser cada vez maior na estrutura social brasileira, já vem ocupando lugar destacado na família brasileira, especialmente em lares mais pobres.

Camarano e Kanso (2010, p. 22) constataam que houve uma mudança na posição do idoso na família a partir da melhora de sua renda, especialmente pelo atrelamento da aposentadoria ao salário mínimo, mas também pelas rendas que os idosos auferem por seu trabalho. Os dados das PNADs de 1992 e 2009 indicam que houve uma redução na pobreza entre os idosos no período, bem como que se ampliou sua participação entre os chefes de família, em muitos casos por serem os provedores. O preocupante, de acordo com as autoras, é o fato de que as idosas ainda são muito dependentes, o que pode ser atribuído ao fato de predominarem entre as viúvas, que muitas vezes as obriga a morar na casa de parentes, ou ainda ao fato de que em sua juventude não estiveram inseridas no mercado de trabalho, dispondo hoje de poucos recursos, situação que tende a modificar-se futuramente pela já atestada maior participação feminina no mercado de trabalho.

Este novo papel assumido pelo idoso na família brasileira é ainda mais destacado no meio rural, pois neste local concentram-se os principais contingentes de pobreza do território nacional, de modo que a aposentadoria, além de retirar a família da condição de pobreza, constitui-se, muitas vezes, numa fonte de renda fixa única capaz de permitir melhores condições de vida aos componentes da unidade familiar de produção, ou ainda, contribuir com a concretização de projetos das gerações mais novas⁴⁴.

De acordo com prognóstico elaborado por Camarano e Kanso (2010, p. 5) o ano de 2030 marcará o ápice da população brasileira, com 206,8 milhões de pessoas, momento a partir do qual adquirirá maior força o fenômeno da queda e do envelhecimento populacionais aqui analisados.

⁴⁴ Tonezer (2009), em sua Dissertação de Mestrado, atesta que os idosos rurais passaram a ser mais valorizados por suas famílias a partir do momento em que passaram a receber os rendimentos provenientes da aposentadoria.

2.2.2. Distribuição de renda

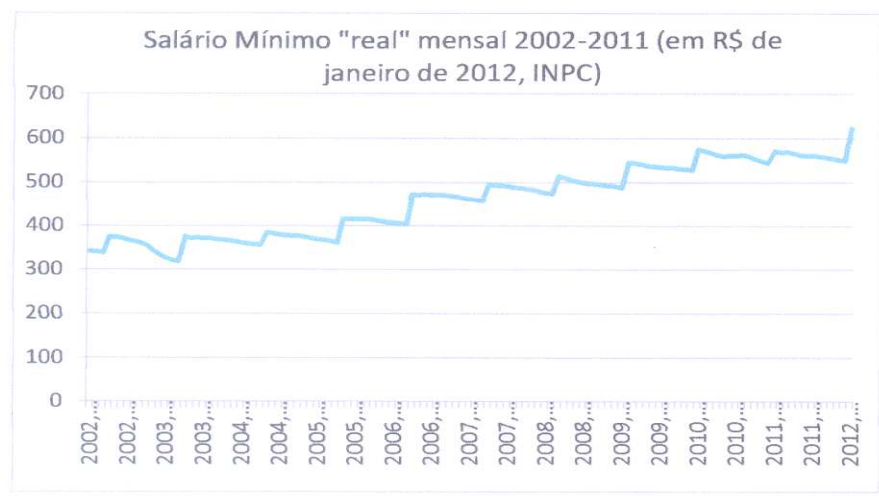
Para que se empreenda uma análise da distribuição de renda no Brasil é necessário, primeiramente, observar o comportamento da forma como ela foi gerada entre os diferentes setores da economia. De acordo com o economista Pedro Quaresma Araújo (2011, p. 218) é o processo produtivo que define a repartição do produto, de modo que entender a dinâmica da estrutura produtiva brasileira é condição fundamental para se compreender a distribuição de seu produto na sociedade.

De acordo com estudo realizado por Squeff et al (2012, p. 3), houve, no período entre 2000 e 2009, um baixo dinamismo na produtividade do trabalho, merecendo destaque positivo apenas o desempenho da agropecuária. No setor industrial, o desempenho só não foi negativo por força dos bons resultados da indústria extrativa, alavancada pelo sucesso dos setores de petróleo e gás natural. Já o setor de serviços, que teve um leve crescimento positivo, foi impulsionado pela produtividade do trabalho do grupo de serviços financeiros.

O estudo demonstra ainda que houve uma ampliação na heterogeneidade do setor de serviços, aumentando o hiato entre os grupos de maior e menor produtividade, além de uma queda significativa na produtividade da indústria de transformação, independente de seu nível de tecnologia. (SQUEFF et al, 2012, p. 6).

Estes resultados negativos em termos da produtividade do trabalho não constituem, contudo, um cenário de todo ruim, pois representam, na visão de Araújo (2011, p. 235-236), uma mudança na estrutura produtiva brasileira no período de 2004 a 2008, com efeitos positivos para o crescimento da economia e a redução das desigualdades sociais. O que ocorre é que, apesar da queda na produtividade do trabalho, a indústria aumentou sua participação na geração de ocupações, o que, aliado a um cenário de valorização real dos salários, fomentou o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e a diminuição da pobreza, dado que possibilitou que um número maior de pessoas ingressassem no mercado de trabalho com melhores remunerações. (ARAÚJO, 2011, p. 241; SQUEFF et al 2012, p. 7)

Gráfico 2: Evolução do Salário mínimo “real” na última década



Fonte: IPEA – DATA.

Disponível em Santos et al (2012, p. 6)

Este cenário, de aumento das ocupações industriais com melhoria dos salários foi, em larga medida, alavancado pelo aumento da demanda proveniente do setor de serviços, o que permitiu que a indústria ampliasse sua participação na produção e, sobretudo, no consumo intermediário.

Ainda analisando o setor industrial, Squeff et al (2012, p. 11) constataram uma melhora nos setores de alta e de média intensidade tecnológica, tanto em valor adicionado quanto em ocupações, o que tem a ver, em boa medida, com o comportamento positivo do setor automobilístico. No que se refere ao setor de serviços, os autores apontam um pequeno aumento na participação dos setores de alta tecnologia e de mercado financeiro no valor adicionado e um leve aumento dos setores de alta tecnologia e mercado nas ocupações.

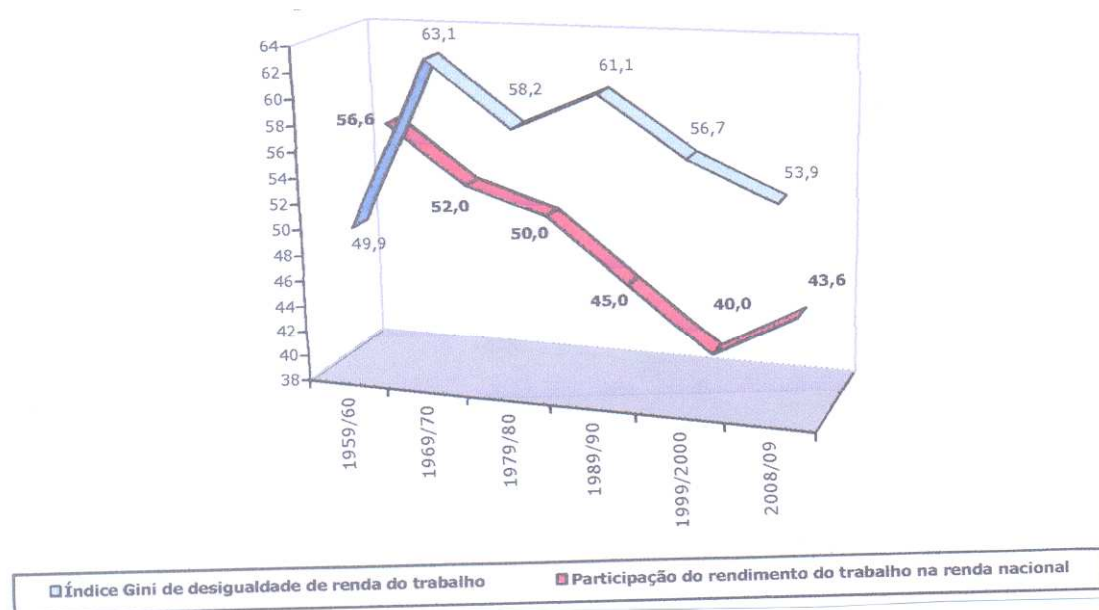
Ao contrário de Araújo (2011, p. 242), que vê com bons olhos essa mudança na estrutura produtiva brasileira, especialmente pelo incremento do setor de serviços como demandante da indústria, fator que, segundo ele, contribui com a elevação do PIB e a redução das desigualdades; Squeff et al (2012, p. 15) observam este cenário com alguma preocupação, dado que acreditam que a produtividade do trabalho está ainda muito centrada na exploração dos recursos naturais com pouco conhecimento, o que, somado a concorrência com produtos chineses, põe em risco a economia brasileira em momentos de instabilidade.

Como já é sabido, uma crise de âmbito internacional abalou a economia mundial no ano de 2008. A crise impactou profundamente praticamente todos os países do mundo, que só recentemente estão, paulatinamente, se recuperando de seus efeitos devastadores através de uma série de medidas econômicas. Esta recuperação da economia mundial tem sido puxada pelos países não desenvolvidos, como Brasil, Índia e China. (BRUNO et al, 2010, p. 3)

Não cabe aqui analisar os pacotes de medidas anti-crise lançados pelos vários países a fim de minimizar os efeitos da crise, mas é importante que se centre a análise na resposta brasileira à instabilidade econômica mundial. Para tal é importante que se faça, brevemente, um apanhado da trajetória econômica deste País nos últimos anos.

De acordo com análise elaborada por Bruno et al (2010, p. 4), a participação da renda do trabalho na economia brasileira tem sido decrescente desde os anos 1960, período no qual também se evidenciou um aumento do rendimento dos proprietários em relação à renda nacional e uma acentuação da concentração de renda.

Gráfico 3: Brasil – evolução da participação no rendimento do trabalho na renda nacional e do grau de desigualdade em anos selecionados (em %)



Fonte: IBGE – Contas Nacionais (Elaboração Ipea).

Disponível em Bruno et al (2010, p. 4)

Já nos anos 2000 observou-se uma reversão nesse processo, pois nesse período combinou-se positivamente a redução da desigualdade de renda pessoal com a elevação da participação da renda do trabalho nos rendimentos nacionais. Bruno et al (2010, p. 4) argumentam que, anteriormente, “a queda no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda ocorria em função da diminuição mais acentuada no poder de compra do rendimento médio per capita familiar dos maiores estratos de renda em relação aos menores”. (BRUNO et al, 2010, p. 4)

Em linhas gerais, é importante destacar que no período imediatamente anterior à crise (2004-2008) houve um aumento no rendimento per capita em todos os estratos de renda do país, destacando-se que os aumentos foram maiores entre os estratos mais pobres da sociedade.

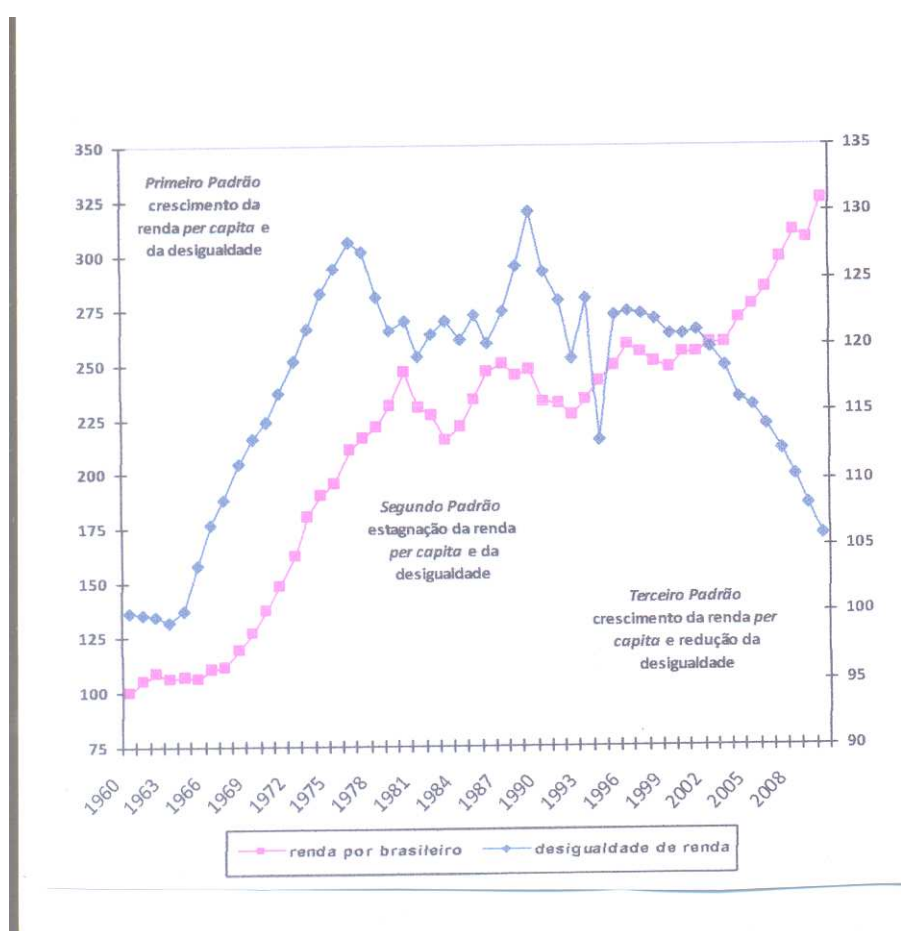
Como resposta à crise e com o objetivo de evitar um cenário de recessão na economia brasileira o governo adotou um conjunto de medidas que passaram pela ampliação das políticas sociais, redução de tributos, redução de superávit primário, redução da taxa de juros, atuação de bancos públicos e valorização do salário mínimo. (CASTRO et al, 2011a, p. 8-9).

Bruno et al (2010, p. 6-7) apontam que a contaminação da economia brasileira pela crise afetou a trajetória dos quatro principais determinantes da participação relativa do rendimento do trabalho na renda nacional: rendimento médio real dos ocupados; nível de ocupação da força de trabalho; produtividade do trabalho e PIB. Se no período anterior à crise os quatro elementos haviam percorrido uma trajetória positiva, ao final de 2008 já era possível perceber uma redução do PIB e da produtividade do trabalho, a despeito do crescimento da remuneração média mensal e do nível de ocupação de mão de obra. Mas no ano de 2009 iniciou-se um processo de recuperação econômica que ainda não havia alcançado os bons resultados obtidos antes da crise, mas que perscrutava cenários favoráveis.

Desta forma, assim como o fazem Bruno et al (2010, p. 8), é possível avaliar como bem sucedida a resposta brasileira à crise econômica internacional, pois as medidas governamentais de incentivo à produção e ao consumo e de redistribuição de renda através da ampliação das políticas sociais e da valorização real do salário mínimo surtiram efeitos positivos na economia. Bruno et al (2010, p. 6) vão ainda mais longe, ao afirmarem que a crise serviu como estímulo para que o Brasil adotasse importantes medidas em defesa da produção e do emprego.

Em análise desenvolvida por Acioly et al (2011, p. 4) é possível constatar que a primeira década do século XXI marcou uma ruptura com o cenário de desigualdade que assolava o Brasil desde há bastante tempo, pois, pela primeira vez, o país acusou a construção de um cenário de aumento da renda com redução das desigualdades. Tal cenário é representativo de reais mudanças na vida da população e na situação dos trabalhadores, dado que, após 2004, a renda per capita dos brasileiros cresceu a um índice de 3,3% ao ano e a renda do trabalho a 5,5% ao ano.

Gráfico 4: Brasil: evolução dos índices da renda per capita nacional e do grau de desigualdade de renda pessoal⁴⁵ (1960 = 100)



Fonte: IBGE – Contas Nacionais (elaboração Ipea).

Disponível em Acioly et al (2011, p. 4)

Ao analisarem a composição do PIB brasileiro desde 1950 Acioly et al (2011, p.6) também constataram mudanças importantes: a produção primária, que representava 29,4% do PIB em 1950 caiu para 5,9% em 2008; a produção secundária, representativa

⁴⁵ Índice de Gini

de 20,5% do PIB em 1950 aumentou sua participação em 1980, quando chegou a colaborar com 38,6% do PIB, para em seguida declinar até 27,9% do total em 2008. O setor terciário já era predominante em 1950, quando formava 50,1% do PIB, manteve-se estável até 1980, mas teve forte elevação nos anos seguintes, chegando a compor 66,2% do PIB em 2008.

No que se refere às ocupações o movimento foi semelhante ao da composição do PIB, com a perda da importância do setor primário e aumento do setor terciário, todavia chama à atenção a relativa estabilidade do setor secundário.

Buscando compreender este cenário da evolução da estrutura produtiva brasileira fica latente a perda de importância do setor primário na composição do PIB e da mão de obra, fruto das modificações porque passou o rural brasileiro ao longo do século XX, com a dita “revolução verde”, que concentrou a terra e expulsou trabalhadores. Já o setor industrial manteve-se relativamente estável no período, o que pode ser atribuído a uma espécie de inércia da indústria brasileira, a qual que teve um leve incremento no último período, impulsionada pelo setor de serviços, mas que ainda carece de investimentos em tecnologia. Já o setor de serviços adquire cada vez mais significância numa sociedade marcada por processos de terceirização.

A informação mais preocupante que brota da análise de Acioly et al (2011, p.11) refere-se à polarização que tem se estabelecido nos últimos anos, a qual põe na base da pirâmide social os trabalhadores e no topo os detentores da renda da propriedade, os quais cresceram de 4% em 1995 para 14% da PEA (População Economicamente Ativa) em 2009.

Ao se avaliar as formas pelas quais tem se processado a redistribuição de renda no território nacional observa-se uma redução, na primeira década do século XXI, da desigualdade do rendimento domiciliar per capita dos municípios, o que significa dizer que cada vez mais a renda per capita independe das características do município em que habita a pessoa (CASTRO et al, 2011b, p. 3). No mesmo sentido, Castro et al (2009, p. 10) constataram que nos pequenos municípios houve diminuição da pobreza e aumento da riqueza, processo inverso ao observado nas metrópoles onde reduziu-se a riqueza e aumentou a pobreza.

Também avaliando a distribuição do PIB no interior do Brasil Araújo et al (2010a, p. 8) apontam que apesar do relativo sucesso das políticas governamentais de investir em áreas mais pobres a fim de fomentar seu desenvolvimento, o esforço tem

vido insuficiente, pois mesmo que a renda tenha se desconcentrado um pouco ao longo do território nacional, continua sendo concentrada em poucos municípios.

Ao analisar a evolução da distribuição de renda no Brasil nos últimos anos, Soares (2010, p. 15) identifica três diferentes períodos: de 1995 a 2001, em que não há mudanças na desigualdade e nem na renda; de 2001 a 2005, quando a renda média pouco aumenta, mas a queda da desigualdade já está bem estabelecida e de 2005 a 2009, quando o país passa a ter grandes aumentos na renda somados à queda continuada da desigualdade.

Gráfico 5: Taxas de crescimento da renda por vigésimo



Fonte: PNAD Microdados 1995 a 2009.

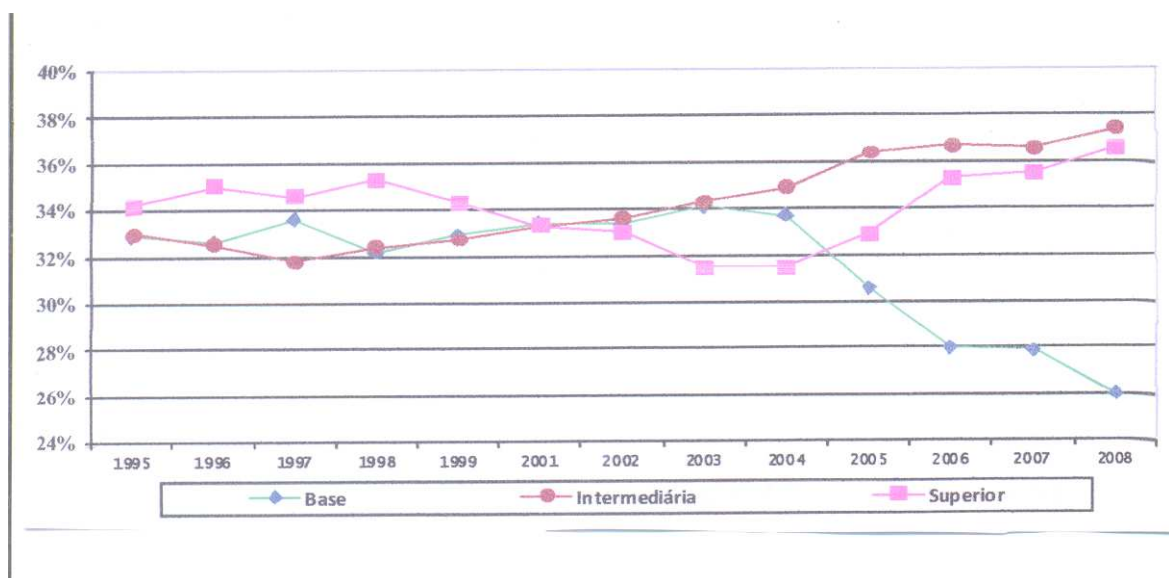
Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima Disponível em Soares (2010, 16).

Para analisar a evolução da pirâmide social brasileira Castro et al (2009, p. 2) a dividem em três estratos distintos de renda: no primeiro estrato estão pessoas com rendimento individual de até R\$ 188,00 mensais; no segundo com rendimento que varia

de R\$ 188,00 a R\$ 465,00 e no terceiro com valores acima de R\$ 465,00 mensais, sempre com valores válidos para o ano de 2008.

Com base em dados fornecidos pela PNAD o autor demonstra que, no período entre 2001 e 2008, 11,7% da população brasileira teve um aumento real de seu rendimento médio mensal acima do PIB, bem como que 69,2% da população ascendeu do estrato inferior para o médio e 39,8% ascenderam do médio para o alto. Em relação ao primeiro movimento de mobilidade social (do estrato inferior para o médio) destacam-se as regiões Nordeste e Sudeste; já em relação ao segundo movimento (do estrato médio para o alto) o processo foi mais intenso nas regiões Sudeste e Sul.

Gráfico 6: Brasil – evolução da estrutura social segundo três níveis de renda de 1995 a 2008 (total = 100%)



Fonte: IBGE/PNAD (elaboração Ipea).

Até R\$ 188 mensais *per capita* = base; de R\$ 188 a R\$ 465 = intermediária; acima de R\$ 465 superior

Disponível em Castro et al (2009, p. 3)

Castro et al (2009, p. 5) atestam também que a mobilidade social ocorreu de maneira mais destacada no meio urbano brasileiro, apesar de 20% da população rural também ter ascendido ao estrato médio. Aliás, assim como ocorre também com as mulheres e os negros, a população rural merece algum tipo de destaque neste tipo de mobilidade (do estrato inferior para o médio) por estarem entre os grupos mais pobres da população brasileira, a qual foi o principal alvo das políticas sociais recentes e a que mais se beneficiou destes programas, como poderá ser visto mais adiante (sessão 2.2.4).

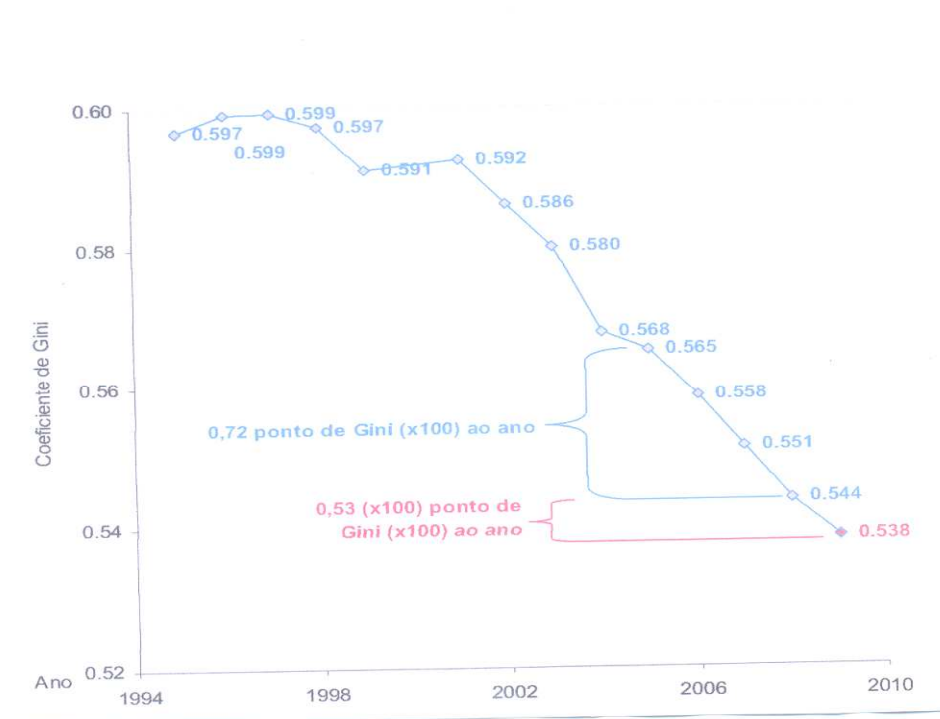
De acordo com Neri et al (2012, p. 9), ao utilizarem uma metodologia que divide a população brasileira em cinco classes – A, B, C, D e E -, conforme faixas de renda domiciliar, o campo teria crescido mais, economicamente, do que o restante do país, de modo que a ascensão para a classe média, equivalente ao estrato de renda da classe C⁴⁶, teria sido mais significativa no meio rural, progredindo de 20,6% da população rural em 2003 para 35,4% em 2009.

Ao avaliar as dinâmicas de mobilidade segmentadas por sexo, observa-se que enquanto as mulheres destacam-se na migração para o estrato médio, os homens predominam entre os que ascenderam até o estrato superior de renda pré-definido por Castro et al (2009, p. 6). Os autores destacam ainda a predominância de trabalhadores assalariados na ascensão para o estrato médio e de trabalhadores com carteira assinada para o estrato superior, o que é representativo da importância da formalização como ferramenta para a mobilidade social.

Comprovando que o trabalho é elemento fundamental à mobilidade social, percebe-se no estudo de Castro et al (2009, p. 13) que a população ocupada aumentou no topo da pirâmide e diminuiu em sua base, enquanto os desocupados predominam na base.

⁴⁶ De acordo com Néri et al (2012, p. 73) a classe C está compreendida entre os que ganham de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00.

Gráfico 7: Coeficiente de Gini: 1995 a 2009



Fonte: PNAD Microdados 1995 a 2009

Nota: Brasil, salvo área rural dos estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Disponível em Soares (2010, p. 4)

A redução do índice de GINI de 0.597 em 1994 para 0.538 em 2010, com destaque para o período pós 2005 em que o ritmo foi mais intenso, demonstra que o país avançou bastante no combate à desigualdade nos últimos anos, merecendo especial ênfase neste processo o papel da renda do trabalho, a qual teve forte evolução, especialmente a partir de 2004.

Gráfico 8: Rendimento Real Médio do Trabalho – 2002/2008



Fonte: IBGE-PNAD (elaboração IPEA)

Disponível em Carvalho et al (2010, p. 4)

A renda domiciliar per capita, conforme estudo desenvolvido por Soares (2010, p. 5) é composta dos seguintes proventos: renda do trabalho; renda da previdência social; renda dos programas de transferência de renda focalizados e demais rendas.

De acordo com o autor, o processo de desconcentração de renda do trabalho iniciou-se em 1997 e manteve-se constante até 2009; já as rendas da previdência concentraram-se no período 1995-1999, estabilizaram-se entre 2000 e 2003 e assumiram uma trajetória de desconcentração a partir de 2004. As rendas de programas de transferências de renda focalizados apresentaram uma trajetória ascendente na composição da renda das famílias brasileiras, contribuindo também com a redução das desigualdades. A contribuição das demais rendas não chega a ser significativa para a análise.

Apesar da queda na importância da renda do trabalho não indexada ao salário mínimo de 80% para 72% no período 1994-2010, muito em função do aumento das demais rendas, esta continua a ser a principal componente da renda per capita dos brasileiros, tanto é que foi a principal alavanca na redução da desigualdade.

De fundamental importância à redução da pobreza no país foi a real valorização do salário mínimo, visto que este está atrelado aos benefícios da previdência em 61 %

dos casos (SANTOS et al, 2012, p. 5) e é a remuneração de parte significativa dos trabalhadores brasileiros (ACIOLY et al., 2011, p. 10).

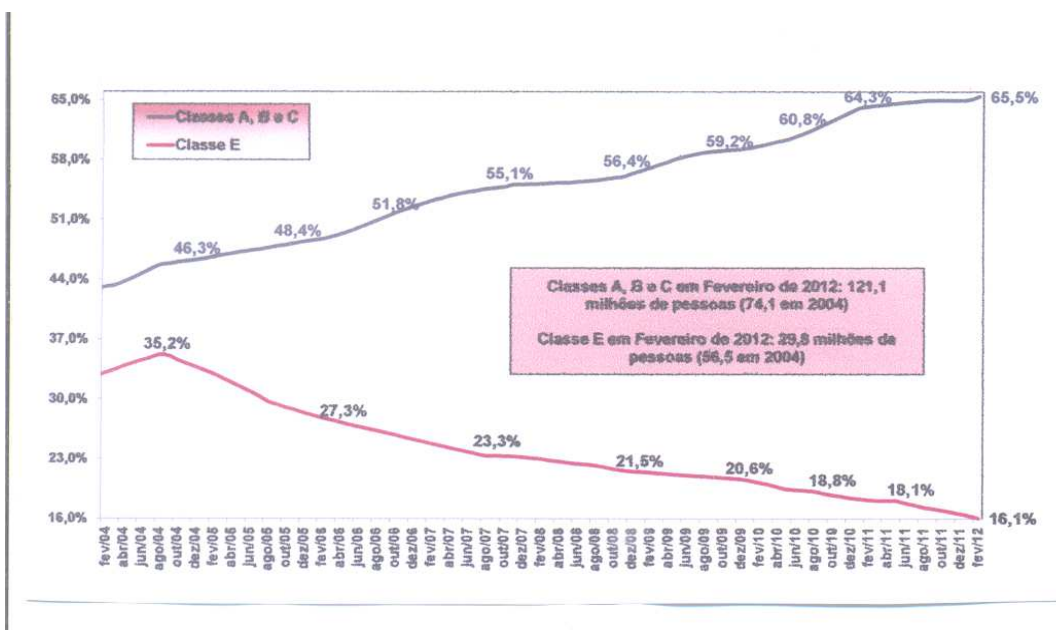
A maior prova da importância do salário mínimo para a redução das desigualdades pode ser observada pela elevação acima da média da renda dos trabalhadores agrícolas e domésticos, pois mais da metade deles recebe um salário mínimo (CARVALHO et al, 2010, p. 10). Também é interessante notar que apesar de ter crescido mais do que o rendimento urbano, a renda de um trabalhador rural, em 2008, ainda representava pouco mais da metade daquela auferida por trabalhadores urbanos. (CARVALHO et al, 2010, p. 5).

Aliás, convém chamar à atenção, no estudo de Carvalho et al. (2010, p. 4), ao fato de que apesar de todos os estratos de renda terem obtido aumentos no período 2002-2008, este foi maior entre os estratos mais baixos, o que não impediu que mulheres recebessem 70,9% do valor recebido por homens e que não brancos tivessem renda equivalente a 57,3% dos brancos.

Em trabalho no qual analisa a mobilidade social no Brasil no período 2004-2012, Barufi (2012, p. 2) também aponta que os processos de mobilidade estiveram concentrados nos estratos de renda mais baixos, todavia, é importante destacar a análise mais detalhada que a autora faz das dinâmicas observadas entre as diferentes classes pré-estabelecidas com base na renda familiar.⁴⁷ Nos critérios utilizados por Barufi (2012, p. 2) a classe E corresponde a famílias com renda inferior a R\$ 771,00; a classe D com rendas entre R\$ 771,00 e e R\$ 1.276,00; a classe C com rendas entre R\$ 1.276,00 e 5.104,00; a classe B com rendas de R\$ 5.104,00 a 7.715,00 e a classe A com renda familiar superior a R\$ 7.115,00, sempre com valores válidos para fevereiro de 2012.

⁴⁷ Assim como neste estudo, Barufi (2012, p. 3) reconhece que o conceito de classe social é mais amplo do que a indicação de renda, todavia define está variável como referência para sua classificação por ser àquela que os dados permitem utilizar com maior precisão.

Gráfico 9: Evolução das participações das classes A, B e C e da classe E na população brasileira, dados originais em média móvel 12 meses



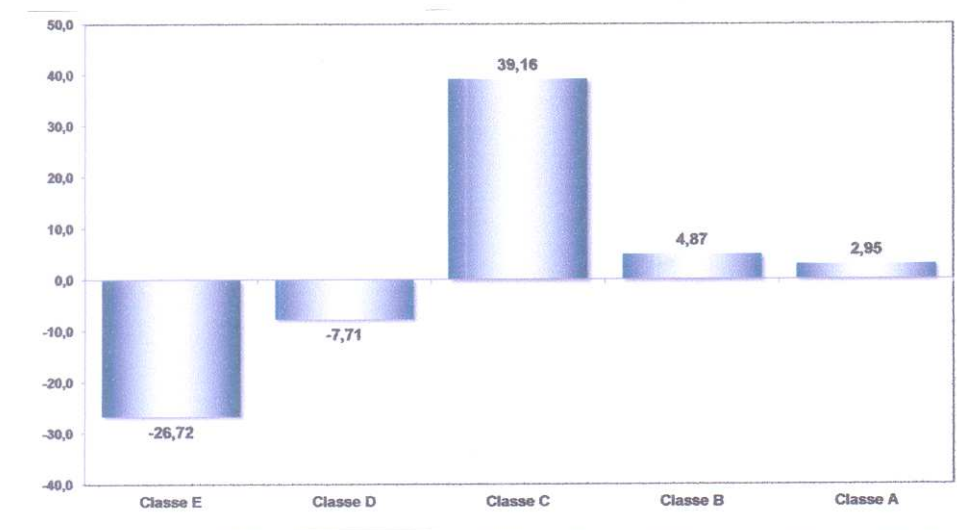
Fonte: PME, PNAD/IBGE

Elaboração: BRADESCO

Disponível em Barufi (2012, p. 2)

É possível confirmar no gráfico acima que houve significativa redução da desigualdade no período analisado, destacando-se uma queda acentuada da classe E em favor de um aumento importante no contingente de população que ocupa os estratos mais altos de renda do país. Este salto, mais do que produto do crescimento vegetativo da população, foi impulsionado pelo enorme crescimento da classe C.

Gráfico 10: Variação do número de pessoas em cada classe social entre jan/2004 e fev/2012 (em milhões de pessoas)



Fonte: PME, PNAD/IBGE

Elaboração: BRADESCO

Disponível em Barufi (2012, p. 3)

Barufi (2012, p. 2) concorda que a valorização real do salário mínimo associada a políticas sociais redistributivas foram o principal vetor desta ampliação da classe C, todavia acresce a esta constatação a perspectiva de que tal movimento de mobilidade ascendente continue – em ritmo um pouco mais lento -, destacando ainda a perspectiva de que se consolide um novo movimento de mobilidade ascendente no país, agora em direção à classe B, visto que o estudo aponta uma elevação na escolaridade da classe C, a qual deverá implicar em maior valorização do trabalho por eles desenvolvido.

É importante destacar ainda que os movimentos de mobilidade social ascendente verificados ao longo da última década estão também diretamente ligados à maior formalização do mercado de trabalho – a qual será tratada em outra sessão deste capítulo -, dado que enquanto nas classes E e D predominam empregos sem carteira assinada e por conta própria (trabalho informal), na classe C o destaque principal são os empregos com carteira assinada. Já as classes A e B se compõem principalmente de empregadores, militares e funcionários públicos estatutários. (BARUFI, 2012, p. 5)

Os dados aqui apresentados permitem concluir que o Brasil obteve avanços muito significativos na primeira década dos anos 2000, especialmente se comparados aos resultados que vinham sendo observados durante o século XX. Neste sentido,

percebe-se que o país foi bem sucedido em sua estratégia de crescimento com redistribuição de renda, conseguindo reduzir as desigualdades sociais e ampliar os rendimentos da família brasileira, reduzindo a pobreza e, especialmente, criando um ambiente de oportunidades para a viabilização da mobilidade social, que foi bastante significativa no período. A resposta bem sucedida à crise internacional demonstrou certa maturidade da nação brasileira em seu projeto de futuro, contudo, apesar das melhorias visíveis ao longo da década, alguns problemas permanecem latentes, como a predominância de mulheres, negros e da população rural entre os estratos mais pobres e auferindo rendas significativamente inferiores aos demais grupos populacionais.

2.2.3. O mercado de trabalho

Para analisar o mercado de trabalho nos anos 2000 é importante que se faça, brevemente, uma retrospectiva de seu desenvolvimento e configuração nas duas últimas décadas do século XX.

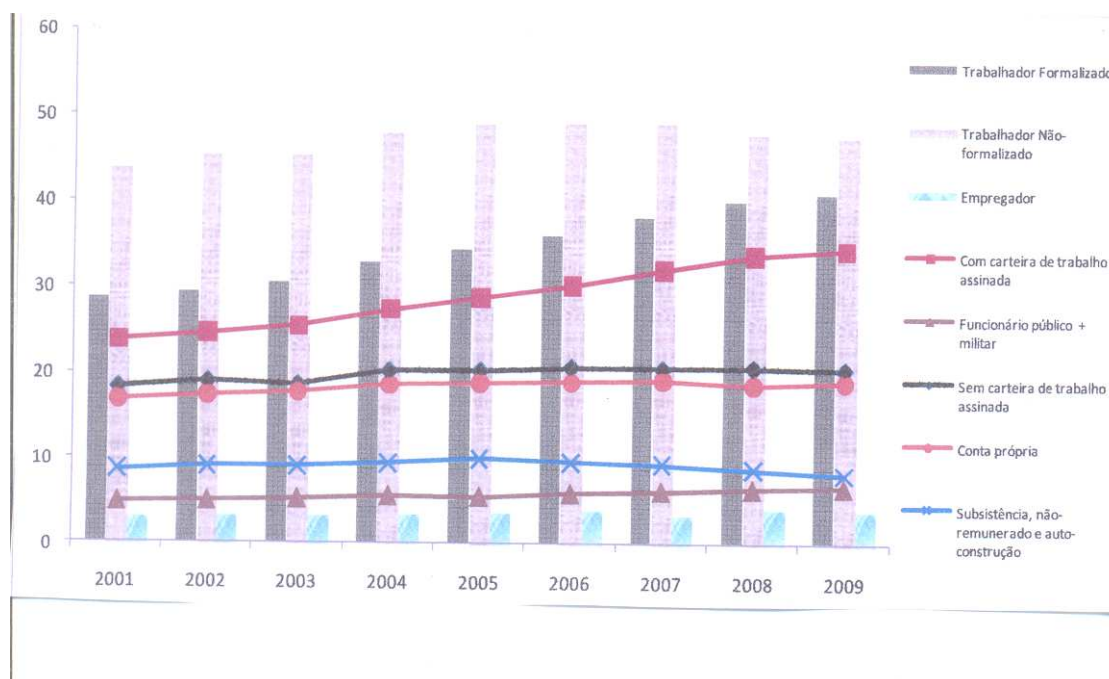
De acordo com Sacchet e Calixtre (2011, p. 4), nos anos 1980, em pleno processo de redemocratização, houve consideráveis avanços na racionalização e formalização da sociedade, munindo o cidadão de direitos concretos no mundo do trabalho, especialmente pelo respaldo constitucional e pela criação de um sistema de Seguridade Social Universal dotado de orçamento próprio e incluindo entre seus beneficiários os trabalhadores rurais.

Os anos 1990, por sua vez, são interpretados pelos autores como um retrocesso em comparação ao período imediatamente anterior, pois as transformações tecnológicas, produtivas e financeiras ao redor do mundo impactaram também no Brasil, colaborando para a desregulamentação e para o enfraquecimento das instituições que estruturavam as relações de trabalho, pressionando o mercado de trabalho a uma relativa redução em seu nível de formalidade. (SACCHET; CALIXTRE, p. 4)

Ainda de acordo com Sacchet e Calixtre (2011, p. 4), foi somente no início dos anos 2000 que o processo de deterioração do mercado de trabalho reverteu-se, num contexto que incluiu crescimento econômico, reformulação de políticas sociais e reestruturação da capacidade do Estado de operar políticas públicas na sociedade. O crescimento econômico colaborou ao propiciar um aumento da renda real dos trabalhadores e a diminuição do desemprego, fomentando a demanda por empregos com carteira assinada. O redesenho das políticas sociais contribuiu na medida em que propôs um modelo de políticas de redistribuição de renda racionalizadas e ampliadas associadas

à valorização real do salário mínimo, fato que aliou governo, sindicatos e empresas, permitindo a redução na desigualdade das rendas do trabalho. O papel da reestruturação do Estado em sua capacidade de operar políticas públicas manifesta-se pela recuperação da capacidade tributária de financiar os superávits primários e pela remontagem da Justiça do Trabalho. (SACHCET e CALIXTRE, 2011, p. 4)

Gráfico 11: Evolução do número de trabalhadores. Brasil, 2001 a 2009 (em milhões)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Disponível em Sacchet e Calixtre (2011, p. 6)

Note-se que, apesar de o crescimento de empregos com carteira assinada ter sido superior no período 2001-2009, os empregos informais ainda são predominantes, o que se deve, no entender de Lameiras et al (2012, p. 3), à heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro, que se caracteriza pela convivência de empresas com diferentes níveis de produtividade e graus variados de desenvolvimento tecnológico, mantendo um expressivo contingente de mão de obra na informalidade. Segundo os autores,

a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro se expressa, em síntese, pela convivência de empregos formais com contratos de trabalho legalizados, ao lado de diversas modalidades de ocupação

precária ou de diferentes motivos para o chamado desemprego oculto pelo desalento.

No Brasil utilizam-se diferentes taxas para analisar o desemprego, que, desta forma, pode ser Aberto; Oculto pelo Trabalho Precário; Oculto pelo Desalento e Outros e o Desemprego Total. A fim de tornar a análise mais completa e facilitar a compreensão do leitor, segue-se uma tabela em que os diferentes indicadores são devidamente conceituados.

Tabela 1: Desemprego e suas diversas conceituações

Variável	Conceituação
Desemprego Aberto	Proporção de pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Proporção de pessoas que realizam algum trabalho remunerado eventual de auto-ocupação, ou seja, sem qualquer perspectiva de continuidade e previsibilidade, ou realizam trabalho não remunerado em ajuda de negócio de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;
Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros	Proporção de pessoas que não possuem trabalho e nem procuram emprego nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos último 12 meses
Desemprego Total	Proporção de pessoas que se encontram na situação de desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário ou oculto de desalento

Fonte: Fundação SEAD. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

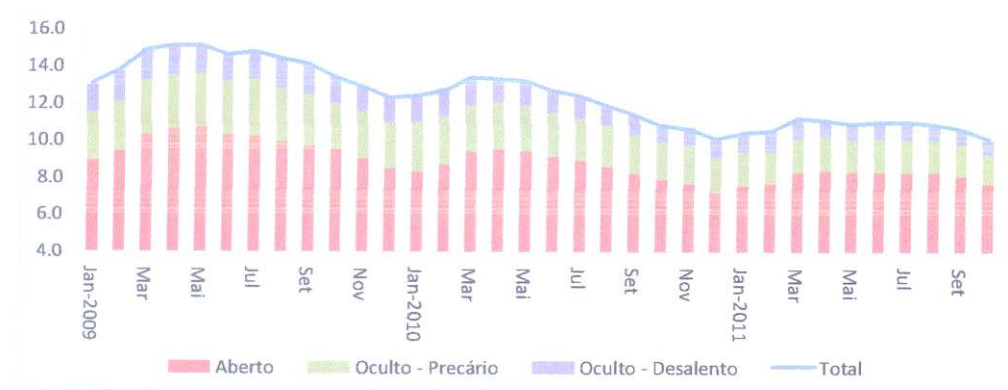
Disponível em Lameiras et al (2012, p. 17)

Lameiras et al (2012, p. 5) avaliam como bom o desempenho do mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos 2000, o qual foi impulsionado pelo crescimento da economia, que teve reflexos na ampliação dos empregos ofertados no país. Todavia, um crescimento impulsionado apenas pelo crescimento econômico, apesar de positivo, é

insuficiente para manter altas taxas de ocupação. De acordo com dados levantados por Araújo et al (2010b, p. 5), a ocupação cresceu 19,9% entre os anos de 2001 e 2009.

O bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro também tem como escopo as significativas taxas de redução do desemprego no país, as quais tem se mantido inferiores aos 10% desde 2005.⁴⁸ Todavia quando se consideram as diferentes formas assumidas pelo desemprego, é possível perceber que, apesar de uma recuperação após os reflexos da crise, o mesmo ainda não alcançou a taxa de 10% quando visto de maneira conjunta

Gráfico 12: PED Agregada – Taxas de Desemprego (%)



Fonte: DIEESE. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

Disponível em Lameiras et al (2012, p. 10)

Num contexto de heterogeneidade estrutural e de aumentos das taxas de ocupação impulsionadas pelo crescimento econômico, Sacchet e Calixtre (2011, p. 7) concluem que a maior formalização do mercado de trabalho no período foi mais produto da ampliação do que propriamente de uma redução do setor informal que, aliás, teve um crescimento de 9,2% no período, inferior, é claro, aos 46% de aumento que teve a taxa de empregos com carteira assinada.

A informalidade ainda possui importância significativa no mercado de trabalho brasileiro, o que é, em boa medida, produto da precariedade do sistema de seguro-desemprego no Brasil e da forte presença de atividades de baixa tecnologia e com

⁴⁸ De acordo com informações recentemente divulgadas pelo IBGE, em Dezembro de 2012 o desemprego atingiu a menor taxa histórica, chegando a 4,6%. Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2314&id_pagina=1, acesso em 31/01/2013.

baixos rendimentos no país, o que induz pessoas já ocupadas a manterem-se buscando empregos (LAMEIRAS et al, 2012, p.11). Sacchet e Calixtre (2011, p. 17) identificam o centro da informalidade nos setores agrícola, de serviços e da construção.

De acordo com Lameiras et al (2012, p. 13), a maioria dos empregos formais criados no período possuem remuneração de até dois salários mínimos e situam-se nos setores da construção civil e dos serviços. Note-se que a construção e os serviços, juntamente com o setor agrícola,⁴⁹ são os setores que formam o centro da informalidade, apesar de, paradoxalmente, também constituírem aqueles em que a formalização foi maior, fato que certamente se deve à amplitude da desregulamentação que assolava esses trabalhadores anteriormente.

Analisando o processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro segundo as características demográficas, ao longo dos anos 2000, Sacchet e Calixtre (2011, p. 8-17) chegam às seguintes conclusões: a formalização foi maior para os homens, apesar do maior número de vagas formais serem femininas; a formalização foi maior para indígenas, amarelos e pardos, grupos que possuíam menores índices de formalização; a formalização cresce conforme a escolaridade dos trabalhadores, sendo marcante a conclusão do Ensino Médio; a formalização foi predominante entre trabalhadores na faixa etária dos 25 aos 34 anos; a formalização foi mais intensa em situações de emprego precárias, embora ainda predomine nos setores tradicionais.

Em linhas gerais, é possível constatar avanços a partir da interpretação dos resultados apresentados, especialmente pela ampliação da formalização entre trabalhadores índios, amarelos e pardos, que predominam em setores informais e pelo aumento na formalização em situações de emprego mais precárias. Por outro lado, é preocupante o fato de que, apesar de mais empregos formais femininos terem sido criados, a formalização masculina tenha sido superior, bem como que seja predominante na faixa dos 25 a 34 anos, pois representa a dificuldade de jovens e de trabalhadores mais velhos ingressarem neste tipo de mercado.

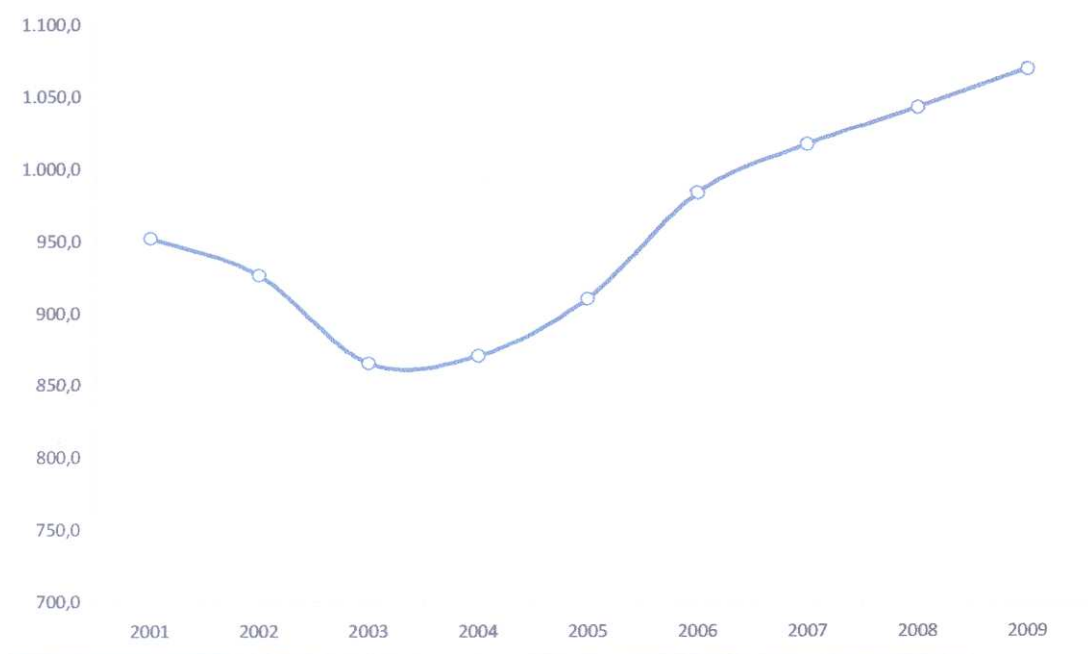
Dados apresentados por Araújo et al (2010b, p. 4), também referentes ao período 2001-2009, demonstram aumento significativo da inserção feminina no mercado de trabalho somada a uma ligeira queda na participação masculina, todavia elas ainda são bem menos numerosas do que eles no mercado de trabalho brasileiro. Já ao analisarem a população ocupada por setor de atividade Araújo et al (2010b, p. 6) demonstram que, à

⁴⁹ Conforme Sacchet e Calixtre (2011, p. 15) a formalização foi mais intensa nos setores agrícolas e da construção civil.

exceção do setor agrícola, em todos os demais (administração pública, comércio, construção, indústria, outras atividades, serviços e transportes) houve aumentos da população ocupada.

Finalmente, ao se analisar a evolução do rendimento médio dos trabalhadores, fica claro que o mesmo foi crescente no período, especialmente a partir de 2002. Araújo et al (2010b, p. 11) atribuem tais resultados positivos a uma combinação da recuperação dos rendimentos médios reais com a evolução dos níveis de ocupação nos anos recentes.

Gráfico 13: Rendimento médio de todos os trabalhos setembro de 2009 (em R\$)



Fonte: PNAD/IBGE, elaborado por Araújo et al (2010b, p. 11)

Disponível em Araújo et al (2010b, p. 11)

Desta forma, num olhar mais geral acerca do mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos 2000, é possível perceber uma flagrante melhora quando comparado ao período imediatamente anterior, pois houve aumento da oferta de emprego, queda do desemprego e maior formalização; todavia, por outro lado, a base essencial desta melhora foi o crescimento econômico que marcou o país no período, de modo que as melhoras observadas, apesar de bem-vindas, são ainda insuficientes e carecem de maior robustez para que se consolidem nos próximos anos.

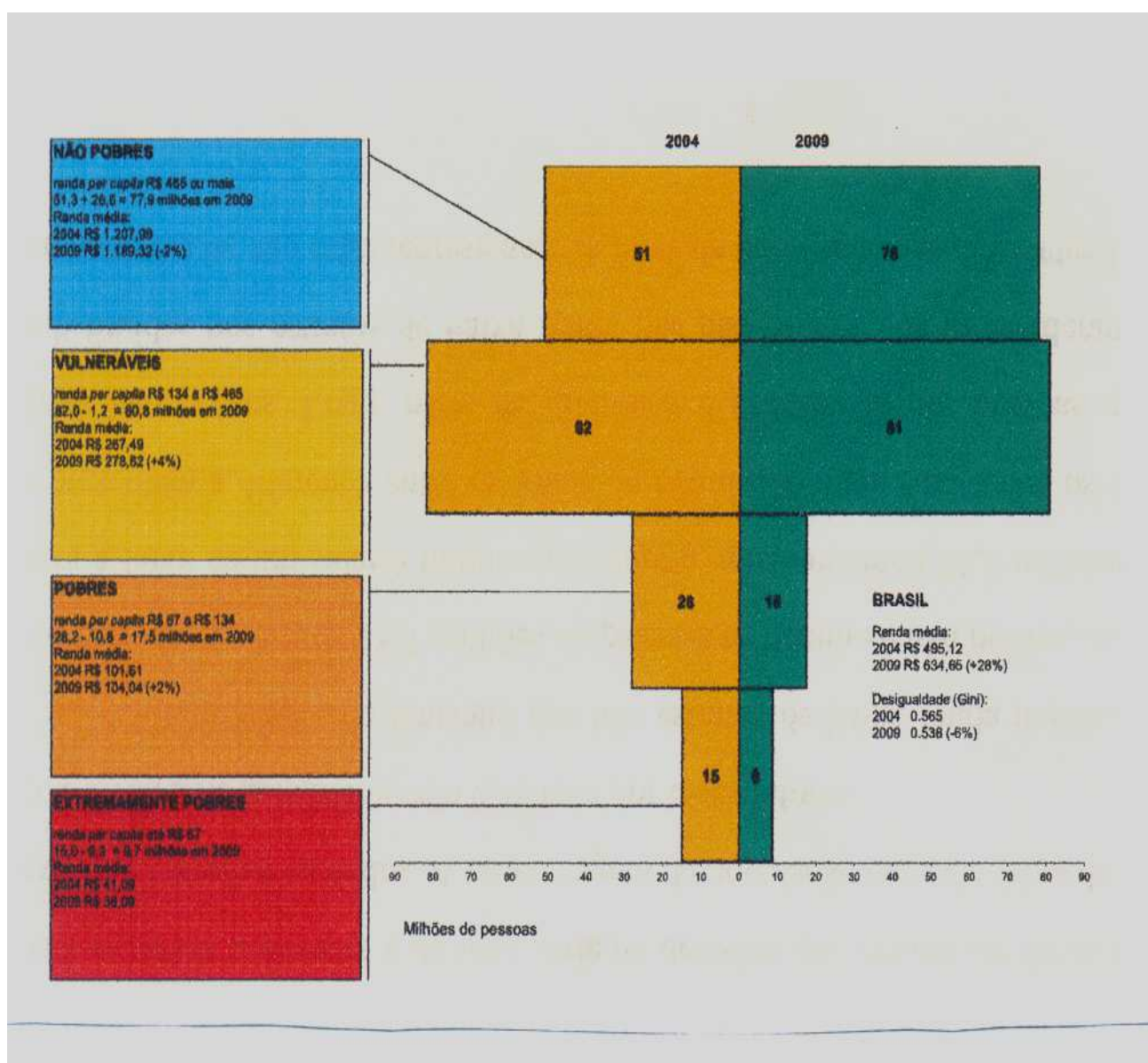
2.2.4. Evolução da pobreza

Como já foi visto, a primeira década do século XXI foi pródiga no que se refere à mobilidade no interior da estrutura social brasileira, especialmente pela ascensão de um contingente significativo de pessoas de estratos mais baixos até estratos médios de renda. Esta mobilidade está intimamente ligada a questões como a valorização do trabalho, os aumentos reais do salário mínimo e as políticas sociais, processos que, como se verá a seguir, também foram fundamentais para a diminuição da pobreza no Brasil, diminuição esta que se refletiu nos movimentos de mobilidade social observados no período.

Em estudo no qual se propõem a traçar um perfil da pobreza brasileira, Osório et al (2011a, p. 7) utilizam as linhas de elegibilidade do Programa Bolsa Família para definir os quatro estratos de renda a partir dos quais elaboram sua análise. Dessa forma, famílias com renda per capita inferior a R\$ 67,00 mensais são consideradas extremamente pobres; famílias com renda per capita que varia de R\$ 67,00 a R\$ 134,00 são pobres; com renda entre R\$ 134,00 e R\$ 465 são vulneráveis e com renda per capita superior a R\$ 465,00 não são consideradas pobres, lembrando sempre que os valores são válidos para 2009, quando o salário mínimo correspondia a R\$ 465,00.

Um primeiro ponto que chama a atenção na análise dos dados referentes ao período que vai de 2004 até 2009 refere-se à redução significativa do número de famílias vivendo com menos de um salário mínimo per capita, que era de 71% e reduziu-se para 58%, confirmando a capacidade da sociedade brasileira de permitir a mobilidade social, especialmente dos estratos mais pobres, ao longo da última década.

Gráfico 14: Mudança na estratificação por renda de 2004 a 2009



Fonte: Pnad – IBGE. Elaboração IPEA

Disponível em Osório et al, (2011b, p. 4)

Observando os dados referentes à redução da pobreza a partir dos quatro estratos de renda estabelecidos, é possível afirmar que os maiores níveis de mobilidade ocorreram entre os dois estratos mais pobres, ficando a boa notícia na parte alta da tabela, a qual é demonstrativa do importante aumento no contingente de famílias não pobres.

Osório et al (2011a, p. 21) constatam que a valorização do salário mínimo aliada à ampliação do Programa Bolsa Família, que foi verificada nos três estratos de pobreza, foram o carro chefe da mobilidade dos mais pobres, pois o citado programa social

aumentou em 39% o seu peso na composição da renda dos extremamente pobres, que passaram a ter maior homogeneidade na composição de sua renda, constituída pelos benefícios somados a rendimentos de trabalho inferiores a um salário mínimo. Já no que se refere à valorização do salário mínimo, este foi de tal forma prevalectante na promoção da mobilidade dos mais pobres que se torna praticamente impossível encontrar famílias com benefícios ou trabalho ligados ao salário mínimo em condições de extrema pobreza.

Gráfico 15: Mudança na composição da renda (em %)



Fonte: Pnad – IBGE. Elaboração IPEA

Disponível em Osório et al (2011b, p. 5)

Numa análise mais geral da pobreza no Brasil, Osório et al (2011a, p. 23-35) chegam às seguintes conclusões: há uma baixa percentagem de famílias com idosos entre os pobres, o que se deve ao salário mínimo por eles recebido, de forma que, de acordo com os autores, possuir idosos na família constitui-se numa espécie de seguro que impede que a família ingresse nos estratos mais pobres da sociedade; foi verificado um ligeiro movimento de mobilidade social ascendente entre crianças e jovens, impulsionado pelo Programa Bolsa Família, que tem seu valor vinculado à presença de

menores no domicílio; os negros predominam nos estratos mais pobres da sociedade;⁵⁰ migrar não é sinônimo de mobilidade; a educação ainda é diretamente proporcional ao estrato de renda, de modo que quanto maior a renda maior é a escolaridade, todavia no período verificou-se uma redução da disparidade, pela maior presença de pessoas menos escolarizadas nos estratos mais altos, fenômeno que se deve, certamente, à mobilidade induzida por programas sociais e pela valorização do salário mínimo; houve também melhorias nas condições de habitação, de acesso à energia elétrica, bens de consumo, telefone e computador; em contrapartida o acesso à água e ao esgoto adequados ainda é precário para muitos.

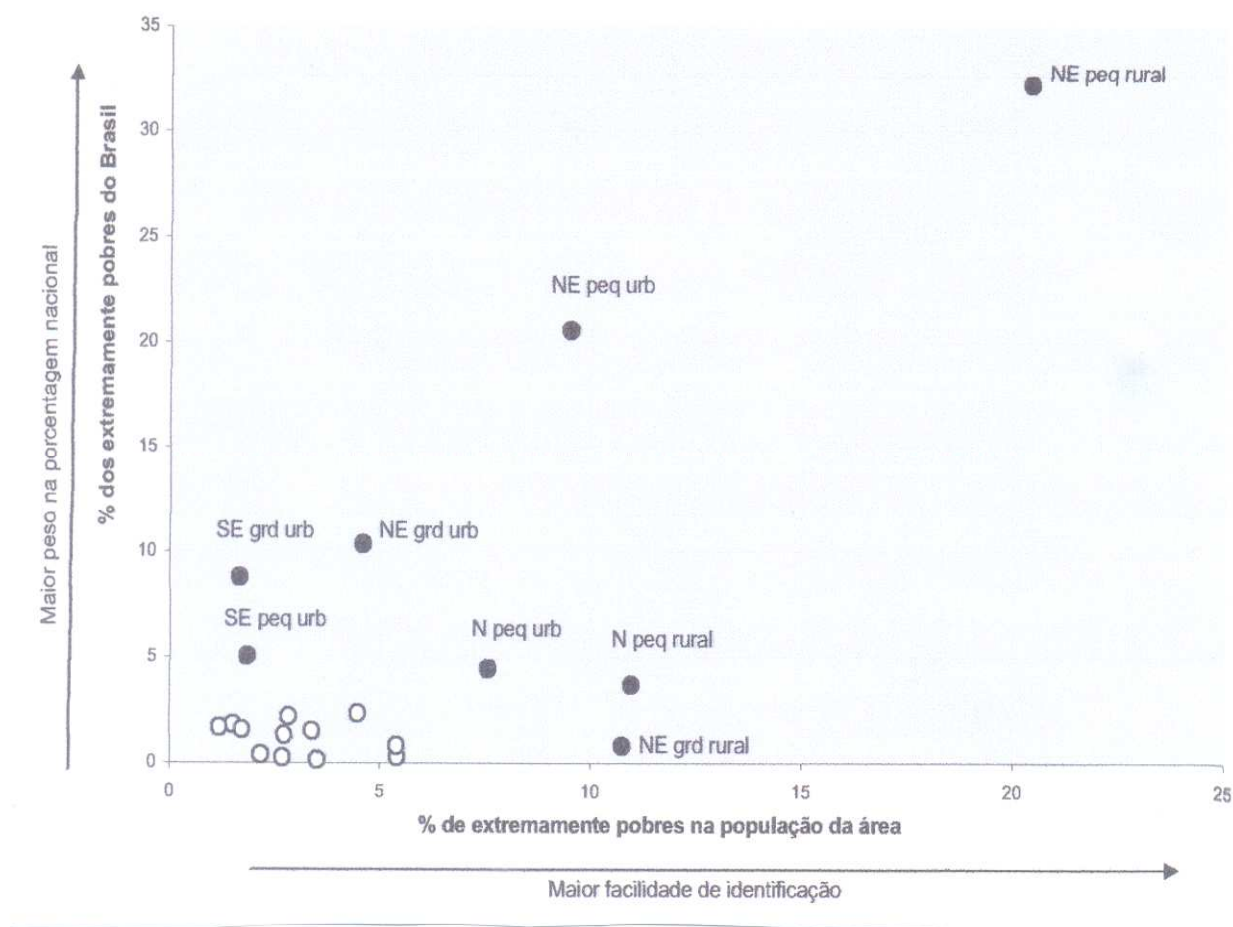
Disto, mais uma vez, depreendem-se muitas melhorias, especialmente na promoção e melhoria da qualidade de vida dos mais pobres e proteção aos mais vulneráveis, como crianças, jovens e idosos. Por outro lado, verifica-se ainda que os negros e as mulheres⁵¹ continuam predominando entre os pobres, que a escolarização, especialmente entre os mais pobres, ainda é um desafio e que apesar das melhorias, as moradias, especialmente da população mais pobre, ainda carecem de itens básicos, como o acesso à água e esgoto adequados.

Buscando desenhar um mapa da pobreza no Brasil, Osório et al (2011a, p. 39) demonstram haver uma homogeneidade ao longo do território nacional, com a pobreza concentrando-se nas áreas rurais do País e nos pequenos municípios do Nordeste, conforme é possível observar no gráfico que segue:

⁵⁰ Conforme estudo de Mostafa et al (2009, p. 20) os negros tinham renda média equivalente a pouco mais da metade da renda dos brancos em 2008. Em valores deflacionados, enquanto os negros auferiam, em média, R\$ 398,38, os brancos recebiam R\$ 790,84 mensais.

⁵¹ A questão das mulheres não é aqui desenvolvida porque será trabalhada mais detalhadamente e de maneira específica no decorrer do capítulo (sessão 2.1.8)

Gráfico 16: Distribuição da pobreza extrema (2009)



Fonte: Pnad – IBGE. Elaboração IPEA
Disponível em Osório et al (2011b, p. 9)

Também no sentido de analisar o perfil da pobreza no Brasil, bem como os desdobramentos desta ao longo do século XXI, Acioly e Calixtre (2012, p. 3) elaboraram um índice de vulnerabilidade multidimensional, compostos pelas seguintes dimensões: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infanto-juvenil e condições habitacionais.

Tabela 2: Resultados, média, índice geral e as dimensões da vulnerabilidade social no Brasil (2003, 2009)

	2003	2009	2003-2009 %
Índice Brasil (média)	27,0	23,1	-14,3%
Vulnerabilidade	20,1	18,8	-6,7%
Acesso ao conhecimento	54,9	51,1	-6,9%
Acesso ao trabalho	39,6	31,6	-20,3%
Escassez de recursos	21,9	16,6	-24,2%
Desenvolvimento infanto-juvenil	5,5	4,1	-26,4%
Condições habitacionais	19,6	16,6	-15,0%

Fonte: Pnad – IBGE. Elaboração Ipea

Disponível em Acioly e Calixtre (2012, p. 4)

Observando-se a tabela é possível perceber que todos os índices sintéticos a partir dos quais trabalham os autores apresentaram queda no período, o que é demonstrativo de uma diminuição da vulnerabilidade das famílias brasileiras no período 2003-2009.

A melhoria no índice de vulnerabilidade é atribuída à maior presença de idosos e à ausência de cônjuge no domicílio, o que significa um aumento nas famílias chefiadas por adultos e a diminuição de crianças nos domicílios, fato que eleva a população em idade ativa (PIA). O resultado positivo referente ao acesso ao conhecimento foi produto da quase universalização do acesso ao ensino básico, visto que em níveis mais elevados ainda há déficits significativos. O acesso ao trabalho evoluiu em função do aumento de pessoas ocupadas no período. A dimensão da escassez de recursos, ao mesmo tempo em que comprova a redução de famílias pobres e abaixo da linha da pobreza também indica um aumento na dependência de transferências governamentais. No que se refere ao desenvolvimento infanto-juvenil as melhoras decorrem do maior ingresso de crianças na escola e da redução dos adolescentes que trabalham. Finalmente, no que condiz com as condições habitacionais, verifica-se melhorias no acesso a objetos de consumo no domicílio, a despeito do aumento de imóveis alugados ou financiados e da fragilidade no acesso a alguns serviços públicos essenciais. (ACIOLY; CALIXTRE, 2012, p.4-5)

Com base nos dados referentes à pobreza no Brasil, Osório et al (2011b, p. 10-11) caracterizaram, em função das conexões da PIA familiar com a renda do trabalho, as famílias pobres brasileiras a partir de três perfis, excludentes entre si, mas capazes de

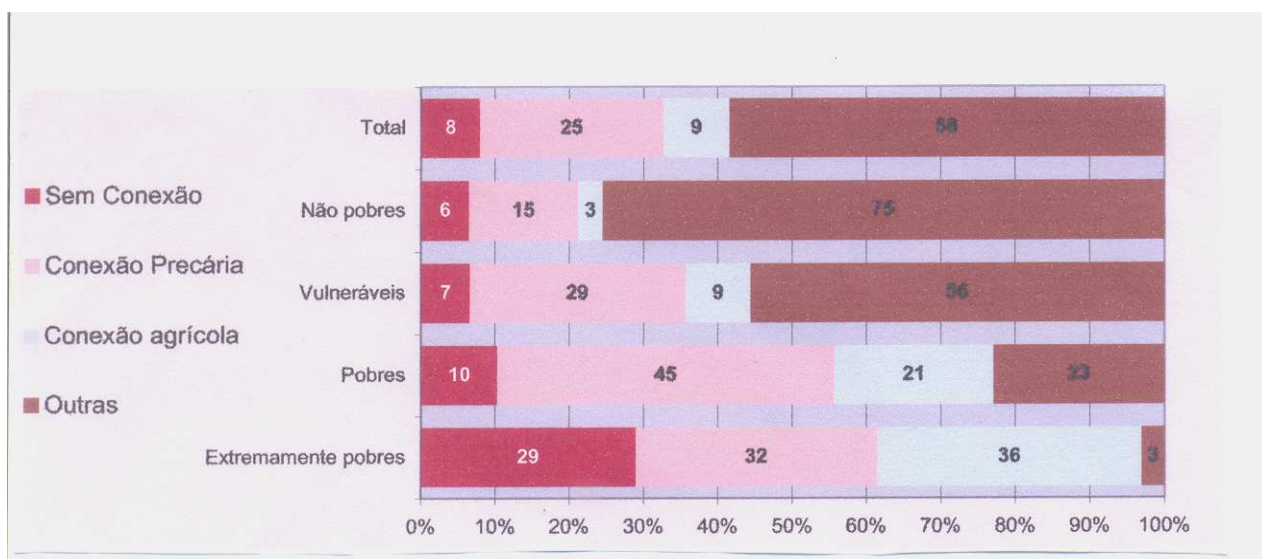
explicar 97% da pobreza extrema, 76% da pobreza e 45% da vulnerabilidade das famílias do país.

O primeiro tipo é composto pelas **famílias com conexão agrícola**, as quais são caracterizadas pela presença de mais da metade da PIA ocupada na categoria de produtores agrícolas. Estas famílias são bem representadas pelos agricultores familiares, os quais têm como principais obstáculos à sua emancipação produtiva o tamanho reduzido de suas terras, a pouca disponibilidade de insumos, a falta de assistência técnica e as dificuldades de venda da produção.

O segundo tipo é formado pelas **famílias com conexão precária**, o que significa que a família é composta por pessoas das categorias empreendedores e empregados informais. São, em síntese, compostas por empregados sem carteira assinada e dos que, na falta de emprego, tornam-se autônomos, montando negócios informais, prestando serviços ou fazendo biscates. Tais pessoas estão permanentemente sujeitas a ficarem sem rendas a qualquer momento, tal como na possibilidade de perder o emprego informal ou em caso de doenças, situações em que a família ficaria sem trabalhar e, automaticamente, sem renda.

O terceiro e último tipo é composto pelas **famílias sem conexão**, nas quais ninguém está trabalhando e a PIA é composta integralmente por pessoas procurando trabalho ou inativas.

Gráfico 17: Famílias típicas associadas à pobreza, extrema pobreza e à vulnerabilidade social no país (2009)



Fonte: Pnad – IBGE. Elaboração IPEA

Disponível em Osório et al (2011b, p. 11)

De acordo com os autores, as famílias com conexão agrícola são o tipo mais associado à pobreza extrema; o segundo tipo mais associado à pobreza extrema e à pobreza são as famílias sem conexão com o trabalho. Já as famílias com conexão precária estão positivamente associadas ao estrato vulnerável. Considerando-se apenas a composição da renda das famílias sem conexão com o trabalho, extremamente pobres, é possível constatar sua dependência de transferências sociais, pois 61% de sua renda provêm do Programa Bolsa Família; já entre os pobres e os vulneráveis este percentual chega a 70%. As famílias com conexão agrícola, por sua vez, predominam entre os receptores do Programa Bolsa Família, o qual, à exceção dos extremamente pobres, é a fonte mais importante de composição da renda. (OSÓRIO et al, 2011b, p. 13)

Os dados e análises apresentados ao longo desta sessão permitem concluir que o Brasil tem sido muito bem sucedido em sua luta contra a erradicação da pobreza, com especial ênfase ao papel dos programas sociais, a ampliação do acesso à previdência e a valorização do salário mínimo. Contudo, estas rendas – especialmente dos programas de transferência social – apesar de se constituírem num alento aos mais pobres não são capazes de, por si só, viabilizarem maiores melhorias na vida das pessoas para além do essencial, o que só pode ser conseguido através da inserção no mercado de trabalho.

A manterem-se os níveis de redução da pobreza tal como estavam em 2008, Castro et al (2010a, p. 13) prognosticam que até o ano de 2016 o Brasil conseguirá eliminar a pobreza absoluta de seu território, sendo que o estado do Paraná, já no ano de 2013, poderá ter superado a condição de pobreza absoluta, o que irá ocorrer com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 2015, tornando o Sul a primeira região a superar essa chaga social.

2.2.5. Políticas sociais

De acordo com Castro et al (2011c, p. 3) políticas sociais são mecanismos político-institucionais construídos pelas sociedades a fim de proteger ou promover socialmente seus membros. Ainda segundo os autores, no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, com maior ênfase na primeira década do século XXI, as políticas sociais estão estruturando as condições básicas de vida da população, em especial as mais pobres, e começam a incidir também sobre o emprego e o salário na economia brasileira. Igualmente, as políticas sociais colaboraram com o aumento do mercado interno de consumo brasileiro.

Castro et al (2011c, p. 4) apontam ainda dois grandes objetivos atrelados às políticas sociais: proteger os cidadãos diante de contingências e fatores de risco que possam lançá-los em situações de dependência ou vulnerabilidade e promover a geração de oportunidades, fomentando a justiça e a equidade.

Na próxima sessão serão apresentados brevemente alguns dos programas sociais desenvolvidos no País, para, em seguida, discutirem-se os impactos de tais programas públicos sobre o desenvolvimento econômico do Brasil.

2.2.5.1. Os programas sociais brasileiros

Há no Brasil um espectro bem amplo de programas sociais, os quais incluem desde programas mais direcionados até aqueles de caráter mais abrangente. Neste sentido, destacam-se o Programa Brasil sem Miséria, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em suas diferentes linhas; O Programa Bolsa família (PBF); o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Caminhos da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); o programa Luz para Todos; o Programa Saúde da Família (PSF); o Programa Brasil Quilombola; a Previdência Social; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego (PRONATEC); o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); a Universidade Aberta do Brasil (UAB); o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros de menor abrangência.

Buscando tornar realidade o slogan “país rico é país sem pobreza” foi criado, em 2011, o Programa Brasil sem Miséria, o qual agrega diferentes programas sociais, direcionando-os a famílias extremamente pobres, com renda per capita inferior a R\$ 70,00 mensais. O referido programa atua em três eixos: acesso a serviços; garantia de renda e inclusão produtiva.⁵² O plano Brasil Sem Miséria pode ser interpretado como

⁵² Os programas sociais agregados pelo programa são os seguintes: Brasil Alfabetizado; Mais Educação; Unidades Básicas de Saúde (UBS); Brasil Sorridente; Saúde da Família; Olhar Brasil; Distribuição de Medicamentos; Rede Cegonha; Saúde na Escola; Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Banco de Alimentos; Cozinhas Comunitárias; Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC). No que se refere ao eixo da inclusão produtiva o plano inclui, para o público rural, ações de assistência técnica; fomento à agricultura familiar, através da transferência direta de renda; água e luz para todos e o Bolsa Verde; já para o público urbano, qualificação profissional e apoio a associações de catadores. Disponível em

uma ampliação do Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, porém possuindo como base apenas os territórios rurais.⁵³ Juntamente com o plano Brasil Sem Miséria foi lançada a ação Brasil Carinhoso, pautada por três pilares de atuação: renda, educação e saúde. No que se refere à renda passou a ser destinado um benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância, pago juntamente com o Programa Bolsa Família; na área da educação há a ampliação da oferta de vagas em creches e, na parte da saúde, devem ser tomadas medidas para se enfrentar os principais problemas de saúde característicos da infância.⁵⁴

O PRONAF⁵⁵ foi criado em 1996, está atualmente vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e busca financiar projetos que gerem renda aos agricultores familiares. Para se habilitar ao programa, as famílias devem ter a Declaração de Atendimento ao Crédito (DAP), fornecida gratuitamente por Sindicatos e pela EMATER; o Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado e atender a critérios como tamanho da terra, utilização predominante de mão de obra familiar e renda bruta inferior a R\$ 110 mil anuais. Além dos diferentes grupos de enquadramento, definidos a partir de critérios de renda, o PRONAF apresenta modalidades específicas de crédito como o PRONAF Mais Alimentos; o PRONAF Mulher; o PRONAF Semi-Árido; o PRONAF Jovem; o PRONAF Floresta; o PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias; o PRONAF Agroindústria; o PRONAF Eco; o PRONAF Agroecologia e o PRONAF Cotas Partes.

O Programa Bolsa Família⁵⁶ (PBF) é um programa de transferência direta de renda, criado em 2003, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que visa disponibilizar o acesso à renda para as famílias beneficiárias. O acesso ao programa ocorre mediante a inclusão no Cadastro Único (CU) para programas

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria>, acesso em 27/12/2012.

⁵³ Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>, acesso em 27/12/2012.

⁵⁴ Disponível em <http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/brasil-carinhoso>, acesso em 16/01/2012.

⁵⁵ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Mais Alimentos. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/maisalimentos>, acesso em 09/05/2012.

⁵⁶ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acesso em 09/05/2012.

sociais,⁵⁷ banco de dados gerenciado pelos municípios que permite a identificação das populações de baixa renda. Para receber o benefício, que varia de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, os mais de 13 milhões beneficiários brasileiros precisam atender a algumas exigências, como possuir renda per capita inferior a R\$ 70,00 mensais, a manutenção das crianças na escola, a realização de exames pré-natais, a participação nas pesagens realizadas para acompanhamento de saúde, entre outros.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil⁵⁸ (PETI) articula ações no intuito de retirar as crianças de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto quando na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. O PETI têm três eixos básicos: transferência direta de renda às famílias com crianças em situação de trabalho; fortalecimento dos vínculos para as crianças e acompanhamento familiar. Ao ingressar no PETI a família passa a fazer parte do PBF, quando atende aos critérios de elegibilidade, e o jovem passa a ter acesso à escola, saúde, alimentação, lazer, cultura, profissionalização e convivência familiar e comunitária.

O Programa Minha Casa Minha Vida⁵⁹ (PMCMV) objetiva beneficiar famílias de baixa renda, ajudando-as a obter a casa própria. Em 2009 o programa foi estendido às áreas rurais. O programa, gerido pelo Ministério das Cidades, possui como parceiros estados e municípios e é operado pela Caixa Econômica Federal. Na modalidade urbana o critério de elegibilidade é a renda familiar inferior a R\$ 5 mil e na modalidade rural a família deve possuir renda anual inferior a R\$ 60 mil.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário⁶⁰ busca oferecer aos trabalhadores rurais que não tem terras ou com poucas terras a oportunidade de viabilizarem a compra de uma propriedade mediante financiamento. O programa, que oferece condições de pagamento conforme os valores financiados, exige que o beneficiário tenha minimamente cinco anos de experiência rural ao longo dos últimos quinze anos, prevê incentivos a mulheres, jovens e negros rurais e possui duas linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).

⁵⁷ Neste cadastro estão inclusas as famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 70,00.

⁵⁸ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Erradicação da Pobreza. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>, acesso em 09/05/2012.

⁵⁹ Fonte: Ministério das Cidades. Programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=137&Itemid=55, acesso em 09/05/2011.

⁶⁰ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>, acesso em 09/05/2012.

O Programa de Aquisição de alimentos⁶¹ (PAA) é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário, com vistas à aquisição de alimentos da agricultura familiar a preços de mercado e sem a necessidade de processo licitatório. Os alimentos adquiridos destinam-se à formação de estoques estratégicos para o abastecimento de mercados institucionais de alimentos e a ações de alimentação viabilizadas por redes sócio-assistenciais. O PAA tem como parceiros a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), governos estaduais e municipais, sendo que para participar o agricultor deve ser passível de enquadramento em alguma das modalidades do PRONAF.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar⁶² (PNAE) foi implantado em 1955 e garante a alimentação escolar de alunos matriculados no Ensino Infantil, Fundamental, Médio, e Educação de Jovens e Adultos. Conforme a Lei 11.947/2009 e a resolução CE/FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação) nº 38, de 16 de Julho de 2009 os cardápios devem ser submetidos à supervisão de nutricionistas e precisam respeitar as referências nutricionais e os hábitos alimentares locais, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região. Outrossim, ao menos 30% dos recursos destinados ao PNAE devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, priorizando-se assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Dois Programas do Ministério da Educação visam à execução do transporte escolar: o Caminhos da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar⁶³ (PNATE). O PNATE foi criado em 2004 com o objetivo de garantir o acesso e a permanência no ensino fundamental de alunos de áreas rurais que utilizassem transporte escolar através de assistência financeira aos estados e municípios; já o Caminhos da Escola foi criado em 2007 e prevê a concessão de crédito especial para que estados e municípios adquiram veículos a serem utilizados no transporte escolar. Em 2009 o

⁶¹ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>, acesso em 09/05/2012.

⁶² Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Disponível em <http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>, acesso em 09/05/2012. BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Brasília: Presidência da república, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Ministério da Educação, 2009a.

⁶³ Transporte Escolar, disponível em <http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-transporte-escolar>, acesso em 09/05/2012.

programa de transporte escolar foi ampliado para toda a educação básica, o que inclui os estudantes rurais dos Ensinos Infantil e Médio.

O Programa Luz para Todos foi lançado em 2003, com o objetivo de acabar com a exclusão elétrica no país, em virtude da constatação de que cerca de 90% das residências sem luz possuem renda inferior a três salários mínimos. O programa tinha como meta levar gratuitamente a energia elétrica a mais de 10 milhões de pessoas no meio rural, porém, mesmo com o cumprimento das metas, durante o desenvolvimento do programa foi verificada a presença de novos lares sem acesso à energia, de modo que o programa foi expandido, sendo incluído, em 2011, no Plano Brasil Sem Miséria⁶⁴.

O Programa Saúde da Família⁶⁵ (PSF), criado em 1994 pelo Ministério da Saúde, é composto por equipes multiprofissionais que atuam tendo como base unidades de saúde instaladas nas comunidades, mas que pretende também atender às famílias em seus domicílios. A proposta do programa é cuidar da saúde ao invés de tratar da doença, de modo que as ações são pautadas pela promoção da saúde, prevenção, recuperação; reabilitação e manutenção da saúde através de consultas, vacinação, exames pré-natais, entre outras ações.

O Programa Brasil Quilombola⁶⁶ foi criado em 2005 e é coordenado pela Secretaria Especial de Promoção e Política da Igualdade Racial (SEPPIR). O Programa objetiva melhorar às condições de vida e fortalecer a organização das comunidades remanescentes de quilombos através da promoção do acesso a bens e serviços sociais. O Programa busca possibilitar também o desenvolvimento sustentável das comunidades em consonância com suas especificidades históricas, garantindo direitos à titulação e à permanência na terra.

A previdência social surgiu no Brasil em 1923 a partir da criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de ferrovias do Congresso Nacional. Mas foi só nos anos 1930 que a previdência passou a abranger quase todas as categorias urbanas de trabalhadores, visto que foi apenas em 1963 que o sistema previdenciário passou a incluir os trabalhadores do campo. Em 1988, a previdência universalizou-se

⁶⁴ Disponível em http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp, acesso em 27/12/2012.

⁶⁵ Ministério da Saúde. Programa Saúde da Família. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149, acesso em 09/05/2012.

⁶⁶ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Brasil Quilombola. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/aegre/>, acesso em 09/05/2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2005.

também no campo, incluindo todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais. (BRUMER, 2002; DELGADO, CARDOSO, 1999)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego⁶⁷ (PRONATEC), criado no dia 26 de Outubro de 2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.

O Programa Ciência Sem Fronteiras⁶⁸ busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira através do intercâmbio e da mobilidade internacional. O projeto prevê ainda a utilização de bolsas de estudo a fim de promover intercâmbios, de modo que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior mantendo contato com sistemas educacionais de alto nível em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior interessados em se fixar no Brasil ou em estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros em áreas prioritárias definidas no Programa, bem como oportunizar a pesquisadores de empresas treinamento especializado no exterior.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais⁶⁹ (REUNI) busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, permitindo o ingresso de 680 mil alunos em cursos de graduação. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações prevêem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos e combate à evasão.

A Universidade Aberta do Brasil⁷⁰ (UAB) objetiva ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação à distância. A prioridade é oferecer formação a professores da educação básica pública ainda sem

⁶⁷ Fonte: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/pronatec.html>, acesso em 09/05/2012.

⁶⁸ Ministério da Educação; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>, acesso em 09/05/2012.

⁶⁹ Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085&id=12261&option=com_content&view=article, acesso em 09/05/2012.

⁷⁰ Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=510&id=12265&option=com_content&view=article, acesso em 09/05/2012.

graduação, além de formação continuada aos já graduados. Pretende ainda ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um sistema nacional de educação superior à distância. Há pólos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores, além de acessarem a bibliotecas e laboratórios. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é disseminar e desenvolver metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano.

O Programa Universidade para Todos⁷¹ (PROUNI) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado no ano de 2004 e institucionalizado em 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos às instituições de ensino que aderem ao programa. Dirigido aos estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, utiliza como processo seletivo as notas obtidas no Enem (Exame nacional do Ensino Médio). Desde 2007, o Prouni – e sua articulação ao FIES⁷² – em umas das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Assim, o Programa Universidade para Todos, somado ao Fundo de Financiamento Estudantil, ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens à educação superior.

⁷¹ Ministério da Educação. Disponível em http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140, acesso em 09/05/2012.

⁷² Fundo de Financiamento Estudantil.

Aprovado pela lei 12.288, de 20 de Julho de 2010⁷³ o Estatuto da Igualdade Racial busca garantir à população negra a efetividade da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos⁷⁴ e combater à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Dentre os múltiplos pontos que abrange a lei se quer chamar a atenção às ações afirmativas, as quais buscam permitir as populações negras, comprovadamente mais pobres e menos escolarizadas, igualdade de oportunidades em certames públicos - como concursos públicos e para o ingresso em Instituições de Ensino Superior – através da reserva de vagas.

Antes de passar a próxima sessão, que se dispõe a analisar as implicações de tais programas sociais, cabe salientar que uma série de outros programas de caráter mais restrito também existem no país.

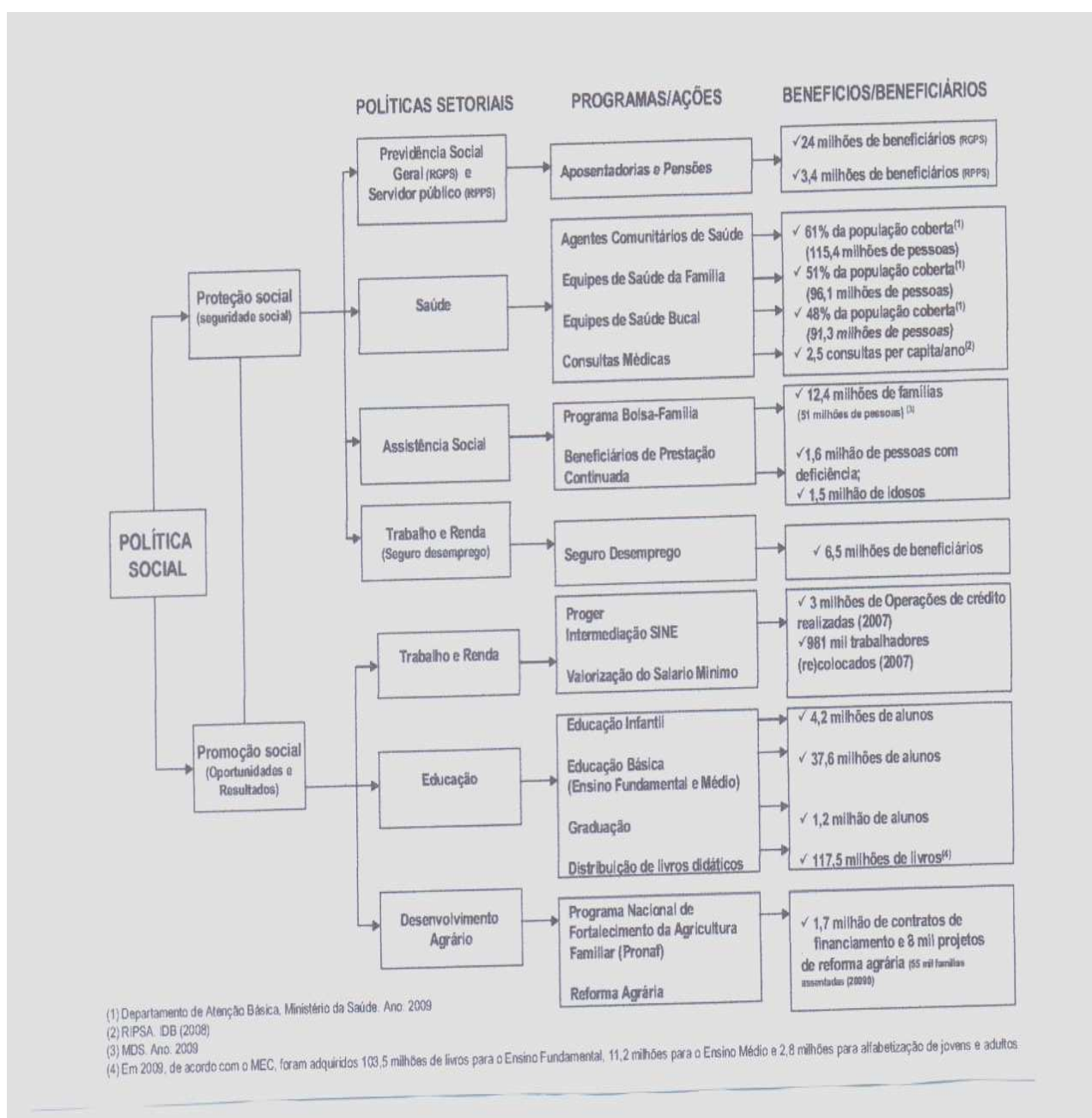
2.2.5.2. O sistema brasileiro de assistência social e suas implicações sócio-econômicas

Os dados até aqui analisados permitiram visualizar algumas mudanças na demografia brasileira, especialmente pela constatação da redução do crescimento vegetativo e do envelhecimento de sua população. Percebe-se também que o País tem conseguido aliar um modelo de crescimento econômico com redistribuição de renda, fator que tem determinado significativas taxas de mobilidade social, especialmente entre os setores mais pobres e, em boa medida, alavancados pelo aquecimento do mercado de trabalho associado a aumentos na renda do trabalho. A consequência mais marcante deste processo que caracterizou o Brasil do início do século XXI foi a redução da pobreza, para a qual se prognostica, em poucos anos, sua erradicação. Nesse processo de redução da pobreza e mobilidade social dos estratos econômicos mais baixos do país, mereceram destaques os já citados programas sociais e alguns investimentos diretos do governo federal.

⁷³ BRASIL, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Lei n. 12.288 de 20/07/2010, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm, acesso em 09/05/2012.

⁷⁴ Conforme definição do Ministério da Justiça os direitos difusos são todos aqueles que não podem ser atribuídos a grupos específicos de pessoas, pois dizem respeito a toda sociedade, disponível em <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={2148E3F3-D6D1-4D6C-B253-633229A61EC0}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B575E5C75-D40F-4448-AC91-23499DD55104%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>, acesso em 10/12/2012.

Quadro 1: O sistema de Assistência Social brasileiro

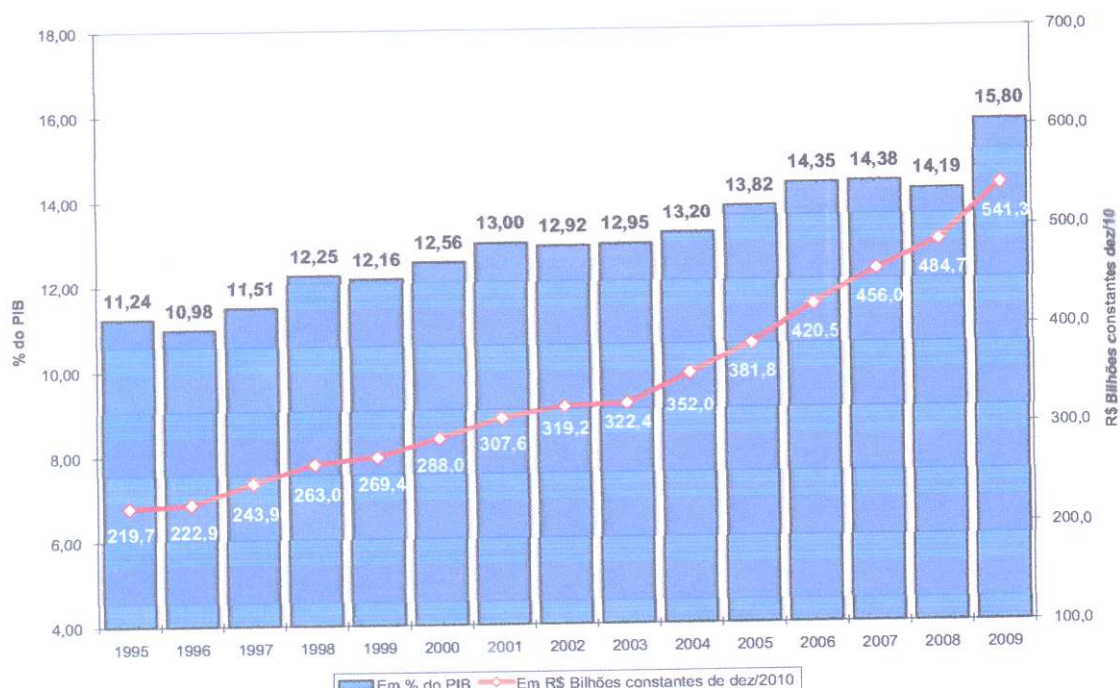


Elaborado por Castro et al (2011c, p. 5)

Disponível em Castro et al (2011c, p. 5)

Apesar de sua amplitude em termos de áreas abrangidas, que vai desde a assistência social direta até investimentos em diferentes áreas, como educação, saúde e desenvolvimento agrário, o sistema brasileiro de políticas sociais compromete pouco menos de 16% do PIB, valor que, apesar de reduzido, já foi bastante inferior, dado que em 1995 equivalia a pouco mais de 11% do PIB. (CASTRO et al, 2011a, p. 5)

Gráfico 18: Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 a 2009



Fonte: SIAFI/SIDOR Elaboração: Discoc/Ipea.

Disponível em Castro et al (2011a, p. 5)

Um dos principais fatores que contribuiu para a elevação do percentual do PIB destinado à seguridade social foi a inclusão, a partir da constituição de 1988, dos trabalhadores rurais no sistema de seguridade pública, além da vinculação destes benefícios ao salário mínimo. Igualmente determinante nesta ampliação foi o Programa Bolsa Família, que teve seu público ampliado nos últimos anos. (CASTRO et al, 2010b, p.7)

No período que se estende de 1995 até o ano de 2009, os gastos com a previdência, principal destino dos gastos sociais federais, cresceu de 4,8% do PIB para 7,28%, no entanto tal crescimento foi acompanhado de um aumento significativo e constante do número de beneficiários. Igualmente, em virtude da vinculação do benefício ao salário mínimo⁷⁵, o poder de compra dos beneficiários teve aumento real acima de 100%, conforme levantamento de Castro et al (2011a, p. 12).

Enquanto a previdência ocupa, com larga vantagem, a primeira colocação como destinatária dos gastos sociais federais, a segunda posição é ocupada pelos benefícios

⁷⁵ Conforme Santos et al (2012, p. 5), 61% dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social recebem benefícios indexados ao salário mínimo).

pagos aos servidores públicos federais, os quais, apesar das flutuações, mantiveram-se constantes no período de 1995 a 2009, recebendo neste último ano 2,37% do PIB (CASTRO et al, 2011a, p. 15). Desta forma, é possível constatar que do total de 15,8% do PIB aplicado em gastos sociais, 9,65% são aplicados no pagamento de benefícios.

O primeiro gasto correspondente a investimentos propriamente ditos, que ocupa a terceira colocação em destinação do PIB a gastos sociais, é a saúde, que teve um leve aumento de seus investimentos no período 1995-2009, passando de 1,79% para 1,85% do PIB. Cabe notar que, em termos brutos, o aumento em investimentos na área é significativo⁷⁶, dadas as elevadas taxas de crescimento econômico do País nos anos 2000. (CASTRO et al, 2011a, p. 16)

A educação, quarto maior gasto social federal, assim como a saúde, teve um leve incremento em termos de percentual do PIB investido, de 0,95% em 1995 para 1,03% em 2009, mas grande elevação em termos de valores investidos, pois passou de 18,5 bilhões em 1995 para 35,3 bilhões em 2009. (CASTRO et al, 2011a, p. 18)

Já quando analisada a trajetória dos gastos sociais federais com emprego e defesa do trabalhador é possível observar um aumento bastante significativo nos investimentos, tanto em termos de percentual do PIB quanto em função dos valores brutos investidos. No ano de 1995, 0,53% do PIB foi investido nesta área, já em 2009 este percentual chegou a 0,91% do PIB⁷⁷. (CASTRO et al, 2011a, p. 19)

Mas o grande salto em termos de investimentos sociais nos últimos 15 anos refere-se aos gastos com assistência social direta, especialmente em função dos programas sociais de redistribuição de renda, que fizeram com que se passasse de 0,08% do PIB investido em 1995 para 1,08% do PIB em 2009.

Apesar de ocuparem partes muito pequenas do PIB, cabe registrar que os investimentos em habitação e urbanismo, saneamento e cultura tiveram significativos aumentos em termos de percentual do PIB, mas somados não chegaram a ser destino de 1% do PIB nacional. As áreas de desenvolvimento agrário e alimentação e nutrição tiveram grande variação ao longo do período, todavia registra-se relativa estabilidade entre os anos de referência (1995-2009), positiva para a primeira e negativa para a segunda. Contudo, somadas, receberam 0,26% do PIB de investimentos em 2009. (CASTRO et al, 2011a, p. 21-23)

⁷⁶ O valor bruto investido em saúde aumentou de 35,1 bilhões em 1995 para 63,4 bilhões em 2009.

⁷⁷ Em valores brutos houve uma elevação de 10,4 bilhões investidos em 1995 para 31,1 bilhões investidos em 2009.

Como já referido, a área das políticas sociais envolve uma gama bastante ampla de atuação, indo da assistência mais direta a investimentos fundamentais, sendo por isso objeto de avaliações diversas. Nestas avaliações, é bastante comum atribuírem-se críticas a programas de redistribuição direta de renda, do qual o exemplo mais cristalino é o Programa Bolsa Família, todavia em estudo no qual avaliam os impactos dos diferentes gastos sociais, Castro et al (2011c) demonstram que estes supostos gastos podem ser tratados como investimentos sociais, dado que fomentam a economia e colaboram com o crescimento do PIB.

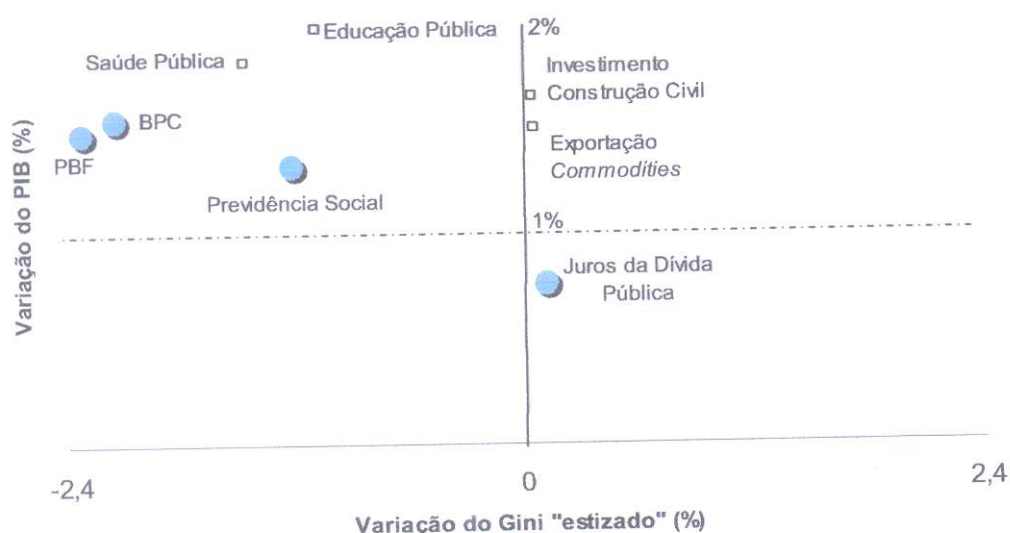
De acordo com os resultados do estudo desenvolvido por Castro et al (2011c, p. 10-11) a cada R\$ 1,00 investido em educação reverte-se em R\$ 1,85 no PIB; a cada R\$ 1,00 em produtos agropecuários R\$1,40 somam-se ao PIB; quando investidos R\$1,00 em programas de transferência de renda R\$ 1,37 são adicionados ao PIB; a cada R\$1,00 no Programa Bolsa Família o PIB cresce R\$ 1,44; a cada R\$1,00 aplicados em previdência revertem-se R\$ 1,23 ao PIB. Já ao gastar-se R\$ 1,00 no pagamento de juros da dívida somam-se R\$ 0,71 ao PIB. Na avaliação dos autores, um dos principais motivos para os gastos sociais contribuírem com o aumento do PIB deve-se ao fato de que 56% destes gastos retornam ao governo na forma de impostos, dado que, proporcionalmente, os mais pobres são os que mais pagam impostos no país. Desta forma, por exemplo, no ano de 2006, os gastos sociais geraram um acréscimo de 1% ao PIB nacional. (CASTRO et al, 2011c, p. 12)

Da mesma forma que colaboram com o crescimento do PIB, os gastos sociais também são pródigos na redução das desigualdades sociais, pois segundo Castro et al (2011c, p. 14), a cada 1% do PIB investido em saúde reduz-se 1,5% o coeficiente de GINI; a cada 1% do PIB aplicado em educação revertem-se em queda de 1,1% do GINI; já os investimentos em commodities e na construção civil não surtem efeitos na redução das desigualdades, enquanto o pagamento de juros da dívida pública contribui com o aumento das desigualdades. Os autores demonstram ainda que os gastos com benefícios de prestação continuada e o Programa Bolsa Família são os que mais contribuem com a redução das desigualdades, 2,33% e 2,15%, respectivamente.

A explicação para a forma pela qual tais benefícios e investimentos refletem-se na redução das desigualdades é a seguinte: receptores de benefícios sociais gastam toda a renda obtida com produtos nacionais e não possuem recursos suficientes para poupar; em termos de investimento em saúde e educação fala-se apenas em termos econômicos, desconsiderando-se os benefícios sociais de tais investimentos no longo prazo, e,

mesmo assim, ambos contribuem com a redução das desigualdades, sendo a contribuição dos investimentos em ensino mais baixa em virtude de os mesmos concentrarem-se significativamente no Ensino Superior, o qual é acessado predominantemente pelos mais ricos; já os investimentos em commodities e construção civil são nulos em reflexo na redução do índice de Gini porque estas áreas utilizam produtos importados e permitem acumulação de recursos suficientes para poupar e especular. Os juros da dívida, por seu turno, aumentam as desigualdades por se tratarem de recursos “especulativos”. (CASTRO et al, 2011c, p. 14)

Gráfico 19: Efeitos de gastos públicos selecionados sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda



Elaborado por Castro et al (2011c, p. 15)

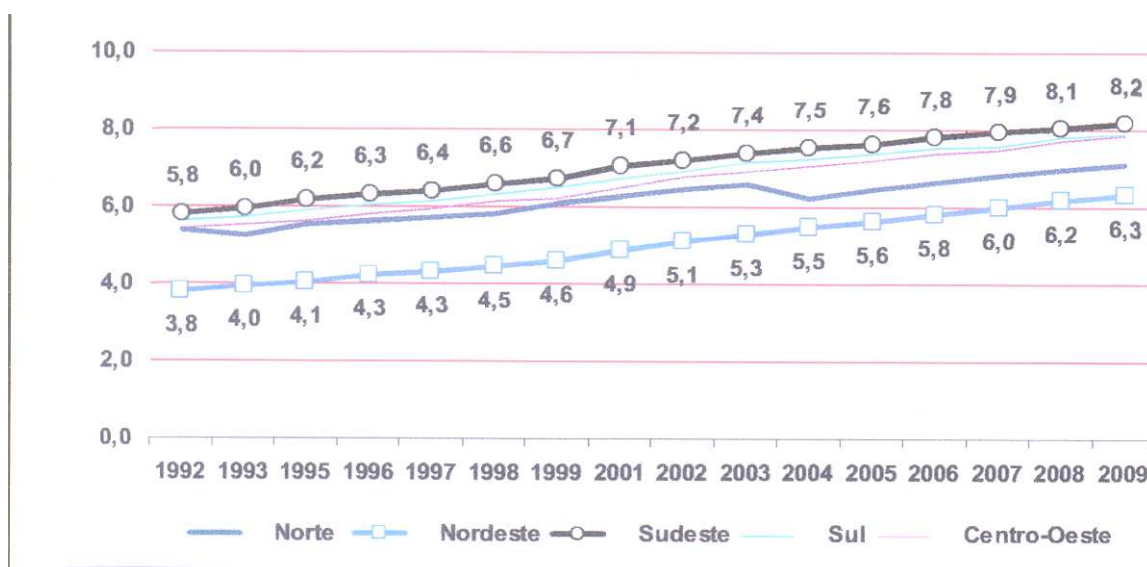
Para concluir esta sessão acerca das políticas sociais e seus impactos no crescimento da economia e redução das desigualdades, vale lembrar que Castro et al (2010b) apontam em seu estudo que os investimentos sociais contribuíram com o aquecimento do mercado de trabalho e crescimento da economia, forneceram resposta bem sucedida aos efeitos da crise internacional, ampliaram o mercado consumidor interno, reduziram desigualdades e, fundamentalmente, foram vetores da dinâmica positiva de mobilidade social que marcou o país na primeira década dos anos 2000, especialmente entre os mais pobres.

2.2.6. Educação

Em estudos de mobilidade social realizados sob uma perspectiva quantitativa, a dimensão da educação ocupa lugar central, dado que nestes estudos os sistemas de estratificação das ocupações desenvolvidos pelos autores comumente incluem a remuneração e a escolaridade dos trabalhadores. Esta pesquisa não se afilia à perspectiva quantitativa dos estudos de mobilidade, todavia não se pode ignorar os efeitos que as oscilações deste indicador podem gerar sobre os movimentos de mobilidade social que se está analisando.

Desta forma, ao analisar o contexto brasileiro na primeira década do século XXI é indispensável que se examinem alguns dados relativos ao panorama educacional do período no País, a fim de compreender as possíveis implicações de tais desdobramentos nas trajetórias dos jovens que compõem o objeto desta pesquisa.

Gráfico 20: Evolução da média de anos da população de 15 ou mais idade por Região, 1992 - 2009



Fonte PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea

Nota: A PNAD não foi realizada em 1994 e em 2000.

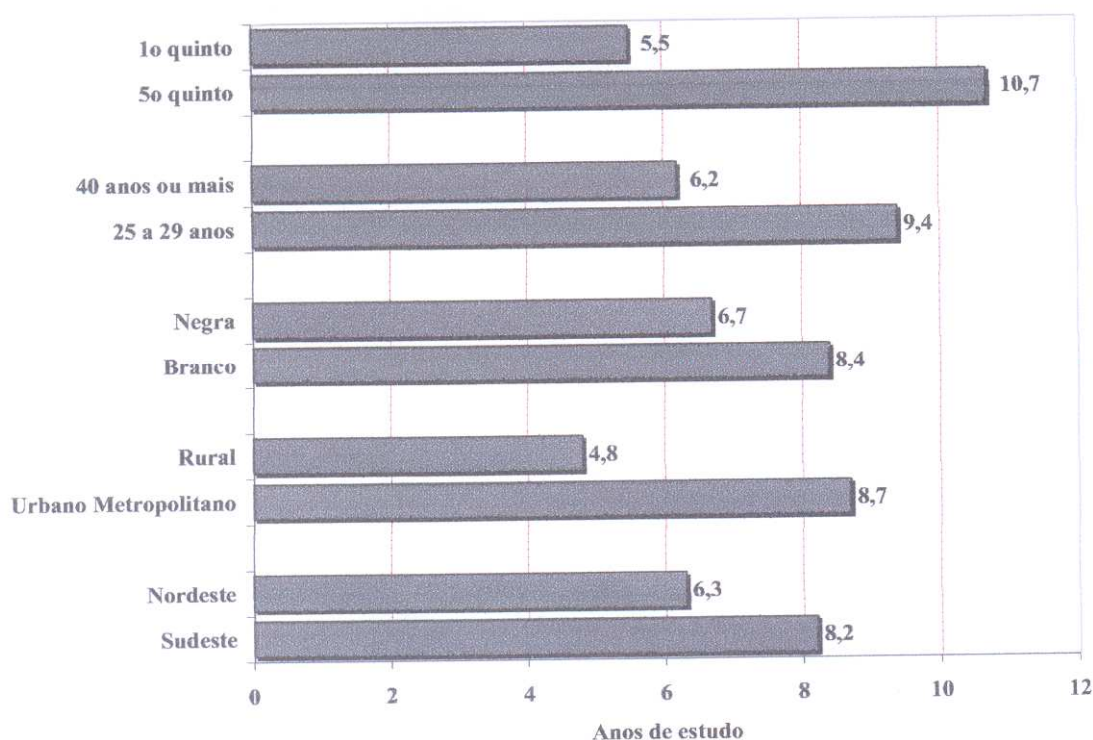
Disponível em Castro et al (2009, p. 5)

Uma primeira informação que chama a atenção na análise dos anos de estudo da população no período de 1992 a 2009 refere-se ao constante aumento, que avança dos 5,8 anos médios na primeira data para 8,2 na data final analisada. Ao analisar a média dos anos de estudo entre a população maior de 15 anos, Castro (2010a, p. 4) destaca que no Brasil, em 2009, a média foi de 7,5 anos, puxada para baixo pelos dados da região

Nordeste, que apesar dos significativos avanços permanecem bem inferiores aos das demais regiões. Considerando-se que a constituição prevê oito anos de estudo como escolarização mínima aceita para sua população, verifica-se que a região Sudeste já satisfaz tal exigência e que o Brasil está próximo disso; em contrapartida, verifica-se que as regiões Norte e Nordeste ainda estão distantes de alcançar esta meta.

Mas não são apenas as desigualdades regionais que chamam a atenção ao se analisarem os dados da educação brasileira, dado que os piores índices concentram-se entre os mais pobres - 5,5 anos de estudo entre os 20% mais pobres da população -; os mais velhos - média de 6,2 anos de estudo para a população acima de 40 anos⁷⁸ -; os negros - média de 6,7 anos de estudo - e entre a população rural, a qual abarca o pior de todos os índices, com uma escolaridade média de 4,8 anos de estudo

Gráfico 21: Média de anos de estudo da população de 15 ou mais idade por categorias selecionadas, 2009



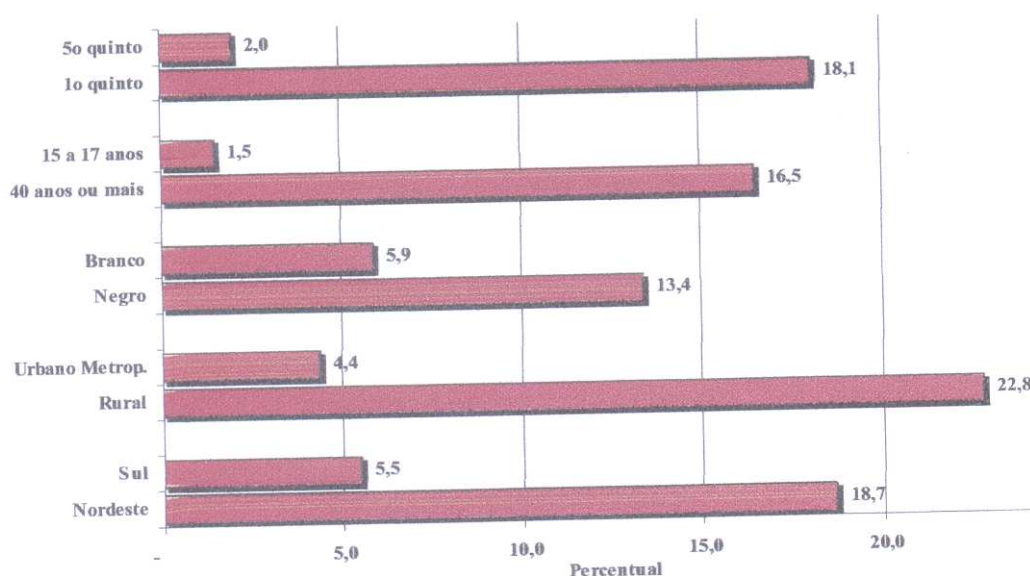
Fonte PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea

Disponível em Castro (2010a, p. 6)

⁷⁸ A baixa escolaridade dos mais velhos explica-se por sua origem rural e pelas dificuldades de acesso à educação de tempos passados. Atualmente a educação básica é universal e o acesso das populações rurais facilitado pela obrigatoriedade do transporte escolar.

As tendências observadas neste quadro, relativas à escolaridade média da população com mais de 15 anos de idade, também se fazem presentes ao avaliar-se o analfabetismo brasileiro, todavia com desproporções bem mais alarmantes. Desta forma, enquanto o analfabetismo é de apenas 2% entre a população mais rica, chega a 18,1% entre os 20% mais pobres; de 15 a 17 anos apenas 1,5% da população é analfabeta, em contrapartida, o analfabetismo atinge 16,5% dos brasileiros com mais de 40 anos de idade; 5,9% dos brancos são analfabetos, proporção que entre os negros chega aos 13,4%. Ao contrário da escolaridade, que é maior entre os habitantes da região Sudeste do país, quando se trata de analfabetismo o destaque positivo é o Sul, no qual 5,5% da população é analfabeta, já o destaque negativo em analfabetismo também é o Nordeste, onde tais índices chegam a 18,7% de sua população. Mas o grande destaque negativo, em termos educacionais, mais uma vez, é o meio rural, onde 22,8 % da população é analfabeta, o que significa dizer que pouco menos de um em cada quatro brasileiros analfabetos vivem no meio rural.

Gráfico 22: Analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade por categorias selecionadas, 2009



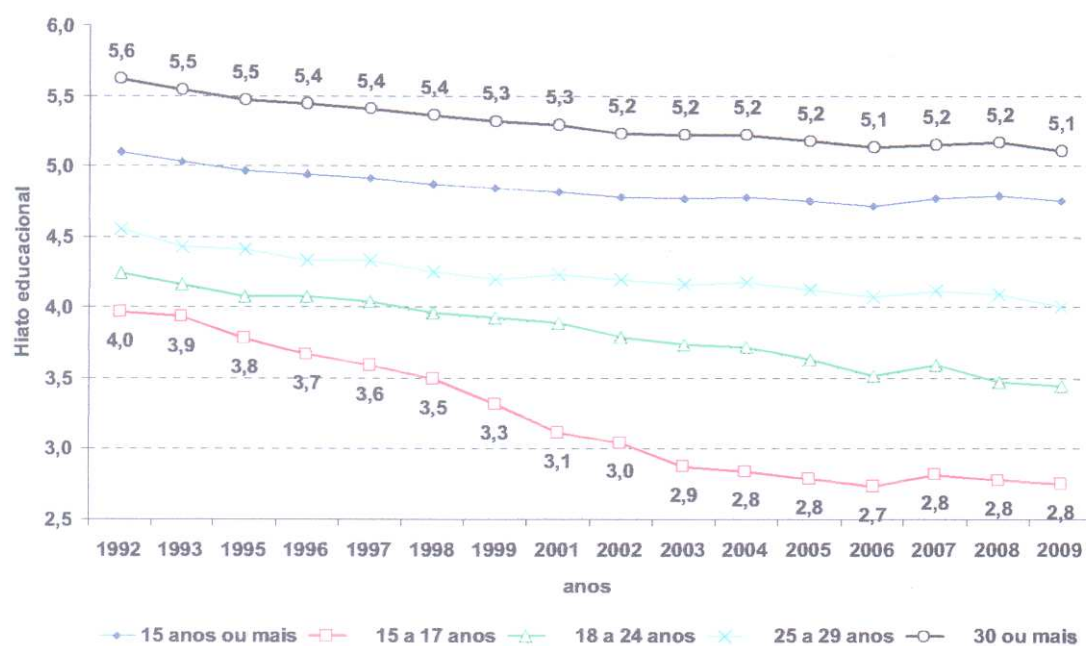
Fonte PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea

Disponível em Castro (2010a, p. 11)

A escolaridade dos brasileiros vem aumentando nos últimos anos, todavia ainda é insatisfatória; já o analfabetismo mostra-se uma chaga ainda muito aberta, especialmente entre a população rural. Todavia, a despeito do acesso à escolaridade, é

necessário que se avalie também a qualidade da mesma. Dentre os vários indicadores utilizados para esta avaliação, destaca-se aqui o hiato educacional, o qual representa a quantidade média de anos de estudo que falta à população para que atinja a meta de educação para sua faixa etária. Em síntese, este hiato revela os problemas de repetência e de evasão escolar do sistema educacional brasileiro.

Gráfico 23: Hiato educacional em anos de estudo e por idade, 1992 – 2009



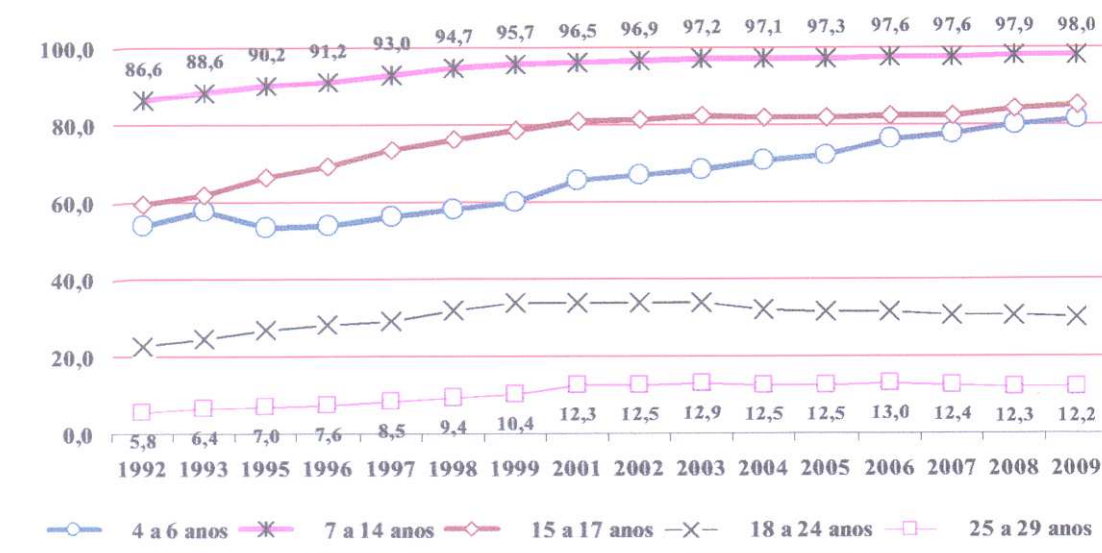
Fonte PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea
Disponível em Castro (2010a, p. 8)

O gráfico demonstra avanços importantes entre todas as faixas de idade na redução do hiato, mas merece destaque a redução do hiato entre a população de 15 a 17 anos, que teve uma diminuição de 1,2% em seu percentual no intervalo de tempo analisado. Apesar das discrepâncias entre os diferentes estratos da sociedade, é possível verificar que a escolaridade média do brasileiro progrediu e que o analfabetismo regrediu, elementos que contribuíram para a redução do hiato educacional,

Observando-se os dados relativos à frequência escolar é possível visualizar que o acesso ao Ensino Fundamental para crianças de 7 a 14 anos de idade praticamente universalizou-se no período, saltando de 86% para 98% no período compreendido entre

os anos de 1992 e 2009. Todavia, ao analisarem-se as informações relativas a crianças de 4 a 6 anos e, especialmente, entre jovens dos 15 aos 29 anos de idade, verifica-se que ainda há carências significativas, principalmente para os últimos.

Gráfico 24: Evolução da frequência bruta à escola por faixa etária, 1992 - 2009

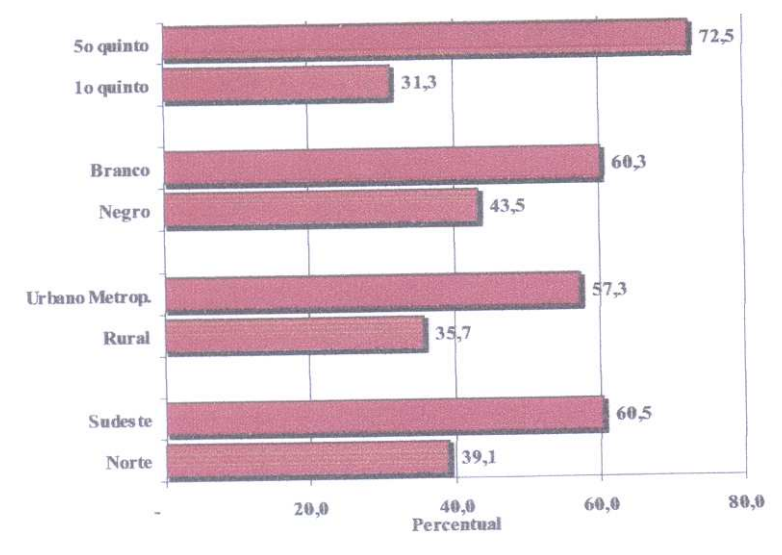


Fonte PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea
Disponível em Castro (2010a, p. 15)

Na análise que se propõe fazer do sistema educacional brasileiro, Castro (2010, p. 19-22) presta atenção especial aos dados da juventude, verificando que pouco mais da metade - 50,9% - dos jovens de 15 a 17 anos frequentam o Ensino Médio e que apenas 14,4% dos com idade entre 18 e 24 anos estão no Ensino Superior, estágios educativos a que suas idades correspondem.

Entre os jovens de 15 a 17 anos do estrato mais pobre da população brasileira, apenas 31,3% estão no Ensino Médio, entre os negros tal percentual é de 43,5% e para a população rural de 35,7%. A frequência ao Ensino Médio é superior quando se trata dos 20% mais ricos, dos brancos e dos moradores de regiões metropolitanas, e a região com menor frequência de jovens ao Ensino Médio na idade correta é o Nordeste.

Gráfico 25: Taxa de frequência líquida segundo categorias selecionadas 2009

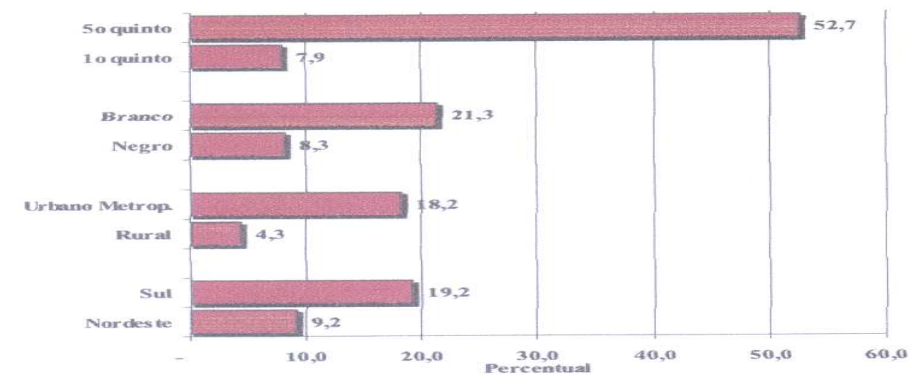


Fonte PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea

Disponível em Castro (2010a, p. 20)

A frequência ao Ensino Superior na idade correta entre jovens, apesar de menor, obedece às mesmas tendências observadas no acesso ao Ensino Médio. Neste sentido, os ricos estudam mais que os pobres; os brancos mais que os negros; os moradores de regiões metropolitanas mais que os de regiões rurais; e os sulistas mais que os nordestinos, ressaltando-se que, no acesso ao Ensino Médio, são os moradores da região Sudeste os que predominam no acesso ao nível de escolaridade condizente com a idade.

Gráfico 26: Taxa de frequência líquida segundo categorias selecionadas 2009



Fonte PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea

Disponível em Castro (2010a, p. 20)

Mas o fato de a maioria dos jovens que não frequentam o Ensino Superior quando têm entre 18 e 24 anos ser nordestino não é apenas coincidência, pois além desta região do País concentrar os piores indicadores de renda, o acesso educacional também é prejudicado desde o Ensino Fundamental até o Superior. Pois se os nordestinos predominam entre os analfabetos e possuem os menores índices de escolaridade; quando se analisa o Ensino Superior o quadro não é muito diferente, pois em ranqueamento das vinte maiores instituições de Ensino Superior do País feito por Sécca e seus colaboradores (2010, P. 243), apenas a Universidade de Fortaleza, vigésima colocada, está no Nordeste. Dentre as vinte, seis estão no estado de São Paulo, quatro no Rio de Janeiro; quatro no Rio Grande do Sul; duas em Minas Gerais; uma no Pará, uma no Amazonas e uma em Goiás.

Entre as vinte maiores universidades brasileiras elencadas, 70% são privadas, informação que não chega a ser surpreendente, dada a face assumida pela expansão do Ensino Superior no País nos últimos anos. No período que se estende de 1997 até 2007 as instituições de Ensino Superior públicas tiveram um acréscimo de 18%, enquanto as particulares cresceram 195%, aumento que foi ainda maior no número de alunos matriculados em cursos de graduação presenciais, equivalente a 64% nas instituições públicas e a 207% nas privadas.

Tabela 3: Evolução do mercado de instituições de Ensino Superior

Número de IES			
	1997	2007	Δ %
Públicas	211	249	18
Privadas	689	2.032	195
Total	900	2.281	153
Número de matrículas na graduação presencial (mil alunos)			
	1997	2007	Δ %
Públicas	759	1.241	64
Privadas	1.186	3.639	207
Total	1.945	4.880	151

Fonte: Inep.

Disponível em Sécca et al (2010, p. 229)

Em linhas gerais, observam-se muitos avanços na educação brasileira, do Ensino Fundamental ao Superior, todavia, apesar de significativos, tais avanços ainda estão longe de ser satisfatórios, à exceção da universalidade do acesso de crianças ao Ensino Fundamental. Todavia, a escolaridade média dos brasileiros ainda é muito baixa e o analfabetismo, apesar de alguma diminuição, ainda é bastante alto.⁷⁹ Ao mesmo tempo, são alarmantes as desigualdades observadas entre o Nordeste e o restante do País, entre pobres e ricos, entre brancos e negros e entre a população rural e a urbana.

A expansão do Ensino Superior foi meteórica nos últimos anos, todavia o acesso a este nível de escolaridade é muito restrito, a se ver pelos dados estratificados do acesso de jovens de 18 a 24 anos a este estágio educacional e pelo aumento colossal das instituições privadas, que a despeito de políticas sociais que permitem o acesso dos mais pobres, ainda são destinadas às classes mais abastadas da população.

Como referido no início desta sessão, os estudos de caráter quantitativo que tratam do tema da mobilidade social enfatizam renda e escolaridade como dimensões representativas dos movimentos da população na estrutura social e, neste sentido, se o País foi pródigo em promover os mais pobres mediante o crescimento econômico, aumento real do salário mínimo e políticas de redistribuição de renda, ainda peca no que tange ao acesso destas populações à escolaridade. O Brasil avançou na educação, todavia ainda está muito longe de atingir níveis minimamente aceitáveis em seu sistema educacional.

2.2.7. O papel feminino na primeira década do século XXI: rupturas e continuidades

Como é possível perceber até aqui, muitas transformações se processaram no País ao longo da primeira década do século XXI, em sua maioria com caráter positivo. Neste contexto, um importante fato observado na sociedade brasileira ao longo dos anos 2000 refere-se ao aumento da importância do papel da mulher.

Um primeiro fato a ser observado no período de 2001 até 2009, destacado por Fontoura e Pedrosa (2010, p. 4), diz respeito ao aumento dos lares chefiados por mulheres no País, que subiu de 27% para 35% no período. Apesar de bastante significativo, este acréscimo de 8% nos lares chefiados por mulheres não é tão representativo da maior importância adquirida pelas mulheres ao longo dos últimos anos

⁷⁹ De acordo com Castro (2010a, p. 9) o analfabetismo reduziu-se 7,5 pontos percentuais entre 1995 e 2009, ano em que chegou aos 9,7%.

quanto à informação, levantada por Camarano e Kanso (2010, p. 17), referente ao aumento de casais chefiados por mulheres, que avançou de 0,8% em 1992 para 9,4% em 2009.

Fontoura e Pedrosa (2010, p. 7) atribuem o aumento dos lares chefiados por mulheres a uma série de fatores, como a queda de fecundidade, a redução do tamanho das famílias, a maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens, ao envelhecimento populacional, a processos de individualização dos sujeitos e a modificações nos padrões culturais e nas formas de inserção da mulher na sociedade. Todavia, as autoras não deixam de reconhecer que, apesar dos avanços, as condições da chefia feminina comumente são mais desfavoráveis do que a chefia masculina, como atesta o fato de que a maioria das chefes de família ocupa domicílios como mães solteiras com filhos.

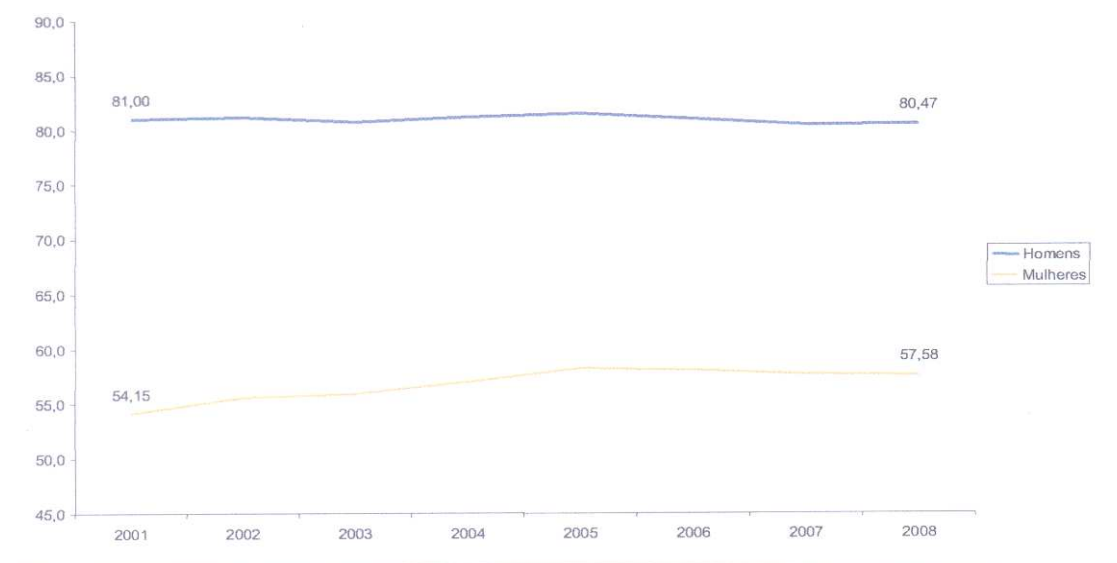
Ao analisarem o fenômeno da ampliação dos lares chefiados por mulheres, Fontoura e Pedrosa (2010, p. 10) levantam três hipóteses: a mulher ganha mais que o cônjuge; a mulher possui mais escolaridade; a mulher tem uma situação de trabalho mais estável. Nenhuma das hipóteses é completamente confirmada pelos dados, pois em todas as situações as mulheres ganham menos, são mais escolarizadas⁸⁰ e estão em situações mais precárias de trabalho.

Apesar de não confirmarem nenhuma das hipóteses, Fontoura e Pedrosa (2010, p. 13) concluem que apesar de, isoladamente, não explicar o fenômeno, a variável situação de ocupação possui implicações na chefia feminina, dado que as mulheres com níveis de ocupação superior, apesar de em sua maioria estarem mais precariamente inseridas que seus cônjuges, predominam entre as mulheres que são chefes dos domicílios.

Um dado que pode estar diretamente relacionado ao aumento dos lares chefiados por mulheres refere-se ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho no período 2001-2008, no qual os homens tiveram um suave declínio e as mulheres um aumento de 3,43% em sua participação.

⁸⁰ Independente da posição que ocupam no domicílio, as mulheres são mais escolarizadas que os homens, de modo que este fato não pode ser utilizado como variável explicativa para a chefia feminina dos lares.

Gráfico 27: Taxa de participação das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo, Brasil, 2001 – 2008

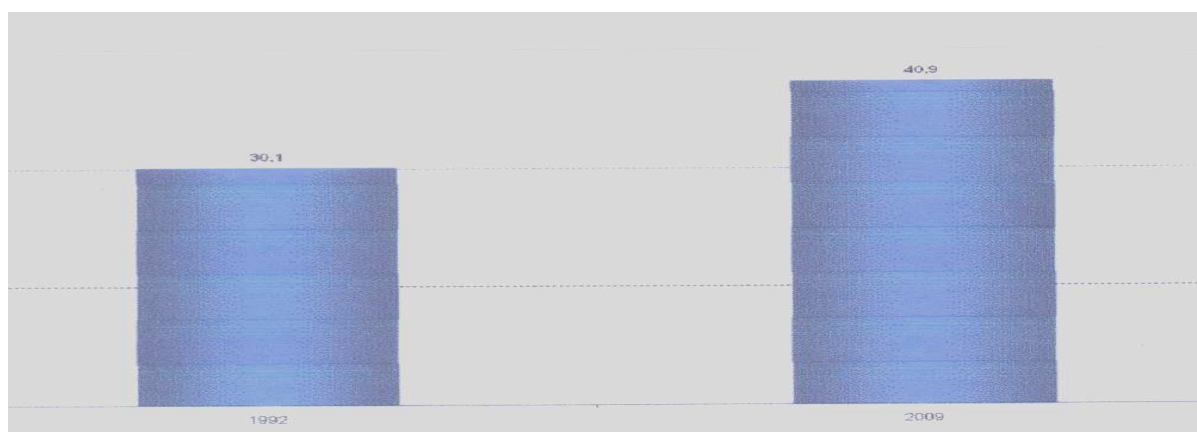


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc)/IPEA

Disponível em Fontoura et al (2010, p. 4)

Mas, mais significativos do que a própria ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho são os dados referentes à sua contribuição com os rendimentos familiares, que cresceu de 30,1% em 1992 para 40,9% em 2009.

Gráfico 28: Contribuição do rendimento das mulheres na renda das famílias - Brasil, 1992 e 2009

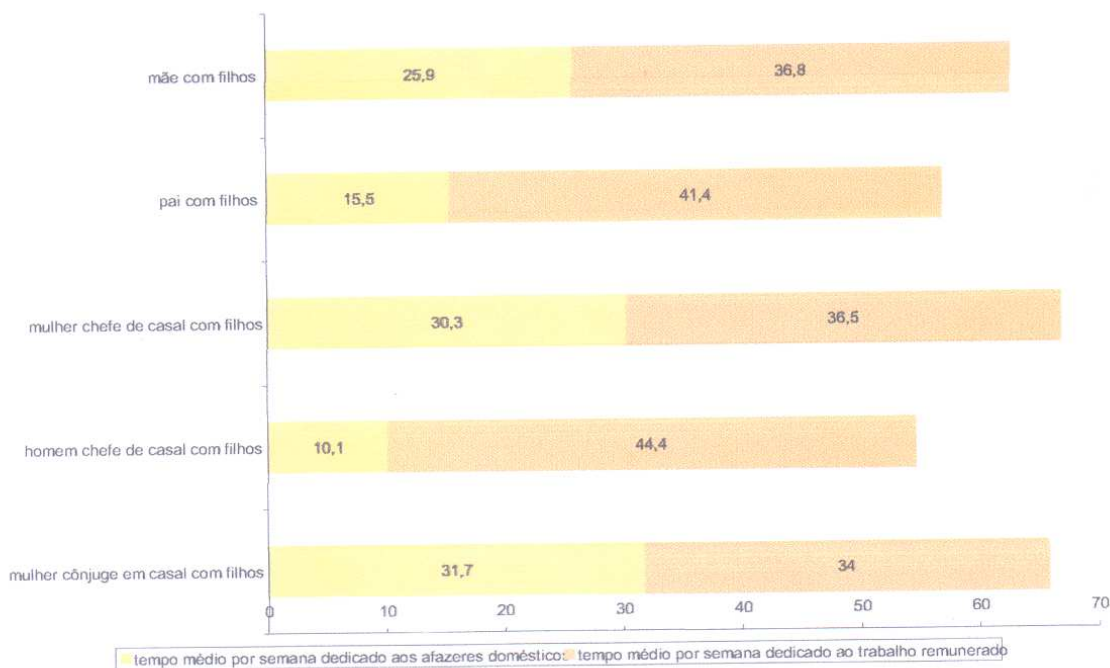


Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2009.

Disponível em Camarano e Kanso (2010, p. 18)

A despeito da maior participação da mulher no mercado de trabalho e do aumento da importância de seus rendimentos na composição da renda familiar, uma situação permanece inalterada: a delegação das atividades domésticas à mulher.

Gráfico 29: Jornada média total de trabalho por semana segundo sexo e posição na família – Brasil, 2009 (em horas)



Fonte PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea

Disponível em Fontoura e Pedrosa (2010, p. 17)

O gráfico acima demonstra que, na maioria dos lares brasileiros, as mães com filhos, apesar de provedoras, ocupam boa parte de seu tempo com atividades domésticas; já no caso do pai com os filhos, em que ele é o provedor, em apenas 15,5% dos casos ele também realiza as tarefas domésticas. Nos casais com filhos, as discrepâncias na distribuição dos trabalhos domésticos tornam-se ainda mais visíveis, pois quando a mulher é chefe de casal com filhos ela praticamente divide seu tempo entre atividades remuneradas e domésticas; já quando o homem é o chefe do casal com filhos observa-se que em apenas 10,1% dos casos ele ocupa-se de afazeres domésticos⁸¹. Mesmo na situação de cônjuge, quando se poderia esperar uma dedicação feminina

⁸¹ Fontoura e Pedrosa (2010, p. 19) demonstram ainda que nos casos em que os lares são divididos pelo pai e pelos filhos o mais comum é que as tarefas domésticas sejam delegadas a parentes mulheres que não moram no domicílio, aos próprios filhos ou a empregadas domésticas.

predominante às tarefas domésticas, as mulheres ainda dedicam pouco mais da metade de seu tempo a atividades remuneradas. Outra informação a ser depreendida do gráfico refere-se ao tamanho das jornadas masculina e feminina, pois se a maior jornada feminina é de 66,8 horas semanais⁸² a maior jornada masculina equivale a 56,9 horas por semana⁸³.

Outra inferência de Fontoura e Pedrosa (2010, p. 19) diz respeito à natureza das atividades domésticas desenvolvidas pelos homens, que incluem cuidados com o pátio e o jardim, lavagem do carro, fazer compras, enfim, uma série de afazeres que superestimaria a participação masculina nos dados relativos à distribuição do trabalho doméstico propriamente dito.

Aliás, a profissão de empregado doméstico ocupou, no ano de 2009, 7,8% da população brasileira, 93% das quais são mulheres, predominando ainda neste percentual feminino as negras, que constituíram 61,6% deste total (PINHEIRO et al, 2011, p. 4). O emprego doméstico, conforme apontam Fontoura et al (2010, p. 14), é a ocupação da maioria das mulheres que trabalha (37,6%). Mas o aumento do número de empregadas domésticas⁸⁴ no País não é decorrência apenas de lares chefiados por homens, mas também cresce consoante ao aumento de trabalhadoras de nível superior que exercem ocupações de elevado prestígio social e com boas remunerações, as quais tendem a delegar a empregadas os afazeres do lar.

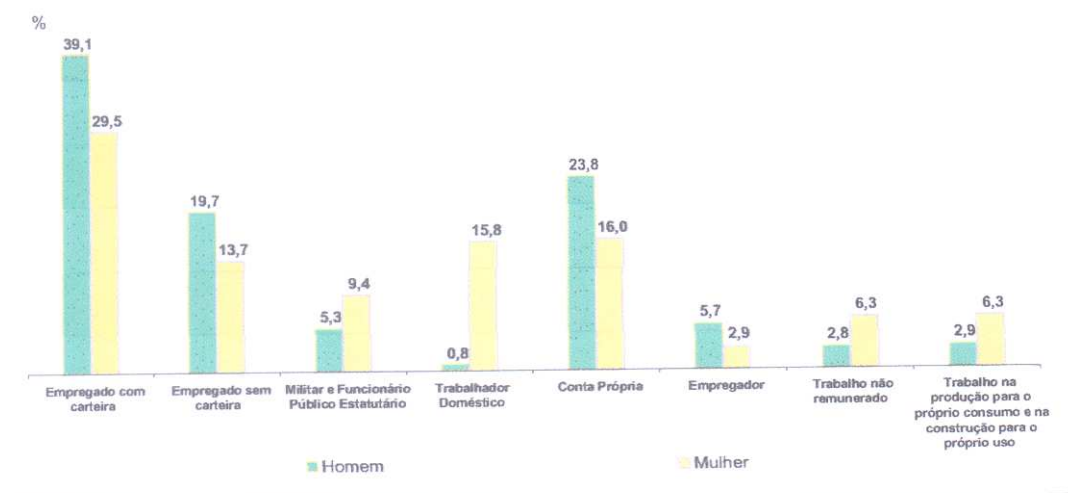
Ao analisarem tal panorama, Fontoura et al (2010, p. 9) enxergam uma polarização no mercado de trabalho feminino, que põe de um lado profissionais, normalmente liberais, bem sucedidas e remuneradas e, de outro, trabalhadoras domésticas, “ocupação revestida de preconceitos e estigmas e marcada pela precarização, caracterizada pelos baixos níveis de remuneração e de formalização” (FONTOURA et al, 2010, p. 13). Os autores afirmam ainda que o trabalho de doméstica entrecruza as três principais características do trabalho feminino no Brasil: o aumento do trabalho das mulheres num pólo precarizado; a maior participação feminina num pólo desenvolvido e a persistente participação da mulher na realização do trabalho doméstico não remunerado, tratado como inatividade nas estatísticas oficiais. (FONTOURA et al, 2010, p. 15)

⁸² Este é o caso das mulheres chefes de casal com filhos, que dedicam 30,3 horas semanais a afazeres domésticos e 36,5 horas semanais a atividades remuneradas.

⁸³ Este é o caso dos pais com filhos, que dedicam 15,5 horas semanais a atividades domésticas e 41,4 horas semanais a atividades remuneradas.

⁸⁴ Conforme dados levantados por Fontoura et al (2010, p. 14), no período de 1998 a 2008, o número de empregadas domésticas passou de 4,7 milhões para 6,2 milhões.

Gráfico 30: Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais ocupada, por sexo e posição na ocupação – Brasil, 2008



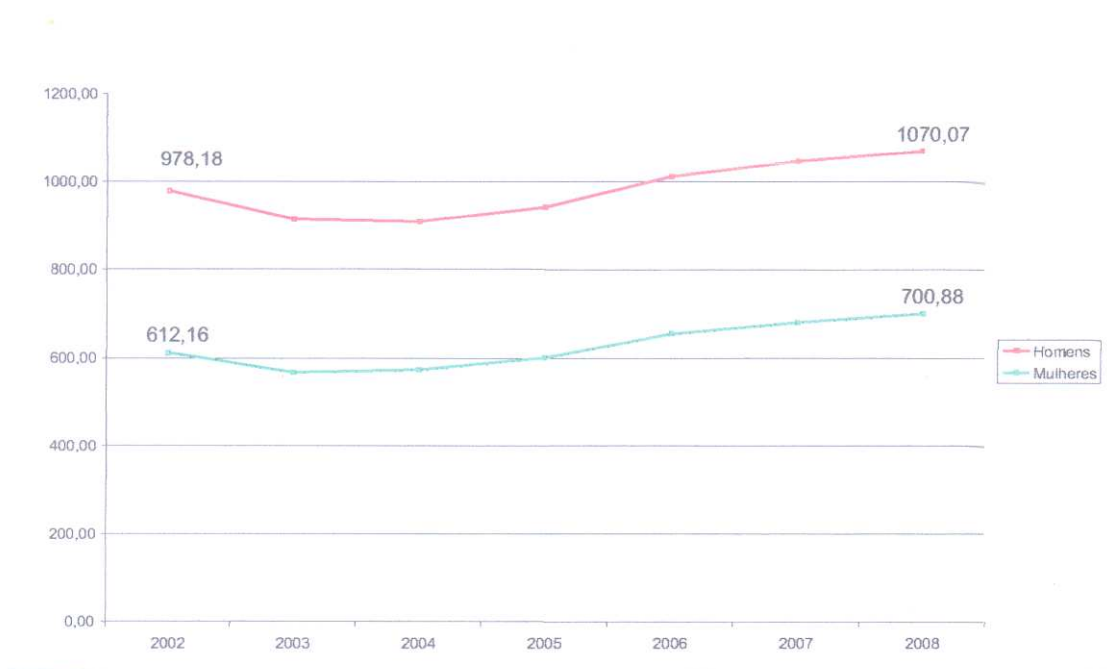
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

Disponível em Fontoura et al (2010, p. 8)

O gráfico permite observar que, além de predominarem entre os trabalhadores domésticos, as mulheres também são maioria entre os trabalhadores não remunerados e os que trabalham para o consumo ou autoconstrução. Tais dados são decorrência, principalmente, do setor agrícola, no qual a divisão sexual do trabalho delega às mulheres os afazeres domésticos e as atividades de manutenção da propriedade, desconsiderando a importância delas nos afazeres produtivos, dos quais sempre participam e raramente são remuneradas.

Um último dado que merece ser destacado e que talvez seja o mais representativo das diferenças entre os sexos no mercado de trabalho refere-se à renda. Ao longo dos anos 2000 as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho, mantiveram-se mais escolarizadas, contribuíram mais com a renda familiar e tornaram-se, em maior proporção, chefes da família, todavia continuam obtendo rendimentos médios de seu trabalho inferiores aos masculinos, como é possível observar no gráfico que segue.

Gráfico 31: Rendimento médio do trabalho por sexo – Brasil, 2002 – 2008



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs: Rendimento em R\$ constantes, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) Set de 2008.

Disponível em Fontoura et al (2010, p. 9)

Ao longo da primeira década dos anos 2000 foi possível observar que as mulheres tiveram um aumento de sua participação na economia do País, pois ingressaram mais no mercado de trabalho, contribuíram mais com a renda das famílias e foram reconhecidas como responsáveis por seus lares⁸⁵, em contrapartida permanecem responsáveis pelos afazeres domésticos, predominam entre os trabalhadores precários e não remunerados e recebem menos do que os homens por seu trabalho. Os dados já haviam indicado alguma mobilidade feminina na sociedade brasileira, e permitem agora afirmar que houve avanços, ressaltando-se que pela primeira vez na história deste País se tem uma mulher presidente, o que é digno de nota e de alguma forma manifesta que muitos homens também reconheceram numa mulher a capacidade de conduzir o País. Em contrapartida, há ainda muitos passos a serem dados para que se possa pensar em falar em igualdade de gênero no Brasil, dado que as diferenças entre homens e mulheres ainda são marcantes e determinantes das posições sociais ocupadas.

⁸⁵ A chefia da família é atribuída pelo respondente do questionário, de modo que se considerando que nem sempre foi a mulher que o respondeu é possível afirmar que em mais lares ela foi reconhecida como chefe da família.

2.3. O estado do Rio Grande do Sul

Após a realização desta análise acerca do contexto brasileiro na primeira década do século XXI, é importante que se desenhe também um breve perfil do comportamento do Rio Grande do Sul neste mesmo período, pois a análise empírica realizada teve um município desta unidade da federação como cenário.

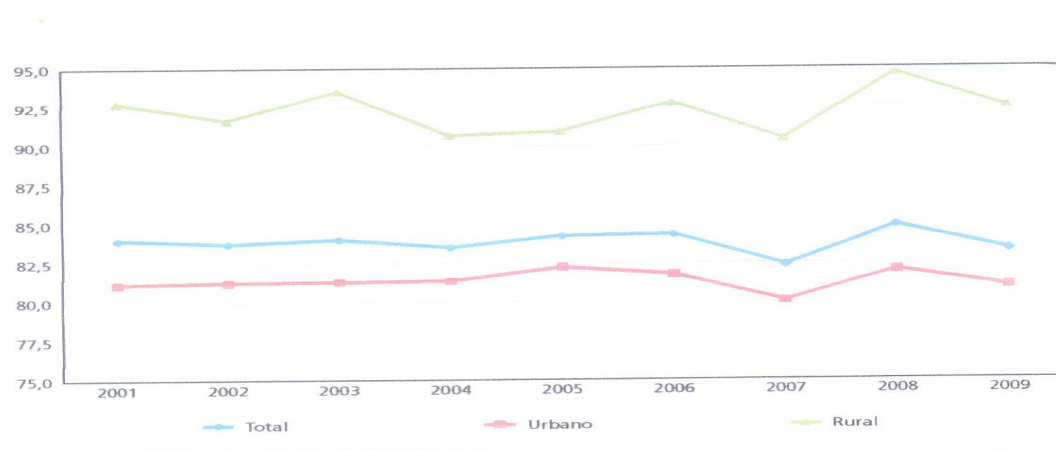
Desta forma, serão tratados nesta sessão os aspectos relativos aos aspectos demográficos do estado, ao comportamento da renda, a evolução da pobreza e das desigualdades sociais, ao mercado de trabalho e a escolaridade.

O estado apresentou baixas taxas de fecundidade neste período, 1,9 filhos por mulher, as quais são inferiores ao mínimo de reposição da população, fenômeno que, associado aos saldos negativos de emigração juvenil, criou um quadro de dependência demográfica dos idosos, a qual é maior no meio rural - onde representa mais de 20% - do que no meio urbano, espaço no qual é pouco inferior a 18%. (CASTRO, 2012, p. 10-11) Tal constatação pode ser atribuída e/ou ou resultante da migração de jovens rurais de meio rural para o urbano.

Ao mesmo tempo em que aumenta a dependência demográfica de sua população idosa, o Rio Grande do Sul vem registrando aumentos significativos na expectativa de vida dos habitantes com 60 anos de idade, que em 2001 era de 20,7 anos e em 2008 chegou a 21,6 anos. (CASTRO, 2012, p. 12)

Diante do aumento cada vez maior da população idosa, que também está vivendo mais, torna-se fundamental a cobertura previdenciária desta população, a qual se manteve constante ao longo da década passada, chegando a 85% da população em 2008, número bastante superior ao nacional, que beirava os 77,5% nesse ano. Convém ressaltar ainda que a cobertura previdenciária rural é significativamente maior do que a urbana, o que torna ainda mais importantes a proporção de idosos no campo.

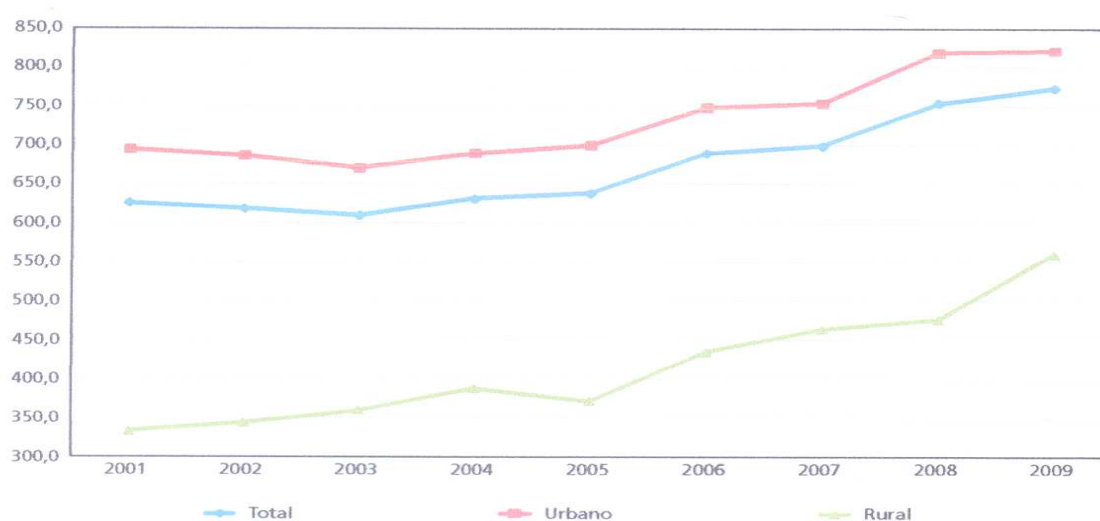
Gráfico 32: Cobertura previdenciária da população idosa – Rio Grande do Sul



Disponível em Castro (2012, p. 14)

Assim como o Brasil, o Rio Grande do Sul registrou significativos aumentos em sua renda domiciliar per capita, que passou de R\$ 625,70 em 2001 para R\$ 773,40 em 2009.⁸⁶ Observa-se também nesse período a redução da desigualdade de renda no estado, alavancada em boa parte pelo crescimento do PIB per capita rural, que cresceu 68,3% enquanto o urbano aumentou 18,3%. Mas, apesar da renda per capita rural ter demonstrado grande elevação, ainda permanece bastante inferior à urbana. (CASTRO, 2012, p. 14)

Gráfico 33: Renda domiciliar *per capita* média – Rio Grande do Sul (Em R\$)



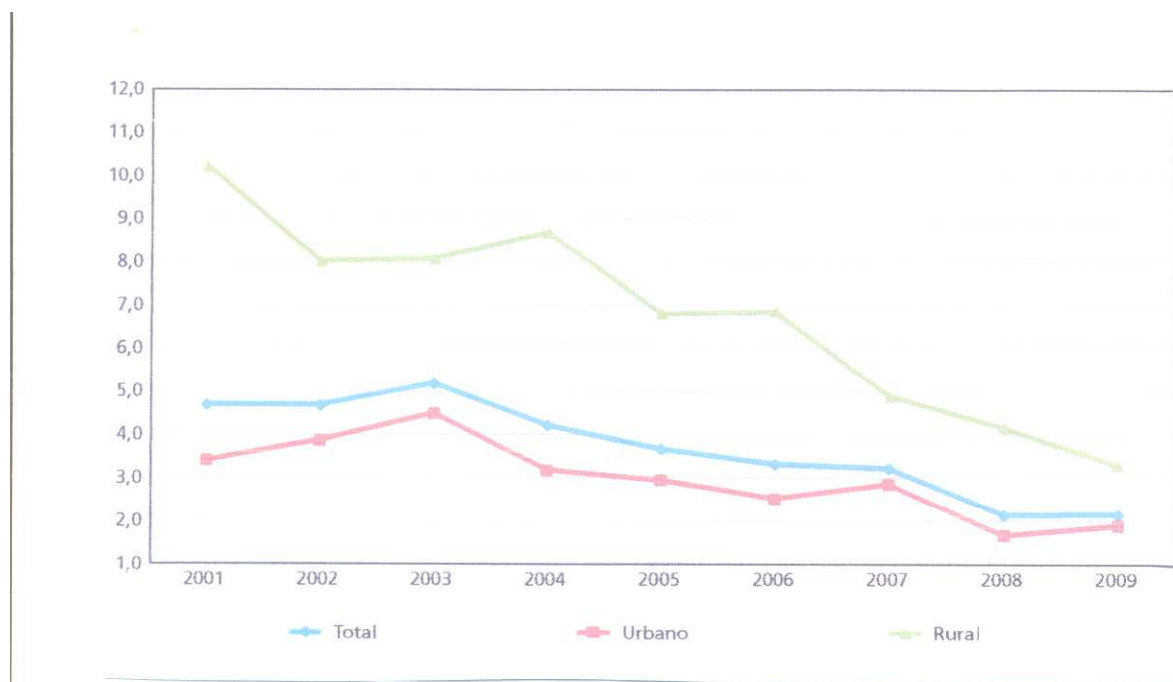
Disponível em Castro (2012, p. 16)

⁸⁶ No Brasil os valores oscilaram de R\$ 511,50 em 2001 para R\$ 631,70 em 2009. (CASTRO, 2012, p. 14)

Mas se o Brasil se caracterizou por significativa elevação do PIB per capita na primeira década do século XXI, o Rio Grande do Sul não apresentou comportamento semelhante, pois seu PIB per capita cresceu apenas 1,10% no período 1995-2008. Comparativamente aos outros estados, o PIB per capita gaúcho só cresceu mais do que o do Amazonas, que teve crescimento de 0,91% e ficou muito abaixo do crescimento do PIB per capita de Tocantins, o estado que mais apresentou acréscimos no período, 9,21%. (CASTRO et al, 2011a, p. 10)

O Rio Grande do Sul também acompanhou o movimento de redução da pobreza que caracterizou o País nos anos 2000, reduzindo a extrema pobreza de 4,7% da população para 2,2%, entre 2001 e 2009. Os dados permitem identificar que boa parte da redução da pobreza extrema ocorreu no meio rural, onde a mesma decaiu de 10,2% em 2001 para 3,3% em 2009. (CASTRO, 2012, p. 16)

Gráfico 34: População em situação de extrema pobreza– Rio Grande do Sul (Em %)

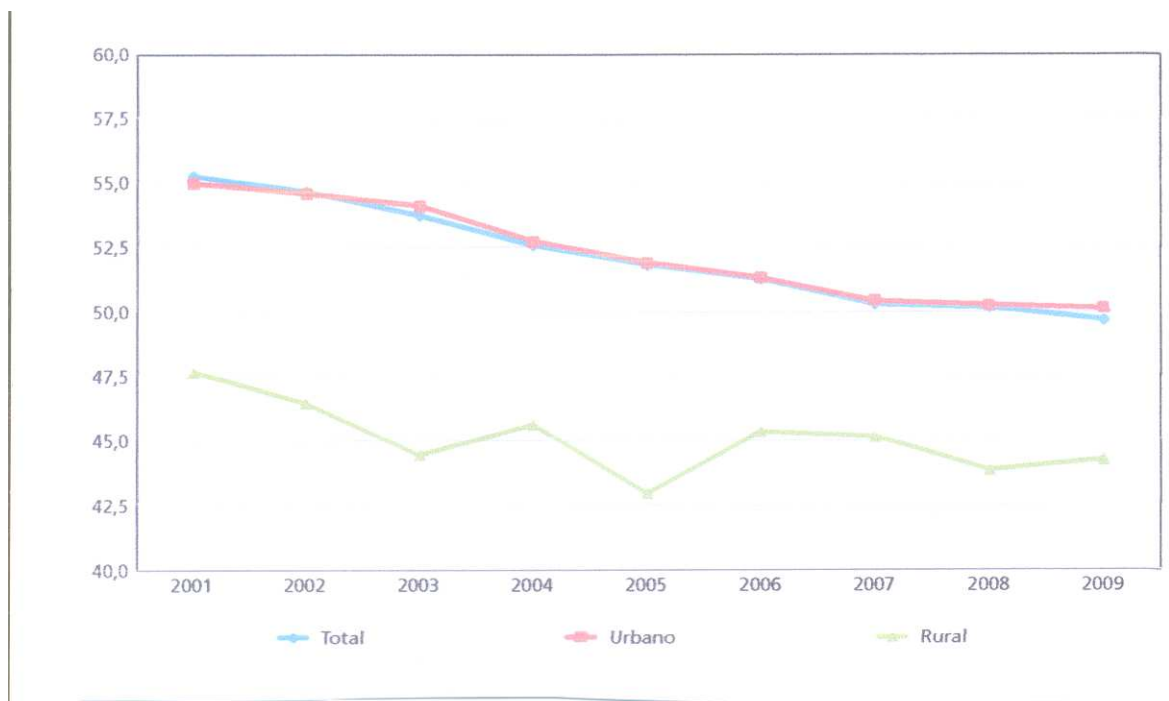


Disponível em Castro (2012, p. 17)

A redução da desigualdade de renda também foi um indicador no qual o Rio Grande do Sul acompanhou a tendência brasileira. Mas chama à atenção o fato de que a desigualdade de renda rural seja bastante inferior à urbana, fato que pode ser indicativo

de que os habitantes rurais partilhem em sua ampla maioria a pobreza que caracteriza este espaço da sociedade.

Gráfico 35: Índice de Gini – Rio Grande do Sul



Disponível em Castro (2012, p. 19)

Castro et al (2011a, p. 6-7) também trazem outros dados significativos acerca da redução da pobreza no estado, visto que a pobreza absoluta reduziu-se de 31,5% em 1995 para 19,5% em 2008 e a pobreza extrema de 11,4% para 6% no mesmo período.

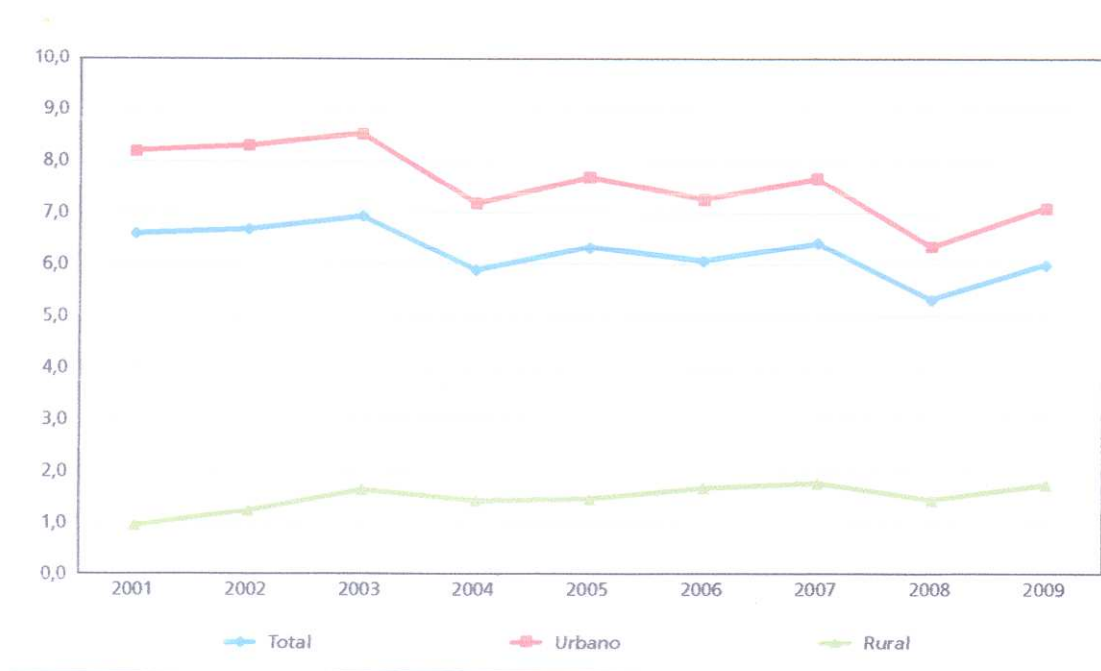
Os dados indicam ainda que os habitantes do Rio Grande do Sul tiveram uma participação nos programas de transferência de renda bem acima da média nacional, a qual foi centralizada majoritariamente pelo setor rural da sociedade, que apenas no ano de 2009 não liderou as estatísticas de beneficiados do estado. (CASTRO, 2012, p. 21-22).

O desemprego não chegou a constituir-se num grande problema social para o Rio Grande do Sul nos anos 2000, visto que se manteve sempre abaixo dos 7% no período 2001-2009⁸⁷ (CASTRO, 2012, p. 23). Tal comportamento do desemprego, mantendo-se baixo, é, em boa medida, fruto dos dados rurais, onde o desemprego nunca

⁸⁷ Os dados dizem respeito ao desemprego aberto, no qual são consideradas desempregadas apenas as pessoas que efetivamente tenham procurado trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e que não tenham exercido nenhum tipo de trabalho nos últimos sete dias.

chegou à faixa dos 2% no período, dado que, apesar de válido, não pode esconder que boa parte dos ocupados rurais podem desenvolver trabalhos não remunerados ou para autoconsumo, como é comumente o caso das mulheres.

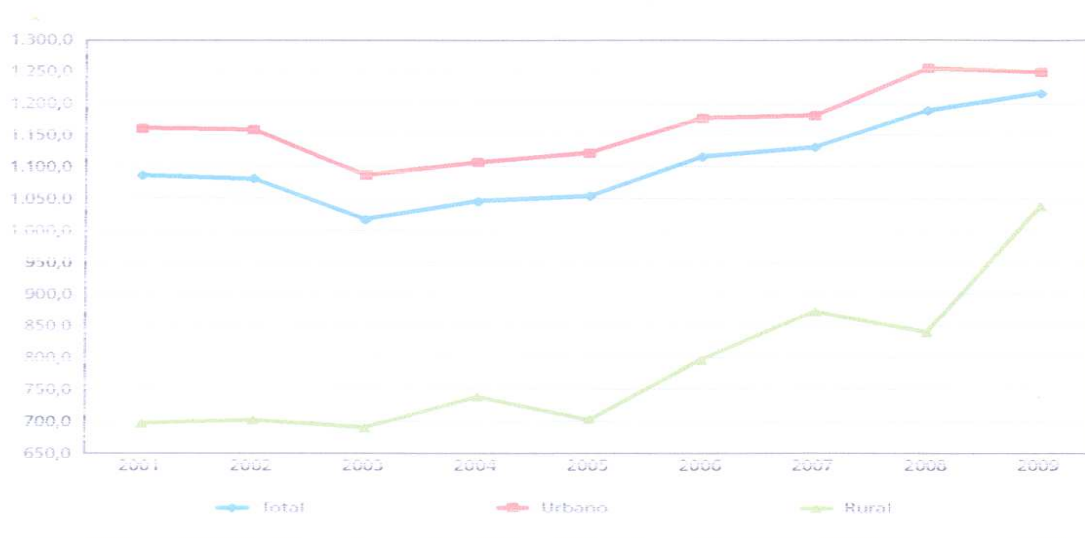
Gráfico 36: Taxa de desemprego – Rio Grande do Sul



Disponível em Castro (2012, p. 24)

Ao analisar-se a evolução da renda do trabalho no estado observa-se que a mesma apresentou constante elevação, com amplo destaque para o setor rural que, apesar disso, ainda possui renda do trabalho inferior ao urbano. (CASTRO, 2012, p. 25)

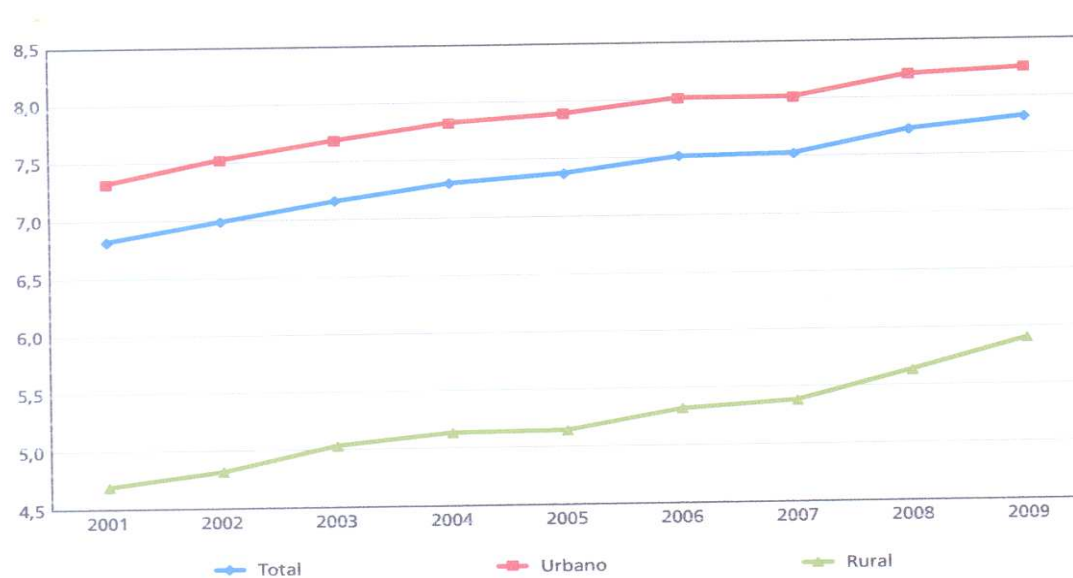
Gráfico 37: Rendimento médio do trabalho – Rio Grande do Sul (Em R\$)



Disponível em Castro (2012, p. 25)

Em termos educacionais o Rio Grande do Sul acompanhou a tendência brasileira de elevação dos anos de estudo, que é superior no estado, 7,8 anos em 2009 contra 7,5 anos no País (CASTRO, 2012, p. 26). Mais uma vez, assim como ocorre no Brasil, de um modo geral, a média de anos de estudo da população rural é muito inferior à urbana, como se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 38: Média de anos de estudo – Rio Grande do Sul



Disponível em Castro (2012, p. 27)

Em termos de saneamento, assim como no Brasil, o Rio Grande do Sul teve melhorias, tendo mais de 90% de suas residências com acesso a abastecimento adequado de água, que inclusive foi superior no meio rural e à energia elétrica, ainda inferior no rural (CASTRO, 2012, p. 29-31). O acesso à telefonia celular beira aos 90%, todavia o dado negativo refere-se ao acesso à internet, disponível para 38% da população urbana e para apenas 9,8% da população rural

Em linhas gerais é possível perceber que o Rio Grande do Sul acompanhou as tendências observadas no País, à exceção do crescimento econômico, que foi inferior no estado. Tal constatação permite inferir que as dinâmicas, especialmente ligadas à mobilidade social ascendente das populações mais pobres, observadas no País, também ocorreram na sociedade gaúcha.

2.4. Algumas considerações acerca da mobilidade social no Brasil

Os dados acerca do desenvolvimento econômico do Brasil ao longo do século passado e da primeira década do atual demonstram que o País desfrutou, na maior parte do período, de significativo crescimento econômico, todavia, enquanto ao longo do século XX esse progresso econômico não se traduziu em redução das desigualdades, na primeira década do século XXI o mesmo foi acompanhado de significativa redução das desigualdades sociais e de uma dinâmica favorável de mobilidade ascendente.

Para compreender este paradoxo é importante destacar que, ao longo do século XX, não houve, por parte do estado brasileiro, uma preocupação em reverter os frutos obtidos em períodos de bonança econômica em bem estar social e promoção das classes mais pobres, dado que o mercado formado apenas pelas classes mais abastadas era, por si só, suficiente para manter aquecida a economia do País.

Já na primeira década dos anos 2000 houve uma mudança na concepção política adotada pelo estado brasileiro, visto que adquiriu proeminência a preocupação em reduzir as desigualdades sociais e a pobreza do País. Neste sentido, uma série de políticas públicas de caráter redistributivo foram criadas, fator que aliado a um período economicamente favorável ao Brasil resultou num primeiro movimento de promoção social dos agrupamentos econômicos menos favorecidos. Mas o grande salto para a ampliação da promoção da igualdade social ocorreu em meio à crise econômica que devastou a economia mundial, trazendo reflexos ao país, pois foi neste momento em que as classes mais empobrecidas ganharam destaque e, a partir de incentivos estatais e das

políticas sociais, incluíram-se definitivamente como mercado consumidor indispensável à economia brasileira.

Neste sentido é possível concluir que houve no País, ao longo dos anos 2000, altos índices de mobilidade social, especialmente dos mais pobres, o que pode ser interpretado como uma mobilidade estrutural, visto que foi fomentado pelo desenvolvimento econômico do país e o conseqüente aumento da oferta de emprego e renda. Por seu turno, no século XX também houve períodos de crescimento econômico e, em menor medida, observaram-se movimentos de mobilidade estrutural, todavia a diferença marcante entre os períodos apresenta-se na preocupação do período mais recente em que o desenvolvimento econômico fosse traduzido em menor desigualdade, redução da pobreza e ampliação das oportunidades.

Tanto é que, a despeito dos altos índices de mobilidade entre as classes mais pobres, nos agrupamentos mais ricos não foram observados movimentos significativos de mobilidade, o que demonstra uma política mais preocupada com a promoção da igualdade social e menos preocupada com a manutenção dos grupos mais abastados, que permaneceram estáveis no período mais recente.

O Rio Grande do Sul acompanhou a dinâmica de mobilidade observada no País, apesar do baixo crescimento econômico de que desfrutou no período, com o segundo pior desempenho entre os estados. A redução das desigualdades e da pobreza no estado num contexto de baixo crescimento econômico pode ser atribuída ao fato de o Rio Grande do Sul ter se destacado na inclusão de sua população rural, estrato mais pobre do estado, nos programas sociais federais, além de também se beneficiar de políticas nacionais de incentivo ao consumo e da valorização real do salário mínimo.

Os movimentos de mobilidade até aqui observados são de caráter estrutural, isto é, num contexto de crescimento do País ampliaram-se também as oportunidades e os movimentos de mobilidade social ascendente. Todavia, de acordo com Pastore (1979, p. 25) sociedades em desenvolvimento, como é o caso da brasileira, tendem a favorecer a mobilidade estrutural, mas quando atingem o ápice de seu processo de desenvolvimento tende a predominar a mobilidade circular, o que significa que os estratos médios e altos deixam de inchar e as posições disponíveis são apenas para substituir membros que abandonam o mercado de trabalho. O mesmo autor lembra ainda que, em contextos de mobilidade circular, a escolarização e a especialização tornam-se centrais para se ocupar as novas vagas, dado que a concorrência é bem mais acirrada.

Considerando-se que o País caminha para um contexto de mobilidade circular; e lembrando Ribeiro (2007, p. 60), que aponta a herança rural, a falta de recursos educacionais e a convivência de setores modernos e tradicionais como causas da desigualdade brasileira, o que é possível prognosticar para os próximos anos? O desenvolvimento baseado no crescimento econômico possui limites, de modo que há a perspectiva de que em breve chegue-se a uma economia menos crescente e na qual a mobilidade seja apenas de tipo circular; o que exigiria da população qualificação e maior escolaridade. Neste ponto parece que o País, apesar das várias políticas de qualificação educacional, recentemente criadas, ainda está bastante atrasado, pois só recentemente universalizou o ensino básico, cuja qualidade é discutível, e ainda tem dificuldade para possibilitar o acesso de sua população aos níveis médio, técnico e superior de educação. A herança rural, a partir dos dados de redução constante de sua população observados, também tende a diminuir seu peso, todavia a modernização industrial brasileira ainda é uma incógnita, inclusive pelo fato de que uma indústria moderna exige mão de obra qualificada e, neste quesito, como já referido, o Brasil ainda é bastante deficitário.

Capítulo 3: Jovens rurais e suas oportunidades

Para desenvolver uma análise da dinâmica de mobilidade social entre os jovens agricultores do município de São Lourenço do Sul a partir da análise de suas trajetórias e de seus projetos de futuro é importante, primeiramente, trazer à baila algumas questões preliminares que estão, em alguma medida, presentes no encaminhamento de suas trajetórias e, por consequência, na elaboração de seus projetos.

Desta forma, neste capítulo analisa-se, primeiramente, o espaço rural brasileiro, o que inclui discutir os critérios para sua delimitação, o tecido social que lhe dá vida e as configurações que assume atualmente. Num segundo momento, é posta em pauta a temática da juventude, o que inclui tratar das formas pela quais é abordada, das feições que assume no Brasil de hoje, de suas especificidades, de sua problemática e de como ela lida com a formulação de seus projetos educacionais, ocupacionais e de vida.

3.1. O espaço rural brasileiro

3.1.1. Delimitando o rural e o urbano no Brasil

A distinção entre rural e urbano é bastante problemática, especialmente em função da indefinição do rural nas sociedades contemporâneas, ou ainda, a definições equivocadas deste rural, que muitas vezes é concebido, conforme Saraceno (1996, p. 2), como resíduo do urbano. Nestes termos, a grande dificuldade apontada pela autora refere-se ao fato de que o rural é definido a partir de uma perspectiva urbana e não a partir de um viés próprio.

Como consequência desta indefinição do rural se estabelecem algumas confusões, que tanto levam à ignorância da diversidade dos espaços rurais quanto a conclusões equivocadas, tiradas a partir de um entendimento idílico e idealizado do rural como espaço social “primitivo”, o qual estaria em vias de extinção.

E este não é um problema novo, visto que autores, como Veiga (2004a; 2004b), já vêm há algum tempo ressaltando a necessidade de que novas definições sejam utilizadas para caracterizar o rural, definições estas que tenham por ponto de partida uma visão do rural enfocada a partir deste mesmo rural, que seja capaz de contemplar a diversidade deste espaço em constantes transformações, mas de modo algum em processo de extinção.

Atualmente, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem como critério uma distinção eminentemente política, segundo a qual é urbana toda sede de

município ou de distrito (determinadas pelas prefeituras municipais), sendo o restante considerado rural (VEIGA, 2004b, p. 6). Ainda de acordo com o autor, esse tipo de classificação escamoteia a dimensão rural do Brasil, pois se pelo atual sistema de classificação cerca de 80% da população brasileira seria urbana, considerando-se o critério por densidade populacional⁸⁸, esse número se reduz para 57%.⁸⁹

Com base nisso, Veiga (2004b, 2004a) propõe dois elementos que, segundo ele, seriam centrais para dar conta da dimensão do rural: o índice de pressão antrópica⁹⁰ e os níveis de alteração do ecossistema.⁹¹ Nestes termos, segundo ele, as classificações seriam capazes de dar conta, inclusive, das novas ruralidades.

Já Silva et al (2002, p. 46), ao proporem um sistema de distinção entre o rural e o urbano, apontam também a existência de espaços mistos, os quais estariam a meio caminho entre o rural e o urbano. Seriam eles as periferias – áreas formalmente urbanas, mas sem infra-estrutura e serviços – e os povoados – aglomerações rurais e urbanas isoladas, sem contiguidade com centros urbanos. Essas duas categorias estariam, segundo eles, entre o urbano “típico” e o rural “profundo”.

Tais debates em torno da definição dos espaços rurais nas sociedades contemporâneas são de grande valia, pois é a partir dos critérios pré-determinados que institutos de pesquisa como o IBGE realizam suas pesquisas, as quais são utilizadas como referência para o estabelecimentos de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.

Mesmo reconhecendo-se a importância de que se estabeleçam critérios capazes de delimitar o rural e o urbano, não se pode ignorar que os mesmos são, em alguma medida, arbitrários, de modo que trazem atrelados a si algumas definições anteriores que também merecem ser objeto de discussão, a exemplo do debate em torno das funções do rural nas sociedades contemporâneas.

⁸⁸ De acordo com esse critério, urbanas seriam áreas que contenham densidade populacional maior do que 80 habitantes por quilometro quadrado.

⁸⁹ Os dados apresentados pelo autor referem-se ao censo de 2000.

⁹⁰ Esse critério tem por base fundamental a densidade populacional.

⁹¹ Por esse critério, rurais seriam as regiões menos modificadas pela ação do homem, e urbanas aquelas que mais se artificializaram em função da ação humana.

3.1.2. Os espaços rurais na contemporaneidade

Nas discussões estabelecidas pelos pesquisadores que participaram do projeto Rurbano, coordenado por José Graziano da Silva e dedicado a analisar as transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da federação⁹², os pesquisadores argumentam em favor da tese de que o rural deixe de ser considerado como um espaço agrícola destinado à produção de alimentos para a população⁹³, para ser visto como um espaço voltado a atender as novas demandas da sociedade – urbana – como espaço de lazer, de habitação e de preservação do ambiente. (SILVA, 2001)

Os pesquisadores vinculados ao projeto chegam a tais conclusões após observarem que famílias rurais com outras atividades, não agrícolas, possuíam rendimentos superiores às dedicadas apenas a atividades agrícolas, informação que permanece válida, conforme poderá ser observado nos dados apresentados ao longo deste capítulo. Neste sentido, as conclusões apontadas pelos estudos do projeto Rurbano apontam que dada a nova face assumida pelo rural, menos agrícola, é cabível que se invista, como estratégia de desenvolvimento e redução da pobreza nestes locais, na criação de ocupações rurais não agrícolas, as quais se constituiriam na principal forma de absorver a mão de obra agrícola sem que seja necessário seu deslocamento para o meio urbano (CAMPANHOLA, SILVA, 2000). Além disso, a inclusão dos trabalhadores rurais nas ocupações rurais não agrícolas poderia proporcionar aos mesmos maior acesso a recursos econômicos, melhores condições de trabalho e de vida e, por consequência, uma possível alavanca para a mobilidade social.

Da mesma forma que os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores do projeto Rurbano vinham demonstrando, que as ocupações rurais não agrícolas constituem uma alternativa viável ao rural brasileiro contemporâneo, os estudos acerca da pluriatividade⁹⁴ também têm demonstrado que famílias que combinam atividades

⁹² As unidades da federação abrangidas pelo projeto são: Piauí; Rio Grande do Norte; Alagoas; Bahia; Minas Gerais; Rio de Janeiro; São Paulo; Paraná; Santa Catarina; Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

⁹³ Segundo os autores, as indústrias alimentícias seriam capazes de dar conta da tarefa de produzir alimentos a baixo custo para a população

⁹⁴ “A pluriatividade que ocorre no meio rural se refere a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma destas a agricultura. Estas atividades são realizadas pelos indivíduos que pertencem a um grupo doméstico, relacionados por laços de parentesco e consanguinidade entre si, podendo permanecer neste, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de residência e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento habitacional), e que se identificam como uma família .” (SCHNEIDER, 2009, p. 210) – tradução do autor.

agrícolas e não agrícolas (pluriativas) tem obtido resultados melhores do que aquelas dedicadas exclusivamente a atividades agrícolas (monoativas).

Note-se que os estudos do projeto Rurbano apontam na direção de uma fissura entre a questão agrária e a questão agrícola, a segunda já resolvida através da modernização e do aumento da produtividade rural e a primeira ainda latente, visto que o setor agrícola não teria a capacidade de absorver toda a mão de obra rural, espaço que estaria aberto à inclusão das ocupações rurais não agrícolas, apontadas como alternativa para superar a questão agrária⁹⁵ (SCHNEIDER, 2010, p. 521-522). Por seu turno, os estudos pautados pelo conceito de pluriatividade destacam a importância das atividades agrícolas estarem combinadas a atividades não agrícolas, o que, segundo Schneider e Silva (2010, p. 3), contribuiria com a estabilização e diversificação da renda, ocuparia a mão de obra excedente, estimularia mercados locais e contribuiria com a permanência da população no meio rural. Igualmente, as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade familiar adquirem relevância porque, mesmo quando não comercializadas, são utilizadas para autoconsumo, acarretando em importante economia para a família agricultora. (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 496)

Outras concepções, como a de Ploeg (2008), sustentam a ideia de que a manutenção do espaço rural como espaço de produção deva ser prioritária nas sociedades contemporâneas. Segundo este pesquisador, os sistemas de mercado são hoje altamente controlados pelo que ele chama de impérios agro-alimentares⁹⁶, que se constituem em “intermediários” entre a produção e o mercado. Frente a isso, Ploeg (2008) defende que a tarefa das sociedades atuais seja criar novos mercados, alternativos aos controlados pelos impérios, no sentido de fomentar novas articulações entre os consumidores e os produtores. Para tal, ele defende tanto a criação de novas formas de regulação, quanto os mercados locais, os quais ele considera perfeitamente capazes de suplantarem os atuais mercados dominados pelos impérios agro-alimentares.

Em outra via estão autores como Wanderley (2004), que argumentam em favor da capacidade de adaptação do rural às novas exigências da sociedade como um todo.

⁹⁵ Os resultados das pesquisas do projeto Rurbano também apontam que quando a geração de ocupações rurais não agrícolas não for suficiente, a solução são as políticas sociais compensatórias, a exemplo do Projeto Fome Zero, do qual José Graziano da Silva foi idealizador, tendo também atuado como Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome, momento em que coordenou a implantação do programa social no país.

⁹⁶ Grandes redes, comumente multinacionais, de produção e distribuição industriais de alimentos, em nada preocupados com a qualidade alimentar.

Neste sentido, caberia ao rural, além de dar conta da produção de alimentos, também ser capaz de satisfazer as novas demandas urbanas, como o lazer, a moradia e a preservação ambiental.

Porém, a despeito da plausibilidade das críticas acerca dos critérios utilizados atualmente para a definição do rural, bem como das discussões em torno dos papéis que este espaço social pode desempenhar nas sociedades contemporâneas, duas questões não podem ser ignoradas: a) os principais bancos de dados existentes no país são provenientes de coletas pautadas pelos parâmetros definidos pelo IBGE, de modo que é importante respeitá-los; b) Apesar das divergências observadas entre os pesquisadores acerca das funções do rural contemporâneo, parece haver consenso em relação ao fato de que a agricultura patronal e a familiar ocupam espaços específicos, devendo, portanto, ser abordadas de maneira diferenciada.

3.1.3. A agricultura familiar

A agricultura de tipo familiar de que se está falando é comumente definida, segundo estabelecido pelos responsáveis pela pesquisa FAO/INCRA (1994), em contraposição à agricultura patronal, pois enquanto a primeira caracteriza-se pela vinculação entre a gestão e a realização do trabalho pelos membros da própria família, a segunda pode ser definida pela separação entre essas tarefas. De acordo com Brumer e Spanevello (2008, p. 24), mesmo que a diversidade seja marca comum às propriedades de tipo familiar, é fundamental, para que elas sejam definidas enquanto tal, que sejam levados em conta três aspectos, inter-relacionados entre si: terra, trabalho e família.

Considerando a junção destes três elementos como condição para a caracterização da agricultura familiar, a mesma pode ser definida, segundo Gasson e Errington (1993, p. 20), pelas seguintes características: a) a gestão é realizada pelos proprietários da unidade de produção; b) os proprietários possuem laços de parentesco entre si; c) todos os membros familiares são responsáveis por prover de capitais a propriedade; d) o trabalho é realizado predominantemente pelos membros da família; e) o patrimônio e a gestão do estabelecimento são herdados de geração a geração; f) os integrantes da família vivem na propriedade familiar.

Atualmente, no Brasil, de acordo com a Lei Federal nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não

detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais⁹⁷; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Essas características estão em acordo com a descrição da atividade de agricultor familiar polivalente, presente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), segundo a qual o desenvolvimento da atividade agrícola familiar é uma ocupação que não requer formação específica. Ainda segundo a CBO, estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o pleno exercício da atividade agrícola familiar requer de um a dois anos de prática.

Este tempo, definido pela CBO, que considera no máximo dois anos para a aptidão ao trabalho na agricultura familiar é bastante discutível, pois, segundo a literatura especializada, é um trabalho aprendido pela socialização ao longo de vários anos e pela própria inserção profissional na atividade, comumente, passada de geração a geração.

3.1.4. As três classes da agricultura brasileira

No estudo desenvolvido por Sorj (2008, p. 6) acerca do estado e das classes sociais⁹⁸ na agricultura brasileira, são identificados três diferentes estratos de agricultores: a empresa capitalista, que corresponde a uma agricultura de caráter empresarial e pautada por relações de produção capitalistas com a utilização de tecnologia moderna (agricultura patronal); a produção familiar capitalizada, formada por propriedades em que a mão de obra predominante é familiar, apesar de organizarem-se a partir de uma lógica empresarial e trabalharem com quantidades significativas de capital; e a produção familiar marginalizada, que corresponde a um setor de produção tradicional, baseado na pequena propriedade familiar, arrendamento ou parceria tradicional e/ou na pecuária extensiva (SORJ, 2008, p. 101).

⁹⁷ O tamanho do módulo fiscal varia conforme as características agrícolas de cada estado. No Rio Grande do Sul, em 2010, um módulo fiscal equivalia a 19,81 hectares.

⁹⁸ Os estudos acerca de classes sociais no Brasil pautam-se, fundamentalmente, por duas vertentes distintas. Uma de cunho marxista, segundo a qual as classes sociais são definidas pela posse dos meios de produção, de modo que haveriam duas classes fundamentais, os detentores dos meios-de-produção e os não detentores (SANTOS, 2002). Já na outra vertente, dita neoweberiana, as classes sociais definem-se pela posição ocupacional dos indivíduos nas unidades produtivas e no mercado de trabalho (RIBEIRO, 2007). Entende-se que a estratificação desenhada por SORJ (2008), filie-se a segunda vertente descrita.

Abordando apenas os segmentos familiares da agricultura, Abramovay et al (2001, p. 35-36) propõem um sistema de classificação com três diferentes segmentos de agricultores familiares: agricultores familiares capitalizados, correspondentes a unidades com atividades agrícolas que possibilitem a reprodução da família e algum nível de investimento e acumulação; agricultores familiares em transição, detentores de propriedades que permitem a sobrevivência da atividade agrícola, dependentes de políticas a eles direcionadas e agricultores familiares descapitalizados, categoria composta pelo agrupamento de agricultores com renda per capita inferior a um salário mínimo mensal.

O sistema de classificação proposto por Abramovay et al (2001) é bastante abrangente, mas, apesar de definido a partir de pesquisa empírica na região Oeste do estado de Santa Catarina, não consegue dar conta de uma outra categoria de agricultores, aquela que não mais consegue sobreviver da atividade agrícola, destinada prioritariamente para o autoconsumo, e possuem como principal forma de sobrevivência a venda de sua mão de obra a outros agricultores familiares, como diaristas.

De acordo com Costa Neto (2010, p.1), esta categoria de trabalhadores deveria ser incluída no conceito de camponeses, os quais não são apenas aqueles que possuem a propriedade jurídica da terra, mas também os que "produzem para si mesmos, em regime de subsistência e para os donos legais de terras, na condição de meeiros, sob contrato de parceria, ou através da venda pura e simples da força de trabalho, sob a designação de diarista" (COSTA NETO, 2010, p. 1).

Em artigo dedicado a analisar a situação dos trabalhadores alugados (diaristas) no estado do Ceará, Alves (2002, p. 9-10) também os entende como camponeses, visto que alugam seu trabalho a terceiros mediante pagamento em dinheiro como estratégia de sobrevivência, prática que é bastante comum entre aqueles com maior dificuldade de acesso à terra ou que possuem rendimentos agrícolas insuficientes para a manutenção de suas famílias.

Note-se que, enquanto Sorj (2008) trabalha com a categoria de produção familiar marginalizada e Abramovay et al (2001) com o conceito de agricultura familiar descapitalizada, Costa Neto (2010) utiliza o conceito de camponeses para analisar o estrato mais carente de agricultores familiares. Mas, apesar de uma aparente contradição, as duas abordagens, na visão de Wanderley (2009, p. 188), estariam imbricadas, pois, segundo a autora, inspirada em Marcel Jollivet, em todo agricultor familiar há um camponês adormecido, assertiva que não é verdadeira quando invertidos

os conceitos, ou seja, não há nos camponeses um agricultor familiar adormecido. Ainda de acordo a autora, a categoria de agricultor familiar, por seu caráter mais amplo, guarda em si as diferentes implicações contidas no termo campesinato (WANDERLEY, 2009, p. 16). Dessa forma, haveria uma continuidade entre o agricultor e o camponês, pois apesar das constantes adaptações à sociedade, os agricultores familiares preservariam ainda suas características camponesas. (WANDERLEY, 2009, p. 189)

Desta forma, é pertinente a proposta analítica desta tese, que também considera os trabalhadores diaristas da agricultura familiar, que produzem apenas para subsistência, como uma categoria de agricultores familiares, ainda que marginalizados.

3.1.5. Os trabalhadores diaristas

Abordar os trabalhadores diaristas da agricultura familiar requer, primeiramente, sua identificação para, em seguida, torná-los visíveis. A percepção de sua existência é duplamente dificultada, primeiramente, por seu trabalho estar disperso entre vários estabelecimentos agropecuários, empresariais e familiares; e também pelo não reconhecimento da natureza de sua atividade ocupacional, o que resulta, adicionalmente, em falta de organização profissional.

A inclusão destes trabalhadores na categoria de agricultores apresenta tanto vantagens – a exemplo dos direitos à aposentadoria e seguridade social a que fazem jus os produtores familiares - quanto desvantagens - como a perda de direitos e garantias facultados aos trabalhadores em geral, o que inclui as negociações por remuneração e direitos trabalhistas, como descanso e férias remuneradas, seguro-desemprego e seguro-acidentes de trabalho, etc.

Em texto no qual se propõe a avaliar a ambiguidade na posição dos trabalhadores diaristas da agricultura familiar, Aparício e Aguilera (2009, p. 3) constata a “‘identidade dual’ do trabalhador rural semiproletarizado, derivada de sua dupla condição de camponês e de assalariado⁹⁹”, a qual dificultaria sua opção de inclusão definitiva numa ou noutra categoria, ou ainda, como componentes de um grupo específico.

Ao analisarem a situação dos trabalhadores migrantes que trabalham como diaristas, Silva e Menezes (2006, p. 6) os tratam a partir de suas especificidades,

⁹⁹ Tradução do autor.

caracterizando-os como seres híbridos, marcados pela mistura entre as duas condições sociais que vivenciam: o ser camponês e o ser assalariado.

Na tentativa de compreender as especificidades dos trabalhadores envolvidos em atividades agropecuárias no país, Desconsi (2011, p. 68) procura identificá-los a partir da categoria dos peões, definidos como empregados que trabalham no que é dos outros, o que inclui tanto trabalhadores que nunca tiveram a oportunidade de acesso à terra, quanto os descendentes de famílias que não conseguiram acumular recursos suficientes para garantir a reprodução de suas unidades produtivas.

Desta forma, Desconsi (2011, p. 68-69) identifica quatro categorias distintas de peões: peões permanentes, os quais possuem ocupação fixa, recebendo remuneração mensal e, esporadicamente, alguma bonificação anual ao final da safra; peões safristas, que são contratados por períodos específicos do ciclo agrícola, podendo receber salários durante os períodos em que estão empregados, ou ainda receber seu pagamento mediante porcentagem do produto colhido; peões de empreitada ou diaristas, que correspondem aos trabalhadores sazonais associados a práticas agrícolas e que são remunerados ao final da atividade desenvolvida e peões prestadores de serviço, os quais prestam serviços específicos, recebendo por dia ou por empreitada.

Os estudos acerca dos trabalhadores diaristas na agricultura normalmente são associados a análises de processos migratórios, dos quais são exemplos os migrantes das regiões Norte e Nordeste brasileiras em direção ao Sul na busca de trabalho (SILVA e MENEZES, 2006); dos migrantes sulistas em direção ao Sudeste do Brasil (DESCONSI, 2011); ou ainda em países vizinhos como a Argentina, onde tais trabalhadores migram de regiões empobrecidas do próprio País ou de países vizinhos em busca de trabalho. (BENDINI et al, 2010).

Del Grossi et al (2001, p. 6-7) apontam que os trabalhadores rurais, considerando-se o conjunto das categorias definidas por Desconsi (2011), são os mais numerosos no Brasil, predominando também entre os que possuem as menores rendas. Na análise que desenvolve em parceria com seus colaboradores, Del Grossi (2001, p. 7) atesta que mesmo uma diarista urbana – profissional que, em tese, possuiria o trabalho de pior qualidade deste meio – ainda estaria exercendo uma ocupação mais qualificada do que um trabalhador “volante” da agricultura.

Ao analisarem a precarização das relações de trabalho na agricultura, Cavalcanti e Mota (2002, p. 165) demonstram que a mesma é corriqueira no mercado de trabalho brasileiro, o que se deve tanto à ausência de organizações sindicais que defendam essas

categorias específicas, quanto à pressão por vagas que acaba por favorecer os empregadores, permitindo-lhes impor condições mais lucrativas, mesmo que sacrificando as remunerações dos trabalhadores ou com base na desregulamentação do trabalho.

Utilizando dados válidos para a década de 90, Del Gossi et al (2001, p. 4) apontam que os diaristas da agricultura são os mais pobres e com menor acesso à previdência entre todas as categorias profissionais brasileiras, situação que não se modificou no contexto de maior formalização do mercado de trabalho e aumento das remunerações que marcou os anos 2000, pois, de acordo com Basaldi (2011, s/pg), em 2005 apenas 4,6% dos trabalhadores temporários rurais possuíam carteira de trabalho assinada. O pesquisador ainda lembra que:

Em 2005, 25,1% e 35,3%, respectivamente, dos empregados temporários com residência rural e urbana recebiam mais de um salário mínimo mensalmente, contra 53% e 59,9% respectivamente, dos permanentes rurais e urbanos. Ainda em relação aos rendimentos, em números de Brasil, os temporários rurais recebiam 72,3%, 55,8% e 45,4% do que recebiam, respectivamente, os temporários urbanos, os permanentes rurais e os permanentes urbanos. Os rendimentos, em valores reais de dezembro de 2005, registrados para estas categorias foram, respectivamente: R\$ 214,34; R\$296,55; R\$384,28; R\$427,37. Por isso, acredito que uma atenção especial deveria ser dada para melhorar as condições de trabalho dos empregados temporários agrícolas, de modo a se reduzir as desigualdades nas relações trabalhistas. (BASALDI, 2011, s/pg).

É possível depreender das informações contidas no trecho acima que os rendimentos dos trabalhadores temporários estão entre os menores, com as desigualdades sendo ainda mais acentuadas quando se tratam de temporários envolvidos em atividades agrícolas. Considerando-se que em 2005 o salário mínimo era de R\$ 300,00, é possível perceber que tanto diaristas rurais quanto urbanos possuíam rendimentos inferiores ao valor mínimo estipulado, sendo ainda menor para os que exerciam ocupações rurais.

Ao sintetizarem a situação dos trabalhadores da agricultura no Brasil, Cavalcanti e Mota (2002, p.166) concluem que os mesmos estão entre os que possuem o pior acesso a serviços, os que trabalham mais horas e os que têm os maiores níveis de informalidade nas relações de trabalho.

Tanto Del Grossi et al (2001) quanto Basaldi (2011) apresentam dados que comprovam a precariedade dos trabalhadores temporários agrícolas, contudo o segundo autor ressalva ainda que os trabalhadores da cana – uma das principais categorias de

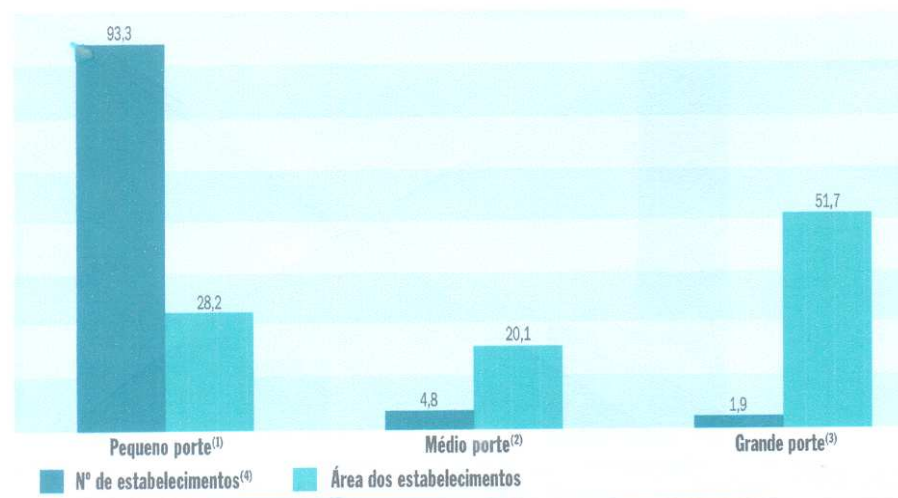
trabalhadores migrantes brasileiros – ainda são os que possuem as melhores condições de trabalho, dado seu histórico de lutas através de um sindicato específico. Por outro lado, ao analisar a morte de alguns trabalhadores envolvidos no corte da cana em São Paulo, Alves (2006) conclui que a causa da morte foi o excesso de trabalho oriundo do pagamento por produção imposto a esta cultura, o que significa dizer que mesmo na atividade agrícola temporária que, teoricamente, seria de melhor qualidade verifica-se a morte de trabalhadores em virtude do excesso de trabalho que se vêem obrigados a realizar diariamente para conseguir prover à subsistência familiar. (ALVES, 2006, p. 94).

3.1.6. Configurações atuais do rural brasileiro

Os dados aqui apresentados acerca do rural brasileiro têm por fonte dados oriundos de pesquisas realizadas pelo IBGE, de modo que os mesmos obedecem à delimitação política utilizada por este instituto para definir o rural e o urbano. Da mesma forma, convém lembrar que os dados contemplam a diversidade das “classes sociais” da agricultura brasileira, apesar de distinguirem apenas dois tipos de agricultura – patronal e familiar – utilizando como referência os já citados critérios que define a Lei Federal nº 11.326 de 24 de Julho de 2006.

Um dos primeiros pontos que chama a atenção ao se analisar a parte rural do Brasil refere-se à sua estrutura agrária extremamente concentrada, na qual 1,9% dos estabelecimentos de grande porte ocupam uma área de 51,7% da área rural do País, enquanto os 93,3% de estabelecimentos de pequeno porte existentes no Brasil ocupam 28,2% da área rural total. Tal dinâmica de concentração fundiária, conforme publicação do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), pouco se alterou ao longo da segunda metade do século passado, pois a redução do índice de GINI da concentração fundiária foi bastante modesta, caindo de 0,836 em 1967 para 0,802 em 2000.

Gráfico 39: Distribuição do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por faixa de módulos fiscais do Inbra – Brasil 2006 (em %)



Fonte IBGE. Censo Agropecuário. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondente às propriedades de até quatro módulos fiscais

(2) Correspondente às propriedades com mais de quatro até quinze módulos fiscais

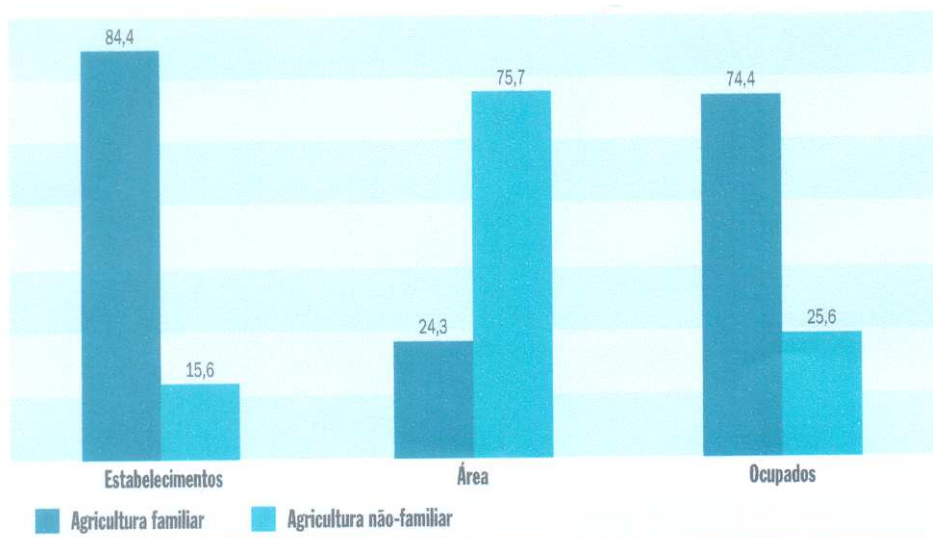
(3) Correspondente às propriedades com mais de quinze módulos fiscais

(4) Exclui os produtores sem área

Disponível em DIEESE (2011, p. 33)

Os dados advindos do Censo Agropecuário de 2006 também permitem afirmar que a concentração de terras ocorre por parte da agricultura não familiar, a qual possui 15,6% dos estabelecimentos agropecuários e ocupa 75,7% da área total, ao contrário do que acontece na agricultura familiar, que apesar de possuir 84,4% do total de estabelecimentos, ocupa uma área de 24,3% do total. Além disto, é possível verificar que a agricultura familiar é bem mais favorável à geração de trabalho, pois ocupa 74,4% da mão de obra rural do País.

Gráfico 40: Distribuição dos estabelecimentos, da área (em hectare) e dos ocupados por tipo de agricultura – Brasil 2006

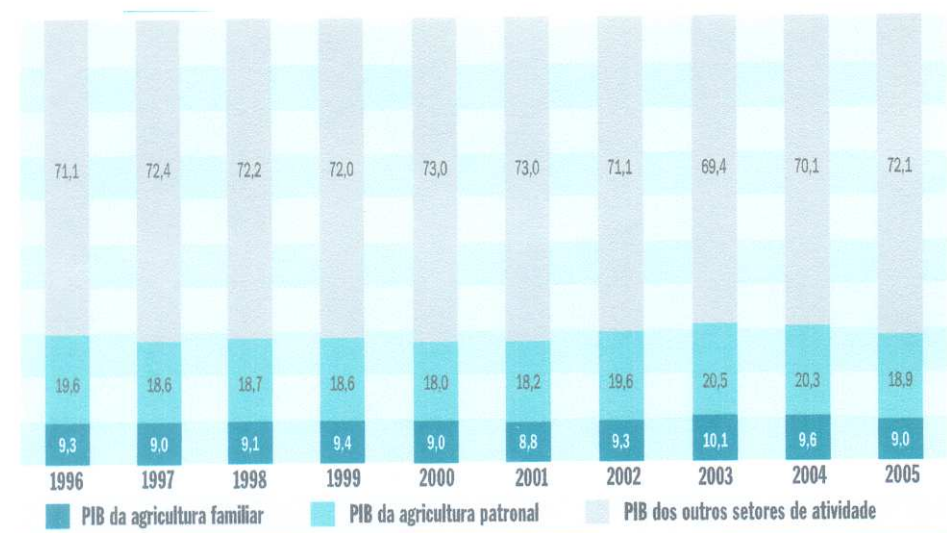


Fonte IBGE. Censo Agropecuário. Elaboração: DIEESE

Disponível em DIEESE (2011, p. 182)

Além de ocupar um maior contingente de trabalhadores, a agricultura familiar também demonstra ser mais eficiente em termos econômicos, pois apesar de ocupar menos de 1/4 da área rural total tem contribuído com cerca de metade do PIB gerado pela agricultura patronal em mais de 3/4 da área rural brasileira.

Gráfico 41: Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura familiar, patronal e dos outros setores da atividade no PIB – Brasil 1996 - 2005 (em %)



Fonte: MDA, Nead, PIB da agricultura familiar. Elaboração: DIEESE

Obs: a) Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

b) O cálculo do PIB das cadeias produtivas é feito pela soma do PIB de quatro agregados (insumos para agricultura pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola; distribuição final)

Disponível em DIEESE (2011, p. 188)

Por sua vez, conforme publicação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pela Senadora Kátia Abreu, com base em dados do Censo Agropecuário de 2006, a maior eficiência da agricultura familiar é questionável, dado que 2/3 dos produtores enquadráveis no PRONAF produziram apenas para subsistência. Da mesma forma, a publicação aponta, de acordo com uma distinção entre produtores enquadráveis e não enquadráveis no PRONAF, que enquanto os primeiros são responsáveis por 19,5% da produção agrícola, 33,3% da produção pecuária e 22,9% do Valor Bruto da Produção, os últimos, não enquadráveis, respondem por 80,1% da produção agrícola, 65,8% da produção pecuária e 22,9% do Valor Bruto da Produção. (CNA, 2010, p. III)

Ao analisar os mesmos dados, Navarro (2010, p. 3) entende que os diferentes pontos de vista em termos da maior ou menor eficiência da agricultura familiar decorrem de um agrupamento “a partir de critérios que, ao fim e ao cabo, são

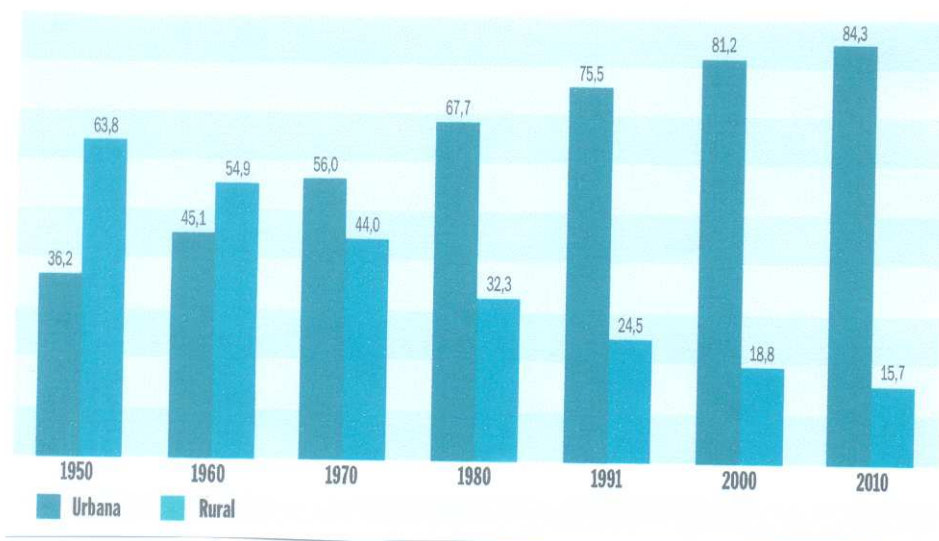
inteiramente arbitrários, ainda que consagrados em lei”. O autor demonstra ainda que apenas 8,2% dos agricultores familiares respondem por 85% da produção declarada pelos familiares, de modo que seria necessário ampliar e complexificar o conceito a fim de que o mesmo seja capaz de dar conta de um agrupamento tão heterogêneo quanto o formado pelos agricultores familiares brasileiros.

Outro elemento importante na análise da face rural brasileira refere-se ao processo de perda do contingente populacional, que vem se mantendo constante desde os anos 1950. De acordo com os dados do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, no ano de 2010 a população rural correspondia a 15,7% do total, número que, em 1950 foi de 63,8% do total da população. Todavia é importante mencionar que a diminuição da população rural, que foi acelerada até os anos 2000, diminui seu ritmo ao longo dos últimos 10 anos, fato que pode estar relacionado à inclusão cada vez maior da população rural nos programas sociais, o que possibilitou à mesma melhores condições de vida e oportunidades de mobilidade social¹⁰⁰.

Igualmente, é possível associar o significativo incremento da classe média rural observado ao longo dos últimos dez anos (NERI et al, 2012, p. 9) à redução da intensidade do êxodo rural, pois desfrutando de melhores condições de vida e de renda em seu próprio “habitat”, no qual já possuem sociabilidades e laços de solidariedade sedimentados, as populações do campo não precisam se arriscar na migração para centros urbanos para buscar uma vida melhor.

¹⁰⁰ Conforme estudo de Neri et al (2012, p. 91) no campo as transferências sociais são relativamente mais importantes do que a renda do trabalho na composição da renda total das famílias.

Gráfico 42: Evolução da população por local de residência – Brasil 1950 - 2010 (em %)



Fonte: IBGE. Elaboração: DIEESE

Obs: a) Para 1950: população presente; b) Para 1960 até 1980; c) Para 1991 até 2010: população residente:

b) Para 2000: dados da sinopse preliminar

Disponível em DIEESE (2011, p. 63)

Mas, a despeito da redução na intensidade da diminuição da população rural, ainda é preocupante, conforme destacam Ferreira e Alves (2009, p. 246), o fato de a mesma ter maior incidência na população de 0 a 14 anos, o que pode significar um comprometimento da viabilidade futura desta população a partir de seu envelhecimento. Aliada ao processo de envelhecimento da população rural é possível verificar também uma tendência à masculinização acelerada deste espaço social, pois no curto período entre 2006 e 2009 houve uma redução de 15,3% no contingente feminino ocupado em atividades agrícolas, taxa que foi de 5,8% entre os homens.

Este processo de masculinização e envelhecimento pode ser atribuído, em larga medida, ao fato de que mulheres e jovens predominam entre os trabalhadores não remunerados da agricultura familiar, o que ocorre em virtude de questões culturais, de acordo com as quais o marido/pai é considerado responsável pelas atividades produtivas da unidade familiar enquanto cabem a mãe e aos filhos/filhas o papel de ajudantes, e ao fato de as filhas mulheres só serem candidatas a herança da propriedade familiar na ausência de herdeiro homem. (SPANVELLO, 2008)

Tabela 4: Variação do pessoal ocupado em atividades agrícolas por sexo – Brasil 2006 – 2009 (em 1.000 pessoas)

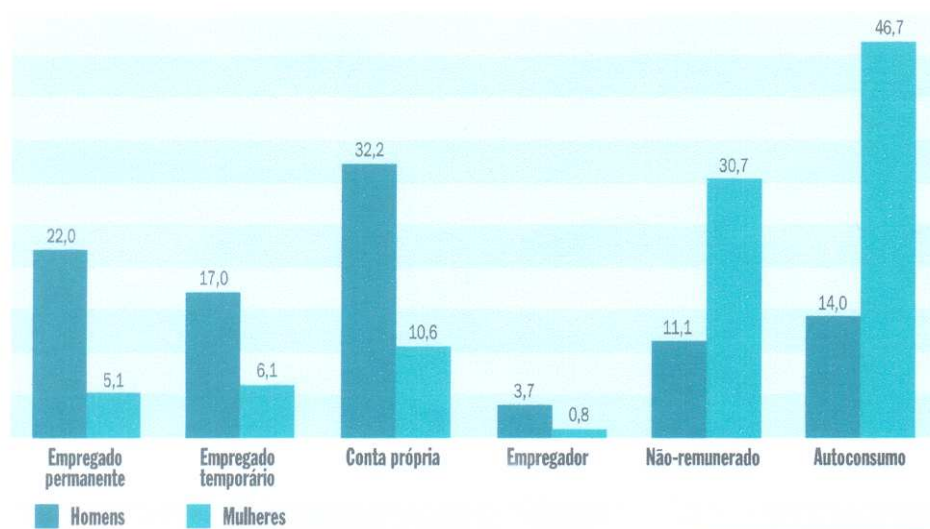
Sexo	2006	2009	Varição (em %)
Homens	11.566	10.892	-5,8
Mulheres	5.692	4.822	-15,3
TOTAL	17.258	15.715	-8,9

Fonte: IBGE, Pnad. Elaboração: DIEESE

Disponível em DIEESE (2011, p. 104)

Os dados disponibilizados pela PNAD de 2009 são demonstrativos da manutenção destas tradicionais formas de divisão de trabalho na agricultura brasileira, deixando claras as causas pelas quais as mulheres migram mais do que os homens, visto que enquanto esses constituem 62,1% da PEA rural, predominando nas categorias de empregados, empregadores e conta própria, as mulheres são a maioria entre os trabalhadores não remunerados e para o autoconsumo.

Gráfico 43: Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação, segundo sexo – Brasil 2009 (em %)



Fonte: IBGE, Pnad. Elaboração: DIEESE

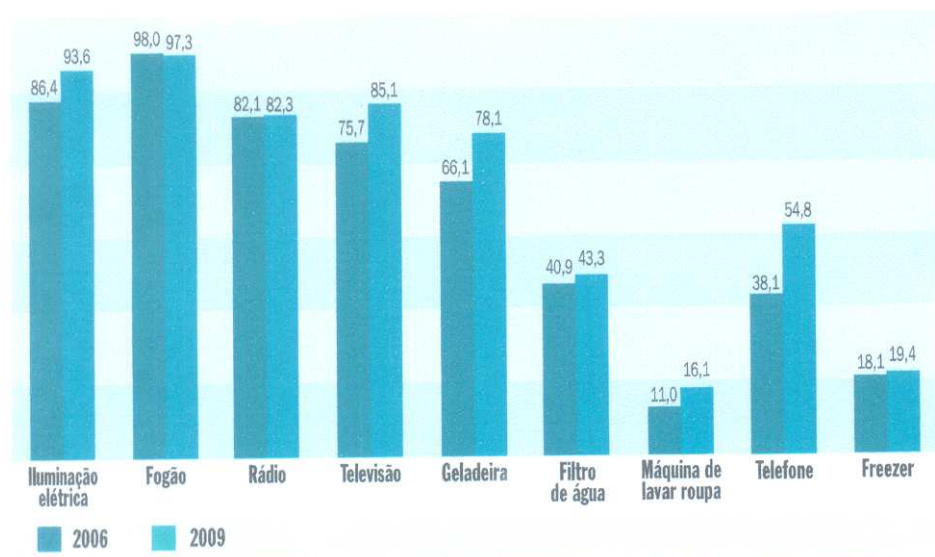
Disponível em DIEESE (2011, p. 106)

Os dados da PNAD 2008 também evidenciam que, em termos educacionais, a população rural tem sido menos favorecida que a urbana, pois enquanto o analfabetismo

é de 7,5% na zona urbana, atinge 23,5% da população rural. Da mesma forma, observa-se que 24% da população do campo possuem pouca ou nenhuma instrução, que 73% dela sequer completaram o Ensino Fundamental e que apenas 12,8% ultrapassaram o Ensino Médio (POCHMANN, 2010, p. 5).

As informações relativas à posse de bens de consumo no período entre 2006 e 2009 são demonstrativas de uma melhoria das condições de vida da população rural, pois à exceção do fogão, que teve queda apesar de sua distribuição quase universal, em todos os outros itens verifica-se aumento de sua posse entre as famílias rurais.

Gráfico 44: Proporção de domicílios rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis – Brasil 2006 – 2009 (em %)



Fonte: IBGE, Pnad. Elaboração: DIEESE
Disponível em DIEESE (2011, p. 90)

Os dados indicam também que a inserção mais precoce no mundo do trabalho é uma das características do meio rural, onde 82,5% dos homens e 75,6% das mulheres já trabalhavam antes dos 14 anos de idade, índices que são de 50,5% dos homens urbanos e 38,3% das mulheres urbanas. Como é possível perceber, os homens iniciam sua vida ativa antes das mulheres, fato que os leva também a abandonarem os estudos primeiro que elas, pois 66,3% do total da população de 5 a 14 anos urbana e 74% da rural que abandonaram os estudos em 2009 constituíam-se de meninos (DIEESE, 2011, p. 119-121). Tal fato também contribui para explicar a maior escolaridade das mulheres, especialmente no meio rural. (DIEESE, 2011, p. 76)

Apesar de as rendas obtidas pelos agricultores familiares terem aumentado no período que se estende de 2003 a 2009, período em que as propriedades patronais diminuíram os dividendos auferidos, a diferença entre as categorias ainda é muito grande.

Tabela 5: Renda média mensal familiar agrícola e não-agrícola, segundo tipo de família – Brasil (em R\$ de set. 2009)

Tipo de famílias	Renda média agrícola			Renda média não-agrícola			Renda média familiar		
	2003	2009	Diferença (%)	2003	2009	Diferença (%)	2003	2009	Diferença (%)
Agricultura familiar	620	727	17,3	239	341	42,7	1.138	1.499	31,7
Agricultura patronal	7.528	7.249	-3,7	1.213	1.513	24,7	9.737	10.477	7,6
Não-agrícolas rurais ⁽¹⁾	0	0	-	978	1.172	19,8	1.230	1.526	24,1
Assalariados rurais ⁽²⁾	322	396	23,0	317	460	45,1	793	1.094	38,0

Fonte: Del Grossi, M. E.

Nota: (1) Foram incluídas as famílias de empregadores e conta própria com residência rural

(2) Foram incluídas as famílias agrícolas e pluriativas (rurais e urbanas) e não-agrícolas com residência rural

Obs: Foram excluídas as famílias rurais dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, captados somente a partir de 2004. Valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Disponível em DIEESE (2011, p. 138)

Mesmo considerando-se incluídos os altos rendimentos auferidos pelas propriedades patronais, a renda média dos domicílios rurais no Brasil continua sendo inferior à metade daquela auferida pelos domicílios urbanos, pois, conforme dados da PNAD de 2008, as famílias urbanas tiveram rendas médias de R\$ 1.056,00 enquanto as rurais de R\$ 453,00. Outra discrepância verificada, analisando-se apenas os domicílios rurais, refere-se ao fato de a renda média da mulher rural - R\$ 299,00 - ser muito inferior a masculina – R\$ 548,00. (POCHMANN, 2010, p. 9-10), o que também contribui para compreender porque os maiores fluxos migratórios em direção à cidade são femininos.

A PNAD 2008 também permite visualizar que a renda mensal do trabalho de famílias rurais, independente da ocupação, é um pouco superior – R\$ 360,00 - a de famílias ocupadas apenas com atividades agrícolas – R\$ 335,00. Analisando a evolução

destas rendas no período de 2004 a 2008 visualiza-se comportamento semelhante, com significativo aumento real em ambas. (POCHMANN, 2010, p. 11)

No período que se estende de 1999 até 2009, as taxas de pobreza reduziram-se significativamente no País, caindo de 27,8% para 15,4%, fenômeno que, apesar de ter sido mais intenso entre a população rural (redução de 14,4%), não fez com que essa parte da população deixasse de predominar entre os pobres.

Porém, apesar do predomínio da população rural entre os pobres ainda estar presente na sociedade brasileira, houve, conforme apontam Neri et al (2012, p. 44), no período entre 1992-2009, uma redução de quase 50% do percentual de pobres entre a população brasileira. Segundo os pesquisadores, a pobreza abrangia, em 1992, 62,8% da população, atingindo, em 2009, 31,9% da população rural. Igualmente, os autores demonstram ter havido uma redução das desigualdades entre os décimos mais rico e mais pobre do campo no período, pois se a renda dos primeiros cresceu 13% neste intervalo de tempo, entre os pobres o aumento foi de 69%. (NERI et al, 2012, p. 59)

Desta forma, Neri et al (2012, p. 80) apontam um crescimento acumulado de 71,8% da população rural pertencente a classe C no período 2003-2009, pois se no primeiro ano analisado 13,6% da população rural pertencia à classe C, no último esta classe já era integrada por 35,4% da população rural. Diante destes números, é possível constatar a presença de significativos movimentos de mobilidade social entre a população rural brasileira.

Tabela 6: Evolução do número e proporção de pobres, segundo localização do domicílio – Brasil (em 1.000 pessoas)

Localização	1999		2003		2009 ⁽¹⁾		Variação 2003/2009	
	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)
Metropolitana	9.003	19,1	12.208	22,0	6.535	11,0	-5.673	-8,1
Urbana	20.027	25,5	24.598	26,1	14.864	14,4	-9.734	-11,2
Rural	15.012	42,7	13.299	45,4	8.174	28,4	-5.125	-14,4
BRASIL	44.043	27,8	50.105	28,1	29.574	15,4	-20.531	-12,4

Fonte: Del Grossi, M. E.

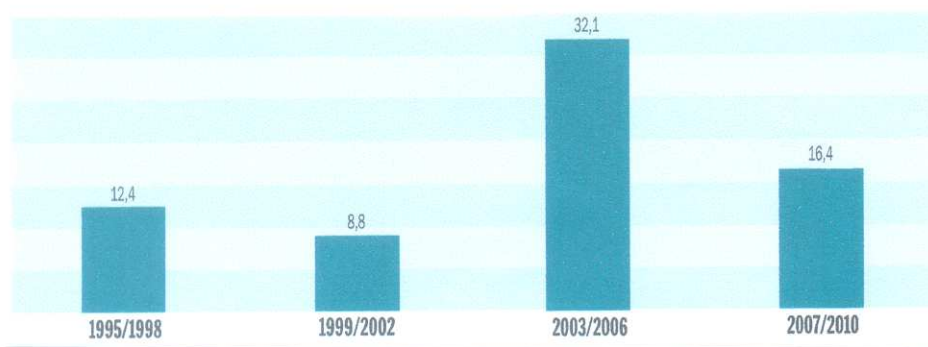
Nota: (1) O número de pessoas pobres na área rural compreende estimativas populacionais e de pobreza para os estados da antiga região Norte, pois, até 2003, a Pnad não abrangia sua área rural.

Obs: Seguindo o critério Fome Zero

Disponível em DIEESE (2011, p. 142)

Os dados referentes à evolução da reforma agrária também merecem ser destacados nesta análise, dado que se constitui num processo que contribui com a redução da concentração fundiária e, por consequência, das desigualdades no meio rural brasileiro. Este processo teve aumentos significativos no período 1995-2010, atingindo seu auge no intervalo entre os anos de 2003 e 2006, retraindo-se no período posterior, apesar de ainda manter-se superior, em termos de área destinada, ao período de 1995/1998.

Gráfico 45: Evolução da área destinada à reforma agrária – Brasil 1995 – 2010 (em milhões de ha)



Fonte: Incra, DEA. Elaboração: DIEESE

Disponível em DIEESE (2011, p. 157)

A esta flutuação em termos de área destinada ocorrida no período, também corresponderam os números referentes a investimentos, número de famílias assentadas e prestação de assistência técnica aos assentados. (DIEESE, 2011, p. 158-160). Analisando-se o crédito fundiário no período de 2005 até 2009, observa-se que sua distribuição obedeceu aos mesmos ciclos da reforma agrária, expandindo-se no período 2005-2007 e retraindo-se posteriormente. (DIEESE, 2011, p. 164-166)

Mas se os investimentos na desconcentração fundiária – via reforma agrária e crédito fundiário – foram mais modestos ao final da década passada, quando se fala em crédito rural, de uma maneira geral, observa-se um volume crescente do montante investido, após drástica redução no biênio 1994/1995.

Gráfico 46: Evolução de crédito rural – Brasil 1994 – 2010 (em R\$ bilhões de 2010)



Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural. Elaboração: DIEESE

Obs: Corrigido pelo IGP-DI (índice médio anual)

Disponível em DIEESE (2011, p. 201)

Conforme já referido, o agronegócio se constituiu num dos principais vetores do crescimento econômico do país nos anos 2000, pois apesar da queda, de certa forma, significativa, nas exportações do período 1997-2010, ainda continua sendo responsável por parte fundamental das exportações nacionais.

Gráfico 47: Evolução da participação do agronegócio na balança comercial brasileira – Brasil 1997 – 2010 (em %)



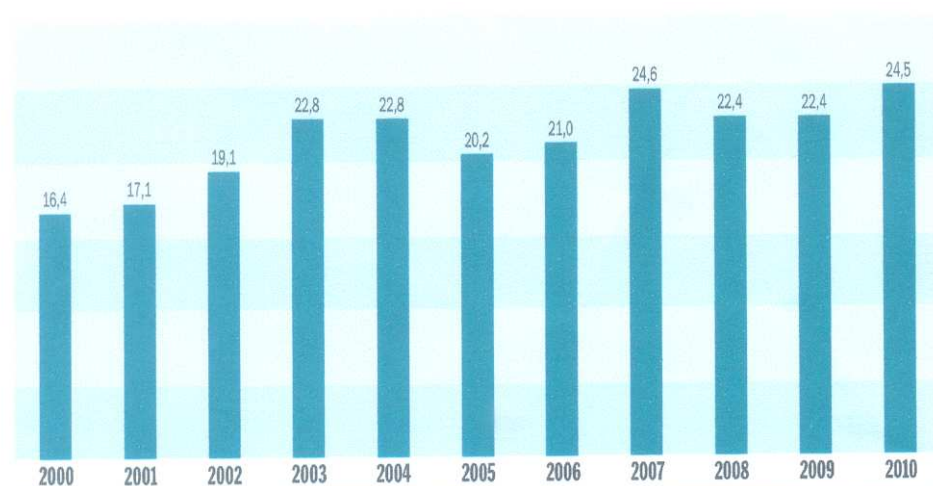
Fonte: Mapa, Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Participação no valor exportado e importado

Disponível em DIEESE (2011, p. 245)

Esta queda provavelmente está relacionada ao aumento da importância do setor da indústria extrativa verificado no período – especialmente pelo petróleo e o minério de ferro. Todavia, é importante chamar a atenção ao fato de que, ao mesmo tempo em que se reduziram as exportações no setor, houve um aumento significativo no consumo de fertilizantes no período 2000-2010.

Gráfico 48: Fertilizantes entregues ao consumidor – Brasil 2000 – 2010 (em milhões de toneladas)



Fonte: Conab, Indicadores Agropecuários. Elaboração DIEESE.

Disponível em DIEESE (2011, p. 247)

A observação de que o consumo de fertilizantes ampliou-se de maneira tão significativa no período é duplamente preocupante: primeiramente porque significa que a população está cada vez mais consumindo produtos menos saudáveis e, num segundo momento, pelo fato de que os fertilizantes são produtos importados e cotados em dólar, de modo que a elevação em sua utilização não está de acordo com a redução da participação dos produtos agropecuários na balança comercial brasileira, visto que, em tese, uma maior utilização de fertilizantes deveria ser representativa de uma maior produtividade agropecuária, refletindo-se num aumento das exportações de sua produção, o que não ocorreu.

Ao final desta breve análise do rural brasileiro é possível perceber, primeiramente, que o mesmo permanece extremamente concentrado e sem maiores perspectivas de mudança deste quadro, pois nos últimos anos reduziram-se as ações de reforma agrária e o montante disponibilizado ao crédito fundiário. Apesar das

condições menos favoráveis, especialmente em termos de rendimentos auferidos, a agricultura familiar demonstrou, no período, ser mais eficiente em termos econômicos e de geração de trabalho do que a patronal. Outro elemento relevante para se compreender o rural brasileiro se refere à constante redução de sua população, com destaque para as perdas de população jovem e feminina; mulheres, aliás, que predominam entre a mão de obra não remunerada e que recebem substancialmente menos do que os homens. Houve alguma mobilidade no rural brasileiro, especialmente em função da redução da pobreza e ampliação da classe média, todavia, a despeito destes avanços, a pobreza e a baixa escolarização continuam a ser marcas do rural brasileiro, especialmente entre os agricultores familiares.

3.2. As diferentes juventudes

3.2.1. A juventude na contemporaneidade

No debate em torno dos significados e sentidos que a juventude e o “ser jovem” assumem nas sociedades contemporâneas, os pesquisadores não chegaram ainda a um consenso, todavia concordam ser essa uma fase da vida marcada por conflitos, angústias e incertezas.

Mesmo em relação às expectativas da sociedade para com os jovens, as ambiguidades se manifestam, pois se por um lado a juventude é vista como futuro e carrega consigo as esperanças de um amanhã melhor, por outro lado sua imagem também é associada à dependência, à irresponsabilidade e à imaturidade.

A respeito da juventude, Ariès (1981) argumenta que é uma noção surgida na modernidade, a partir de dois processos fundamentais: a) as mudanças ocorridas na organização familiar, a partir do momento em que a família tornou-se responsável pela preparação dos jovens para a vida adulta; b) é um fenômeno social moderno, a partir do momento em que a burguesia e a aristocracia podem manter seus filhos longe da vida produtiva por mais tempo. Assim, a noção de juventude como a conhecemos hoje seria resultado dos processos da modernidade que constroem a individualização e distinguem as esferas pública e privada.

Muitas são as definições de juventude, todavia a mais usada é a da UNESCO, segundo a qual,

O termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da

puberdade; o final da juventude varia segundo critérios e os pontos de vista que se adote para determinar se as pessoas são jovens. Por juventude entende-se não só uma fase da vida, mas também indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens. (UNESCO apud ABRAMOVAY, 2002, p. 528).

Seguindo na mesma linha da proposta elaborada pelos pesquisadores da UNESCO, Bourdieu (1983) defende que a fronteira que separa juventude e maturidade é um jogo de lutas e manipulações, visto que as divisões são arbitrárias e socialmente construídas. Portanto, não se pode falar de juventude, mas de juventudes, que devem ser percebidas enquanto representações coletivas, edificadas em disputas, e que estabelecem papéis sociais a grupos etários distintos, devendo ser compreendidas, então, como relações sociais específicas entre si e com os outros, e que assumem posições particulares de acordo com o campo no qual estão inseridas.

As fronteiras da juventude correspondem ao desempenho de papéis sociais, sendo o ingresso na vida ativa um elemento fundamental, visto que é através dele que se dá início ao processo de autonomia do jovem. Autonomia essa que é relativa, pois sendo essa uma fase de transição na qual os jovens ainda estão submissos à autoridade paterna, são comuns os conflitos entre pais e filhos, seja na luta por autonomia, seja pela discrepância que por vezes existe entre os projetos dos jovens e os caminhos que os pais gostariam que seus filhos seguissem.

A Sociologia aborda a juventude de duas formas diversas: uma generalista, segundo a qual a juventude é encarada a partir da experiência única de uma geração; e outra na qual são valorizadas as especificidades dos processos sociais da juventude, que a consideram um grupo heterogêneo com possibilidades de inserção social diretamente influenciada por idade, sexo, classe social e etnia. Dessa forma, entende-se que a juventude não pode ser abordada como unidade, mas como diversidade.

Ante a diversidade de contextos nos quais estão imersos os jovens, bem como as especificidades que implicam cada um deles, é necessário que se façam algumas distinções. De modo geral e em consonância aos objetivos desse estudo, pode-se trabalhar a partir de algumas diferenças fundamentais: entre os jovens que habitam o meio urbano e os que vivem no meio rural, sendo que para os últimos é necessário ainda distinguir entre os jovens agricultores – que exercem atividades agrícolas, independente

de seu lugar de moradia – e os jovens rurais – que moram no meio rural, com ocupação agrícola ou não (WEISHEIMER, 2004).

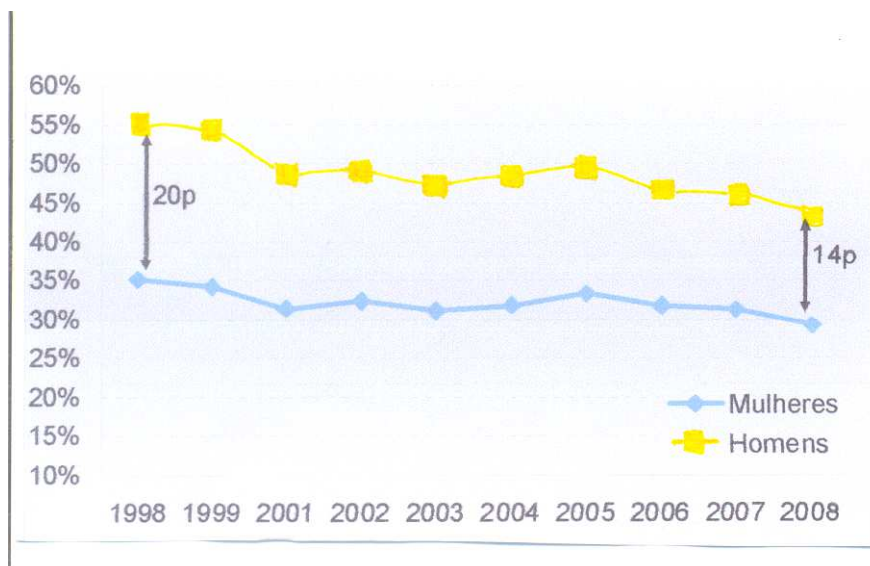
Diante da definição dos jovens agricultores familiares como unidade de análise, não se pode esquecer, contudo, que dentro desta categoria existem tanto aspectos de diversidade (especialmente ligados ao sexo, ao sistema produtivo, à família, ao trabalho, etc.) quanto de unidade, como, por exemplo, no que se refere a assemelharem-se em muitos aspectos aos jovens não-rurais.

Dentre os aspectos que aproximam os jovens agricultores familiares dos demais, merece destaque a dificuldade de inserção profissional. Segundo Abramovay et. al. (2002, p. 9), a pouca oferta de trabalho é uma realidade entre os jovens latino-americanos, o que, associado a fatores como a violência, a pouca escolaridade e a saúde precária diminuem significativamente as oportunidades disponíveis a eles.

Ao analisarem a problemática do ingresso no mercado de trabalho por parte dos jovens com idades entre 15 e 24 anos de idade, Mostafa et al (2009, p. 4) demonstram que houve uma redução em sua participação, fato positivo, dado que, segundo os autores, nesta fase da vida é fundamental postergar a entrada no mercado de trabalho para viabilizar a permanência na escola e a conclusão dos estudos, de modo que este período pode ser interpretado como uma moratória social a que faz jus o jovem, a fim de que tenha um crédito de tempo capaz de permitir que ele proteja as exigências sociais da vida adulta, especialmente relativas ao trabalho e ao casamento.

Igualmente, cabe destacar que no período de 1998 a 2008 reduziram-se às diferenças no ingresso de rapazes e moças no mercado de trabalho, no caso dos jovens com idades de 15 a 17 anos a queda foi de 6% e no de jovens com idades entre 18 e 24 anos de 8%. Entre 15 e 17 anos se verifica que tanto rapazes quanto moças declinaram sua participação, já no estrato de 18 a 24 anos as moças tiveram um leve aumento em sua participação, o que pode estar ligado à ampliação da participação feminina no mercado de trabalho.

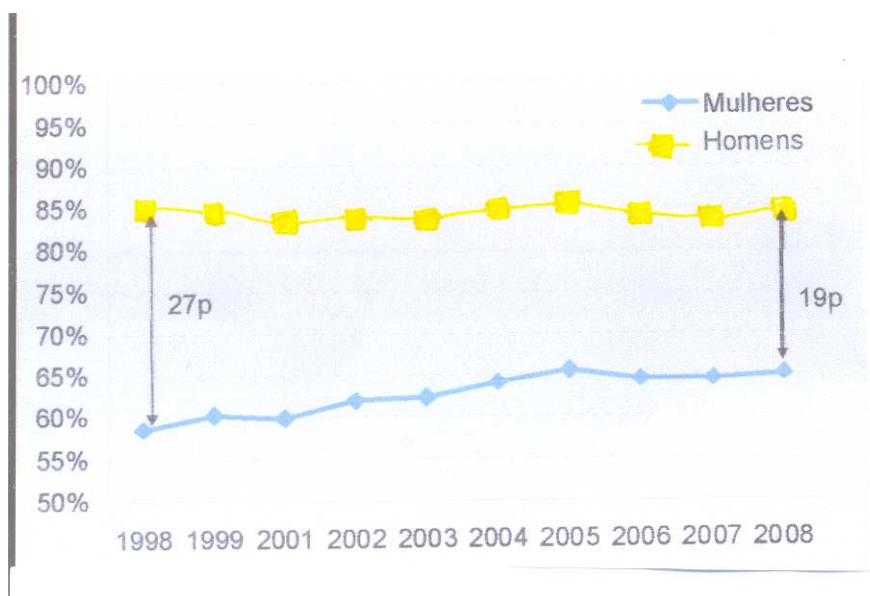
Gráfico 49: Evolução da Taxa de Participação no mercado de trabalho entre 15 a 17 anos (%)



Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE, adaptado pelo autor desta tese.

Disponível em Mostafa et al (2009, p. 6-7)

Gráfico 50: Evolução da Taxa de Participação no mercado de trabalho entre Jovens (%)



Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE, adaptado pelo autor desta tese.

Disponível em Mostafa et al (2009, p. 6-7)

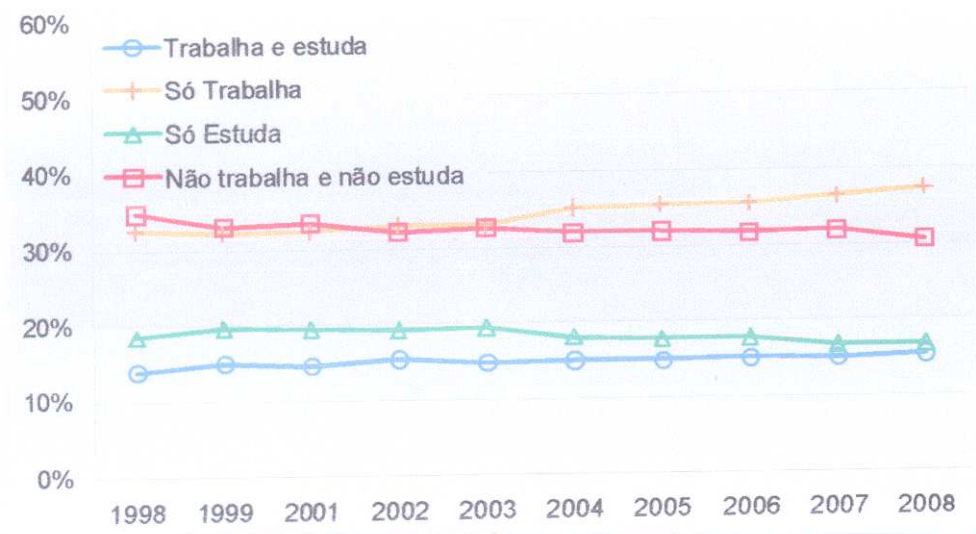
Outro dado importante, trazido por Mostafa et al (2009, p.7), refere-se à queda na taxa de desemprego entre os jovens, de 19% e 11% para rapazes e moças de 18 a 24 anos, respectivamente. No entanto, tais dados não escondem que o desemprego é

significativamente maior entre as moças e, mais do que isso, que é bastante superior aos adultos. De acordo com Mostafa et al (2009, p. 8) jovens de 18 a 29 anos sofrem 2,8 vezes mais com o desemprego do que adultos na faixa dos 30 aos 60 anos, o que confirma a validade e a atualidade dos dados levantados por Abramovay et al (2002) para a realidade brasileira.

Por seu turno, a despeito da diminuição do desemprego entre os jovens bem como da menor discrepância na inserção de rapazes e moças no mercado de trabalho, não se pode deixar de observar que o desemprego afeta mais intensamente a juventude, elemento que, associado à baixa oferta de escolaridade aos jovens, talvez explique o expressivo número de rapazes que não trabalham e não estudam e o aumento de moças nesta mesma situação.

Mas, apesar deste dado ser preocupante, cabe ressaltar que houve uma diminuição do número de jovens de 15 a 17 anos que não trabalham e não estudam em favor de um aumento dos jovens, de ambos os sexos, nesta faixa etária, que apenas estudam no período 1998-2008. Já ao se analisarem-se os dados referentes aos jovens com idades entre 18 e 24 anos verifica-se que a imensa maioria, tanto de rapazes quanto de moças, apenas trabalha, fato que tanto atesta a redução da moratória social de que falam Mostafa et al (2009, p. 4), quando indica uma inserção de jovens menos qualificados no mercado de trabalho, o que, certamente, implica em desdobramentos negativos em suas carreiras profissionais e possíveis projetos de mobilidade social. Porém a informação mais preocupante referente ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho é de que houve um ligeiro acréscimo dos rapazes que não trabalham e não estudam no período e, igualmente, que entre as moças o percentual das que não trabalham e nem estudam, apesar da redução verificada no período, seja ainda superior a 30%.

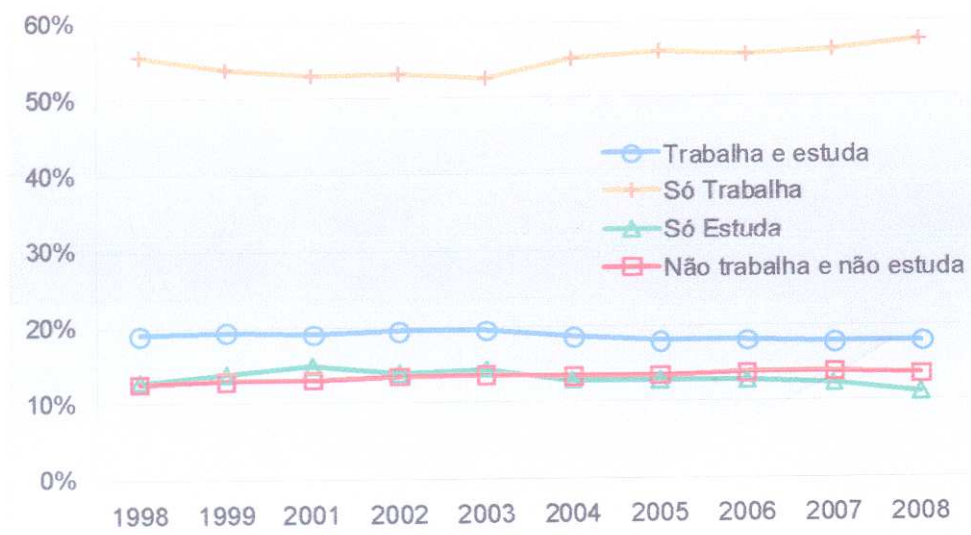
Gráfico 51: Mulheres – Condição de Estudo e Trabalho das Jovens de 18 a 24 anos (%)



Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE

Disponível em Mostafa et al (2009, p. 12)

Gráfico 52: Homens – Condição de Estudo e Trabalho dos Jovens de 18 a 24 anos (%)



Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE

Disponível em Mostafa et al (2009, p. 12)

Em consonância com o já mencionado aumento da chefia feminina nos lares brasileiros, houve um aumento do número de mulheres jovens, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, chefiando famílias, situação que ao contrário do que possa parecer, não indica

maior reconhecimento ou autonomia dessas moças, mas bem pelo contrário, é indicativa de sua vulnerabilidade social, pois o aumento ocorreu nos estratos mais pobres da sociedade e indica que uma grande parcela das mulheres pobres tendem a assumir o trabalho doméstico em detrimento do estudo e de atividades laborais fora do lar, o que pode ser a principal causa do elevado número de jovens mulheres que não trabalham e nem estudam (MOSTAFA et al, 2009, p. 14-15). Fontoura e Pedrosa (2010, p. 21) lembram ainda que tal situação denota a não responsabilização dos pais (homens) pelos filhos.

Observando-se estes dados relativos à juventude brasileira e os relacionados às informações anteriormente analisadas é possível verificar alguns avanços, especialmente entre a faixa etária dos 15 aos 17 anos, que está tendo maior acesso à escola e menor participação do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que diminuem os jovens dessa idade que não trabalham e não estudam e aumentam os que só estudam. Por outro lado, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, constata-se um número significativo de jovens que apenas trabalham e de rapazes e de moças que não trabalham e não estudam.

Em linhas gerais, pode-se falar em uma certa melhoria na situação dos jovens ao longo da primeira década dos anos 2000, especialmente aqueles do meio urbano, dado que, no contexto rural, como já havia sido tratado, a situação é bem mais diversa. Entretanto, este parece ser um grupo social ainda altamente vulnerável e, ao que parece, excluído do processo de mobilidade social ascendente que vem caracterizando a sociedade brasileira nos últimos anos.

3.2.2. Os jovens agricultores familiares

Reconhecendo-se ser a diversidade marca comum à juventude, para abordar um segmento específico da mesma, os jovens agricultores familiares, deve-se levar em consideração também as especificidades de sua condição, pois se acredita que os jovens apresentem peculiaridades em virtude de variáveis como a região de moradia, a cultura, o processo de socialização, o ambiente familiar e as formas de inserção (ou não inserção) nos sistemas produtivos desenvolvidos nas propriedades em que habitam.

Dentre as especificidades que marcam os jovens agricultores é importante destacar a sua inserção precoce no mundo do trabalho, a qual, muitas vezes, minimiza a fase juvenil – visto que os jovens desde cedo assumem alguns papéis e

responsabilidades de adultos – e, em alguns casos, restringe suas possibilidades de escolha profissional futura. (CARVALHO et. al., 2009)

Tabela 7: Distribuição dos ocupados por faixa etária em que começaram a trabalhar, segundo sexo e local de residência – Brasil 2009 (%)

Faixa etária	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 9 anos	10,9	8,0	28,4	23,8
10 a 14 anos	39,6	30,3	54,1	51,8
15 a 17 anos	28,8	28,5	12,9	14,4
18 a 19 anos	14,0	17,9	3,2	5,0
20 a 24 anos	5,8	11,2	1,1	3,6
25 a 29 anos	0,8	2,4	0,1	0,8
30 anos ou mais	0,1	1,7	0,0	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: DIEESE

Disponível em DIEESE (2011, p. 118)

Todavia, com isto não se quer ignorar que mesmo uma parcela específica da juventude, os jovens agricultores familiares, também apresentam elementos de diversidade e que estudá-los como uma experiência única é esquecer e ignorar toda uma riqueza cultural, histórica e social que em nada contribuiria para a pesquisa.

Analisando a literatura relativa à juventude que se ocupa de atividades agrícolas, pode-se perceber que não há uma clara delimitação entre estudos relativos a jovens agricultores e jovens rurais. Dessa forma, ao se discutir o assunto, serão tratadas tanto análises que falam do jovem rural quanto as que abordem jovens agricultores.¹⁰¹

De acordo com Durston (1997), algumas dificuldades são inerentes ao conceito de juventude rural, pois as classificações geralmente consideram apenas os aspectos concernentes à juventude urbana, relegando as especificidades dos jovens rurais. Isso se deve, em grande medida, à própria indefinição do espaço rural, cada vez mais heterogêneo e diversificado, e às dinâmicas ocupacionais que afetam a juventude rural. Como consequência dessa maior proximidade entre os ambientes “rural e urbano”, além

¹⁰¹ Como a maioria dos estudos não faz essa distinção, entende-se que num e noutro conceito estão implicados também os jovens agricultores que se propõe estudar.

de perspectivas de inserção na agricultura e fora dela, residindo ou não no meio rural, os jovens ampliam os referenciais de padrão de vida almejado, comparando-os com aqueles encontrados no meio urbano.

No trabalho em que se dedica a estudar a família camponesa, Galeski (1979) argumenta que os filhos são ao mesmo tempo os herdeiros e trabalhadores da propriedade familiar, o que gera uma dupla ambivalência, pois a relação entre trabalho agrícola e herança familiar irá caracterizá-los. Para o autor, os jovens são, simultaneamente, membros de uma unidade doméstica e de uma unidade de produção, o que daria a eles uma socialização específica, pois sua inserção no mundo do trabalho ocorre desde a infância, sendo fundamental na construção de sua identidade. Galeski (1979) considera também que os filhos são parte de um trabalhador coletivo: a família.

Para Tavares dos Santos (1984), uma característica marcante dos camponeses é a simultaneidade entre os processos de socialização primária e secundária, pois o indivíduo desde a infância estaria inserido ao processo produtivo, dessa forma atingindo - pela via da socialização no processo de trabalho - a condição de adulto ainda quando criança. Todavia, essa afirmação deve ser vista com ressalvas, pois apesar de inserido ao meio produtivo desde criança, o jovem não adquire autonomia por esse fato, não sendo ainda socialmente considerado um adulto, o que só deverá ocorrer no momento em que concluir seu processo de individualização com a constituição de uma unidade produtiva autônoma e/ou casamento e/ou passagem sucessória.

Para Gasson e Errington (apud ABRAMOVAY et. al., 2001), as novas gerações de agricultores formam-se a partir de três aspectos elementares: a) a sucessão profissional, que ocorre quando os jovens assumem a profissão dos pais; b) a transferência de propriedade, concretizada no momento em que os jovens recebem a terra como herança; c) a aposentadoria, momento em que os pais abandonam definitivamente o processo produtivo e os filhos assumem a responsabilidade pelo mesmo.

Para Woortmann e Woortmann (1997), o jovem está integrado apenas parcialmente à unidade de produção familiar, pois não desfruta de reconhecimento pleno e necessita ainda de um conhecimento específico - que será transmitido na rotina de trabalho - para se tornar um agricultor independente. Para evitar a fragmentação da propriedade, a herança deve caber a apenas um filho, restando aos demais emigrar da propriedade, e, segundo esses autores, tanto o herdeiro quanto os filhos que devem emigrar são construídos socialmente. A emergência de projetos individuais também é

uma característica da condição juvenil, a qual comumente implica em tensões entre a hierarquia vigente na agricultura familiar e os processos de individualização inerentes às sociedades complexas.

Já Castro (2006, p. 5) destaca que a passagem da juventude para a idade adulta na agricultura familiar é bastante delicada, pois normalmente a sucessão e posterior passagem à fase adulta só ocorre quando o jovem assume uma propriedade própria, o que ocorre, conforme Brumer e Spanevello (2008, p. 22), fundamentalmente, pelo casamento, mas também pode derivar do recebimento da herança ou pela aquisição de uma terra própria. Esse panorama gera situações como a relatada por Castro (2006, p. 5), de indivíduos serem considerados jovens aos 40 anos de idade ou mais.

Para Abramovay (1998), a sucessão envolve mais do que o aprendizado de um ofício e a gestão de terras e capital. Ela envolve também, e primordialmente, um conteúdo social desenvolvido a partir do trabalho de toda a família, ao qual o jovem está inserido desde sua mais tenra idade. Isto significa dizer que a sucessão na agricultura familiar não é apenas um rito jurídico legal, mas muito mais do que isso, ela engloba também a herança de todo um patrimônio material e simbólico para que o jovem agricultor possa adquirir identidade enquanto tal.

Para Champagne (1986), há uma ambivalência, corroborada por Carneiro (1998) e Castro (2006), dos jovens na agricultura familiar, pois ao mesmo tempo em que querem permanecer na propriedade, por se constituírem enquanto força de trabalho da mesma, querem também sair, em função dos atrativos oferecidos pela vida na cidade. Ademais, a busca de uma atividade diferente pode se constituir como uma recusa ao modo de vida dos pais, pois, segundo o autor, apesar de a reprodução da agricultura depender de fatores econômicos, os agricultores ainda possuem uma relativa autonomia em relação ao mercado, de modo que ele considera que “(...) a recusa dos filhos em suceder é, em primeiro lugar a recusa do estilo de vida dos pais, sendo a crise de reprodução social aqui uma crise da identidade social”. (CHAMPAGNE, 1986, p. 4)

Essa crise de identidade, percebida por Champagne (1986, p. 4) no contexto da agricultura familiar francesa, está também presente no Brasil, devendo ser abordada num constante diálogo com os debates em torno do reconhecimento, visto que, segundo Honneth (2007; 2008), a identidade é construída pela capacidade reconhecida do ator em colaborar com seu trabalho para a sociedade. Nestes termos, se o agricultor perder sua identidade enquanto aquele que exerce um papel essencial à sociedade - produzindo alimentos e como guardião de um patrimônio cultural e simbólico (JEAN, 1994, p. 75)

– estará comprometendo também a própria viabilidade da agricultura familiar que constrói e pela qual é construído.

Os principais inconvenientes apontados por Champagne (1986) para os jovens não permanecerem no campo estão diretamente ligados à comparação que eles fazem entre os agricultores e os trabalhadores urbanos, como o direito a férias, folgas semanais, renda fixa, etc. Ainda de acordo com o autor, os filhos de agricultores expressam as mesmas concepções negativas que seus pais acerca da agricultura, o que está diretamente ligado a uma crise de identidade social, pois se antes, quando o campo ainda estava relativamente isolado, esta identidade social era construída pelos próprios atores sociais, hoje, a partir da criação de novos espaços de socialização para os agricultores, esta identidade perdeu o contato com suas raízes e passou a ter a concorrência de outras identidades paralelas. Em outras palavras, se antes os agricultores criavam e viviam seu estilo de vida, agora eles vivem um estilo de vida criado por outros e têm por parâmetro um estilo de vida urbano idealizado que jamais foi seu.

Na discussão relativa aos jovens rurais, Stropasolas (2004) conclui que os filhos de agricultores acabam por transitar entre diferentes espaços da sociedade, construindo uma matriz valorativa contraditória e diversa. Esse constante trânsito, por parte dos jovens, entre diferentes espaços da sociedade, está diretamente relacionado à proximidade cada vez maior entre os espaços rurais e urbanos, mas também, e fundamentalmente, à ampliação dos meios de comunicação e informação de que dispõem os jovens rurais. Nesse sentido, entende-se que os jovens rurais atuais sejam portadores de uma identidade em crise – comum aos pós-modernos, como argumenta Baumann (2001) – a qual é marcada por constantes processos de transformação e retransformação, o que certamente irá refletir, em alguma medida, na própria definição dos jovens relativa a suas projeções ocupacionais futuras.

Neste processo de constituição da identidade dos jovens rurais, a família ocupa um papel central, dado que, conforme argumenta Chant (1998, p. 11-12), a família agricultora pode ser entendida como um ator coletivo, do qual o jovem é parte importante. Neste sentido, para se pensar as projeções ocupacionais dos jovens é fundamental considerar-se também seu papel no interior do agrupamento familiar.

Ainda segundo Chant (1998, p. 12), é característica marcante da agricultura familiar um forte entrelaçamento entre os membros da família agricultora, a qual tende a

agir de maneira coletiva visando o bem estar coletivo. É neste caminho que a autora entende os processos de migração juvenil em direção à cidade como componentes de estratégias familiares de reprodução social, visto que o jovem migrante contribuiria diretamente, ao enviar recursos para a família mesmo habitando noutro lugar, ou indiretamente, ao diminuir os gastos familiares com o sustento de mais um integrante familiar.

Considerando verdadeira esta relação proposta pela autora, segundo a qual a família age estrategicamente, na forma de um ator coletivo, analisando se as possibilidades de migração ou não dos jovens são mais ou menos proveitosas à reprodução social do modo de produção familiar, cabe discutir se os jovens, ao formularem seus projetos ocupacionais, o fazem com vistas a atender à demanda de um objetivo coletivo maior ou se em sua decisão predominam seus projetos individuais. Igualmente, cabe analisar como se equaciona essa relação entre projetos coletivos e individuais, ou ainda, compreender as formas pelas quais a dimensão de estratégia de reprodução familiar esta imbricada na própria definição do projeto ocupacional por parte do jovem.

Em suma, cabe que se discutam e analisem os diversos elementos que estão, em alguma medida, envolvidos na decisão do jovem de migrar ou não do rural, para que se possa compreender o projeto por ele formulado, bem como a forma pela qual ele construiu o seu campo de estruturas de oportunidades e nele posicionou-se para definir as estratégias de utilização dos capitais que julga dispor.

Os jovens rurais podem ser concebidos a partir de um processo de socialização específico, no qual a divisão por sexo, as relações de produção e reprodução dentro da propriedade familiar e os ambientes de socialização – internos e externos – ocupam papel significativamente representativo. Os rapazes se caracterizam por uma ampla participação no trabalho agrícola e as moças por assumirem atividades domésticas. De maneira geral, os jovens agricultores podem ser caracterizados por uma intensa participação nas atividades produtivas e reprodutivas da unidade de produção familiar, mas sem o reconhecimento enquanto agricultores plenos e subordinados à autoridade paterna.

3.2.3. A problemática da juventude rural

Configurando-se o jovem como um ator central para o presente trabalho, cabe que se apresentem, mesmo que resumidamente, alguns dos aspectos que compõem a “problemática” dos jovens rurais.

Uma primeira questão que se apresenta aos jovens é a opção entre um trabalho rural e um não-rural. Na resolução dessa questão é importante lembrar de duas considerações: uma feita por Carneiro (1998), de que a decisão do jovem surge a partir de um conflito entre seus projetos pessoais e os de sua família; e outra de Champagne (1986), de que os jovens tendem a idealizar os empregos e o modo de vida urbanos. Além dessas considerações, vale lembrar Castro (2006), que salienta o estigma a que normalmente são expostos os sujeitos do meio rural ao entrarem em contato com ambientes urbanos, principalmente na juventude.

Acerca dessa primeira definição, entre um trabalho rural ou urbano, Carneiro (1998, p. 12) demonstra que há, por parte dos jovens, uma tendência de buscar sempre o melhor dos dois mundos, isto é, morar na tranquilidade¹⁰² do rural ao lado da família e trabalhar na cidade, com acesso a direitos trabalhistas e às demais facilidades oferecidas pelo urbano, que não são encontradas no rural.

A definição do jovem em relação ao tipo de trabalho que pretende exercer – se rural ou urbano – é bastante complexa, e nela está contida, de maneira indireta, a própria “solução¹⁰³” da problemática da juventude rural, pois ela abarca em si desde questões ligadas à sucessão na propriedade, à autonomia, à renda e ao reconhecimento até aspectos ligados à socialização no trabalho e a definições relativas aos projetos ocupacionais. Dessa forma, pode-se esperar que, ao definir o tipo de trabalho que pretende exercer, o jovem já tenha avaliado todas as demais dimensões que compõem sua problemática.

Também é de relevância para a juventude rural a questão da sucessão hereditária, à qual, como ressaltam Paulilo (2004) e Castro (2006), normalmente só ocorre após a morte do chefe da família.¹⁰⁴ Em relação ao processo sucessório, de acordo com Abramovay et. al. (2001), esse é complicado pelo tamanho reduzido das

¹⁰² Diversas pesquisas relatam que a tranquilidade é uma das características mais valorizadas quando se está falando do rural.

¹⁰³ Quando se fala em solução da problemática rural não se quer dizer que esta escolha resolva todos os problemas e dilemas pelos quais passam os jovens rurais, mas que esta definição é fundamental no encaminhamento das demais questões.

¹⁰⁴ Castro (2006) aponta que este é um dos principais motivos para o aumento da migração campo – cidade.

propriedades, insuficiente para ser dividida entre todos os herdeiros em potencial. Por isso, de acordo com Weisheimer (2004), o que comumente ocorre é que o pai escolhe previamente um sucessor (homem), que será o mais socializado no processo de trabalho, sendo os demais filhos incentivados a estudar, estudo este que é considerado, tanto pelos pais quanto pelos filhos, como a herança que lhes coube.

Em artigo dedicado à discussão específica em torno da sucessão na agricultura familiar, Ahlert (2009, p. 5) defende que, para ser bem sucedida, a mesma deva ocorrer de maneira gradual e contínua, com planejamento e diálogo entre as partes. O autor atribui o processo de masculinização e envelhecimento do rural brasileiro ao não planejamento e falta de discussão da sucessão pelas famílias de agricultores, visto que a prática comum é o pai decidir, unilateralmente, quem será o sucessor, com a transmissão da propriedade só ocorrendo após sua morte. Dessa forma, ocorre tanto o despreparo do filho que, de repente, recebe a propriedade com a missão de administrá-la, ou a sucessão torna-se demasiado tardia, com o filho optando por migrar em busca de autonomia ao invés de esperar a sua vez de assumir a propriedade.

Ainda no que concerne à sucessão hereditária na agricultura familiar, merece destaque a questão de gênero. Carneiro (2001) analisa o fato de que, apesar de a sucessão hereditária ser, a princípio, uma questão de consanguinidade, na agricultura familiar ela envolve uma série de questões simbólicas e culturais que, na maioria das vezes, excluem a mulher da linha sucessória da propriedade familiar.

A autonomia e a renda também são aspectos elementares nas tomadas de decisões dos jovens. Brumer (2007) aponta essas como as principais reivindicações dos jovens rurais do Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, uma das alternativas dos jovens para obterem renda própria é um trabalho fora da unidade de produção familiar, enquanto a busca por autonomia na unidade de produção familiar seria mais complicada, visto que envolveria uma mudança nas relações familiares.

Uma das conclusões da dissertação de Mestrado elaborada por Neves (2009) vem ao encontro da afirmação de Brumer (2007) acerca da importância da autonomia e da renda para os jovens rurais, visto que esses foram os principais elementos motivadores encontrados para as definições dos projetos dos jovens inquiridos naquela pesquisa.

Ahlert (2009, p. 15) também enfatiza a questão da autonomia no estudo das futuras projeções ocupacionais dos jovens rurais, visto que a sua busca é um dos principais elementos de incentivo à migração. Ainda de acordo com este pesquisador, a

questão da autonomia está diretamente vinculada à sucessão, dessa forma, ele argumenta em favor da necessidade de que as discussões em torno do processo sucessório, bem como a sucessão propriamente dita, sejam antecipadas, pois, segundo ele, esta medida contribuiria para uma redução significativa dos índices migratórios de jovens rurais em direção ao centro das cidades.

Note-se que o trabalho fora da propriedade familiar – comumente facultado aos rapazes, e não completamente proibido às moças – pode tanto ser iniciativa pessoal do jovem para obtenção de uma renda própria, que não necessariamente significará a obtenção de maior autonomia, quanto pode significar uma estratégia familiar a fim de diversificar os rendimentos na propriedade, a partir do momento em que passa a existir mão-de-obra excedente.

A autonomia e a renda também se diferenciam quando pensadas a partir de uma segmentação por sexo, pois os rapazes envolvem-se nas atividades ditas produtivas, por vezes recebendo alguma remuneração e tendo maior liberdade individual. Já as moças, além de se dedicarem prioritariamente às tarefas ditas reprodutivas, são bem mais vigiadas e controladas pela família, conforme afirma Castro (2006). Igualmente, não é incomum aos rapazes a prática de cultivar – de maneira autônoma – alguma parcela da propriedade familiar, a fim de obterem rendimentos próprios.

O reconhecimento, ou na maioria dos casos, a falta desse, é um elemento central na composição da problemática dos jovens rurais, que se acentua ainda mais quando analisado com relação ao sexo. De acordo com Brumer (2007), o jovem não é reconhecido enquanto agricultor pleno até o casamento. Ainda, como lembra Castro (2006), antes de se tornar autônomo, suas idéias e opiniões pouco valem ante a família e os demais agricultores.

Já em relação às moças, conforme Carneiro (2001) e Brumer (2004) há também o não reconhecimento de seu trabalho na agricultura familiar, pois ele se dá majoritariamente na esfera da reprodução familiar, “auxiliando” em atividades produtivas. Dessa forma, conforme já mencionado, é atribuído ao trabalho da mulher o caráter de “ajuda”, sendo seu trabalho e papel na agricultura familiar pouco reconhecidos, a confirmar-se pelo predomínio delas entre os trabalhadores não remunerados da agricultura brasileira.

Nesta discussão relativa à falta de reconhecimento dos jovens, especialmente por parte da família, deve-se destacar que os pais não desconhecem a importância do

trabalho de seus filhos na propriedade, até mesmo porque eles têm consciência de que os filhos se constituem em mão-de-obra fundamental para a viabilidade da economia familiar. O que ocorre é que, apesar de entes indispensáveis à manutenção e reprodução da propriedade familiar, os filhos não têm o reconhecimento enquanto agricultores, isto é, apesar de trabalharem tanto quanto seus pais, eles não adquirem para si – mediante o olhar do outro – o estatuto de agricultor e tudo o que nele está implicado.

A identidade, de acordo com Dubar (1998), é construída a partir de uma perspectiva dual, que põe, de um lado, uma identidade de si – construída subjetivamente pelo ator – e de outro uma identidade para si – construída na e pela relação com o outro. Neste sentido, o reconhecimento do outro é fundamental para construção da identidade. Na questão de que se está falando, o jovem – mesmo que atribua a si a identidade de agricultor – só poderá adquirir este estatuto no momento em que for reconhecido enquanto agricultor também pelos outros, o que comumente só ocorre quando ele assume a propriedade familiar, adquire uma propriedade, se casa ou migra para se estabelecer em alguma outra ocupação.

A questão da falta de reconhecimento das moças é ainda mais complicada, pois, ao que parece, ela é mesmo uma extensão do não reconhecimento a que estão expostas suas mães. O que ocorre é que, pelas tradicionais formas de organização da agricultura familiar, o homem-pai é o responsável pelo provimento da família e, neste sentido, apenas ele é reconhecido enquanto agricultor, sendo os demais membros da família entendidos como aqueles que o “ajudam” nesta tarefa.

Este tipo de visão - machista e patriarcal – está aos poucos se modificando, até mesmo em função de políticas públicas (como o PRONAF jovem e o PRONAF mulher) que reconhecem os jovens e mulheres como atores-sujeitos da agricultura familiar e que, através do fornecimento de crédito próprio, permitem que eles sejam, em alguma medida, reconhecidos. Isto não significa que aquelas visões atávicas de que o homem-pai é o chefe da família e todos os demais seus dependentes que apenas auxiliam em algumas tarefas tenha desaparecido, mas se supõe que alguns avanços no sentido de superação deste viés tenham sido dados e, quiçá, se possa falar – em algum tempo – de um reconhecimento do jovem e da mulher na agricultura familiar.

A análise que Brumer e Spanevello (2011, p. 144) fazem acerca do PRONAF-Mulher é demonstrativa de que as tradicionais formas de gestão presentes na agricultura familiar não se modificaram ainda, pois a maioria dos projetos beneficiados privilegia atividades nas quais os homens são os gestores e responsáveis pelas principais

decisões.¹⁰⁵ Por outro lado, o programa representa avanços para as agricultoras, que se sentem valorizadas e reconhecidas pela titularidade do financiamento e por saberem estar contribuindo com a diminuição da penosidade do trabalho, o aumento da renda e a melhoria do bem estar familiar.

O programa social significa ainda, na visão de Brumer e Spanevello (2011, p. 145-146), um processo de empoderamento das beneficiadas, especialmente pelo aumento de sua autoestima, mas também por representar maior participação das mulheres em decisões referentes às unidades produtivas e às despesas familiares. Igualmente, quando titulares dos financiamentos, os recursos obtidos em seu nome e através do seu trabalho são mais valorizados na “ajuda” que prestam aos maridos e filhos.

A socialização no processo de trabalho também é um elemento fundamental no que concerne à formulação dos projetos ocupacionais. Weisheimer (2004) constatou que quanto mais socializados estão os jovens ao processo de trabalho, maior é sua identidade com a atividade agrícola e maiores serão suas chances de elaborar projetos profissionais vinculados a esse meio. Com relação ao papel da socialização dos jovens na elaboração de seus projetos ocupacionais, Carneiro (1998) destaca também que os ambientes de socialização dos jovens são elementos decisivos para a tomada de decisões; nesse sentido, o fato de frequentarem escolas, festas e reuniões junto com jovens urbanos, assim como de acessarem os meios de comunicação, oferecem-lhes outras perspectivas de escolha.¹⁰⁶

Desta forma, pode-se supor que a própria elaboração dos projetos ocupacionais, apesar de normalmente se concretizar na juventude, é anterior a esta fase da vida. Pois se é característica elementar da agricultura familiar a socialização dos atores ao processo de trabalho ainda quando crianças, significa que ao atingir a “juventude” este jovem já está ou não socializado ao trabalho agrícola, de modo que, talvez, algumas

¹⁰⁵ Brumer e Spanevello (2011, p. 137) atribuem tal fenômeno à concepção sistêmica de muitos técnicos agrícolas que temem que os programas sociais direcionados a jovens e mulheres possam provocar conflitos familiares, optando por isso em orientar os recursos para projetos que privilegiem a manutenção dos papéis sociais tradicionais; a incapacidade de imaginar projetos novos capazes de ser geridos autonomamente pelas mulheres; a necessidade de concordância dos maridos para a proposição dos projetos e a insuficiência de técnicos agrícolas para atenderem a uma demanda crescente de beneficiários e de projetos.

¹⁰⁶ De acordo com a autora, um dos motivos pelos quais os jovens de gerações anteriores permaneciam no campo mais do que os atuais é o fato de não terem conhecido outras oportunidades que não a permanência no meio rural.

opções de escolha ocupacional já estejam encaminhadas, apesar de ainda não determinadas e passíveis de mudanças.

Como é possível perceber, a problemática atinente à juventude rural apresentada refere-se majoritariamente a jovens envolvidos nas atividades agrícolas familiares, o que se justifica pelo fato de que a maioria dos jovens rurais são também agricultores familiares. Igualmente, apesar da diferenciação conceitual entre jovens rurais e jovens agricultores familiares, parte-se da premissa de que ambos partilham os mesmos espaços de socialização, de modo que a problemática de uns não é alheia à realidade dos outros.

Para finalizar esta breve explanação acerca da problemática inerente aos jovens rurais, se quer lembrar que todos estes elementos – apesar de expostos de maneira separada – estão intrinsecamente imbricados entre si, ou seja, a resolução de cada um deles passa necessariamente por todos os outros.

Na discussão relativa à juventude pôde-se constatar que a transitoriedade e a incerteza são características inerentes a este grupo social, pois estão enfrentando o momento em que irão definir aquilo que provavelmente irão fazer pelo resto de suas vidas. Além das incertezas relativas ao futuro, os jovens também enfrentam uma série de “problemas” ligados principalmente à constituição de sua autonomia enquanto adultos plenos.

3.2.4. Os projetos juvenis

Outra questão a ser considerada no presente trabalho envolve as perspectivas e projetos ocupacionais. Esse tema merece uma atenção especial, pois definir a maneira como ele será abordado durante o trabalho é fundamental para que se construam as diretrizes que irão guiar o mesmo.

De acordo com Weisheimer (2009, p. 264), a construção de projetos é uma exigência social feita aos jovens, que os elaboram em três diferentes planos: a) projeto escolar: trata-se do tipo de formação escolar almejada pelo jovem, referindo-se a projetos de curto prazo; b) projeto profissional: refere-se à inserção profissional almejada pelo jovem, definindo-se em médio prazo; c) projeto de vida: envolve, além de elementos profissionais, projetos familiares e sentimentais, sendo de longo prazo.

Ainda de acordo com Weisheimer (2009, p. 260-261), “o projeto constitui-se numa antecipação consciente do futuro contingente, que revela o ser e o transforma, orientando sua conduta em direção a um futuro pretendido”. Neste sentido, a elaboração

dos projetos exige, por parte dos jovens, planejamento e a definição de estratégias para a viabilização dos mesmos, de modo que devem investir mais em determinados tipos de capitais do que em outros a fim de conseguir concretizar suas aspirações educacionais, profissionais e de vida, as quais, necessariamente, imbricam-se entre si.

Até que ponto os jovens conseguem estabelecer planejamentos complexos de tal tipo é uma questão que se coloca. Analisando o tema, Brumer (2007, p. 15) destaca o conceito de presentificação da vida, elaborado por Rosangela Vieira em sua dissertação de Mestrado. Essa perspectiva considera a imaturidade dos jovens, em especial aqueles pertencentes a faixas etárias mais baixas, e teria como suposto uma certa incapacidade dos mesmos de avaliarem as reais possibilidades de concretização ou não dos projetos, daí a lidarem apenas com o presente, elaborando-os apenas para o curto prazo. Dessa forma, nesse tipo de abordagem a noção de futuro não faz parte da realidade do jovem, interessa apenas o hoje, e seria com base nele que o jovem elaboraria seus projetos para o futuro.

Em sua dissertação de mestrado, Weisheimer (2004) faz uso do conceito de presentificação da vida, optando por analisar os projetos dos jovens envolvidos na produção de morangos, em Feliz – RS, apenas sob a perspectiva manifestada pelos entrevistados, desconsiderando em sua análise se havia ou não condições concretas para a realização dos mesmos. O autor manteve esta opção na elaboração de sua tese de doutorado (WEISHEIMER, 2009), referente aos projetos de jovens agricultores de todo o estado do Rio Grande do Sul.

Essa estratégia, proposta no conceito de presentificação da vida, é bastante interessante em termos de pesquisas preocupadas em estudar as formas pelas quais os jovens elaboram seus projetos e o que neles está implícito, ou ainda, em buscar compreender o que almejam do futuro com base em seus projetos, todavia é insuficiente caso se considerem os objetivos desta tese.

Pois nesta pesquisa está implícita a noção de um jovem que é agente, que constrói o campo no qual serão levados adiante seus projetos pelo uso dos diferentes capitais que lhe são disponibilizados. Esse campo, construído de maneira reflexiva, é composto pelos diferentes capitais acumulados até o presente, mas também por uma série de estratégias previstas pelo jovem a fim de reverter e obter novos capitais no futuro, capitais esses que serão por ele utilizados a fim de concretizar aquilo que planeja. Nesse sentido, não apenas o presente do projeto importa, mas também, e principalmente, importa o futuro.

É bem verdade que há, entre os jovens, certa confusão relativa à elaboração de seus projetos futuros, como pode ser visualizado no relatório de pesquisa realizada por Brumer e Spanevello (2008). Na referida pesquisa, que englobava jovens dos três estados do Sul do Brasil, as autoras consideraram três diferentes abordagens para analisar os projetos dos jovens. As perspectivas foram analisadas a partir dos seguintes aspectos: a) a vontade ou não de querer permanecer no meio rural; b) os sonhos dos jovens; c) a vontade de permanecer ou não no meio rural, considerando a impossibilidade de herdar a terra. A partir da análise dos dados, as autoras demonstraram haver alterações em relação às respostas para um ou outro indicador dos projetos profissionais dos jovens, o que confirma que para alguns deles o projeto é mais uma vontade do que propriamente uma possibilidade real e concreta.

Ao propor esse tipo de abordagem não se está ignorando as contribuições que trabalhos baseados apenas nos projetos dos jovens possam trazer, ou desconsiderando a confusão de idéias e sentimentos que normalmente aturdem os jovens no momento de suas escolhas, mas se está propondo agregar um elemento novo à análise das projeções dos jovens, o futuro e tudo o mais que nele está implicado.

Caminhando nesse sentido, Brumer (2007, p. 15) propõe que, para minimizar os efeitos da discrepância entre a vontade e as reais possibilidades de realização dos projetos dos jovens, é importante que se enfatize a análise em processos concretos de sucessão ou não dos estabelecimentos familiares.

Neste estudo propõe-se uma abordagem dos projetos ocupacionais dos jovens conforme a sugerida por Brumer (2007, p. 15), mas considerando, além das reais possibilidades de sucessão na propriedade, que seriam um forte indicativo da permanência do jovem no rural, também as demais possibilidades de concretização de outros projetos, inclusive daqueles desvinculados da permanência na atividade agrícola.

Considerando-se a transitoriedade e as constantes incertezas que caracterizam a juventude e a amplitude desta faixa etária¹⁰⁷, entende-se que uma alternativa prudente em análises relativas à juventude seja a de subdividir a mesma em grupos, pois se entende que a avaliação dos jovens relativa às suas estruturas de oportunidades variem ao longo de seu processo natural de amadurecimento, o que significa dizer que não

¹⁰⁷ Segundo Castro (2006, p. 4), para facilitar a identificação da população jovem, organismos internacionais como a OMS e a UNESCO definiram o corte etário de 15 a 24 anos como critério para identificar a mesma, critério este que se tornou parâmetro para muitas pesquisas relativas à juventude. É esse mesmo critério que se pretende utilizar para a realização da presente pesquisa.

haveriam parâmetros razoáveis para comparação de projetos formulados por jovens em idades muito diferenciadas. Brumer (2007, p. 11) chama a atenção sobre a questão, apontando uma discrepância entre a intenção e o comportamento efetivo devida à idade dos jovens, pois, de acordo com a autora, enquanto os mais jovens entre eles superestimam a probabilidade de sucessão os mais velhos a subestimam.

Convém lembrar, também, que o exemplo acima não significa que se abandonou a perspectiva de que a juventude é um estado transitório da vida com fronteiras incertas, mas que se está utilizando uma definição arbitrária operacional bastante recorrente em pesquisas relativas à juventude.

Mais ainda, o foco na juventude – subdividida em diferentes faixas etárias - não significa que as avaliações, em termos de estruturas de oportunidades, sejam estanques ou que se modifiquem apenas em fases específicas da vida, mas serve, isso sim, como um instrumento analítico adequado a estudar um objeto altamente dinâmico e que varia ao longo de toda a vida dos atores, seja porque seu volume e estrutura de capitais disponíveis se alterou, porque sua leitura da realidade e da própria disponibilidade de capitais se modificou, ou ainda porque novas estratégias de mobilização e reconversão dos capitais considerados disponíveis foram estabelecidas.

4. O campo de pesquisa e suas oportunidades

Considerando-se que as trajetórias dos atores estudados ocorrem num contexto específico, bem como que este mesmo contexto se constitui numa importante dimensão da elaboração dos projetos dos jovens, pretende-se, neste capítulo, construir um perfil geral do município de São Lourenço do Sul, no qual foi realizada a pesquisa. Neste sentido, serão utilizadas tanto informações provenientes de pesquisas realizadas pelo IBGE quanto dados e observações da pesquisa de campo.

Da mesma forma, no processo de elaboração dos projetos por parte dos jovens, adquirem papel central suas trajetórias intergeracionais e suas interações no interior e exterior da unidade de produção familiar. As trajetórias intergeracionais são importantes porque dotam os jovens dos recursos que os mesmos irão usar para viabilizar seus projetos; já as interações no interior e exterior da unidade familiar contribuem no sentido de atrair/expulsar os jovens da atividade agrícola.

Assim sendo, o município de São Lourenço do Sul constitui o que se pode chamar de contexto de imersão social dos atores em questão, de modo que a compreensão das dinâmicas que o caracterizam aliada à análise das trajetórias intergeracionais dos mesmos e de suas interações no interior e exterior da unidade familiar irão contribuir para a interpretação dos projetos por eles construídos.

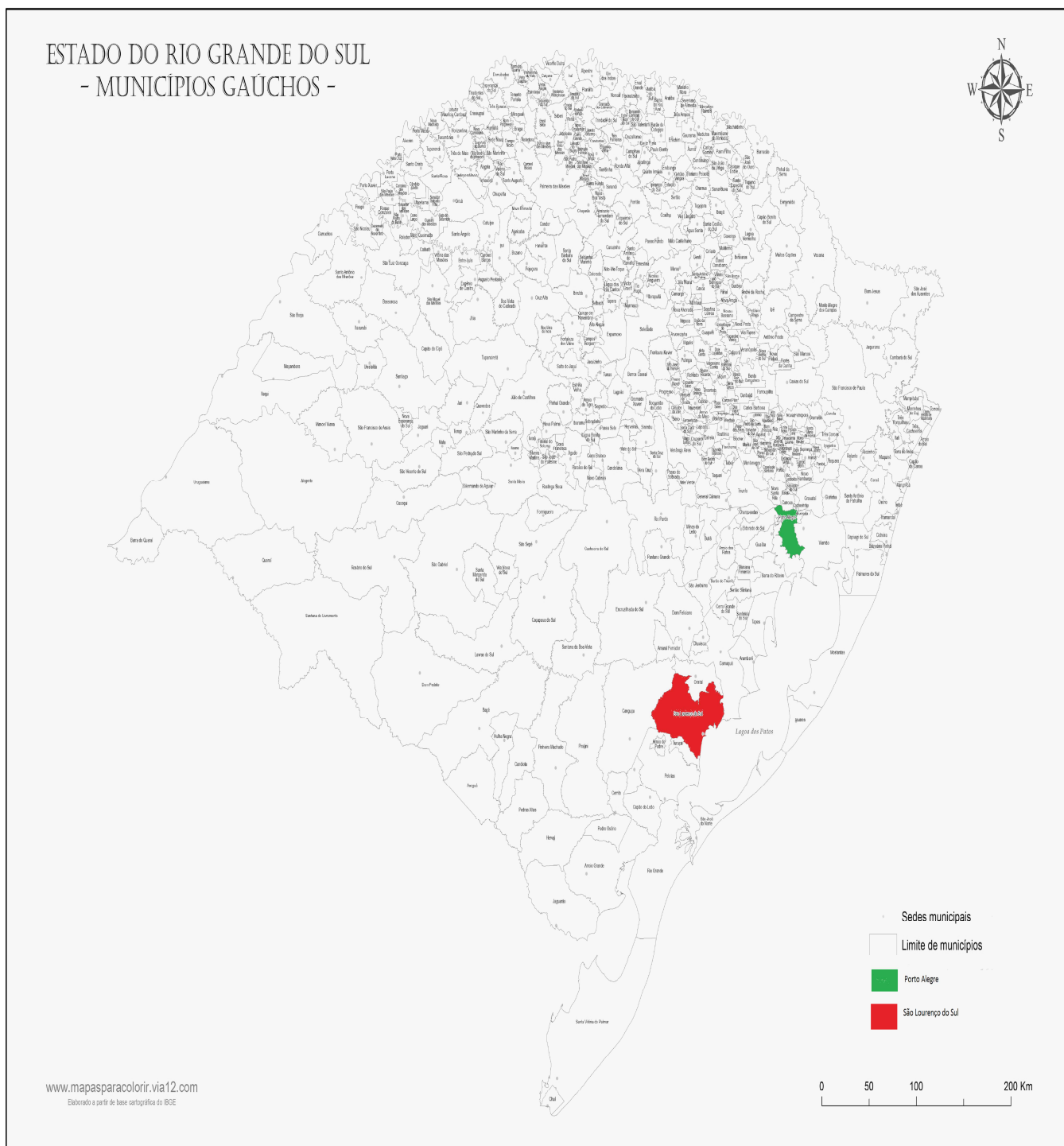
Seguindo o modelo teórico desenvolvido por Archer (1998), no qual a realidade seria composta por três diferentes temporalidades, as quais podem ser analiticamente isoladas para permitir sua interpretação; neste capítulo devem ser abordados o tempo 1, dos condicionamentos estruturais, e o tempo 2, das interações. Desta forma, correspondem ao tempo 1, com implicações no tempo 2 e conseqüentemente no tempo 3 – da elaboração das estruturas, tanto a análise do contexto do campo pesquisado, no caso o município de São Lourenço do Sul, quanto as trajetórias intergeracionais percorridas pelos jovens, dado que são elas que irão dotar os mesmos dos recursos para a elaboração e concretização de seus projetos. Na análise do tempo 2, das interações, devem ser consideradas tanto as interações estabelecidas pelos jovens no interior das unidades de produção, quanto suas interações com atores exteriores ao âmbito da unidade familiar, como a relação com os demais agricultores e em seus espaços de sociabilidade.

4.1. O município de São Lourenço do Sul

Na presente seção pretende-se, em âmbito geral, desenhar um perfil do município de São Lourenço do Sul, a fim de compreender o ambiente no qual está imerso o jovem e no interior do qual ele irá construir seus projetos para o futuro.

O município de São Lourenço do Sul localiza-se às margens da Lagoa dos Patos, ao Sul do estado do Rio Grande do Sul, ficando a uma distância de 191 quilômetros da capital Porto Alegre, fazendo parte da região definida geograficamente como Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. Fazem fronteira com São Lourenço do Sul os municípios de Pelotas, Turuçu, Canguçu, Cristal e Camaquã.

Mapa 1: Localização geográfica do município de São Lourenço do Sul



Disponível em www.mapasparacolorir.via12.com, adaptado pelo autor.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, o município possui uma população de 43.111 pessoas, das quais 56,2% residem no meio urbano e 43,8% no rural. De acordo com informações do Censo Agropecuário de 2006, o município possuía 3.938 estabelecimentos agropecuários, que ocuparam 14.135 pessoas.

Mas, a despeito de uma população distribuída de maneira relativamente equilibrada entre os espaços rural e urbano, estima-se que o primeiro ocupa a maior parte da mão de obra disponível, pois, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, a população economicamente ativa do município é de 25.578 pessoas, 18.524 das quais classificadas nas categorias trabalho por conta-própria, não remuneradas, sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores para o próprio consumo,¹⁰⁸ tradicionalmente associadas às atividades agrícolas familiares, de forma que é possível estimar que os estabelecimentos agropecuários familiares tenham ocupado mais de 72% da PEA (População Economicamente Ativa) de São Lourenço do Sul.

Porém, mesmo que a estimativa indique que é no espaço rural que se ocupa a maior parte da PEA de São Lourenço do Sul, os dados demonstram que, ao longo dos anos 2000, a maior parte do PIB, assim como ocorre no Brasil, provém do setor de serviços¹⁰⁹, que apresentou elevação constante. O setor agropecuário é o segundo em importância na composição do PIB do município, e teve, no interregno entre os anos 2000 e 2009, uma elevação muito significativa, mais do que quadruplicando seu valor, apesar de uma oscilação negativa no período 2004-2006, a qual pode ser atribuída aos seguintes fatores: redução de 13% dos contratos do PRONAF no período 2003/2005; redução dos investimentos do PRONAF - Infraestrutura, que decresceu de um total de R\$ 197.646,44 no período 2000/2003 para R\$ 47.498,40 no período 2004/2006; redução de 31% dos contratos e 33% do volume de recursos do PRONAF – Custeio nos grupos C, D e E, e a forte estiagem que assolou o município no ano de 2005. (HILSINGER, 2007, p. 111, 139, 148, 162). Com contribuições significativamente menores, apesar do crescimento no período, aparecem o setor industrial e os impostos.

¹⁰⁸ Conforme dados da PNAD de 2009, as categorias: conta própria, trabalhador não remunerado e trabalhador na produção para o próprio consumo ocuparam 66,8% da PEA agrícola. (DIEESE, 2011, p. 182)

¹⁰⁹ O setor de serviços, conforme definição do IBGE, é composto pelas seguintes categorias: serviços prestados a família (alojamento, alimentação, serviços recreativos e culturais e serviços pessoais); serviços prestados às empresas (Serviços técnico-profissionais (seleção e locação de mão-de-obra, Serviços de investigação, vigilância e segurança, serviços de limpeza em prédios e domicílios); · Serviços de informação (telecomunicações, atividades de informática, serviços audiovisuais); transportes, serviços auxiliares e correio (transporte ferroviário/metroviário, transporte rodoviário, transporte aquaviário, transporte aéreo, serviços auxiliares, correio); atividades imobiliárias e aluguel de veículos, máquinas e equipamentos (incorporação, compra e venda de imóveis, administração, corretagem e aluguel de imóveis, aluguel de veículos, máquinas e objetos pessoais e domésticos); outros serviços (serviços auxiliares financeiros, representantes comerciais e agentes do comércio, manutenção e reparação e outras atividades de serviços). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2002/analisepas2002.pdf>, acesso em 21/09/2012

Tabela 8: Evolução do PIB de São Lourenço do Sul entre os anos 2000-2009.

PIB	2000	2004	2006	2008	2009
Serviços	R\$ 98.046	R\$ 144.225	R\$ 197.321	R\$ 256.453	R\$ 267.018
Agropecuária	R\$ 42.469	R\$ 158.821	R\$ 105.071	R\$ 155.917	R\$ 187.723
Indústria	R\$ 25.930	R\$ 43.582	R\$ 37.674	R\$ 44.072	R\$ 48.326
Impostos	R\$ 10.125	R\$ 12.600	R\$ 20.950	R\$ 27.175	R\$ 25.893
Total	R\$ 176.570	R\$ 349.208	R\$ 361.016	R\$ 483.616	R\$ 528.960

Fonte: IBGE, Elaboração do autor

De toda forma, o dado concreto é que o PIB municipal praticamente triplicou no período entre os anos 2000 e 2009, com maior destaque para o incremento do setor agropecuário. O maior dinamismo do setor agropecuário em relação aos demais pode ser comprovado ao se analisarem os dados do Censo Demográfico de 2010 relativos à renda média dos trabalhadores, pois em São Lourenço do Sul, ao contrário do que ocorre no Brasil, a renda média dos trabalhadores rurais, de R\$ 2.636,82, foi maior do que os R\$ 2.092,91 da renda média dos trabalhadores urbanos.¹¹⁰

Na produção agrícola, é possível observar-se um aumento muito significativo, tanto em área plantada quanto em produção, do fumo e da soja, sendo a primeira cultura exclusividade da agricultura familiar e a segunda tanto desta como também da agricultura patronal. Entre as demais culturas destacadas, apenas o arroz, de caráter patronal, teve um ligeiro acréscimo em termos de área plantada e produção, pois com relação aos demais produtos, oriundos da agricultura familiar, houve decréscimo em área plantada e quantidade produzida, à exceção do milho, que pela maior produtividade, compensou a redução da área plantada.

¹¹⁰ No Brasil, conforme dados da PNAD 2008, o rendimento médio de um trabalhador rural era de R\$ 553,14, enquanto a renda média auferida por um trabalhador urbano era de R\$1.062,06.

Tabela 9: produção agropecuária (1996-2010)

Produto	1996		2003/2004		2010	
	área(hec)	prod(ton)	área(hec)	prod.(ton)	área(hec)	prod. (ton)
Fumo	2.600	3.120	6.511	10.743	8.500	14.875
Milho	16.000	24.672	18.000	38.880	9.000	27.000
Soja	2.885	3.375	4.514	8.820	8.000	13.440
Arroz	9.520	50.389	9.550	51.843	10.100	51.813
Batata-inglesa	8.000	54.000	2.700	23.400	600	5.913
Feijão	1.804	1.108	750	1.388	500	707
Cebola	650	2.763	450	5.400	150	2.250

Fonte: IBGE, elaborado pelo autor

Já em relação ao setor pecuário observa-se certa estabilidade, à exceção da drástica redução do rebanho suíno no período 1997-2004. Por outro lado, houve um ligeiro acréscimo nos rebanhos bovino e de galinhas, o que implicou também no aumento da produção de leite e de ovos.

Tabela 10: pecuária e seus sub-produtos (1997-2010)

	1997/2002	2004	2010
Bovinos (cabeças)	96.416	100.623	107.926
Suínos (cabeças)	32.246	17.635	17.843
Ovinos (cabeças)	14.527	7.593	10.772
Galinhas (cabeças)	51.337 ¹¹¹	43.979	55.975
Ovos (dúzias)	687.000 ¹¹²	589.000	709.000
Leite (litros)	26.533	27.691	33.723

Fonte: IBGE, elaborado pelo autor.

Conforme informações disponibilizadas pela prefeitura municipal de São Lourenço do Sul, existem cerca de trinta iniciativas de agroindústrias no município, apesar de algumas ainda não terem concluído o processo de formalização¹¹³. A existência de tais empreendimentos dedicados ao processamento dos produtos da agricultura familiar do município cria no mesmo uma situação ímpar, pois enquanto a

¹¹¹ Dado referente ao ano de 2002.

¹¹² Dado referente ao ano de 2002.

¹¹³ Dados válidos para o mês de Março de 2012, Disponíveis em http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/noticias.php?ID_NOTICIA=3916, acesso em 25/09/2012.

inclusão no mercado se constitui, muitas vezes, numa das principais limitações da agricultura familiar, no caso analisado este não é um problema, dado que todos os entrevistados relatam satisfação com a forma de venda de seus produtos a agroindústrias da região.

Cabe ressaltar que esta satisfação com a venda só não é unânime quando o produto em questão é o fumo, importante cultura da região, dado que o mesmo é produzido de maneira integrada. Neste sistema produtivo, a empresa fumageira financia todo o processo produtivo do tabaco, com a fatura sendo descontada ao final da safra, quando o agricultor entrega sua produção. As reclamações por parte dos produtores surgem em função da classificação do fumo e do valor pago, que só são conhecidos após a entrega do produto, sem qualquer possibilidade de negociação ou questionamento por parte dos produtores. (NEVES, 2009)

Um importante mercado para as agroindústrias do município e, em consequência, aos agricultores é o Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE), dado que os gestores entrevistados afirmam que 100% da merenda escolar é adquirida da agricultura familiar, com destaque aos produtos de origem quilombola. Tal dedicação ao programa fez de São Lourenço do Sul o único município gaúcho premiado na 8ª edição do prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, na categoria merenda indígena e/ou quilombola, no ano de 2010, realizado pela Organização Não Governamental Ação Fome Zero em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação¹¹⁴ (FNDE).

A colonização de São Lourenço do Sul é predominantemente germânica, de origem pomerana¹¹⁵. Conforme dados do IBGE para o ano de 2010, 89% da população do município é branca, 10,7% preta ou parda e 0,3% amarela ou indígena. Do total de pretos e pardos que moram em São Lourenço do Sul, 20% estão no meio rural,

¹¹⁴ Fonte: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/novembro/premio-gestor-eficiente-da-merenda-escolar-reconhece-iniciativas-bem-sucedidas-de-22-prefeituras>, acesso em 25/09/2012.

¹¹⁵ Schneider (2004, p. 22-23) aponta como características da colonização germânica no Rio Grande do Sul os fortes laços de solidariedade entre os colonos, cimentados tanto pela ajuda mútua nos mutirões para formação de áreas para lavoura quanto pelo auto grau de endogamia das sociedades que se formavam, o qual incluía desde a identidade étnica e religiosa até o domínio da língua pomerana, dificultado tanto a comunicação quanto a inserção de elementos não germânicos. Woortmann (2004) destaca ainda o significado diferenciado que a terra possui para os imigrantes de origem germânica, pois a terra representaria uma dívida divina para a realização da liberdade daquele que a recebe que, em troca, deve cuidar e zelar pela mesma, para que se mantenha produtiva e seja transmitida ao longo das gerações. Ainda de acordo com a autora, a posse da terra é um compromisso, de modo que sua venda representaria uma traição, estando o camponês ligado a ela por sua vida e morte, dado que se esperava também que os colonos fossem sepultados em suas próprias unidades, tal como atestam a presença de diversos pequenos cemitérios espalhados pelas regiões de colonização alemã.

integrando as cinco comunidades de descendentes de quilombolas já reconhecidas pela Fundação Palmares (CAPA, 2010). Nestas comunidades, com apoio do CAPA¹¹⁶ (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), os quilombolas cultivam produtos orgânicos, os quais são, na maior parte dos casos, direcionados para mercados institucionais, como o PNAE, o que permitiu ao município o recebimento do referido prêmio.

A população remanescente dos quilombos também desempenha um importante papel na agricultura do município, pois constitui a mão de obra predominante entre os trabalhadores temporários que se ocupam principalmente na colheita do fumo.¹¹⁷ Esta atividade, apesar de esporádica, concentrando-se entre os meses de Dezembro a Março, quando o fumo é colhido, representa a principal fonte de renda de muitas famílias quilombolas, que, por essa situação, conformam o que o Secretário de Assistência Social do Município denomina de cinturão da pobreza, constituindo a maior parte do público incluído no Cadastro Único.¹¹⁸

As condições de trabalho dos diaristas são bastante precárias, seja em termos de formalização da atividade, que é mediada apenas por uma negociação verbal; seja pela falta de equipamentos de proteção individual; ou ainda pela irregularidade do trabalho, visto que no restante do ano estes trabalhadores ficam desocupados e conseqüentemente sem acesso à renda.

Uma das principais dificuldades encontradas pelos descendentes de quilombolas diz respeito ao limbo em que se encontram, pois, formalmente, não se enquadram nem como assalariados e tampouco como agricultores. Neste sentido, os técnicos do CAPA vêm trabalhando ativamente para que os quilombolas possam adquirir o direito de confeccionar seus blocos de produtores rurais mediante apresentação do documento de reconhecimento do quilombo,¹¹⁹ o que permitiria a esta população, ocupada majoritariamente na informalidade como diaristas, acesso aos direitos previdenciários como agricultores.

¹¹⁶ Organização Não Governamental ligada à Igreja Luterana que atua no município.

¹¹⁷ Há também alguns moradores de pequenas glebas à beira da estrada e jovens de famílias menos capitalizadas que também buscam na atividade de diaristas da agricultura familiar uma fonte de renda.

¹¹⁸ O Cadastro Único é realizado pelo governo federal, sendo composto pelas famílias enquadráveis nos programas sociais.

¹¹⁹ O documento de reconhecimento da Comunidade Quilombola, fornecido pela Fundação Palmares, dá a propriedade da terra à comunidade, todavia para a confecção do bloco de produtor rural é exigida a posse de minimamente dois hectares de terra no nome do solicitante, o que é inviável, dado que a área é reconhecida pela fundação em nome da coletividade quilombola. Há relatos de agricultores que cedem formalmente dois hectares para que os trabalhadores possam confeccionar o bloco, todavia tal prática não tem sido mais utilizada em função de problemas legais que os agricultores cedentes de terras têm enfrentado quando buscam sua aposentadoria.

Apesar da importante vitória que o reconhecimento, por parte da Fundação Palmares, representa para as comunidades quilombolas, ele ainda requer uma nova etapa, pois se refere apenas às áreas ocupadas pelos quilombolas, não incluindo as áreas de terras que originalmente fariam parte do quilombo e que teriam sido tomadas pelos agricultores ao longo dos anos. Diante disso a ONG já ingressou com um pedido de reconhecimento dessas terras junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), todavia tal reconhecimento e posterior ocupação das terras pelos quilombolas exige um estudo, o qual tem previsão de realização entre 15 e 20 anos. O reconhecimento dessas terras seria importante porque daria aos descendentes de quilombolas uma terra para que pudessem trabalhar, gerar renda e manter a sua cultura, todavia implicaria também em conflitos com os agricultores a serem desapropriados.

Considerando as dificuldades enfrentadas pelas comunidades descendentes de quilombolas do município, a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul aderiu ao Projeto RS Quilombolas, o qual objetivava desenvolver ações pautadas na promoção da inclusão produtiva e de projetos de enfrentamento à pobreza, implementando atividades socioeducativas para crianças e adolescentes, focando na proteção, socialização e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Tal projeto, que contou com a parceria da EMATER e do CAPA, disponibilizou recursos financeiros para que as comunidades os utilizassem coletivamente em projetos formulados a partir de suas demandas. Neste sentido, foram distribuídas sementes crioulas de milho e realizadas oficinas de confecção de tambores, de corte e costura e de capoeira, buscando-se, através dessas ações, fomentar alternativas de geração de renda e de valorização da cultura negra. O projeto foi realizado no biênio 2010-2011 e, apesar de alguns problemas de execução, surtiu efeitos positivos nas comunidades, tanto é que será realizado novamente.

Além do CAPA, também merece destaque no município a atuação da EMATER que, além do envolvimento no RS quilombolas, em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município e o CAPA, e no Projeto Jovem Protagonista, onde tem como parceira a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, desenvolve projetos na área de aquicultura; ovinos e caprinos e na produção de ovos.

No campo da aquicultura, há a proposta de criação de um programa de piscicultura que permita aos agricultores familiares produzirem peixes em tanques e açudes a fim de que se crie uma cadeia produtiva, a qual irá culminar na fundação de uma agroindústria de pescados que pode abastecer o mercado, especialmente nos

períodos de defeso. Além deste projeto, a EMATER também está apoiando a criação de uma cooperativa de ovinos e caprinos no município, prestando assistência tanto na parte técnica como na parte organizacional do projeto. Já a Cooperativa de Ovos SISSA surgiu a partir do programa Desenvolvimento Rural Sustentável, no qual o Banco do Brasil propunha o financiamento de algum projeto no município com juros diferenciados. A EMATER sugeriu que se investisse numa associação que já produzia ovos, organizada por mulheres. Tal associação, de acordo com representantes da EMATER, ainda não possuía o amadurecimento necessário em termos de associativismo, o que acabou por gerar alguns problemas, especialmente ligados à regularização e à concorrência desleal com produtores informais, todavia, apesar de o banco haver abandonado o projeto, foi criada a agroindústria de ovos SISSA, que trabalha formalmente e vem tentando inserir-se na produção de ovos orgânicos.

Outra instituição que atua no município de São Lourenço do Sul é o SINTRAF-Sul,¹²⁰ filiado à FETRAF – Sul,¹²¹ destacando-se suas ações relativas à juventude. Atualmente, uma das principais linhas de atuação do sindicato é o Programa de Fortalecimento da Juventude da Agricultura Familiar. Em tal programa, há a preocupação com a constante migração dos jovens rurais e com as dificuldades de sucessão, prevendo-se, então, um conjunto de ações que visam utilizar os programas já existentes para garantir a permanência dos jovens na agricultura. A principal ação prevista no programa se refere a uma inserção dos jovens em escolas familiares rurais ou colégios agrícolas, nos quais os jovens receberiam bolsas de estudo e seriam orientados na elaboração de projetos produtivos que deveriam ser implementados nas propriedades familiares ou dos próprios jovens num prazo de três anos, os quais seriam financiados mediante políticas já existentes, mas diferenciadas para os jovens.

O SINTRAF-Sul, com matriz em São Lourenço do Sul, atende doze municípios da região, e além de reivindicações e ações relativas ao endividamento, secas e habitação, entre outras, trabalha em prol da diversificação na cultura do fumo, perspectiva partilhada com a EMATER e o CAPA, mas, ao que parece, não vista com tanto agrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ligado à FETAG.¹²² No âmbito da diversificação, para a qual EMATER e CAPA também possuem algumas ações, o

¹²⁰ Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

¹²¹ Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

¹²² Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

SINTRAF criou um projeto de fruticultura e produção de sucos e vitivinicultura, que, de maneira geral, tem sido bem sucedido.

Este projeto contou com grande participação de jovens, os quais passaram a desenvolver a cultura de uva nas propriedades familiares, nas quais o fumo é a principal atividade. O projeto contou com a supervisão técnica da EMATER e do SINTRAF e continua sendo fonte de renda para alguns jovens, inclusive por parte daqueles que já abandonaram a propriedade paterna e assumiram outras unidades produtivas.

Finalmente, não se pode deixar passar despercebido o Projeto Jovem Protagonista. Este projeto surgiu quando, em 2008, o governo do estado criou o segmento de juventude rural e incumbiu os municípios de realizarem um evento sobre juventude. Em São Lourenço do Sul esta tarefa foi delegada à EMATER, que entendeu que apenas a realização do evento seria insuficiente, desta maneira a instituição buscou a parceria da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do município, levando a proposta de que através das escolas poder-se-ia chegar até o jovem em seu “habitat”. Neste período a escola Francisco Fröming, localizada numa comunidade rural do município, já vinha desenvolvendo algumas ações ligadas à educação ambiental, de modo que ela foi escolhida para a implantação do projeto.

Na escola estabeleceu-se um cronograma de dois anos para o encaminhamento do projeto, iniciando com a turma do 8º ano, antiga 7ª série. A proposta era de que no primeiro ano os jovens fossem convidados a uma reflexão interior, construindo a sua linha da vida e pensando seus sonhos e projetos para o futuro, bem como as possibilidades de concretização. A partir do segundo ano, no 9º ano escolar, antiga 8ª série, seriam apresentadas, a partir das demandas sugeridas pelos jovens no primeiro ano, as diversas opções que estariam abertas aos mesmos.

Neste sentido, realizaram-se visitas técnicas a diversas propriedades com diferentes formas de cultivo e produção, tanto no município quanto fora do mesmo; visitas a agroindústrias familiares; visitas a feiras e exposições, tudo com o intuito de que os jovens pudessem ver opções de viabilidade na agricultura, inspirando-se para também desenvolverem projetos em suas propriedades. Ao mesmo tempo, também foram realizadas palestras e mini-cursos com profissionais de diferentes áreas para que os jovens conhecessem diversas profissões e soubessem como acessá-las; além disto, também foram feitas visitas a Universidades e Escolas Técnicas da região.

A proposta fundamental do projeto era de apresentar aos jovens as diferentes opções disponíveis ao concluírem seus estudos, mostrando os caminhos a serem

seguidos, para a permanência ou a migração. Nesta perspectiva, deveria ser criada para o jovem a perspectiva de que ele é protagonista de sua própria história, ou seja, existem diferentes caminhos a serem seguidos e são as escolhas de cada um que vão determinar as trajetórias a serem percorridas.

A receptividade dos jovens ao projeto foi excelente, tanto é que ao chegarem ao Ensino Médio, na escola Rodolfo Bersh, eles solicitaram à direção da mesma que aderisse ao projeto. Até o final do ano passado quatro escolas rurais e uma urbana já tinham se inserido no projeto, que viabilizou um evento que reuniu os participantes.

A atuação destas instituições – CAPA, EMATER, SINTRAF - e seus projetos também colaborou para que, durante a primeira década dos anos 2000, o setor agropecuário praticamente quadruplicasse sua contribuição ao PIB municipal. Porém, a despeito deste crescimento das atividades agropecuárias, a face mais dinâmica da economia, que dobrou no período, foi o setor de serviços, como, aliás, acontece de uma maneira geral na economia do País. É importante reconhecer que ambos setores da economia estão respaldados também pelo turismo, seja ele urbano ou rural.

O município de São Lourenço do Sul localiza-se às margens da Lagoa dos Patos, disponibilizando um conjunto de praias que atraem muitos turistas durante a temporada de veraneio. Destaca-se ainda que estas praias são muito bem cuidadas e limpas, cercadas por figueiras que oferecem uma sombra sempre bem vinda nos dias quentes de verão, além de muitos bares e restaurantes, que oferecem lazer aos turistas e empregos aos moradores.¹²³ Às margens da lagoa também há um Camping, com estrutura ampla e bastante utilizado nos eventos sediados no município. Junto ao camping há um clube náutico que oferece aos turistas a possibilidade de passeios de barco pela lagoa e também de pescarias.

Além do turismo de verão merecem destaques dois eventos anualmente realizados em São Lourenço do Sul, os quais também atraem muitos turistas: a Califórnia da Canção Nativa e a Südoctoberfest, evento que valoriza a cultura germânica.

Ainda no âmbito do turismo, a população rural insere-se a partir do roteiro turístico “Caminho Pomerano”, em que os turistas viajam pelo interior e são recebidos

¹²³ É importante lembrar que uma enchente ocorrida no mês de Março do ano de 2011 teve consequências catastróficas no município, vitimando algumas pessoas e deixando muitas outras desabrigadas. Este evento também gerou reflexos na estrutura das praias de São Lourenço do Sul, que apenas em Janeiro de 2013 foram completamente recuperadas.

em algumas propriedades nas quais fazem refeições, passeios e podem adquirir alguns produtos típicos. No período de verão o turismo também é explorado pelos agricultores através das feiras livres, dado que nesta estação há maior disponibilidade de clientes.

Existem poucas indústrias no município, sendo a maioria de pequeno porte, de modo que os principais empregos disponíveis no município, além dessas indústrias, são nas cooperativas espalhadas pelo interior; no comércio, bastante restrito; na prefeitura; nos postos de gasolina; no pedágio e em restaurantes e hotéis, aproveitando especialmente o período de verão, quando a população urbana dobra de tamanho.

Ao se analisarem os dados referentes às unidades empresariais existentes em São Lourenço do Sul, na qual se incluem as indústrias, verifica-se que as 1.437 unidades ocuparam 6.145 pessoas no município, 4.608 na condição de assalariados, com uma remuneração média de 2,1 salários mínimos. Considerando-se a PEA total do município, de 25.578 pessoas em 2010, é possível afirmar que, neste ano, as empresas ocuparam 24% dos trabalhadores do município, bem menos do que os cerca de 72% que, estima-se, tenham sido ocupados em atividades agrícolas.

Tabela 11: Empresas, pessoal ocupado e remuneração em São Lourenço do Sul (2010)

Unidades empresariais	1.437 unidades
Pessoal ocupado	6.145 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	4.608 pessoas
Salários e outras remunerações	R\$ 60.381,00
Salário médio	2,1 salários mínimos

Elaborado pelo autor.

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acesso em 25/09/2012.

No comércio há uma especificidade que favorece a população do interior com ascendência germânica, pois é pré-requisito, na maioria dos estabelecimentos, que os funcionários dominem o dialeto Pomerano,¹²⁴ o que é prerrogativa das famílias de origem germânica que o aprendem desde a infância. O domínio do dialeto é importante porque muitos clientes do interior, especialmente os mais velhos, falam apenas o

¹²⁴ “O pomerano é um dialeto alemão que se define como uma variedade do Plattdeutsch. É interessante notar que este dialeto sobrevive unicamente no Brasil, uma vez que na Alemanha, com o fim da Pomerânia (Pommernland), que hoje tem seu território dividido entre Alemanha e Polônia, não se tem mais notícias dele”. (Enciclopédia das Línguas no Brasil), disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/europeias/pomerano.htm>, acesso em 25/09/2012.

Pomerano, desta forma os “tucas” (brasileiros)¹²⁵ e os descendentes de quilombolas ficam excluídos deste mercado de trabalho.

Outra dimensão, não econômica, mas que merece destaque na análise do contexto de imersão social dos atores em estudo, especialmente pela importância que assume na formulação dos projetos de jovens rurais (TEIXEIRA, FREIXO, 2010), é aquela compreendida pelo acesso ao lazer e pelas relações de sociabilidade. Neste sentido, observou-se nesta pesquisa que os jovens rurais de São Lourenço do Sul estão satisfeitos, de modo que este fator pesa em seus projetos a favor da permanência no meio rural, pois os mesmos apreciam suas opções de lazer, maiores do que as disponíveis aos moradores da cidade, além de prezarem muito pelas sociabilidades e vínculos estabelecidos neste espaço social.

Ao se analisarem as opções de lazer disponíveis no município de São Lourenço do Sul, além da praia e dos eventos realizados no município, é possível observar-se que há grande variedade, especialmente para quem mora no interior. Dentre os habitantes do município, frequentar a praia é uma opção mais utilizada pelos que moram no centro da cidade; em contrapartida, os moradores do interior dispõem de muitas opções de festas comunitárias, que obedecem a um calendário pré-estabelecido, de forma que acontece uma festa a cada final de semana, além dos bailes que ocorrem em diversas casas noturnas¹²⁶ espalhadas pelo interior.

É bastante comum que sejam disponibilizados ônibus para transportar os moradores de comunidades vizinhas até os locais dos bailes e das festas, os quais, conforme relatos dos entrevistados, possuem preços bem acessíveis. As festas da comunidade, tradicionalmente, iniciam-se pela manhã com uma missa ou culto – conforme a religião da comunidade festeira –, ao qual se segue um almoço. À tarde normalmente realiza-se um café colonial e sempre um baile, normalmente com música ao vivo, que se estende até a noite. Nestas festas também há bancas que expõem produtos artesanais e industrializados, além de feiras com produtos agrícolas e, por vezes, mostruário de carros e implementos agrícolas.

¹²⁵ A expressão “tucas” é o modo como os habitantes de origem germânica referem-se aos “brasileiros”, isto é, aqueles que não descendem diretamente dos colonos vindos da Alemanha na época da colonização.

¹²⁶ Apesar dos bailes serem a grande atração destas casas noturnas, que, inclusive, trazem shows nacionais, as mesmas também disponibilizam ampla estrutura aos frequentadores, como por exemplo o Salão Künde, um dos mais citados pelos jovens entrevistados, que oferece campo de futebol com iluminação noturna e pista de Veloterra, para competições de motocicleta, as quais gozam de grande prestígio entre os jovens de São Lourenço do Sul.

Em boa parte das festas são realizados também torneios de futebol, que incluem equipes masculinas e femininas. O futebol, aliás, é a prática de lazer mais citada pelos entrevistados, pois além dos torneios restritos a cada festa, há também a organização de campeonatos que se estendem ao longo do ano, com jogos nas diversas comunidades.

Os espaços de sociabilidade oferecidos pelos bailes em salões no interior, festas comunitárias e jogos de futebol são a origem da maioria dos namoros citados pelos entrevistados. Há casos também dos namoros iniciados no ônibus da escola e na própria escola, além de uns poucos relacionamentos amorosos estabelecidos através da internet.

Analisando a infra-estrutura do município, especialmente no que se refere ao acesso à saúde e ao transporte no interior, observam-se algumas carências. O problema da saúde não é exclusividade de São Lourenço do Sul, mas também se observa nesta localidade, onde faltam ambulâncias nalguns postos e também há carência de médicos nos postos de saúde do interior, sendo que os mesmos funcionam apenas durante o dia. O município possui dois hospitais, um no centro e outro no interior, todavia o segundo oferece atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) somente durante o dia, de modo que as pessoas que adoecem à noite precisam deslocar-se até o centro da cidade, muitas vezes dependendo de veículos próprios ou de vizinhos para irem até o hospital central.

O transporte público atende a todo o setor rural, sendo considerado satisfatório pelos entrevistados. Mas, a despeito desta satisfação, cumpre assinalar que existem poucas linhas diárias de ônibus, afora os casos em que este transporte coletivo é disponibilizado apenas alguns dias por semana e exige longas caminhadas para que se chegue até os pontos estabelecidos.

A grande maioria dos entrevistados, à exceção dos que não dispõem de recursos, fazem um rancho mensal em supermercados do centro da cidade ou no interior, utilizando carros particulares. Além de alguns supermercados situados no centro da cidade fazerem a entrega das compras no interior, também há estabelecimentos no próprio interior que entregam as compras realizadas, todavia, são poucas as famílias que se utilizam desses serviços.

Em termos de acesso à educação, o município assemelha-se ao panorama nacional quando se trata de acesso ao Ensino Fundamental, sendo este praticamente universal; mas apresenta melhores resultados no que se refere ao acesso ao Ensino Médio. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, 97,5% das crianças de São Lourenço do Sul com idade entre 6 e 14 anos – correspondente ao atual sistema de

Ensino Fundamental com nove anos – estão matriculadas na escola; já quando se trata do Ensino Médio, 81,1% dos jovens de 15 a 17 anos do município o frequentam, o que ocorre com 50,9% dos brasileiros nesta faixa etária. Apesar da frequência acima da média nacional no que se refere ao acesso ao Ensino Médio, a coordenadora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto aponta duas causas para que a frequência ao Ensino Médio não seja ainda maior, pois, segundo ela, no caso das meninas o abandono ocorre em virtude de muitas moças casarem logo ao completarem o Ensino Fundamental; já no caso dos rapazes ela entende que a baixa frequência seja consequência de uma maior inserção dos mesmos nas unidades familiares.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 também confirmam a informação obtida através das entrevistas de que os negros possuem maior dificuldade de avançar no sistema escolar, como, aliás, ocorre no Brasil.¹²⁷ De acordo com técnicos da EMATER e do CAPA que trabalham junto aos descendentes de quilombolas, a maior dificuldade dos negros de avanço no sistema escolar estaria associada a uma inserção em contextos escolares que valorizam a cultura pomerana e desprestigiam a sua, além do fato de constituírem a população mais pobre, que por vezes trabalha no turno inverso da escola e que não tem recursos financeiros para avançar além do que as escolas da sua localidade oferecem.¹²⁸

Ao analisar os dados relativos à alfabetização por local de residência, deve-se destacar que há um equilíbrio entre a população rural e a urbana, ao contrário do que ocorre no País de uma maneira geral. Segundo dados da PNAD 2009, no Brasil, 95,6% dos moradores urbanos eram alfabetizados, o que acontecia com 77,2% da população rural; já quando se trata de São Lourenço do Sul, conforme dados do Censo 2010, 94,7% da população urbana e 96% da população rural são alfabetizadas. Desta forma, constata-se que, no município, a população rural não é prejudicada no que tange ao acesso à alfabetização.

¹²⁷ Conforme dados da PNAD 2009 no Brasil 5,9% dos brancos são analfabetos, enquanto entre os negros este percentual é de 13,4%. No caso de São Lourenço do Sul a diferença entre brancos e negros é um pouco menor, mas ainda significativa, pois, conforme informações do Censo Demográfico 2010, 4,2% dos brancos são analfabetos, o que é característica de 10,9% da população negra.

¹²⁸ A dificuldade de seguir os estudos por falta de recursos financeiros para o deslocamento está em vias de acabar, pois o município já disponibiliza o transporte gratuito dos alunos até a escola, inclusive no Ensino Médio. Contudo, é importante ressaltar que uma moça entrevistada, com 25 anos, relata que quando cursou o Ensino Médio era necessário pagar o transporte, cobrança que impossibilitou outros moradores da região de estudarem.

O município possui ainda uma Escola Técnica Agrícola, que permite também a realização do Ensino Médio.¹²⁹ Esta escola estadual, apesar de constituir-se numa oportunidade para os jovens, é objeto de críticas, tanto de instituições como a FETRAF, EMATER e Secretaria Municipal da Educação quanto de alguns ex-alunos entrevistados, pois está focada apenas na preparação de técnicos para trabalharem como empregados, não abrangendo em sua formação o preparo dos alunos para a permanência nas propriedades familiares.

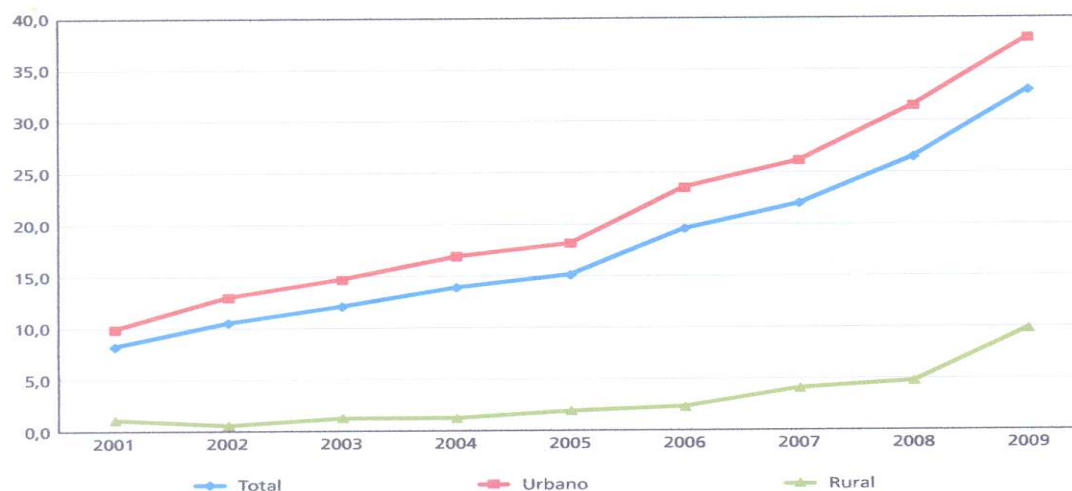
Tanto os representantes das instituições citadas quanto os alunos entrevistados entendem que seria importante que a escola incluísse também em seu currículo atividades voltadas à preparação do jovem para a permanência na propriedade familiar, o que poderia ser feito mediante a elaboração e execução de projetos produtivos na propriedade ou ainda de inovações que o jovem poderia ser incentivado a implementar em sua unidade familiar. Esta formação para a permanência não impediria que a escola mantivesse também a preparação para o emprego rural em unidades patronais, mas ampliaria as perspectivas de escolhas dos jovens.

Em termos de formação, o município disponibiliza ainda uma escola de Magistério no centro da cidade, alguns cursos de graduação presenciais em Pólos de Universidades Públicas, também localizados no centro da cidade, e várias opções de cursos superiores na modalidade de Ensino à Distância, tanto públicos quanto particulares.

A opção dos cursos à distância, que poderia se constituir numa importante alternativa aos jovens rurais, ainda é pouco acessível aos mesmos, dado que o acesso à internet nesse meio ainda é precário. Apenas como exemplo, de acordo com a diretora da Escola Francisco Frömming, dos 392 alunos que frequentam as aulas de informática, apenas 14 possuem acesso à internet em suas residências, que, além do mais, é de qualidade bastante baixa. As dificuldades de acesso à internet no meio rural não são um problema exclusivo do município de São Lourenço do Sul, como é possível observar-se no gráfico que segue, referente ao estado do Rio Grande do Sul.

¹²⁹ A Escola Técnica Agrícola é a única opção de Ensino Médio dos moradores de comunidades vizinhas a ela, de modo que frequentar a mesma implica menos numa opção do jovem do que consiste numa contingência geográfica.

Gráfico 53: Acesso à internet – Rio Grande do Sul



Disponível em Castro (2012, p. 34)

Além destas opções, para os jovens que possuam um pouco mais de recursos, há a possibilidade de ingressar em escolas técnicas, faculdades e Universidades, tanto públicas quanto particulares, de cidades próximas como Pelotas, Camaquã, Rio Grande e até Porto Alegre.

Finalmente, ao concluir esta sessão, é possível afirmar que o município de São Lourenço do Sul, apesar de ter a maior proporção de seu PIB no setor de serviços – o que não exclui o setor rural -, tem nas atividades agropecuárias, especialmente na agricultura familiar, seu principal pólo de desenvolvimento. Neste sentido, ao observarem-se as oportunidades objetivamente dadas aos jovens por sua inserção no município de São Lourenço do Sul, é possível afirmar que, ao contrário do que se poderia supor, a inserção rural pode ser mais vantajosa aos jovens do que a urbana, pois os jovens agricultores, especialmente os de origem germânica, por dominarem o Pomerano, terem acesso a políticas e programas específicos que buscam ampliar suas perspectivas, possuírem a possibilidade de permanecer na propriedade familiar, em alguma medida, já estruturada pela família e, principalmente, para aqueles pertencentes a famílias que dispõem de recursos e, na maioria das vezes, estão dispostas a financiar seus estudos no próprio município ou em cidades próximas, há maiores oportunidades do que as disponíveis a jovens urbanos ou a jovens agricultores sem ascendência germânica.

Mas o campo das estruturas de oportunidades é bidimensional, ou seja, possui uma dimensão objetiva, dada pelo contexto de imersão social dos jovens, e outra subjetiva, dada pelas formas através das quais os jovens interpretam as oportunidades objetivamente dadas e, a partir delas, passam a elaborar estratégias para viabilizar seus projetos de futuro. Nesta construção dos projetos, além das oportunidades oferecidas pela inserção no contexto mais amplo, também são fundamentais as interações estabelecidas pelos jovens no interior e exterior de suas unidades de produção

4.2. Mobilidade intergeracional e suas implicações nas trajetórias dos jovens

Na análise das interações sociais que perpassam as vivências dos jovens agricultores, adquire importância central seu contexto de imersão social, o qual é dado tanto pelas características do local em que vivem quanto pelos desdobramentos de suas trajetória intergeracionais.

Dois aspectos compõem o que se chama de contexto de imersão social: as características mais gerais da região em que vivem os jovens com suas implicações no encaminhamento das oportunidades e as especificidades da unidade de produção familiar e seu gerenciamento. O primeiro aspecto, analisado na sessão anterior, é comum a todos os atores pesquisados, dado que a pesquisa realizou-se numa região geograficamente delimitada; já o segundo aspecto é particular, dado que as unidades em que vivem os jovens agricultores possuem características específicas, como tamanho da propriedade, culturas desenvolvidas, formas pelas quais é administrada, etc. Todavia, tais especificidades não impedem que se realize uma análise de maneira agrupada do conjunto de dados reunidos durante a pesquisa, fazendo-se as devidas ressalvas quando necessário.

Desta forma, a partir de uma adaptação dos modelos desenvolvidos por Sorj (2008) e Abramovay et al (2001), optou-se por agrupar os jovens agricultores em três diferentes categorias: agricultores familiares capitalizados; agricultores familiares descapitalizados e agricultores familiares marginalizados. Na primeira categoria foram incluídos jovens de unidades familiares de produção capazes de permitir a reprodução ampliada dos sistemas produtivos, o que significa dizer que as famílias, além da simples manutenção da unidade familiar, dispõem de recursos excedentes que podem ser investidos na modernização da propriedade e na viabilização de projetos pessoais de seus membros. No segundo grupo estão os jovens de unidades familiares em que os sistemas produtivos são apenas reproduzidos, sem possibilidades de ampliação, ou

ainda, nos quais os recursos precisam ser investidos na manutenção da propriedade ou em projetos individuais. Já no segmento dos agricultores familiares marginalizados, a agricultura deixou de ser uma atividade auto-sustentável, de modo que é necessário que os membros dessas unidades familiares exerçam outras atividades para garantir sua sobrevivência, de modo que os recursos são escassos tanto para a manutenção da família e da propriedade quanto para investimentos em projetos individuais.

Tal sistema de classificação também tem por base a lógica estabelecida por Chayanov, conforme é possível visualizar em suas palavras:

Um camponês rico compra força de trabalho adicional. Um mediano se baseia na sua e na da família, e um pobre está obrigado a vender durante uma parte do ano sua força de trabalho para poder subsistir.¹³⁰ (CHAYANOV, 1974, p. 14)

Ao avaliar a construção das três diferentes categorias de agricultores familiares, é importante destacar que a mesma traz luz a uma categoria permanentemente ignorada de agricultores no Sul do País: os agricultores familiares marginalizados. A invisibilidade desses agricultores está diretamente relacionada à predominância de uma agricultura mais capitalizada no Sul do Brasil, a qual comumente é comparada à agricultura das regiões Norte e Nordeste do País, economicamente menos dinâmica, tal como fazem Sabourin (1999) e Guanziroli (2006), entre outros. Apesar da validade dessas comparações, deixa-se de lado um contingente de agricultores, no Sul do Brasil, que produzem apenas para o autoconsumo e que se ocupam como diaristas em propriedades familiares mais capitalizadas a fim de obter alguma renda monetária.

De acordo com o critério estabelecido, serão analisadas a seguir as trajetórias intergeracionais dos jovens agricultores e suas interações no interior e exterior das unidades familiares de produção. Para efeito de análise, trabalhar-se-á primeiramente com os agricultores familiares capitalizados, em seguida com os descapitalizados e, finalmente, com os marginalizados. Concluída esta primeira análise, ao final do capítulo, buscar-se-á verificar recorrências e especificidades nas trajetórias e interações de cada um dos grupos analisados.

¹³⁰ Tradução do autor.

4.2.1. Características gerais da população investigada

Ao total foram entrevistados 53 jovens agricultores de São Lourenço do Sul, com idades entre 15 e 24 anos.¹³¹ Deste total, 28 (52,8%) são do sexo masculino e 25 (47,2%) do sexo feminino, proporção que corresponde aos dados do Censo 2010, segundo o qual, em São Lourenço do Sul, 52,9% da população rural é de homens e 47,1% de mulheres. Predominam ainda na amostra jovens com idade inferior a 17 anos, os quais correspondem a 62,3% do total; já os jovens com idades entre 18 e 21 anos representam 28,3% do total de entrevistados e aqueles com idades entre 22 e 25 anos significam 9,4% do total.

Tabela 12: grupos de idade dos jovens entrevistados

Grupos de idade	15-17 anos	18-21 anos	22-25 anos	Total
Masculino	16 (48,5%)	9 (60%)	3 (60%)	28 (52,8%)
Feminino	17 (51,5%)	6 (40%)	2 (40%)	25 (47,2%)
Total	33 (100%)	15 (100%)	5 (100%)	53 (100%)

Fonte: pesquisa de campo

Os dados agregados, disponibilizados pelo IBGE no Censo 2010, subdividem os jovens em apenas dois grupos etários, de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade, porém, ao contrário do que ocorre na amostra utilizada nesta pesquisa, em que predominam os jovens com idade inferior aos 19 anos, o número de jovens existentes em São Lourenço do Sul na categoria de 20 à 24 anos de idade é superior ao da categoria de 15 à 19 anos de idade. De toda forma, acredita-se que esta ressalva, apesar de importante, não retira a validade das análises realizadas, especialmente pelo caráter qualitativo da análise que se está desenvolvendo. Igualmente, apesar desta classificação em três grupos etários distintos não corresponder à utilizada pelo IBGE, optou-se pela manutenção da mesma, pois a faixa etária dos 15 até os 17 anos corresponde à idade em que os jovens deveriam estar cursando o Ensino Médio; já no período dos 18 aos 21 anos estabelece-se um novo recorte, pois, além de ser o período em que os rapazes

¹³¹ Os jovens foram selecionados a partir da indicação de moradores de diferentes comunidades do município que foram contratados para atuar como guias nos deslocamentos pelo interior. A única ressalva feita a eles diz respeito à idade dos entrevistados, que deveriam ter entre 15 e 24 anos de idade. Igualmente, trabalhou-se com guias de diferentes regiões do município, a fim de que a pesquisa pudesse abranger uma maior diversidade de contextos.

realizam o alistamento militar, é necessário, em muitos casos, para aqueles jovens que pretendem continuar estudando, abandonar a propriedade familiar, de modo que se espera que os primeiros encaminhamentos relativos à concretização dos projetos sejam iniciados. Por fim, ao período dos 22 aos 25 anos corresponderia uma fase da vida em que alguns desdobramentos das escolhas anteriores já se fazem presentes, com alguns projetos tornando-se realidade.

Outra realidade comum à agricultura familiar brasileira, da constante migração de jovens do campo em direção à cidade, parece não ser refletida em São Lourenço do Sul, pois, conforme indicam os dados do Censo 2010, no município, a proporção da população jovem, entre 15 e 24 anos, no campo e na cidade é semelhante, o que, aliás, é característica em todas as faixas etárias.¹³² Por outro lado, os dados do IBGE para o município confirmam a maior migração feminina do rural, pois a proporção de mulheres no rural é inferior à encontrada no município.¹³³

Tabela 13: População por idade e local de residência

Grupos de idade	Urbano	Rural	Total
Até 14 anos	4.880 (20,1%)	3.260 (17,3%)	8.140
15 a 24 anos	3.609 (14,9%)	2.972 (15,7%)	6.581
25 a 39 anos	5.203 (21,5%)	4.059 (21,5%)	9.262
40 a 59 anos	6.567 (27,1%)	5.194 (27,5%)	11.761
Mais de 60 anos	3.977 (16,4%)	3.390 (18%)	7367
Total	24.236 (100%)	18.875 (100%)	43.111

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010. Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow/htw?1
Elaboração do autor.

Finalmente, antes de dar início à análise das trajetórias intergeracionais e das interações dos jovens pesquisados, cabe referir que, segundo os critérios definidos para a pesquisa, dos 53 jovens entrevistados, 15 (26,4%) foram classificados como agricultores familiares capitalizados; 30 (58,5%) como agricultores familiares descapitalizados e 8 (15,1%) como agricultores familiares marginalizados. Apesar da

¹³² De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, 17,9% da população brasileira tem entre 15 e 24 anos, dos quais 9% são homens e 8,9% mulheres. Igualmente, no país 52,6% da população rural é de homens e 47,4% de mulheres.

¹³³ De acordo com dados de Censo Demográfico de 2010, em São Lourenço do Sul 50,1% da população é de homens e 49,9% se constitui de mulheres. No rural, os dados apontam que 52,9% da população é masculina e 47,1% feminina.

desproporção entre os jovens pertencentes a cada um das categorias pré-estabelecidas, entende-se que a análise individualizada de cada uma delas evite distorções e que sirva como parâmetro para um olhar mais geral sobre o conjunto dos dados, ao final do capítulo.

4.2.2. Os jovens agricultores e suas trajetórias intergeracionais

Nesta sessão serão analisadas as trajetórias intergeracionais dos jovens pertencentes a cada uma das categorias pré-definidas, de maneira agregada, mas destacando-se algumas especificidades individuais. Ao final, buscar-se-á estabelecer um perfil de cada um dos grupos analisados, para que os mesmos possam ser analisados a partir de uma perspectiva comparativa.

4.2.2.1. Agricultores familiares capitalizados

Ao total, quinze jovens foram classificados como agricultores familiares capitalizados; destes, dez são rapazes e cinco são moças, fenômeno que pode indicar alguma relação com a condição de gênero, dado que os rapazes comumente são incentivados a se inserir nas atividades produtivas, ampliando a mão-de-obra disponível e se constituindo em possíveis sucessores, ao contrário do que acontece as moças, com atividades circunscritas ao âmbito doméstico e incentivadas a estudar para viabilizarem seu futuro (CARNEIRO, 2001). Considerando que uma unidade capitalizada inclui a reprodução ampliada da propriedade e da produção e que moças tradicionalmente estão excluídas da linha sucessória, é possível levantar a hipótese de que esta seja uma das causas para as moças estarem em proporção significativamente menor entre os agricultores familiares capitalizados, inclusive porque elas também não são socializadas para o trabalho, diminuindo a mão de obra disponível e, desta forma, a possibilidade de geração de mais valor pelo seu trabalho. (PANDOLFO, 2012)

Neste mesmo sentido, Spanevello (2008, p. 17-18) identifica que nos casos em que os jovens dispõem de recursos suficientes para investimentos, há uma maior tendência de que os rapazes optem pela própria unidade familiar, ao contrário do que ocorre com as moças, que preferem investir seus recursos em educação. Desta forma, a predominância de jovens rapazes no agrupamento de maior capitalização pode ter a ver com a própria lógica dos agricultores familiares de ampliar os recursos investidos na unidade produtiva a fim de melhor estruturá-la para o futuro sucessor.

Ao se analisarem as trajetórias intergeracionais dos jovens agricultores de famílias capitalizadas verifica-se, entre os avôs, que a grande maioria sempre foram agricultores, apesar de, nos casos em que se detecta mobilidade social ascendente, os avôs e avós dos entrevistados também terem se ocupado em atividades como diaristas, assalariados rurais e urbanos e como arrendatários. Já ao se analisar a escolaridade, em nenhum caso eles estudaram além do Ensino Fundamental incompleto.

Não chega a ser surpreendente a constatação de que, apesar da capitalização, nenhum dos avôs e avós dos jovens tenha avançado nos estudos, pois no âmbito da agricultura e numa época em que a escola não era tão valorizada como ferramenta para esta atividade, considerando-se ainda as dificuldades de acesso, era de se esperar que os mais velhos não tivessem acesso à escolarização. (CARNEIRO, 1998)

Assim como ocorre com os avôs e avós dos jovens desta categoria, os pais também foram, ao longo de suas trajetórias, predominantemente agricultores. Contudo, entre os pais há casos de suinocultores, técnicos agrícolas e donos de caminhão, além das profissões, quando houve mobilidade social ascendente, de pedreiro e motorista. Entre as mães, quando não são agricultoras, destacam-se as professoras, além de uma técnica de enfermagem e de uma progenitora que havia sido empregada doméstica. Por outro lado, quando se verifica a escolaridade dos pais, percebe-se que as mulheres estudaram mais do que os homens, pois se entre elas há técnicas e professoras, inclusive pós-graduadas, entre eles, o único que avançou nos estudos chegou a técnico agrícola.

Não é difícil entender-se tal panorama, pois a exemplo do que demonstra o estudo de Carneiro (1998), em gerações anteriores os filhos que deveriam permanecer na atividade agrícola não eram incentivados a estudar, adquirindo pouca escolaridade; enquanto as filhas, excluídas da linha sucessória, tinham o estudo como parte da herança que lhes cabia. Desta forma, é compreensível a maior escolaridade das mães, ainda mais considerando-se as profissões por elas exercidas, tipicamente valorizadas para as mulheres do meio rural, como é o caso das professoras e da técnica em enfermagem.

Entre os tios e tias dos jovens o cenário é semelhante, pois a ocupação que mais aparece, além da agricultura, também é a de professora. Além destas duas atividades, há um caso para cada uma das seguintes ocupações: agrônomo, nutricionista, farmacêutica, técnica em hemodiálise. Disto depreende-se que a realização de cursos superiores não é uma realidade distante dos agricultores familiares capitalizados. Há também referências a ocupações com menor exigência de escolaridade, tais como policial, empregado de

fábrica e empregada doméstica, porém todas vinculadas a casos em que houve mobilidade social ascendente.

Já entre os irmãos dos entrevistados, refletindo a própria capitalização de suas famílias, bem como o acesso mais facilitado à escolaridade dos últimos anos, há, além dos que já aderiram à agricultura, os que ainda estão estudando, com três casos em que eles cursam a universidade e um no qual o irmão é técnico agrícola.

Aferir a renda dos agricultores, como demonstram Grisa et al (2010, p. 68), não é tarefa simples, tanto em função da definição dos procedimentos a serem utilizados para calcular o valor dos produtos destinados ao autoconsumo, quanto em virtude da falta de uma contabilidade mais detalhada no interior das unidades familiares de produção (SPANEVERELLO, 2008, p. 127). Desta forma, considerando-se, simultaneamente, a importância de estabelecer alguma relação entre as rendas auferidas pelas gerações anteriores e a atual, bem como as dificuldades encontradas pelos jovens entrevistados para estimar a renda de seus avôs e avós, optou-se por trabalhar com uma relação mais simples que busca demonstrar se houve acréscimo, decréscimo ou igualdade em relação às condições econômicas das gerações anteriores.

Todos os entrevistados ressaltam que desfrutam de condições econômicas muito melhores do que aquelas vivenciadas por seus avós e por seus pais na juventude, o que, num primeiro momento, pode parecer uma idealização do passado. Contudo, ao se analisar o contexto presente destes jovens não é difícil verificar a plausibilidade de suas percepções, pois, como o próprio Ribeiro (2007, p. 36) confirma, a partir do final dos anos 1980 a população passou a gozar de uma melhor qualidade de vida, especialmente no que se refere ao maior acesso a bens de consumo, à educação e à previdência social, destacando-se, neste aspecto, a aposentadoria rural. Da mesma forma, nos anos mais recentes, especialmente com a Constituição de 1988, que amplia o acesso dos agricultores aos direitos sociais, bem como da própria criação do PRONAF, em 1996, avolumam-se os recursos disponíveis aos agricultores para investimentos, os quais, contratados por agricultores capitalizados, foram investidos e revertidos em ampliação da renda. Além disto, as políticas públicas também favorecem os agricultores, tanto no que se refere às compras institucionais quanto em relação às cooperativas,¹³⁴ que se tornam um mercado muito importante para os agricultores.

¹³⁴ Becker, Caldas e Sacco dos Anjos et al (2007); Griep (2011) e Bork (2011) demonstram o crescimento do cooperativismo no município ao longo dos anos 2000.

Ao mesmo tempo em que Ribeiro (2007, p. 36) conclui que houve uma melhora significativa na qualidade de vida da população brasileira desde o final dos anos 1980, o autor ressalva que a mesma não é sinônimo de mobilidade social. Desta forma, a despeito da unanimidade dos entrevistados mais capitalizados em afirmar que a renda atual é superior a das gerações anteriores, é possível, a partir das ocupações desempenhadas por pais e avós ao longo de suas trajetórias, detectar a existência de apenas cinco casos em que houve movimentos ascendentes de mobilidade social entre as famílias dos jovens consultados.

Nestes cinco casos de mobilidade social ascendente identificados, três são de rapazes e dois de moças, o que pode ser tanto consequência da maior proporção de rapazes classificada nesta categoria, quanto indício da validade da hipótese aventada no início desta sessão, de que o fato dos rapazes serem mais socializados no trabalho adiciona mais mão de obra à unidade familiar, contribuindo para maior capitalização da mesma. No mesmo sentido desta hipótese apontam os dados relativos ao sexo dos irmãos dos quinze jovens mais capitalizados, pois, no conjunto, eles possuem sete irmãs e treze irmãos.

As conclusões de Spanevello (2008, p. 102; 115), ao traçar um perfil das propriedades familiares com e sem sucessores, apontam neste mesmo sentido, pois nos casos em que há maior número de filhas do que de filhos há uma tendência de que a propriedade não tenha sucessor, ao contrário do que ocorre quando o número de filhos homens é maior do que o de mulheres. É bem verdade que a questão sucessória da agricultura familiar é marcada por distinções de gênero que excluem as filhas mulheres da herança da terra, porém, considerando-se a hipótese, confirmada pela autora, de que as propriedades mais capitalizadas são também aquelas em que há maiores possibilidades de sucessão, parece plausível associar-se o maior número de filhos homens à capitalização da propriedade, ainda mais considerando-se a divisão do trabalho que privilegia os rapazes nas atividades geradoras de renda, nas quais as mulheres são ajudantes, mas sem dispor de recursos ou autonomia para investimentos.

Chama a atenção ainda, nas cinco trajetórias de mobilidade identificadas, as quais serão brevemente narradas a seguir, que em dois casos a mobilidade é apenas de parte das mães dos entrevistados, que casaram com agricultores capitalizados, havendo ainda dois casos em que as mulheres já estavam na cidade e puderam voltar ao campo após o casamento com agricultores capitalizados. Tal fato, apesar da frequência não ser representativa, pode ser indicativo da dificuldade que os homens do rural possuem para

encontrar esposas neste meio, pois a situação de mulheres rurais casarem com homens urbanos não foi identificada em nenhum caso, inclusive considerando-se os demais estratos de capitalização definidos.

Um destes casos é o de Wallace,¹³⁵ de 16 anos, que tem, no lado paterno, uma família ligada à agricultura por várias gerações; já pelo lado materno, a origem de seus familiares é urbana. Os avós paternos do jovem plantavam soja e criavam gado e ovinos, culturas que ainda se mantêm na propriedade, hoje administrada pelo avô em parceria com seu filho, pai do entrevistado. De acordo o rapaz, a renda, que atualmente ultrapassa os R\$ 100 mil anuais, varia de ano para ano, mas a julgar pela manutenção das culturas ao longo das gerações, pelos implementos utilizados na cultura da soja e pela seleção genética dos rebanhos ovino e bovino, entende-se que sua família paterna tenha sido capitalizada há mais de uma geração.

Já pelo lado de sua mãe a situação é bem diferente, pois seu avô materno era pedreiro, enquanto a avó era empregada doméstica, profissões urbanas de baixa remuneração. Sua mãe, antes do casamento trabalhava no comércio, ocupando-se atualmente apenas como dona de casa. Seus pais se conheceram num baile, situação comum a muitos dos pais dos entrevistados, todavia, o que chama a atenção é o fato de um agricultor, que por essa condição poderia estar desfavorecido na competição matrimonial com homens urbanos, (BOURDIEU, 2004, p. 110 - 111), conquistar uma noiva urbana. Ainda mais considerando-se a tendência, identificada por Spanevello (2008, p. 95), de que as moças tendem a rejeitar os jovens agricultores.

Porém, este fato não chega a contrariar as conclusões dos demais trabalhos, pois é importante ressaltar que neste caso tratava-se de um jovem de família capitalizada, que contrata diaristas para os trabalhos manuais, além de possuir todos os implementos necessários à cultura da soja, de modo que algumas das possíveis desvantagens do casamento com um agricultor se desfazem.

No caso de Selmir, com 21 anos, a mobilidade concretizou-se a partir da compra, pelo pai, com recursos próprios, da atual propriedade, que tem 51 hectares, na qual eles plantam fumo e milho, com a utilização de trator. O rapaz, que não participa da administração da propriedade, não sabe precisar a renda, afirmando apenas que “colhendo bem, sempre sobra alguma coisa”. Além desta renda, superior ao salário que

¹³⁵ A fim de dificultar a identificação dos jovens entrevistados, os verdadeiros nomes foram substituídos por nomes fictícios.

o pai recebia como motorista antes da aquisição da propriedade, a família dispõe do benefício por ele recebido como aposentado por problemas de saúde.

A trajetória percorrida pela família de Ítalo, de 17 anos, é, sem dúvidas, aquela em que o movimento de mobilidade ascendente foi mais claro. Seus avós paternos eram assalariados rurais, em granjas e estâncias; e os avós maternos trabalhavam como diaristas e, por vezes, arrendavam, terras por períodos curtos para cultivar fumo. Assim como para os avós, a trajetória dos pais não foi fácil, como se percebe em seu depoimento:

Foi bem puxado, os dois nunca tiveram muita ajuda pra nada, meu pai trabalhava de empregado, a minha mãe também, eu acho, trabalhava junto com os meus avós. No caso, se casaram, um com 20 e o outro com 19 anos, bem novinhos, ai trabalharam um tempo de arrendamento, trabalharam um tempo de empregado, ai, faz uns dez anos ou mais, compraram uma chácara, trabalharam, ai conseguiram, compraram outra agora, fazem sete anos (Ítalo, 17 anos)

Na atual propriedade cultivam fumo, milho, feijão e produzem leite, conseguindo uma renda mensal líquida em torno de R\$ 4.000,00, além de cerca de 40.000,00 anuais com a venda do fumo, ao qual podem ser acrescidas algumas receitas do milho e do feijão. Ítalo é o único entre os agricultores mais capitalizados que arrisca estimar a renda dos seus avós, que deveriam ganhar em torno de um salário mínimo mensal, o que apenas confirma o movimento de mobilidade analisado.

Assim como ocorreu no caso de Selmir, para a família de Laura a mobilidade ascendente também se concretizou a partir da aquisição de uma propriedade, visto que anteriormente seu pai era empregado numa fazenda de leite. Seus avós, maternos e paternos, também eram agricultores, mas seus pais não foram os sucessores das respectivas propriedades, de modo que foi necessário acumular os recursos para adquirir a propriedade de 43 hectares na qual cultivam, com a utilização de trator, fumo, milho, batata-doce, batata-inglesa e abóbora, obtendo uma renda que a jovem não sabe precisar, mas que é maior do que a remuneração do pai quando assalariado, inclusive possibilitando que a família possua dois carros de passeio.

Nos três casos relatados - Selmir, Ítalo e Laura – verifica-se que a compra de uma propriedade foi o divisor para o movimento de mobilidade social ascendente, no entanto ficam algumas dúvidas relativas a como conseguiram adquirir as propriedades, dado que eram arrendatários/meeiros e empregados e, portanto, dispondo de poucos

recursos. Constatou-se, a partir de entrevista com o presidente do SINTRAF de São Lourenço do Sul, que ao longo dos últimos anos houve um significativo inflacionamento do valor das terras em virtude das facilidades dos programas de créditos, tanto governamentais, como o crédito fundiário ou antigo banco da terra, quanto pela facilidade das linhas convencionais, com juros menores, ou ainda pelo fato de as empresas fumageiras liberarem empréstimos para compra de terra.

Desta forma, entende-se que o crédito facilitado pode ser apontado como uma das causas para a inflação do valor das terras, pois o mercado imobiliário, sabedor destas facilidades, aumenta os preços dos imóveis contando que, mesmo assim, as terras irão continuar atraindo compradores. Desta forma, se no ano 2000 um hectare de terras poderia ser comprado por cerca de R\$ 1.5000,00, atualmente não pode ser adquirido por menos de R\$ 7.500,00.

Assim sendo, os parceiros/meeiros/arrendatários, ao acumularem recursos durante algumas safras, ou os empregados formais, com indenizações e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), podiam comprar terras, nalguns casos contando com financiamentos e noutros apenas com recursos próprios. Desta forma, ao analisar o mercado de terras em São Lourenço do Sul percebe-se algum dinamismo, pois, segundo o chefe do escritório municipal da EMATER no município, desde meados nos anos 1980 mais de 200 projetos de crédito fundiário foram elaborados, processo que diminuiu nos últimos anos. Igualmente, os dados do Censo Agropecuário indicam uma diminuição do número de parceiros e um aumento do número de proprietários no município, tendo ficado a parcela de arrendatários e ocupantes praticamente inalterada, tendências também verificadas em área ocupada, destacando-se o significativo aumento da área dos proprietários, que quase dobrou no período.

Tabela 14: A propriedade da Terra em São Lourenço do Sul – 1995/1996-2006

	1995-1996		2006	
	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)
Proprietários	3.357	86.535	3.938	163.685
Arrendatários	111	2.681	113	3.335
Parceiros	178	3.238	99	1.655
Ocupantes	160	2.569	158	2.584

Fonte: elaboração do autor

No caso de Cátia, com 17 anos, se verifica, mais uma vez, a trajetória ascendente da mãe a partir do casamento com um agricultor. Seus avós paternos, com quem mora até hoje, sempre plantaram soja e arroz, de modo que têm todos os implementos necessários, apesar de arrendarem as terras para a lavoura; já os avós maternos haviam vendido a propriedade para se empregar em supermercados da cidade, tendo sua mãe sido funcionária de lojas e restaurantes antes do casamento com seu pai. Atualmente, ela, que é filha única, mora numa propriedade de cerca de 40 hectares utilizada apenas pela mãe e a avó, que se dedicam à produção leiteira; enquanto o avô, o tio e o pai continuam plantando soja e arroz em terras arrendadas. Apesar de obtidas separadamente, as rendas das atividades feminina e masculina somam-se num “caixa único”, propiciando à família uma renda que a jovem define como boa.

Como se poderia esperar, entre os agricultores familiares capitalizados há, além dos casos em que não houve mobilidade, apenas casos em que as trajetórias intergeracionais de mobilidade verificadas foram ascendentes, diferente do que acontece quando se trata dos agricultores classificados como descapitalizados, pois nestes casos observaram-se, além dos casos em que não houve mobilidade, tanto trajetórias ascendentes quanto descendentes, como se poderá observar a seguir.

4.2.2.2. Agricultores familiares descapitalizados

Entre os 30 jovens classificados como agricultores familiares descapitalizados, 16 são do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Ao contrário do que ocorre entre os agricultores familiares capitalizados, nesta categoria as moças estão em maior proporção, o que pode ser reflexo do papel subalterno que as tradicionais formas de organização da atividade reservam a elas, indiretamente contribuindo com a

descapitalização de suas famílias e colaborando para que abandonem o rural em maior número do que os rapazes, dado que seriam também mais pobres do que eles.

Sem desautorizar a hipótese de que a maior presença de filhas mulheres, com participação restrita nas atividades produtivas e consequente diminuição da mão de obra, seja uma possível causa para a descapitalização das propriedades, observou-se que entre os irmãos dos jovens desta categoria há, no conjunto, um número maior de rapazes, trinta, do que de moças, vinte e três.

Porém, ao se avaliarem os dados relativos aos oito jovens que desfrutaram de trajetórias ascendentes de mobilidade social, percebe-se a existência de quatro jovens de cada sexo, sendo ainda que os mesmos possuem, em conjunto, onze irmãos e cinco irmãs. Além destes, há dois casos em que houve mobilidade social descendente; e um caso no qual, durante a transição da geração dos avós para os pais, houve mobilidade ascendente, e, na passagem para a geração do jovem, mobilidade descendente.

Ao se avaliar a escolaridade dos avós dos jovens incluídos nesta categoria o cenário é o mesmo encontrado entre os jovens mais capitalizados, isto é, os avós não avançaram além da quinta série, confirmando que, para essa geração, as dificuldades de acesso à escolarização independiam das condições econômicas, estando limitadas para a população rural de uma maneira geral.

Salvo algumas exceções, quando os avôs e avós dos entrevistados não possuíam terras e ocupavam-se como diaristas, em sua grande maioria eram agricultores, comprovando o que diversas outras pesquisas já haviam concluído, de que a reprodução da agricultura familiar é predominantemente endógena. (Champagne, 1986; Brumer e Anjos, 2008, p. 9)

Em termos da escolaridade dos pais dos entrevistados, verificam-se as primeiras consequências negativas da descapitalização das propriedades, pois, ao contrário do que ocorria com os pais de jovens capitalizados, a maioria dos pais dos jovens descapitalizados não avançou além da quinta série, com exceção apenas de duas mães que conseguiram completar o Ensino Fundamental, destacando-se ainda que uma delas só atingiu tal escolaridade recentemente, através do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Igualmente ao que ocorre entre os pais, os tios dos jovens também não avançaram além do Ensino Fundamental incompleto, inserindo-se como agricultores em sua maioria. Nos casos em que não são agricultores, eles trabalham como pedreiros, assalariados rurais, no comércio ou ainda como caminhoneiros.

Não restam dúvidas de que nas sociedades contemporâneas a escolaridade é um dos principais, senão o principal capital com o qual um jovem pode contar para ser bem sucedido, considerando-se inclusive aqueles que optam pela permanência na agricultura. Neste sentido, verifica-se a posição de desvantagem dos jovens pertencentes a famílias descapitalizadas em relação aos capitalizados, pois além daqueles em idade escolar, que ainda estão frequentando o Ensino Fundamental e Médio, nenhum dos jovens ou seus irmãos estudou além do Ensino Médio. O único dos entrevistados que realizou curso técnico, na Escola Técnica Agrícola Santa Isabel em São Lourenço do Sul, foi um rapaz pertencente a uma família que já havia sido capitalizada.

Entre os irmãos dos jovens, a maioria também é de agricultores, sendo a segunda ocupação mais comum, quatro casos, de pedreiros e, em seguida, a de diaristas, exercida pelos irmãos de três dos entrevistados. Além dessas há referências a várias outras ocupações, mas nenhuma com maior exigência de qualificação ou escolaridade.

De uma maneira geral, observa-se que a baixa capitalização das famílias dos entrevistados produziu reflexos negativos nas trajetórias de seus pais, tios e irmãos, e, como se poderá perceber quando forem analisados os projetos dos jovens, também trará limitações a seus planos para o futuro. De toda forma, verifica-se que os parentes mais próximos dos entrevistados exercem ocupações de baixa remuneração e com pouca exigência de escolaridade, situação diferente da evidenciada entre os parentes dos agricultores mais capitalizados.

A partir desta avaliação mais geral em termos das trajetórias intergeracionais percorridas pelos jovens agricultores familiares descapitalizados, passar-se-á em seguida a tratar das especificidades que caracterizaram os movimentos de mobilidade social ascendente e descendente, recorrendo-se para isso a uma breve narrativa de cada uma destas trajetórias.

Os avós de Joana, de 19 anos, possuíam um pequeno pedaço de terras, que ela não sabe precisar o tamanho, mas que era insuficiente para a manutenção da família, o que os obrigava a trabalhar como diaristas em propriedades vizinhas para prover seu sustento, realidade que foi um pouco diferente da vivenciada por seus pais, que, após herdarem a unidade produtiva dos avós, conseguiram economizar recursos suficientes para adquirir mais terras, as quais puderam permitir a atual manutenção da família apenas com os dividendos auferidos da agricultura.

A jovem Diana, com 15 anos, está completamente afastada das questões administrativas da propriedade, não sabendo informar sequer o tamanho da unidade

familiar em que habita, todavia, ao longo da conversa com a moça, é possível inferir que nos últimos anos a família experimentou algum movimento de ascensão social, pois seus avós haviam sido diaristas, dada a insuficiência das rendas agrícolas, e, há algum tempo atrás, sua família havia feito parte do Cadastro Único do Governo Federal, beneficiando-se do Programa Bolsa Escola.¹³⁶ Atualmente a família deixou de enquadrar-se no programa de transferência de renda, conseguindo, inclusive, adquirir um trator, ascensão essa que tem muito a ver com a nova atividade do pai, pedreiro, e com o próprio crescimento de seu irmão, agora com 17 anos, que também trabalha como pedreiro e ajuda nas despesas familiares e nos investimentos na propriedade. O irmão da moça, Artur, também foi entrevistado, reafirmando a maior capitalização da propriedade nos anos mais recentes, com a aquisição de uma estufa elétrica para a secagem do fumo – que estava sendo instalada no dia em que foi realizada a entrevista – e com uma renda mensal que gira em torno dos R\$ 2 mil.

No caso dos irmãos Lívia, 16 anos e Daniel, 17 anos, ambos entrevistados, há alguma semelhança com o caso da família de Diana e Artur, tanto no que se refere à trajetória dos avós, que se empregaram como diaristas a fim de complementar a renda agrícola, insuficiente para o sustento da família, quanto no que se refere ao aumento da renda ligado ao crescimento do filho homem, que passou a trabalhar fora do estabelecimento, aumentando a renda da família. Em trabalho organizado por Schneider (2009) já havia sido comprovado que as famílias que têm ao menos um de seus membros desempenhando atividades não-agrícolas possuem maior renda do que aquelas com rendas somente agrícolas, situação semelhante à verificada neste caso, em que o emprego do pai e do filho como pedreiros, somado às rendas da mãe, que buscou um emprego numa loja de roupas do interior, permitiu a economia de recursos suficientes para a aquisição de uma propriedade, em parceria com o tio, na qual predomina o cultivo do fumo. A aquisição da propriedade, aumentando a renda agrícola, que antes provinha apenas do que era plantado na propriedade da avó, somada à inserção não-agrícola dos membros familiares, permitiu um movimento que se interpreta como ascendente em termos de mobilidade social.

No caso de Jussara, 21 anos, o casamento foi marcante para a mobilidade, pois a moça, neta e filha de agricultores familiares marginalizados - que tinham cerca de 1

¹³⁶ Conforme informações da Secretaria de Desenvolvimento Social e transferência de renda, podem ser beneficiárias do Programa Bolsa Escola famílias em situação de vulnerabilidade social com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Disponível em http://www.sedest.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=14637, acesso em 03/10/2012.

hectare de terra e que viviam, no caso dos avós, como diaristas e, dos pais, como empregados rurais – era beneficiária do Programa Bolsa Família. Seu marido, além dos cachês que recebe como músico, planta fumo em parceria com o pai, seu sogro, numa propriedade de 12 hectares, da qual será o sucessor, de modo que auferem uma renda certamente superior àquela de que a moça dispunha quando recebia o benefício social.

O caso de Evandro, 17 anos, vem confirmar uma das conclusões de Osório et al (2011b, p. 7), em estudo no qual apontam que a aposentadoria é um dos trampolins para a mobilidade social. Evandro descende de pais e avós agricultores, os quais também trabalhavam como diaristas em outras propriedades, ocupação que inclusive ele, esporadicamente, exerce. Mas a mobilidade se comprova pelo fato de sua família também ter sido beneficiária do Programa Bolsa Família, vivenciando uma realidade diferente da atual, na qual a renda “dá pra viver bem e pagar as contas”. Compreender esta ascensão não é difícil, pois a renda foi incrementada tanto pela aposentadoria da avó, que contribui para as despesas da família, quanto pelo próprio crescimento de Evandro e de seu irmão, de 14 anos, que constituem a principal força de trabalho da unidade familiar.

Os avós de Ruan, 18 anos, sempre foram agricultores; já seus pais, antes de assumir a unidade familiar, foram empregados de uma fazenda. Sua família ainda dispõe de poucos recursos, pois é beneficiária do Programa Bolsa Escola, mas a se considerar que seus pais deixaram de ser empregados para se tornarem agricultores, obtendo uma renda de cerca de um salário mínimo mensal, a qual é complementada pelos ganhos esporádicos de seu pai como pedreiro, pode-se falar de alguma mobilidade social, ainda mais somando-se os ganhos do próprio Ruan como diarista, dinheiro que lhe permitiu comprar uma moto.

Estas conclusões, relativas à mobilidade social a partir do crescimento dos filhos, que contribuiriam com o aumento da mão de obra disponível na propriedade, não são de forma alguma novas, dado que em seu clássico estudo Chayanov (1974, p. 68) chegou a esta conclusão, ao formular a teoria da diferenciação demográfica do campesinato. De acordo com o autor, o nível de bem estar de uma família de camponeses dependerá da evolução demográfica de seus membros. Desta forma, se em seu auge, com os pais e os filhos em idade ativa, haverá maior capacidade de trabalho e geração de valor, nos períodos anteriores e posteriores ao ápice demográfico, com a família composta por crianças e idosos, que mais consomem do que produzem, haverá

maior necessidade de auto-exploração dos membros familiares que trabalham, bem como menor capacidade de geração de recursos.¹³⁷

Inúmeros estudos (ABRAMOVAY et al, 2001; WEISHEIMER, 2004, 2009; SPANEVELLO 2008) já apontaram a problemática da questão sucessória para a agricultura familiar, destacando ainda os reflexos negativos dos impasses desta questão sobre a própria viabilidade das unidades familiares de produção. No caso dos irmãos Luana, 21 anos, e Jackson, 18 anos, ambos entrevistados, os problemas sucessórios resultaram na descapitalização da propriedade, constituindo os únicos casos de trajetórias descendentes de mobilidade social observados entre os agricultores familiarizados desta categoria pré-estabelecida.

Os dois jovens, que possuem ainda mais quatro irmãos, são netos e filhos de agricultores familiares capitalizados, os quais cultivavam milho, batata, feijão e fumo, chegando a contratar, em alguns períodos, especialmente para colheita do fumo, 20 peões; além disso, também contavam com alguns descendentes de quilombolas, sem terra, que eram meeiros na propriedade. As rendas agrícolas eram complementadas ainda pelo que o pai ganhava como caminhoneiro. Porém a morte repentina do pai, num acidente, resultou em impasses sucessórios insuperáveis, dado que os irmãos e a mãe, que tem um novo companheiro, não chegaram a um acordo sobre a propriedade familiar, que está dividida em pequenas glebas, cada uma com cerca de 7 hectares, algumas não cultivadas, aguardando o término do inventário solicitado judicialmente. Desta forma, atualmente, a moça vive com a renda de uma pequena lavoura de fumo que, segundo ela, “não dá 300 reais no final do ano, se soma no mês”, a qual é complementada por outros R\$ 300,00 mensais que ela ganha trabalhando como babá da sobrinha. Jackson afirma que sua renda chega “a uns R\$ 1.500,00 por mês, mais ou menos, no bruto”, valor no qual já estão incluídas as receitas da produção de fumo, sua remuneração como diarista e o lucro do bar que possui na propriedade.

¹³⁷ Chayanov (1974) estabelece, ao longo do primeiro capítulo, a fórmula a partir da qual busca equacionar a capacidade de trabalho com as necessidades de consumo das famílias ao longo dos anos. Neste cálculo, ele entende que crianças menores equivalem a ½ unidade de consumo, mas que não trabalham; quando um pouco maiores, conseguem constituir ½ unidade de trabalho e de consumo, até que se tornam adultos, constituindo uma unidade de trabalho e de consumo, porém, com o passar dos anos, envelhecem, tornando-se ½ unidade de trabalho e uma unidade de consumo. Segundo o autor, o ápice da família ocorre no momento demográfico em que as unidades de trabalho e consumo equivalem-se; já as dificuldades tornam-se latentes quando há mais unidades de consumo do que de trabalho, comprometendo-se, assim, o bem estar familiar, exigindo maior capacidade de autoexploração dos membros trabalhadores.

Dalcin e Troian (2009, p. 12) já haviam demonstrado a falta de diálogo entre os jovens da agricultura familiar, porém é surpreendente a forma pela qual os irmãos entrevistados apresentam versões e interpretações diferenciadas de uma mesma realidade vivenciada, inclusive, nos casos em que as entrevistas com os irmãos foram realizadas em dias diferentes, o fato de sequer saber que o irmão havia sido entrevistado, ainda mais considerando-se a excepcionalidade do fato, pois deve ser bastante incomum a chegada de um pesquisador à porta da casa em busca de informações para uma tese de doutorado.

Porém, menos surpreendente, talvez até esperado, seja o fato de que entre os irmãos entrevistados, as moças estejam completamente desinformadas acerca dos diferentes encaminhamentos ocorridas na unidade de produção familiar. À exceção de Luana, que administra a parte da propriedade que lhe cabe, as outras duas moças entrevistadas, ao contrário dos irmãos, estão completamente afastadas das discussões relativas ao futuro, inclusive nas questões que dizem respeito a seu futuro, como é o caso da sucessão. No caso de Diana e Artur, de acordo com o rapaz, o processo sucessório já estaria encaminhado, pois os pais pretendem abandonar a atividade e deixar a propriedade para a irmã mais velha, que já namora um agricultor, visto que ele pretende seguir os estudos em Porto Alegre, decisão esta que sequer foi informada à Diana, ainda indecisa, e à mãe, que ficou ao lado da filha durante a entrevista e argumentou que “está todo mundo em dúvida ainda.”¹³⁸

Diversas pesquisas (CARNEIRO, 2001; BRUMER, 2004; SPANEVELLO, 2008) já haviam demonstrado o afastamento das mulheres de decisões relativas à propriedade, bem como sua posição subalterna na organização das unidades familiares de produção, o que se confirma tanto no caso relatado, em que a mãe e a irmã não participaram de discussões referentes à sucessão da propriedade; quanto no caso da propriedade familiar de Daniel e Lívia, na qual apesar da sucessão ainda não ter sido discutida, os projetos dos irmãos caminham no mesmo sentido da permanência de ambos, porém, no futuro planejado por Daniel a irmã aparece apenas como cuidadora dos pais, já que, segundo ele, “[quem] mais tem uma obrigação, acho que é ela”.

No caso em que houve tanto mobilidade ascendente quanto descendente, a família protagonista é a de Thomas, 23 anos. Os avós do rapaz não tinham terras e viveram como assalariados rurais por um longo tempo, até que conseguiram adquirir

¹³⁸ De acordo com o rapaz estes encaminhamentos já teriam sido discutidos com os pais, todavia, ao que parece, a mãe não fez parte deste diálogo.

uma área de 6 hectares, na qual passaram a cultivar hortaliças e enxertos, que eram vendidos de carroça na cidade. Já em parceria com o filho, o pai de Thomas passou a arrendar terras para plantar batatas, prosperando muito com a atividade, o que permitiu, inclusive, a aquisição de dois caminhões, um dos quais foi vendido para a compra de 30 hectares de terra, dos quais a família dispõe até hoje. Já capitalizada, alguns anos depois, a família de Thomas optou por financiar um trator e investir na plantação de soja, em terras arrendadas, porém, após um primeiro ano satisfatório, duas secas castigaram o município, descapitalizado e endividando a família, num movimento que se compreende como de mobilidade social descendente. Atualmente, a família busca reestruturar a unidade familiar, com o cultivo de acácia, a criação de animais confinados e o arrendamento de terras para o cultivo de arroz.

Ao finalizar esta análise acerca das trajetórias intergeracionais dos jovens agricultores familiares classificados como descapitalizados, percebem-se algumas diferenças em relação aos capitalizados, como a menor escolaridade dos pais, tios e irmãos dos jovens; as inserções ocupacionais mais desqualificadas, nos casos em que ocorrem fora da agricultura e a própria existência de movimentos de mobilidade social descendentes, ligados a impasses sucessórios e a endividamentos.

4.2.2.3. Agricultores familiares marginalizados

Na categoria dos agricultores familiares marginalizados foram incluídos os jovens pertencentes a famílias de trabalhadores diaristas e assalariados, além dos descendentes de quilombolas, os quais, em função da reduzida quantidade de terras que possuem, viabilizam sua manutenção através da venda de sua força de trabalho, reduzindo as atividades agrícolas apenas ao autoconsumo.

Há pontos de vista, tais como os levantados no relatório publicado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (2006, p. V), de que os moradores dos estabelecimentos que praticamente não geram renda, correspondentes a cerca de 73% do total de estabelecimentos existentes no Brasil, deixem de ser considerados como agricultores e passem a ser tratados como moradores rurais, tornando-se público apenas de programas sociais.

Porém, a despeito desta posição, a opção aqui será de tratá-los como agricultores familiares, a exemplo do que fazem Conterato e Grisa (2011, p. 3), classificando-os como agricultores marginais, dado que, excluídos do acesso à terra, buscam recursos em

outras atividades, apesar de plantar para o autoconsumo e manter a identidade de agricultores. De acordo com os autores,

este contingente de estabelecimentos dificilmente deixará o meio rural e migrará, malgrado os assim chamados custos de oportunidade do trabalho em outros setores da economia. A razão é simples: este grupo social vive e se reproduz no meio rural tendo a agricultura como um de seus meios de vida, que é estratégica e racionalmente combinada com outras atividades que geram receitas e entradas monetárias, de tal forma a lhes permitir sua reprodução social. Para muitos destes estabelecimentos a agricultura não é (e, para muitos, talvez nunca tenha sido) uma atividade econômica realizada com o fito principal de ganhar dinheiro, mas serve como fonte de produção de recursos para seu autoaproveitamento, além de local de moradia. Nosso argumento central é de que a produção para autoconsumo precisa ser situada em meio a um conjunto maior e mais complexo de iniciativas, ações e estratégias de uma parcela significativa de estabelecimentos agropecuários em que a agricultura já não é mais a principal atividade econômica geradora de rendimentos, embora isto não signifique que a produção agroalimentar seja de pouca importância para as famílias rurais. (CONTERATO, GRISA, 2011, p. 3 - 4)

A identidade de agricultores fica clara nos depoimentos desses jovens, que se afirmam enquanto tal; já a impossibilidade de viver apenas da agricultura se expressa na necessidade de trabalhar para terceiros, pois se nenhum dos quinze agricultores familiares capitalizados e oito dos trinta jovens agricultores familiares descapitalizados trabalhavam fora do estabelecimento familiar, cinco dos oito jovens agricultores familiares marginalizados exercem atividades extras, quatro como diaristas e um como empregado em tempo parcial num comércio no interior.

Em termos de escolaridade, nem os avós e tampouco os pais e os tios conseguiram avançar além do Ensino Fundamental, havendo apenas o caso do irmão de uma das moças desta categoria que conseguiu concluir o Ensino Médio, demonstrando que a baixa renda dificulta o avanço nos estudos, apesar de que na comparação com os agricultores familiares descapitalizados o cenário é semelhante.

Ao contrário do que demonstram os dados do último Censo Demográfico, de que as famílias mais pobres são também as que possuem mais filhos, entre as categorias analisadas nesta pesquisa, a maior taxa de filhos está entre os agricultores familiares descapitalizados, com uma média de 2,7 filhos por casal, em seguida os agricultores familiares capitalizados, com uma média de 2,3 filhos por casal e, de maneira surpreendente, com 1,8 filhos por casal, equivalente à média nacional, estão os agricultores familiares marginalizados. Deve-se destacar que a amostra utilizada é demasiado pequena para afirmações mais definitivas em relação ao assunto,

ressaltando-se ainda que três dos oito jovens filhos de agricultores marginalizados entrevistados eram filhos únicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelos pais, avós, tios e irmãos dos jovens marginalizados também predomina a agricultura, além do trabalho como diaristas e como empregados rurais, sendo que o único que possui uma ocupação mais qualificada é o jovem que concluiu o Ensino Médio, que trabalha como vendedor de tratores.

Na análise das trajetórias dos jovens não é possível constatar a ocorrência de movimentos ascendentes ou descendentes de mobilidade, pois tanto as gerações anteriores como a atual são extremamente pobres, como é demonstrativo o fato de cinco famílias enquadrarem-se no Cadastro Único do governo federal. Em seis casos, a pobreza só não é maior pelo recebimento de aposentadoria por um dos membros da família e/ou pelo benefício social recebido, conforme atestam Osório et al (2011b). Nos dois casos em que nenhum desses benefícios é recebido a situação é precária, pois no caso de Vanessa a renda é de cerca de R\$ 300,00 mensais e no de Guilherme em torno de R\$ 700,00 anuais.

Considerando-se tais situações, bem como a das famílias que têm nos benefícios sociais e previdenciários a maior parte de sua renda, ganha relevância fundamental a produção para o autoconsumo, pois evita gastos com a compra de mantimentos, garantindo minimamente a segurança alimentar destas pessoas.

Nesta categoria de agricultores, composta também por descendentes de quilombolas, ao tratar da trajetória intergeracional, é importante ressaltar também que nenhum dos entrevistados domina o dialeto Pomerano, de modo que este capital não faz parte de sua herança cultural, o que contribui para diminuir ainda mais suas oportunidades, especialmente quando se consideram as possibilidades de uma inserção ocupacional no comércio do município.

Ao tratar da mobilidade social entre os jovens agricultores familiares de São Lourenço do Sul, considerando-se suas trajetórias intergeracionais, sua imersão social no município e na propriedade e seus projetos para o futuro, entende-se que as duas primeiras dimensões dotem os jovens dos capitais para a viabilização da terceira. Neste sentido, ao tratar das trajetórias intergeracionais dos jovens agricultores familiares marginalizados, nota-se que o processo de empobrecimento já havia atingido as gerações anteriores, de modo que o legado de capitais familiares acumulados herdado por esses jovens é praticamente nulo, criando barreiras de difícil transposição para que

eles possam ascender socialmente, deixando assim às gerações vindouras melhores condições e oportunidades do que aquelas que receberam.

Neri et al (2012, p. 44) demonstram que no período que se estende entre os anos de 1992 e 2009 o percentual de pobreza no campo reduziu-se de 62,8% para 31,9%, porém, apesar da significativa retração da pobreza rural, parece que as famílias dos jovens marginalizados de São Lourenço do Sul ainda não puderam desfrutar de tal processo, possuindo ainda rendas bastante baixas e, por consequência, dispondo de poucas oportunidades de mobilidade social.

4.2.3. Os jovens agricultores e suas interações

De acordo com o modelo teórico desenvolvido por Archer (1998), os fatores estruturais, analisados nas sessões anteriores, contribuem com a formação das interações subsequentes dos atores sociais, porém, da mesma forma, a autora destaca que, analiticamente, é possível que se isole cada uma das temporalidades para fins de análise. Desta maneira, enquanto nas sessões anteriores abordaram-se de maneira autônoma os condicionamentos estruturais, dados pelo contexto de imersão social dos atores e por suas trajetórias intergeracionais, nesta sessão serão tratadas, também de maneira independente, suas interações.

Ao mesmo tempo em que o contexto de imersão social e as trajetórias são fundamentais para a compreensão dos projetos dos jovens, uma vez que definem o campo das oportunidades e os dotam dos capitais de que podem fazer uso, as interações são importantes tanto para a definição dos projetos que serão construídos quanto no sentido de contemplarem também seus encaminhamentos concretos.

Igualmente, o teor das interações sociais estabelecidas pode constituir uma importante dimensão na formulação dos projetos, estando as conotações positivas associadas com projetos de permanência e as significações negativas associadas com projetos de abandono da agricultura.

Para a análise dos jovens em suas interações definiram-se quatro diferentes dimensões, uma relativa a propriedade, que envolve os aspectos objetivos que cerceiam as interações e outras três, referentes às interações estabelecidas pelos jovens na esfera do trabalho, na esfera da família e na esfera de suas demais sociabilidades, conforme é possível observar no quadro que segue:

Quadro 2: Propriedade, trabalho, família e sociabilidades

Dimensões	Indicadores
Propriedade	<ul style="list-style-type: none">• Tamanho da propriedade• Origem da propriedade (herança ou compra)• Atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas pela família• Renda familiar• Administração da propriedade• Financiamentos realizados pelos integrantes da família do jovem entrevistado• Implementos existentes na propriedade• Contratação de peões
Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação da agricultura e do rural• Divisão do trabalho entre os integrantes da família• Atividades desenvolvidas pelos jovens entrevistados• Remunerações recebidas pelos jovens entrevistados por suas atividades na propriedade e fora dela
Família	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação dos pais, dada pelas percepções dos entrevistados relativas à atividade e ao modo de vida deles• Autonomia, dada pela capacidade dos jovens de agir individualmente e de tomar decisões com implicações para sua vida e para seus projetos de futuro sem a intervenção ou a necessidade de concordância de terceiros• Reconhecimento do jovem entrevistado como agricultor e trabalhador, tanto pelos próprios familiares quanto pela sociedade de maneira geral• Liberdade individual, relativa à autonomia dos jovens entrevistados para tomar decisões cotidianas simples
Sociabilidades	<ul style="list-style-type: none">• Escolaridade e suas relações com perspectivas de futuro• Estado civil, incluindo desde namoros até casamentos formais• Inclusão digital, dada pelas possibilidades de acesso à internet disponíveis aos jovens entrevistados• Atividades e opções de lazer disponíveis aos jovens entrevistados

Fonte: Elaboração do autor.

Da mesma forma que nas sessões anteriores, se mantém aqui a proposta de analisar os dados considerando a capitalização das propriedades, de forma que serão abordados, primeiramente, os jovens entrevistados de unidades mais capitalizadas, em seguida os descapitalizados e, finalmente, os marginalizados.

4.2.3.1. Agricultores familiares capitalizados

Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006, São Lourenço do Sul possui 3.973 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área de 148.816 hectares, o que leva a concluir que a área média dos estabelecimentos do município seja de 37,4 hectares. Com base nessas informações, pode-se afirmar que a área dos estabelecimentos dos jovens mais capitalizados entrevistados nesta pesquisa seja grande, dado que em média possuem 62 hectares. A origem predominante das terras utilizadas pelos jovens mais capitalizados é a herança, mais uma vez comprovando-se a reprodução endógena da agricultura familiar. (CHAMPAGNE, 1986)

As principais culturas desenvolvidas nas unidades mais capitalizadas são o milho, o leite, o fumo e a soja, respectivamente, havendo também referências às culturas de feijão, batata, arroz e abóboras, além das criações de ovinos, bovinos de corte e suínos. É importante lembrar que a presença do milho em quase todas as propriedades está relacionada ao seu uso como alimento para o gado bovino, na produção leiteira ou para corte, e também como alimento para os suínos e ovinos.

Há, em São Lourenço do Sul, uma distinção geográfica bastante clara entre as unidades patronais e as familiares,¹³⁹ pois enquanto as primeiras ocupam áreas planas nas cercanias da Lagoa dos Patos, as últimas localizam-se em terrenos mais acidentados, na região que compõe a Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. Desta forma, dada a exigência de áreas planas para o cultivo da soja e do arroz, em virtude da mecanização, todos os entrevistados que se dedicam a estas culturas seguem o mesmo modelo da propriedade de Cátia,¹⁴⁰ na qual o arroz e a soja são plantados em propriedade arrendadas, normalmente próximas à lagoa.

Como se poderia esperar, a renda das unidades familiares dos jovens agricultores capitalizados é alta, em média de R\$ 14.190,00, cinco vezes maior do que a renda média

¹³⁹ Esta distinção foi percebida através de observações e confirmada pelo presidente do SINTRAF-Sul e pelos técnicos da EMATER, entrevistados durante a pesquisa de campo.

¹⁴⁰ Segundo a moça, ao explicar sobre os cultivos de sua família, “o arroz e a soja eles não plantam na nossa propriedade, é arrendada”. (Cátia, 17 anos)

da população rural do município, de R\$ 2.636,82, enquadrando estas famílias na classe A em termos de renda no Brasil, na qual estão incluídas, conforme Barufi (2012, p. 2), famílias com renda mensal acima de R\$ 7.115,00. É importante lembrar que este valor médio é apenas estimativo, dado que muitos jovens não sabem precisar a renda familiar, ou ainda possuem dificuldades para diferenciar renda bruta, renda líquida ou receitas. Deste modo, optou-se por trabalhar tanto com valores informados pelos próprios jovens quanto com estimativas nas quais se cruzou a produção informada pelo entrevistado com o valor do produto agrícola de acordo com a média CEPEA¹⁴¹ (Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ -, cadastrado no CNPq), de modo que há uma tendência de que esta renda esteja superestimada, pois através da produção informada é possível calcular apenas a renda bruta.

A desinformação dos jovens, relativa tanto à renda quanto ao volume da produção, é representativa do afastamento destes atores da esfera administrativa da propriedade familiar, a qual é ainda maior quando consideradas as moças, pois se pouco mais da metade dos entrevistados (50,9%) soube informar a renda e/ou a produção de sua unidade produtiva, desses, 40,7% são do sexo feminino e 52,3% são do sexo masculino. Igualmente, observou-se que o percentual de jovens que sabem informar a renda e/ou produção é maior entre os jovens capitalizados (60%) do que entre os descapitalizados (36,6%), revelando a maior participação dos primeiros na administração das propriedades. Por sua vez, entre os marginalizados apenas um não sabe a renda familiar, porém, neste caso, mais do que participação na administração, a informação sobre este item revela uma carência de recursos a serem administrados, bem como a maior participação dos próprios jovens entrevistados na composição da renda familiar.¹⁴²

Schneider et al (2009) demonstram a importância das rendas não agrícolas para a capitalização das propriedades, contudo entre os jovens entrevistados este não é o padrão dominante, dado que em apenas cinco casos (1/3) há rendas de fontes não agrícolas, dois em que as mães dos jovens são professoras; um em que a mãe é

¹⁴¹ Disponível em <http://cepea.esalq.usp.br>, acesso em 15/10/2012. No caso do fumo, não informado pelo CEPEA, a estimativa foi realizada conforme a produtividade e o preço médio do tabaco informados pela AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), disponível em <http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/198>, acesso em 15/10/2012.

¹⁴² Vide tabela 15, em anexo, na qual é realizada uma caracterização geral dos jovens entrevistados.

enfermeira, outro em que são arrendadas terras e um outro em que o pai é aposentado por motivos de saúde.

A desinformação dos jovens sobre os rendimentos da propriedade é, em larga medida, produto da própria ausência de sua participação na administração da propriedade, como reclama Lucas, de 17 anos, que entende que seria importante envolver-se mais na administração a fim de “ficar mais por dentro dos valores que entram, o que sai da propriedade”. Entre os quinze jovens que compõem esta categoria, apenas três rapazes estão envolvidos mais diretamente na administração da propriedade, considerando a experiência como importante, como ressalta Amarildo, 19 anos, ao afirmar que “é importante, tem que aprender, é bom”.

Outras pesquisas, como as de Brumer et al (2007), Spanevello (2008) e Weisheimer (2009), já haviam demonstrado a exclusão dos jovens e das moças da esfera decisória da propriedade, o que pode ser confirmado pelos dados desta pesquisa, criando uma situação incômoda, como afirma Wallace, de 16 anos:

Muitas vezes a gente vê que eles tomam decisões e não consultam a gente, talvez eles não confiem em nós, assim, com uma visão mais adulta que a gente tem? A gente podia ajudar mais, só que eles preferem usar mais (...) acho que a gente podia ajudar um pouco mais com conselhos, essas coisas.

A dimensão do “usar” mais do que escutar os jovens, destacada pelo rapaz, é ainda mais esclarecedora no depoimento das moças, tal como destaca Cátia, de 17 anos, ao justificar sua não participação na administração da propriedade por não saber “quanto é que tem que botar de adubo numa lavoura, isso eu não sei, mas eu sei o básico, sei tirar leite”. Ou seja, sem se envolver na administração da propriedade a jovem não adquire os conhecimentos necessários para gerir a mesma, contudo, ela demonstra que foi devidamente instruída para exercer as tarefas das quais é incumbida, no caso, tirar leite.

À exceção de quatro moças que não souberam informar sobre a requisição ou não de financiamentos por parte das famílias porque “não se envolvem com isso” (Cátia, 17 anos) todos os demais possuem financiamentos com objetivos variados, que incluem desde a aquisição de implementos diversos até a compra de insumos. De toda forma, não chega a surpreender o fato de as moças desconhecerem a posse ou não de

financiamentos por parte das famílias, pois estão completamente afastadas da esfera administrativa das unidades familiares de produção.

É possível supor que as famílias dos jovens entrevistados nesta categoria ainda tenham ou que já tenham tido financiamentos, pois possuem máquinas e/ou caminhões e/ou outros implementos agrícolas, comumente adquiridos através de financiamentos em virtude do alto valor que possuem. Mas, independentemente disso, a constatação que chama a atenção refere-se ao desconhecimento dos jovens sobre uma informação importante como esta.

A contratação de trabalhadores diaristas é uma prática em boa medida utilizada pelos agricultores familiares capitalizados, pois sete recorrem a este tipo de mão de obra complementar, enquanto dois optam pela troca de dias de serviço e seis trabalham apenas com mão de obra familiar, destacando-se que, entre os que não contratam diaristas e não trocam dias de serviço, há quatro casos em que a família possui cinco ou mais trabalhadores e dois nos quais a atividade principal é a pecuária de corte, menos exigente em termos de mão de obra.

Já quando se trata da avaliação da atividade agrícola e do modo de vida no meio rural há um equilíbrio no número de jovens que gostam e desgostam, contudo, entre os que vêm de maneira positiva predominam os rapazes, com apenas uma moça partilhando esta posição; já entre os que avaliam negativamente predominam as moças, com três rapazes partilhando tal ponto de vista, os quais, como se poderia esperar, têm planos de abandono do rural e da agricultura. Esta constatação não é novidade, mas bem pelo contrário, corroborara uma série de estudos que vem sendo desenvolvidos há bastante tempo, os quais associam as avaliações negativas das mulheres do rural e da agricultura à posição de subordinação que ocupam na agricultura familiar. (CARNEIRO, 2001; BRUMER, 2004; BRUMER, SPANEVELLO, 2007; SPANEVELLO, 2008; WEISHEIMER, 2004, 2009)

Entre as adjetivações positivas para o rural e a agricultura foram feitas referências ao fato de “não ter patrão”, a “tranquilidade”, o fato de “não haver assaltos” e a “produção para o consumo”, além da “renda”, que atende as necessidades de conforto e bem estar dos entrevistados. É importante considerar ainda que, em alguns depoimentos de jovens, ressalta-se a possibilidade de se ter na agricultura conforto semelhante ao da cidade:

hoje em dia está muito bom, eu acho, porque tudo que tu tens na cidade, no centro, tu tens aqui também, por exemplo, lá onde a gente mora, na

Reserva, tem internet, tem televisão a satélite, tem tudo, tem hospital, tem mercado, tem tudo. (Amarildo, 20 anos)

Ou seja, se antes os jovens apontavam as dificuldades de acesso a tecnologias como ponto negativo do meio rural, atualmente, entre as famílias mais capitalizadas que podem pagar, este não é mais um problema para os jovens.

Ao destacarem os aspectos negativos também aparecem as constantes referências à dependência a oscilações do clima, à incerteza da renda - amenizada apenas na produção leiteira -, ao trabalho manual, à distância de estabelecimentos de saúde e a avaliações do trabalho em si, considerado por alguns como sofrido e cansativo.

Um aspecto que não chega a ser novo, mas que normalmente não aparece nos depoimentos das agricultoras, que predominam entre as insatisfeitas com o rural e a atividade agrícola, refere-se ao fato de, conforme Valesca, de 16 anos, “no interior ainda haver uma diferença muito grande da mulher pro homem, em benefícios principalmente”. No mesmo sentido está a constatação de Claudete, 17 anos, comentando sobre a prática de alguns pais de presentear os filhos com uma moto: “só que isso é mais pra guri”. A distinção entre homens e mulheres é uma característica presente no meio rural, conforme apontam as moças, todavia dificilmente ela é percebida, dado que o mais comum é que os agricultores a entendam como natural.

Um aspecto bastante presente no discurso dos jovens rapazes e moças, tanto os que avaliam positivamente quanto os que avaliam negativamente o rural e a agricultura, diz respeito à ideia de que,

Se não existisse o agricultor como é que ficaria a cidade? Quando a agricultura está ruim a cidade quase não vende. Se o agricultor não produzisse o alimento, o que o pessoal na cidade iria comer? Então um precisa do outro, no caso, a cidade precisa do alimento que vem da colônia e a colônia precisa da cidade por causa do maquinário, roupas e coisas assim. (Lucas, 17 anos)

A visão da “colônia como motor da cidade” também partilhada pelo SINTRAF-Sul, parece estar diretamente ligada a um discurso oficial de valorização do agricultor, num município dependente desta atividade e administrado por um agricultor que tem os

produtores familiares como uma das principais bases de sua eleição e de sustentação de seu governo.¹⁴³

A divisão do trabalho nas propriedades dos jovens agricultores capitalizados pode ser definida a partir de três tipos: a tradicional divisão na qual os homens desempenham tarefas produtivas e as mulheres tarefas domésticas; uma outra, também comum, em que homens e mulheres possuem produções agrícolas diferenciadas; e uma terceira, em que as atividades da produção foram loteadas entre os integrantes da família.

O primeiro caso, que é o mais comum, pode ser ilustrado no depoimento de Laura, 15 anos: “como eu estudo à tarde, às vezes eu ajudo, às vezes eu fico em casa fazendo o almoço, e aí eu chego em casa e eu ajudo também, é tudo dividido assim, cada um faz uma coisa”. O que significa dizer que o “trabalho” cabe aos homens e a “ajuda” e o serviço da casa às mulheres, tal como ocorre na família de Wallace, 16 anos, na qual “o pai e o meu irmão a gente ajuda na volta com o trator, com as ovelhas, e a minha mãe cuida da casa (...); o pai que faz o serviço mais pesado e eu e o meu irmão ficamos ajudando ele, de auxiliar”. Destaca-se ainda, conforme o depoimento do rapaz, que também os jovens rapazes, em proporção menor que as mulheres, são considerados ajudantes, não adquirindo o estatuto de agricultores plenos.

O segundo modelo de divisão do trabalho identificado também considera a divisão sexual das atividades, pois, como relata Cátia, 17 anos, “a minha mãe e a minha avó são do leite, então elas tiram a silagem, elas tratam as vacas na pastagem e o meu pai e o meu avô eles vão pra lavoura, aí eles fazem o serviço deles lá”. Hernandéz (2009) já havia demonstrado que a produção de leite é uma atividade comum entre as mulheres da agricultura familiar, especialmente como forma de obtenção de uma renda autônoma, todavia a autora constata em sua tese que tal atividade, ao tornar-se lucrativa, comumente era apropriada pelos homens, o que, ao que tudo indica, ainda não ocorreu no caso da família de Cátia, visto que seus pais possuem uma conta conjunta, na qual são depositados os dividendos da produção de leite das mulheres e da produção de arroz e soja dos homens.

¹⁴³ Em estudo acerca do comportamento eleitoral em São Lourenço do Sul, Wagner e Barreto (2005) demonstram que a vitória do PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições de 2004, que se repetiu em 2008, após hegemonia do PP (Partido Progressista) em anos anteriores, teve relação com a mudança dos votos da população do interior, onde o PT venceu as eleições e o PP foi o menos votado. Os autores atribuem tal comportamento a fundação de cooperativas, ao que pode ser acrescido, posteriormente ao período por eles analisado, a fundação do SINTRAF-SUL, que já estava sendo organizado. As eleições municipais de 2012 parecem confirmar esta tendência, dado que o vencedor foi novamente o candidato do PT, que fora vice-prefeito nas gestões anteriores.

O terceiro tipo de divisão do trabalho identificado está relacionado com a especificidade da atividade desenvolvida pela família de um jovem agricultor, a suinocultura. Esta família realiza o ciclo completo da produção, de forma que a unidade atua de forma semelhante a uma empresa, pois o pai administra, enquanto, segundo Alex, 17 anos, “a minha irmã cuida da parte da maternidade, o meu cunhado é na parte da inseminação e eu cuido da creche”, ou seja, cada um é responsável por uma etapa da produção, apesar de a mãe não ser incumbida de nenhuma atividade, desempenhando, provavelmente, as atividades domésticas.

Apesar de considerados como mão de obra auxiliar nas propriedades os jovens são essenciais para a manutenção da produção, trabalhando várias horas por dia, independentemente do sexo, pois se Lucas, 17 anos, inicia sua jornada “de manhã [trabalhando] das 6 às 11 horas, aí eu chego [da escola] as 19 horas e tenho que ajudar com o leite, até as 21 horas”; Laura, 15 anos, trabalha tanto quanto ele, pois “agora vai começar o fumo, eu ajudo mais ou menos, de noite até uma hora (...) no período da colheita, quando é nas férias, daí eu ajudo todo dia”. Cabe novamente ressaltar que, apesar das longas jornadas de trabalho, os dois jovens utilizam o termo “ajuda” para se referir às atividades que desenvolvem.

Ao avaliar as atividades desenvolvidas pelos entrevistados, o mais comum é que as tarefas delegadas aos jovens obedeçam ao critério do sexo, de modo que enquanto os rapazes, como Selmir, 21 anos, trabalham mais na “parte do trator”, especialmente por se tratar de propriedades mais capitalizadas, as moças, tal como ocorre com Cátia, 15 anos, normalmente se ocupam no “trabalho doméstico, tipo limpar a casa e essas coisas”. Tal divisão sexual do trabalho é socialmente construída e naturalizada, não significando necessariamente que as moças prefiram o âmbito doméstico, tal como ocorre no caso de Camila, 15 anos, que “ajuda em casa também, mas ajuda o pai na lavoura”, afirmando ainda que “vão achar esquisito, mas ao meio dia, quando minha mãe vai pra casa fazer o almoço, eu prefiro ficar na lavoura colhendo o fumo”.

Entre os jovens que ainda estão estudando há apenas um rapaz que acredita que o trabalho na unidade familiar atrapalhe os estudos, por tomar seu tempo, enquanto para os demais não chega a ser um problema.¹⁴⁴ No caso de Laura, 15 anos, transparece a importância atribuída pela família ao sucesso escolar da moça, pois “quando eu tenho alguma coisa do colégio aí o papai não deixa, não precisa ajudar ele”.

¹⁴⁴ Os jovens agricultores capitalizados possuem jornadas médias de 5h30min.

A maioria dos jovens entrevistados não é diretamente remunerada pelos pais, pedindo dinheiro quando precisa, prática comum entre os agricultores familiares e de acordo com a qual a maioria está satisfeita. Três rapazes demonstram-se insatisfeitos com essa prática, pois entendem, tal como argumenta Wallace, 16 anos, que “pedir é meio chato, se tivesse dividido um pouco, tu pega tanto e passa o mês, eu iria aprender a administrar o meu dinheiro, não chegar e pedir, pra tirar esse costume”. Esta dimensão de remunerar o jovem como forma de aprendizado é a justificativa dos pais de Valesca, 16 anos, para a gratificarem mensalmente com

um salário, vamos dizer assim, daí eu compro, se eu quiser comprar, viajar, qualquer coisa, sai do meu dinheiro. Não tem nada a ver com eles [porque] os meus pais sempre, desde pequenina, eles tentaram me ensinar a ser muito independente. Eles nunca quiseram me pagar tudo, porque eles acham que fazendo isso eles vão me ensinar a gastar demais e não ter controle do dinheiro

Além de Valesca, há apenas mais um rapaz que também recebe mensalmente por sua atividade, além de outros dois que ainda pedem o que precisam, mas que já acordaram o recebimento de uma remuneração mensal a partir do próximo ano. O caso de Valesca é bastante incomum, pois raramente uma jovem agricultora é remunerada por seus pais, contudo há de se considerar que a família da moça é altamente capitalizada, sendo a proprietária do segundo maior tambo¹⁴⁵ de leite do município, além do fato de seus pais haverem estudado, inclusive com sua mãe sendo a única entre os pais dos entrevistados a ter cursado pós-graduação.

Na avaliação que fazem acerca do modo de vida de seus pais, apenas dois entre os jovens agricultores capitalizados possuem percepções negativas, as quais estão associadas às dificuldades do trabalho, conforme destaca José, 16 anos, “muito corrida, corrida e judiada, na época da colheita mesmo, não tem domingo, não tem sábado, não tem nada, é direto”. Os jovens, que destacam ainda uma melhoria das condições de vida em comparação ao passado, partilham em sua totalidade o orgulho que possuem dos pais, referindo que não desejam uma vida como a deles apenas nos casos em que pretendem abandonar o rural e a agricultura.

De uma maneira geral é possível afirmar que os jovens desfrutam de baixa autonomia nas unidades familiares em que residem, pois nenhum dos entrevistados

¹⁴⁵ O tambo refere-se ao conjunto dos implementos necessários a produção de leite.

possui atividade autônoma na propriedade, apesar de Wallace, de 16 anos, já ter tido, ao participar de

um projeto que a gente estava fazendo com a EMATER aqui de São Lourenço do Sul (...) que é sobre milho crioulo, resgate da história. O pai me deu uma lavoura (...) ai eu peguei aquela lavoura pra cuidar (...) é uma renda pequena (...) eu achei bem legal.

Entre os jovens entrevistados, apenas Selmir, de 21 anos, possui veículo próprio, mas, como defende Wallace, 16 anos, “todo jovem gostaria de ter [veículo]”, o que é confirmado no depoimento dos demais jovens, justificando a posse de um veículo, carro ou moto, pela maior independência que o mesmo poderia propiciar. Todos os rapazes e algumas moças tomam emprestados os veículos da família, mas, como constatam os próprios jovens, é mais comum os rapazes possuírem uma moto, pois entre as mulheres, como ressalta Valesca, 16 anos,

Normalmente são mulheres mais velhas, pois pra ter uma moto ou um carro normalmente tem que ser uma guria mais velha, que conseguiu juntar dinheiro (...) porque casou e o marido tinha carro, alguma coisa assim. Porque para uma guria ter um carro é muito difícil.

Isto significa dizer que, objetivamente, o veículo não será necessariamente da moça, mas do casal. A mesma Valesca, assim como Claudete, de 17 anos, utilizam por empréstimo as motos de seus pais, mas apenas para saídas mais curtas, pois para passearem utilizam ônibus ou carona com algum amigo que já tenha carro, de acordo com elas, sempre algum rapaz.

Outra informação que corrobora a maior autonomia dos rapazes em relação às moças se refere à posse do bloco de produtor rural¹⁴⁶, pois enquanto apenas dois dos rapazes não possuem o documento e/ou não são anotados nos dois pais, entre as moças nenhuma possui o documento ou é anotada no dos pais. Este fato, mesmo que relacionado a projetos não agrícolas que as moças possam elaborar, é revelador de sua subordinação e falta de reconhecimento na propriedade, pois estão socialmente desprotegidas, e, ao que indica esta informação, não são consideradas pelos pais uma

¹⁴⁶ O bloco de produtor rural é um documento, autorizado pela Secretaria Estadual da Fazenda, no qual o agricultor gera notas de suas transações comerciais. Neste documento, que lhe dá acesso aos benefícios previdenciários, ele pode incluir também os demais membros da família que se ocupam nas atividades da unidade familiar, os quais passam, assim, a também dispor de proteção social.

mão de obra importante a ponto de serem legalmente reconhecidas pela anotação de seu nome no bloco de produtor.

As contas bancárias também são indicativas da baixa autonomia dos jovens, estando diretamente relacionadas ao fato de a maioria deles não ser remunerado por seu trabalho e não possuir atividades autônomas nas propriedades, pois apenas dois rapazes e uma moça possuem contas bancárias em seus nomes; não por acaso, eles são o rapaz e a moça que são remunerados por seu trabalho e um outro rapaz, que em breve pretende tirar financiamentos em seu nome.

Entre os jovens agricultores familiares capitalizados, apenas Wallace, de 18 anos, não se sente reconhecido por parte da família, pois, segundo ele:

Acham que a gente não faz o que é pra fazer (...), exigem muito da gente, Meu pai fala assim: “eu faço isso, porque tu não fazes? Eu fazia isso tanto, porque tu não chegas a tanto assim?” É bem isso, ele faz muita comparativa, então eu acho que isso dá um desânimo.

Já quando se fala do reconhecimento do agricultor pela sociedade de uma maneira geral, a opinião é diferente, pois todos concordam que a sociedade não valoriza seu trabalho e seus produtos.

No que se refere à liberdade individual, os jovens entrevistados demonstram satisfação, à exceção de Wallace, de 16 anos, que reclama que “lá em casa são muito tradicionais, eles não gostam muito de liberar, são bem durões, como dizem”. Já os demais entrevistados desta categoria, rapazes e moças, não possuem problemas para sair de casa, mesmo nos casos em que ainda pedem aos pais, ressaltando-se ainda que eles entendem que seja importante pedir/avisar aos pais quando vão sair, prática esta que não desejam mudar.

Apenas três dos quinze jovens mais capitalizados já abandonaram os estudos, estando os demais cursando o Ensino Médio, o que está em acordo com suas idades. Não chega a surpreender o fato de que os três jovens que abandonaram a escola já tenham encaminhado seu futuro na agricultura, pois entendem que nesta atividade não é necessário estudar, além do que já fizeram, no caso de Alex, 17 anos, o Ensino Médio completo; de Valter, 18 anos, o Médio incompleto e de Selmir, 21 anos, o Fundamental completo.

É importante lembrar que, neste trabalho, ao avaliar o estado civil dos jovens, se está considerando também o fato deles possuírem ou não namorado(as). Desta forma,

além de um jovem casado, há outros quatro, dois rapazes e duas moças, que possuem namorados(as), enquanto a maioria deles é solteiro(a) sem namorado(a); informação esta que não chega a ser surpreendente, pois dadas as transformações da sociedade, especialmente em termos da sexualidade, os jovens tem adiado cada vez mais o início da vida a dois, como demonstrou o Censo Demográfico de 2010, de acordo com o qual os homens solteiros casam, em média, com 29 anos e as mulheres com 26 anos. Os namoros relatados pelos jovens são com outros filhos de agricultores, não necessariamente capitalizados, e tiveram início na escola ou em grupos de jovens e foram iniciados a menos de um ano.

A maior parte dos jovens agricultores familiares capitalizados tem acesso ao computador e à internet, pela qual pagam um valor que varia entre R\$ 60,00 e R\$ 70,00 mensais, e que utilizam tanto para trabalhos escolares quanto para pesquisas gerais e acesso às redes sociais. Apesar de reclamarem da qualidade da conexão, especialmente pela baixa velocidade, os jovens demonstram-se satisfeitos com o acesso à internet. Entre os jovens que não possuem acesso em casa, a escola propicia este espaço; já Selmir, 21 anos, que abandonou os estudos e não possui computador, não tem acesso à internet em lugar nenhum e tampouco pretende ter acesso futuramente, pois entende que a mesma seja importante apenas “pra quem estuda”.

A satisfação com o acesso ao lazer, que inclui predominantemente festas da comunidade, jogos de futebol e bailes em salões do interior, com destaque ao salão Künde, é unânime entre os jovens, que para freqüentarem utilizam ônibus fretados pelos festeiros ou carona com os pais e/ou amigos.

No quadro seguinte é realizada a caracterização do perfil médio de um jovem agricultor familiar capitalizado.

Quadro 3: Perfil médio dos jovens agricultores familiares capitalizados entrevistados

Os jovens agricultores familiares capitalizados vivem em propriedades grandes, com tamanho médio¹⁴⁷ maior do que o predominante no município, possuindo também uma renda, eminentemente agrícola, bastante alta, normalmente provinda de culturas como o milho - associado à produção pecuária -, o leite, o fumo e a soja. Os jovens normalmente não participam da administração das propriedades, o que fica ao encargo dos pais. Nas unidades familiares em que residem os jovens agricultores mais capitalizados é comum a utilização de financiamentos, bem como a presença de implementos agrícolas, sendo outra prática das famílias a contratação de trabalhadores diaristas. Há uma tendência de que as moças avaliem negativamente o rural e a agricultura, enquanto os rapazes fazem avaliações positivas. Foram identificados três diferentes modelos de divisão do trabalho nas propriedades: os homens atuando nas tarefas produtivas e as mulheres nas atividades ditas “reprodutivas”; os homens dedicando-se a culturas mais mecanizadas, como arroz e soja, e as mulheres a atividades tradicionalmente a elas atribuídas, como o leite; a divisão das tarefas de uma atividade, no caso o ciclo completo da suinocultura, entre os integrantes da família. Em termos das atividades desenvolvidas pelos jovens tende a se reproduzir a divisão sexual do trabalho, com os rapazes ocupando-se predominantemente em atividades agrícolas propriamente ditas, enquanto as moças desenvolvem atividades domésticas, apesar de também “auxiliarem” nas atividades da agricultura. Os jovens mais capitalizados orgulham-se de seus pais, avaliando positivamente seu modo de vida. De uma maneira geral os jovens agricultores capitalizados desfrutam de baixa autonomia em suas unidades familiares, porém é importante destacar que os rapazes têm algumas vantagens sobre as moças neste quesito, de modo que, apesar de tanto rapazes quanto moças não serem reconhecidos, verifica-se que as últimas são ainda menos valorizadas do que os primeiros. Apesar desta falta de reconhecimento, os jovens entendem que são reconhecidos por suas famílias, mas desvalorizados pela sociedade. Comumente os jovens não são remunerados por seu trabalho, pedindo aos pais aquilo de que precisam. Os jovens agricultores de famílias capitalizadas desfrutam de liberdade para tomar decisões individuais, estão em sua maioria cursando o Ensino Médio, são solteiros(as) sem namoradas(os), tem acesso à internet e ampla inserção em atividades de lazer.

¹⁴⁷ O tamanho médio foi calculado por média aritmética simples.

4.2.3.2. Agricultores familiares descapitalizados

Os jovens agricultores de famílias descapitalizadas entrevistados ocupam propriedades com áreas de, em média, 22,1 hectares. Este tamanho é inferior à média observada entre as unidades existentes no município, de 37,4 hectares, e equivale a pouco mais de 1/3 da área média observada entre as propriedades dos jovens de famílias capitalizadas entrevistados, que é de 62 hectares.

Em comparação com os jovens agricultores capitalizados, há uma diferença significativa em termos de origem das propriedades, pois se entre aqueles a maioria foi herdada, entre os descapitalizados, na metade dos casos, a unidade familiar foi comprada, totalmente ou em parte, tanto com a utilização de recursos próprios quanto de financiamentos públicos. De toda forma, tal fato demonstra que, embora a reprodução da agricultura seja endógena, dado que todos os entrevistados são filhos de agricultores, nas unidades descapitalizadas a reprodução intergeracional é dificultada, especialmente pelo tamanho reduzido dos estabelecimentos, o que obriga aos descendentes destes agricultores a adquirir novas unidades ou comprar outras porções de terras, às vezes dos próprios irmãos, para permitir sua sobrevivência através do exercício de atividades agrícolas.

Observando-se as principais culturas desenvolvidas nas unidades familiares dos jovens descapitalizados salta aos olhos a produção de fumo, presente em 70% (21 propriedades) das trinta unidades a que pertencem os jovens entrevistados. A segunda cultura mais comum é o milho, presente em 50% (15 propriedades) das unidades dos jovens consultados, mas, ao contrário do que ocorria com os jovens capitalizados, quando este produto era bastante utilizado como alimento para o gado, os ovinos e os suínos, no caso dos produtores descapitalizados seu principal objetivo é o mercado, pois apenas nas unidades de dois jovens trabalha-se com gado leiteiro e na de quatro com gado de corte, nas quais não necessariamente há a produção de milho. Após o fumo e o milho, as culturas mais comuns são a batata, presente em 33,3% (10 propriedades) das unidades e o feijão, presente em 30% (9 propriedades). Com base nestes dados é possível afirmar que o fumo está diretamente associado a propriedades descapitalizadas, provavelmente por ser este cultivo pouco exigente em termos de extensão de terras. De acordo com estudo sobre a fumicultura no vale do Rio Pardo, “as limitações da área agrícola constituem um importante fator que impede os pequenos proprietários rurais fumicultores de avançarem para outras culturas, diversificando suas atividades”. (VARGAS, OLIVEIRA, 2010, p. 8)

Numa comparação com os agricultores mais capitalizados, entre os quais predominam o milho e o leite, com o primeiro servindo, em vários casos, de insumo para a produção do segundo; bem como que os jovens de famílias descapitalizadas também tenham o milho como cultivo significativo, é possível apontar a produção de leite como alternativa à produção de fumo, a qual caracteriza a descapitalização, ressalvando-se as propriedades menores, nas quais a criação de gado leiteiro não seria viável.

Para analisar a renda dos agricultores familiares descapitalizados, nos casos em que os entrevistados não souberam informar, o procedimento para estimar a renda foi o mesmo utilizado entre os agricultores familiares capitalizados. O valor médio a que se chegou foi de R\$ 1.611, 83 mensais, muito abaixo da média obtida entre os agricultores capitalizados, de R\$ 14.190, 00 mensais e mesmo inferior à média do rendimento agrícola municipal, de R\$ 2.636, 82 mensais. Considerando-se a divisão em cinco estratos de renda, proposta por Barufi (2012, p. 2), verifica-se que os jovens agricultores marginalizados estão incluídos, assim como a maior parte da população brasileira, na classe C, a qual é caracterizada por rendas que variam entre R\$ 1.276,00 e R\$ 5.104,00, tendo sido também aquela que mais cresceu no país no período 2004-2012.

De uma maneira geral, os jovens consultados avaliam o rendimento como suficiente para viver, no dizer de Luana, de 21 anos, “é razoável, tendo em vista as despesas, que na colônia tu não tens tantas despesas como na cidade, se fosse pra viver na cidade não dava”. Neste sentido, é importante destacar a produção para o autoconsumo, que permite a redução das despesas (GRISA et al, 2010). Mas, além da produção para o autoconsumo, também as atividades não agrícolas representam uma importante fonte de renda para as famílias destes jovens, estando presentes em 56,6% (17 casos) das unidades dos entrevistados. Estas rendas a mais, nas palavras de Lizandra, 15 anos, “ajudam muito”. Entre as ocupações não agrícolas desenvolvidas pelos familiares e/ou pelos jovens agricultores entrevistados destacam-se as funções de pedreiro (oito casos), assalariados não rurais (quatro casos); diaristas (três casos) e donos de bar (três casos). Além destas, há também rendas de aposentadoria, programas sociais e da atividade de músico.

O exercício de atividades fora da unidade familiar de produção como fonte adicional de renda está bem mais presente entre as famílias dos jovens agricultores descapitalizados em comparação aos capitalizados, da mesma forma que as atividades desenvolvidas, pedreiros e diaristas, são bem menos qualificadas do que aquelas

desempenhadas entre os capitalizados, professoras e enfermeira. Desta forma, é possível interpretar a inserção fora da unidade familiar dos jovens agricultores descapitalizados e/ou seus parentes como uma estratégia de diversificação e aumento de uma renda agrícola insatisfatória, algo que não ocorre com os agricultores capitalizados, os quais contando com rendimentos adequados, apenas têm seus parentes inseridos fora da agricultura por opção e em atividades que requerem formação técnica e/ou superior.

Em termos da administração da propriedade o panorama não é diferente do que apontam as demais pesquisas (BRUMER et al, 2007; SPANEVELLO, 2008; WEISHEIMER, 2009), ou seja, os jovens, especialmente as moças, estão afastados da esfera administrativa das unidades familiares. Esta falta de participação dos jovens não significa necessariamente a falta de vontade de participar, pois se dependesse de Roberval, 15 anos, sua família deixaria de produzir apenas fumo para também cultivar “feijão”. Outra jovem descontente com a cultura do fumo é Joana, 19 anos, que diz que “o fumo não tem preço, a gente trabalha o ano inteiro pra muitas vezes não conseguir nada”. Há alguns rapazes que participam da administração da propriedade, mas também uma moça, Liane, de 17 anos, algo bastante incomum, mas, em certa medida, compreensível, pois a moça está concluindo um curso de Técnico em Agricultura. Neste caso a moça conquistou seu espaço na esfera administrativa pelo conhecimento adquirido no curso, mas, nem sempre ocorre desta maneira, pois raramente os pais aceitam as inovações propostas pelos filhos, inclusive dos que estudaram, como destaca Thomas, 23 anos, Técnico Agrícola:

problema com o pai de o que eu fazer eu não tinha, só que como ele plantava, o método de plantio que ele tem de plantar (...) de trabalhar eu não queria, porque ele tem muito mais contas hoje do que há anos atrás, não é o método que eu queria fazer, ai ou eu iria ter que querer fazer uma coisa que eu achasse que era legal e correr atrás, ou senão eu iria ter que procurar um emprego.

Não restam dúvidas de que “muitos segmentos da agricultura só sobrevivem com o apoio público” (NAVARRO, 2010, p. 5), o qual ocorre através de financiamentos com taxas de juros subsidiadas. Neste sentido, observa-se, entre os entrevistados, que praticamente todos fizeram uso de financiamentos, a maior parte para tratores. Há um equilíbrio no número de entrevistados que avaliam positivamente e negativamente o crédito, todavia a informação que chama a atenção refere-se ao predomínio de rapazes

entre as avaliações negativas e de moças entre as positivas. Enquanto as avaliações negativas salientam os juros, considerados altos, e o prazo, considerado curto, as positivas salvaguardam a importância do crédito para permitir o acesso a itens que, sem esse incentivo, seriam inacessíveis aos agricultores mais pobres.

Uma primeira explicação que poderia surgir para o fato de mais mulheres avaliarem positivamente o acesso ao crédito poderia ser dada por sua menor participação na administração da propriedade, dado que supostamente desconheciam os aspectos negativos deste crédito, porém, tal explicação parece insatisfatória, a julgar pelo depoimento da jovem Lizandra, de 15 anos, pois, de acordo com ela “os bancos tinham preconceito com as mulheres. Os bancos, hoje já [respeitam] porque as mulheres também têm direito de trabalhar e não ficar em casa, como em outros lugares as mulheres também tem dinheiro próprio”. Ao que indicam os depoimentos, o predomínio das mulheres na avaliação positiva do crédito parece estar relacionado à sua inclusão no âmbito do crédito e na própria esfera econômica da agricultura familiar, pois, conforme indicam Brumer e Spanevello (2011, p. 131) sua participação como tomadoras de crédito aumentou significativamente no período 2001-2006, fato que tem relação direta com a criação do PRONAF-Mulher, no ano de 2003. De acordo com as autoras,

É inegável o aumento da autoestima e de poder das mulheres à medida que passam a contar com novos documentos e a administrar recursos recebidos (...) algumas mulheres passam a circular pelos demais espaços das agências bancárias e a entrar ‘nas outras salas’, onde ficam os setores responsáveis pela elaboração de pedidos de crédito, a conversar com o gerente e/ou agentes de crédito e também a serem chamadas por seus próprios nomes e não como esposas do fulano de tal (...) foram situações novas e fortalecedoras de reconhecimento externo e de aquisição de confiança em si mesmas. (BRUMER, SPANEVELLO, 2011, p. 134)

No caso de Lizandra, o financiamento foi tirado pelo pai e também é por ele administrado, porém, a despeito disso, parece que as conquistas femininas vêm rendendo frutos na construção de uma sociedade com menor desigualdade de gênero, mesmo que estes frutos só venham a ser colhidos pelas gerações vindouras, como é o seu caso, já consciente dos diferentes espaços pelos quais poderá transitar futuramente.

O trator, que é o item mais financiado pelas famílias dos jovens descapitalizados, está presente na maioria das unidades familiares dos jovens

entrevistados, o que demonstra que, apesar da descapitalização, com as baixas taxas de juros de financiamentos públicos, tem sido possível aos agricultores investirem na propriedade. Mais do que reduzir a penosidade do trabalho, o trator ajuda no aumento da renda, inclusive porque, como destaca Diana, 15 anos, “não é fácil, com cavalo e carroça, carroça e cavalo”.

Ao contrário do que ocorre nas propriedades capitalizadas, a maioria dos agricultores descapitalizados não contrata trabalhadores diaristas, especialmente em função da dificuldade que teriam para pagá-los, pois a necessidade de força de trabalho para plantadores de fumo é constante, como conta Joel, de 17 anos, “o troço não pode ser muito demorado, porque nós não temos estufa elétrica,¹⁴⁸ é estufa convencional, ai precisa de bastante mão de obra, não pode deixar muito tempo, porque ai tu não tira a classe¹⁴⁹ depois”.

Os trabalhadores diaristas, nas palavras de Thomas, 23 anos, “eram o pessoal que não tinha terras e vivia de trabalho de diarista. A maioria não era de descendência alemã, a maioria era de descendência de ‘tuca’ (brasileiros) e de origem quilombola”. Esses trabalhadores são contratados mediante um acordo verbal, pelo qual acertam o recebimento de determinada quantia¹⁵⁰ pelo serviço prestado, normalmente para trabalharem na colheita do fumo, um trabalho que, de acordo com Lívia, 16 anos, “é cansativo, é muito cansativo, e faz mal”. Apesar de fazer mal, Luana, de 21 anos, confirma que os trabalhadores não usam o EPI (Equipamento de Proteção Individual), sob a seguinte alegação: “quem é que vai estar passando calor vai ser eu”, ai não botam os equipamentos”. A moça afirma que os equipamentos de segurança estão disponíveis, porém o uso dos mesmos é raro, inclusive entre os próprios agricultores.

¹⁴⁸ Apenas um entre os jovens agricultores descapitalizados entrevistados possui estufa elétrica em sua propriedade, a qual recentemente havia sido adquirida e estava sendo instalada.

¹⁴⁹ De acordo com o sistema de classificação utilizado pela AFUBRA, há um conjunto de 42 classes de fumo a partir do qual é definido o valor a ser pago ao produtor. Neste caso, o jovem está referindo que se houver demora na colheita ou secagem das folhas as mesmas perdem qualidade, caindo de classe e, portanto, perdendo valor.

¹⁵⁰ De acordo com os entrevistados, os valores recebidos variam em função do valor do fumo. Nas informações coletadas durante a pesquisa o menor valor pago foi de R\$ 20,00 e o maior de R\$ 50,00 a jornada de trabalho. Daniela, técnica do CAPA, e Regina, técnica da Emater, relatam que é comum que os negros recebam valores menores do que os brancos por essa atividade, informação que foi verificada nos dados coletados, apesar da amostra ser pequena, dado que a remuneração menor, de R\$ 20,00, foi recebida por uma moça negra, enquanto a de R\$ 50,00 por um rapaz branco. As informações também apontam indícios de que as mulheres recebam menos do que os rapazes, pois além desta caso, Liane, 17 anos, que é branca, recebeu R\$ 35,00 por seu dia de serviço, enquanto Ademilson, de 20 anos, também branco, recebeu R\$ 40,00, mais do que Guilherme, de 17 anos, jovem negro que recebeu R\$ 35,00, o mesmo que a moça branca, mas destacando que foi pago por seu tio, que queria ajudá-lo.

Da mesma forma que ocorre entre os jovens agricultores familiares capitalizados, entre os descapitalizados também há o predomínio dos rapazes nas avaliações positivas e das moças nas avaliações negativas, apesar de uma maior presença de moças nas avaliações positivas e de rapazes nas avaliações negativas. De toda forma, é possível concluir que as avaliações dependem mais do sexo, tendendo a ser negativa entre as moças e positiva entre rapazes, do que do nível de capitalização da propriedade.

Entre os aspectos positivos do rural e da atividade agrícola os jovens agricultores descapitalizados destacam a segurança, o ar puro, o fato de não ter patrão, de ser um ambiente mais saudável, a liberdade de não ter horários a cumprir, a autonomia para administrar a propriedade, o contato com a natureza e a importância da produção para o autoconsumo. Entre os rapazes, também está presente a possibilidade de, conforme Ruan, 18 anos, “correr de moto”, bem como de andar de carro sem necessidade da carteira nacional de habilitação (CNH). Já os aspectos negativos apontados incluem o fato de não possuir uma renda garantida, a falta de preço dos produtos em relação ao valor dos insumos e a necessidade de ter que trabalhar no sol. Além desses, também aparecem com conotações negativas dois aspectos que igualmente são apontados pelos jovens de maneira positiva: a liberdade e o fato de não ter hora para trabalhar, pois os jovens que avaliam negativamente o trabalho agrícola destacam, especialmente em comparação aos trabalhos urbanos, que na agricultura não são respeitados feriados, finais de semana e o horário, ao contrário de ocupações urbanas, nas quais há um horário para iniciar, outro para parar e as folgas são pré-estabelecidas.

Nessas avaliações, tanto negativas quanto positivas, não há qualquer novidade em relação às demais pesquisas sobre o assunto, tais como as de Brumer e Spanevello (2008); Spanevello (2008) e Weisheimer (2009), porém, mais uma vez surge nas palavras da jovem Lizandra, de 15 anos, a percepção da distinção entre homens e mulheres, pois, de acordo com ela, na cidade

tu vais ter a vantagem de conseguir emprego antes que na colônia, porque o emprego que tem aqui na colônia é de trabalhar de peão, e para mulher trabalhar de peão tem gente que não aceita, fica difícil de conseguir.

Salienta-se, mais uma vez, que a novidade não está na diferenciação entre homens e mulheres na agricultura, com prejuízo das segundas, mas na percepção por

parte das moças deste fenômeno, dado que suas avaliações negativas comumente têm por base a rotina diária, que torna imperceptível tal distinção, como se percebe no depoimento de Renata, 16 anos:

Aqui tu acordas às 6h30min, às vezes 6h, 5h30min, quando é apanhar fumo, tem que tirar leite, tem que arrumar o leite, pra quem vende, tem que ir pra lavoura apanhar fumo, chega em casa tem que fazer almoço, tem que cuidar dos filhos, tem que ir pra lavoura de tarde de novo, chega em casa é escuro, de noite, tem que preparar comida, tem que arrumar a casa e essas coisas.

Além da rotina desgastante de uma mulher, que adiciona o trabalho agrícola aos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, chama a atenção no depoimento desta moça que ela apanha o fumo pela manhã, o que pode ser altamente prejudicial à saúde. De acordo com Lecours (2011, p. 6), as folhas do tabaco, quando úmidas, fazem com que a nicotina seja absorvida pela pele, levando à intoxicação, comumente presente nos relatos dos jovens envolvidos na colheita do tabaco. A absorção de nicotina pela pele poderia ser evitada pelo uso do EPI, todavia, conforme indicam os relatos dos jovens entrevistados, ele nunca é utilizado.

Sobre a divisão do trabalho nas unidades familiares a resposta mais comum é de que, nas palavras de Jackson, 18 anos, “cada um faz um pouco”, ou, como ressalta Daniel, 17 anos, “é tudo um conjunto, todo mundo pega parelho”. Os depoimentos dos rapazes não faltam com a verdade, pois por seu caráter familiar, realmente se percebe que todos os integrantes trabalham de maneira equivalente, todavia há de se ressaltar as atividades desempenhadas por cada um, pois, conforme Artur, 18 anos, “a parte da casa é minha irmã que cuida, a parte da lavoura eu sempre cuido, que o pai não está em casa, está sempre de pedreiro, aí passa a lavoura pra mim”. Esta divisão feita entre os jovens, com os filhos homens cuidando da lavoura e as mulheres dos afazeres domésticos é comum também na divisão do trabalho entre os pais, como destaca Rochele, 22 anos:

Meu pai fica na parte mais pesada, que é do fumo mesmo, que é plantar e essas coisas assim, a gente colhe, mas o serviço de carregar as trouxas pra fora da lavoura é do meu pai, e aí o serviço do canteiro de fumo ele é nosso [ela e a mãe], nós fizemos, porque o pai trabalha de pedreiro pra fora, serviço pesado sempre fica pra mãe, normalmente é assim que acontece.

Enquanto entre os jovens agricultores capitalizados identificaram-se três diferentes formas de dividir o trabalho nas unidades de produção familiares, entre os descapitalizados predomina o modelo tradicional, no qual os homens assumem as tarefas produtivas e as mulheres as domésticas, destacando-se ainda que as mulheres são também mão de obra fundamental nos afazeres agrícolas, apesar de não serem reconhecidas por isso. Entende-se que o fato de apenas a tradicional divisão sexual do trabalho estar presente entre os agricultores familiares descapitalizados esteja relacionado com a predominância da cultura do fumo nessas propriedades, dado que a mesma é extremamente exigente em termos de mão de obra,¹⁵¹ dificultando a adoção de outros modelos de divisão do trabalho.

Seguindo este padrão de divisão do trabalho, ao se observarem as atividades desenvolvidas pelos jovens verifica-se, entre os rapazes, que todos exercem atividades ligadas à agricultura; já entre as moças, a maioria reporta às atividades domésticas desenvolvidas, todavia chama a atenção a quantidade elevada de referências ao caráter de “ajuda” nos depoimentos das moças, confirmando, mais uma vez, que apesar de trabalharem nas tarefas agrícolas, não se reconhecem e não são reconhecidas enquanto trabalhadoras plenas, mas apenas como ajudantes.

A jornada média dos jovens descapitalizados gira em torno de 8 horas diárias, maior do que a verificada entre os jovens capitalizados, de 5h30min, o que está diretamente relacionado à cultura do tabaco predominante nas propriedades dos primeiros.¹⁵² De uma maneira geral, a rotina desgastante, penosa e insalubre do trabalho no fumo, fica expressa nos seguintes depoimentos, de Aline e de Renata, respectivamente:

Eu não consigo colher fumo de calça (...) eu quero ver tu colher fumo de roupa comprida ou de calça, tem que ser curta, o problema é que gruda (...) fica preto (...) demora muito pra sair na máquina e (...) as mãos ficam (...) rachadas (...); ali dentro é horrível. (Aline, 16 anos)

Quando eu estou de férias, meu pai e a minha mãe colhem até quase o meio-dia, doze horas, por ai, ai eu vou em casa uma meia hora antes pra

¹⁵¹ De acordo com Silva, 2002; Pincelli, 2005; Paulilo, 1987, a cultura do fumo é a atividade agrícola com maior exigência de trabalho, em termos de quantidade de trabalhadores, de pouca qualidade e de insalubridade.

¹⁵² Os jovens destacam que as jornadas mais longas, que envolvem o dia e a noite, ocorrem no período de colheita e secagem do fumo, que se estende entre os meses de Dezembro e Março, dado que durante o restante do ano há menos trabalho a fazer.

fazer almoço e arrumo as coisas em casa pra quando eles chegarem já estar tudo mais ou menos (...) meio-dia a gente não fica sem tomar banho (...) eu chego em casa, a primeira coisa é tomar banho, quando eu chego dentro da cozinha tenho que fazer aquilo e aquilo, quando eu olho já está todo mundo lá fora, esperando o almoço. (Renata, 16 anos)

Nos depoimentos das moças sobressaem-se dois pontos fundamentais: a participação delas nas atividades domésticas e agrícolas e a falta do uso do EPI, difícil de suportar nos meses quentes de verão, quando se faz a colheita. Mas, mesmo que as atividades mais intensas na cultura do fumo ocorram no período das férias escolares, alguns jovens entendem que o trabalho na lavoura prejudique seus estudos, como destaca Samanta, 17 anos, “eu acho pouco tempo [para estudar], tudo muito corrido, chega da escola em casa, tu estás cansado, ai ajuda um pouco, ai tem que estudar um pouco de noite porque de manhã não dá pra deixar, ai tem que fazer o almoço, já tem que lavar roupa”.

Weisheimer (2009) já havia demonstrado que os jovens do Rio Grande do Sul recorrem aos pais para obter dinheiro, realidade que também se verifica entre os jovens agricultores de São Lourenço do Sul. Os jovens não chegam a revelar insatisfação com essa forma, apenas, em alguns casos, referindo que essa realidade é passageira. Há apenas um caso em que o jovem é remunerado por seu pai ao final da safra, outro em que a moça é casada e administra junto com o marido os recursos da família e um outro, no qual é a própria moça quem administra a propriedade, dado que os irmãos já saíram e a mãe, viúva, fica mais com o atual companheiro do que na casa em que vive a filha. Porém, receber dos pais não é a única forma de obter dinheiro utilizada pelos jovens, pois duas moças e sete rapazes também obtém recursos individuais trabalhando como diaristas, pedreiros e de babá. O significativo número de jovens que fazem uso de outros expedientes para obter rendas autônomas, para não depender tanto dos pais, mais do que busca por autonomia, representa também uma estratégia de diversificação da renda em propriedades descapitalizadas, dado que o dinheiro que os jovens ganham autonomamente evita que seus pais retirem os poucos recursos da propriedade para lhes dar quando pedem ou precisam de alguma coisa.

Outra estratégia de diversificação de renda observada entre as famílias dos jovens descapitalizados são os bares, presentes em três casos, dois em que os rapazes

têm na atividade uma estratégia de obter rendimentos próprios e um no qual a filha trabalha no bar, que é da família.

A obtenção de rendas individuais também cumpre um importante papel na própria definição dos projetos dos jovens, como se pode perceber no depoimento de Thomas, 23 anos, ao narrar os motivos que levaram seu irmão mais velho a abandonar o rural e a agricultura:

Eu te falei que a renda não foi um dos problemas. A renda aqui era boa, mas a autonomia dele em casa, vamos dizer, não era tão boa assim, até pelas prioridades (...) como ele não tinha a renda dele, às vezes nos finais de semana ele queria ir pra um lugar ou outro e ele não tinha autonomia. Nós tínhamos dinheiro, mas muitas vezes ele não tinha autonomia para fazer as coisas que queria.

Assim como ocorre entre os jovens agricultores capitalizados, a maioria dos jovens descapitalizados tece avaliações positivas acerca de seus pais, destacando principalmente o fato de serem trabalhadores, batalhadores, honestos e de terem cuidado bem da família. Além desses, as avaliações positivas também destacam aspectos que os jovens desejariam ter, a exemplo do acesso à renda, ou ainda a liberdade, como salienta Luana, de 21 anos, falando sobre a mãe:

Quando ela quer ela sai, e ela não faz nada contra a vontade, ela faz só o que tem vontade de fazer (...). Ninguém contraria ela muito, ela chega e diz quem é que faz as coisas e a gente faz, a gente não é muito de contrariar ela.

Os jovens descapitalizados, assim como os capitalizados, são unânimes no orgulho que tem dos pais que, em alguns casos, servem como espelho, a exemplo do caso de Lívia, de 16 anos, que destaca gostar “do serviço que eles fazem, acho bom o serviço que eles fazem e eu gostaria de ser assim que nem eles”.

Os jovens agricultores de famílias descapitalizadas, assim como os jovens agricultores de famílias capitalizadas, desfrutam de baixa autonomia. Todavia a autonomia é maior entre os primeiros do que entre os últimos, pois enquanto 35,7% (5 casos) dos rapazes descapitalizados possuem atividades autônomas, as quais incluem desde lavouras de fumo e feijão até trabalhos como diaristas e pedreiros e 28,5% (4 casos) dos rapazes possuem veículo próprio, nenhum, entre os capitalizados, possui atividades autônomas ou veículo próprio. Além disso, há duas moças com atividades

autônomas, fora da propriedade, e quatro que possuem bloco de produtor rural ou são anotadas nos dos pais.¹⁵³ Sobre a posse do bloco é importante referir que os rapazes capitalizados o possuem em maior proporção do que os descapitalizados; já no que se refere a ter ou não ter conta bancária, não há diferenças significativas, predominando, em ambos os casos, a inexistência de conta no banco.

A princípio pode parecer surpreendente o fato de que os jovens descapitalizados desfrutem de maior autonomia do que os capitalizados, porém credita-se este fato à maior necessidade, entre as famílias descapitalizadas, de uma inclusão mais precoce dos filhos como trabalhadores capazes de agregar mais valor às propriedades familiares, seja buscando rendas alternativas fora da unidade de produção, seja desenvolvendo outra atividade na própria unidade ou ainda como tomadores de crédito, como relata Joel, de 17 anos, ao justificar a confecção do bloco de produtor e a intenção de abrir uma conta bancária:

Eu tendo modelo 15 agora¹⁵⁴, eu vou me emancipar agora nos próximos dias, e eu pretendo tirar financiamento (...). Por enquanto eu estou na agricultura e os meus pais estão precisando de algum maquinário ainda, ai eu vou tirar alguma coisa pra ajudar na propriedade.

Cabe destacar que o desenvolvimento de atividades autônomas por parte dos jovens, mesmo nos casos em que estes ficam com toda a receita gerada e não auxiliam nas despesas familiares, contribui com o aumento da renda familiar, pois evita gastos com eles.

A percepção, por parte das moças, de que há diferenças no tratamento que recebem homens e mulheres na agricultura familiar, presente nos depoimentos da jovem capitalizada Valesca, de 16 anos, e da descapitalizada Lizandra, de 15 anos, também se faz presente nos comentários de Liane e Janete, ambas com 17 anos, sobre a posse de veículos no meio rural, pois, de acordo com a primeira moça, enquanto os gurus ganham uma moto,

as gurias tem que juntar sozinhas pra conseguir, eu acho que tem uma diferença (...) os gurus, por exemplo, já ganham a moto assim que conseguem dirigir (...) e principalmente até pela questão: por que ela quer dirigir, ela vai ter que cuidar da casa, o que ela quer com isso? (Liane, 17 anos)

¹⁵³ Nenhuma das moças de famílias capitalizadas possui bloco de produtor rural ou é anotada no dos pais.

¹⁵⁴ Modelo 15 é a forma como muitos agricultores se referem ao bloco de produtor rural, pois essa era a antiga nomenclatura do documento.

No mesmo caminho está o depoimento de Janete, ao referir o famoso e preconceituoso ditado de acordo com o qual “a mulher no volante...[perigo constante]”. Percebe-se, nas falas de ambas, mais do que a percepção do preconceito e da distinção entre rapazes e moças, pois as falas, especialmente de Liane, assim como já havia ocorrido em depoimentos de Valesca e Lizandra, já citados, um questionamento desta ordem que reserva às mulheres o espaço doméstico e aos homens o espaço público, de modo que enquanto as primeiras não precisam sair da “cozinha” os últimos são incentivados a passear através do recebimento de um presente: a moto.¹⁵⁵ A questão que mais uma vez se quer destacar refere-se à possibilidade de tais percepções refletirem-se nas futuras gerações, pois será que estas moças, futuramente, irão se resignar ao papel de subordinação que, juntamente com suas mães, ocupam atualmente?

Quando se analisa o reconhecimento entre os jovens agricultores de famílias descapitalizadas percebe-se que entre os que o avaliam de maneira positiva há um equilíbrio entre rapazes e moças, já nas avaliações negativas há predominância das moças.

Cabe destacar ainda que os jovens reclamam mais da falta de reconhecimento por parte da sociedade, que não valoriza seu trabalho e seus produtos, do que propriamente da família, na qual, em sua maioria, sentem-se valorizados. Sua principal reclamação relativa à falta de reconhecimento da família pode ser expressa pela fala de Artur, com 18 anos, “por causa que o cara dá uma ideia e não ouvem tanto”; A percepção da falta de reconhecimento por parte da sociedade e da própria família também é destacada na forma de migrações, como argumenta Rochele, 22 anos, “eu acho que nenhum agricultor é [reconhecido], porque se fosse não teria tanta gente indo embora da colônia pra cidade”.

Os jovens agricultores descapitalizados, assim como os capitalizados, desfrutam de liberdade individual, pois, na maioria das vezes apenas avisam os pais, nas palavras de Samanta, 17 anos, “eu peço pro meu pai, digo que vou sair pra ele me dar dinheiro”. É uma liberdade controlada, pois os jovens normalmente não dispõem de recursos financeiros para sair, dependendo dos pais que “às vezes resmungam”, como refere

¹⁵⁵ A moto também atua como facilitadora para os namoros, visto que permite aos jovens tanto um maior acesso a festas, nas quais podem encontrar namoradas(os), quanto visitas as namoradas(os), após a consolidação dos relacionamentos. Esta também pode ser apontada como causa para que as moças não tenham uma moto, pois dessa forma o controle delas por parte dos pais fica facilitado. (CASTRO, 2006; SIQUEIRA, 2004)

Janete, 17 anos, mas sempre acabam permitindo que os filhos saiam. Este formato de liberdade, em que os jovens precisam pedir ou avisar os pais que vão sair, na maioria das vezes não desagrada os jovens, pois, como afirma Daniel, 17 anos, “eles querem o melhor pra mim, não querem me ver mal.” Apenas dois jovens revelam certo descontentamento com algumas restrições impostas pelos pais, Lizandra, de 15 anos, que apesar de desejar mais liberdade, entende a situação, pois “eu acho que eu sou muito nova”, e Ruan, 18 anos, talvez por ser um dos poucos jovens com recursos próprios, que obtém trabalhando como diarista, recebendo dos pais e plantando uma lavoura para si, reclama que “pra ir pros bailes, que eu vou, eles não gostam muito”.

Assim como ocorre entre os jovens agricultores capitalizados, a grande maioria dos jovens descapitalizados, dezesseis (53,4%) entrevistados estão cursando o Ensino Médio, o que está de acordo com a idade. Da mesma forma há outros quatro jovens (13,3%) que já concluíram o Ensino Médio e abandonaram os estudos e outros dois (6,7%) que se formaram técnicos agrícolas. Porém, ao contrário do que ocorre no estrato mais capitalizado de agricultores, há quatro (13,3%) jovens que abandonaram os estudos ao final do Ensino Fundamental e outros quatro (13,3%) que sequer completaram esta fase inicial de estudos, dois dos quais já abandonaram a escola. Considerando-se que a faixa de idade estabelecida para a seleção dos entrevistados, dos 15 aos 24 anos, corresponde minimamente à idade adequada para o ingresso no Ensino Médio, é possível afirmar que ao menos oito (26,6%) dos entrevistados nesta categoria estejam prejudicados educacionalmente. Tal fato pode estar relacionado à menor disponibilidade de recursos e à cultura do fumo, muito exigente em termos de mão de obra, o que obrigaria os jovens a privilegiar o trabalho em detrimento dos estudos, como é ilustrativo o fato de que entre os oito jovens que avançaram apenas até a conclusão do Ensino Fundamental,¹⁵⁶ cinco residam em unidades produtoras de fumo e dois trabalhem fora do estabelecimento, um como diarista e outro como pedreiro. Apenas Lívia, de 16 anos, que apenas concluiu o Ensino Fundamental, não tem a produção de fumo em sua propriedade e tampouco trabalha fora do estabelecimento.¹⁵⁷

A maioria dos jovens descapitalizados, assim como os capitalizados, também não possuem namoradas(as)/noivas(os)/companheiras(os)/esposas(maridos), sem

¹⁵⁶ Em princípio não se verificaram diferenças entre os sexos, pois são quatro moças e quatro rapazes.

¹⁵⁷ Esta moça, que chegou a iniciar o ano escolar do Ensino Médio, justifica sua evasão em virtude das dificuldades para acompanhar a turma, segundo ela, o colégio onde cursou o Ensino Fundamental era muito fraco.

diferenças significativas entre rapazes e moças, de modo que, independentemente do grau de capitalização, os jovens tem adiado o início de relacionamentos mais sérios.

A capitalização da propriedade faz diferença quando se trata de inclusão digital e acesso à internet, pois se entre os jovens agricultores capitalizados a maioria tem acesso ao computador com internet em casa, entre os descapitalizados, nenhum pode acessar a rede mundial de computadores,¹⁵⁸ recorrendo, para isso, à estrutura da escola, a parentes ou a vizinhos, como faz Liane, de 17 anos, aluna de um curso à distância: “Eu tenho o computador da minha irmã, mas não tem acesso à internet, ai eu vou na casa do meu vizinho, já que a gente faz curso à distância (...) ai a gente faz junto os trabalhos”. Apesar de ser considerada ruim pelos jovens, é possível instalar a internet em suas residências, porém, como destaca Rochele, 22 anos, “o custo é de R\$ 60,00, me parece, ai fica caro pra gente”.

Ao contrário da inclusão digital, o acesso ao lazer é bem mais democrático, dado que os jovens descapitalizados frequentam os mesmos locais que os capitalizados e os marginalizados, que serão analisados a seguir, o que inclui as prestigiadas festas da comunidade, os jogos de futebol e os bailes nos salões do interior, que apesar dos ingressos a R\$ 30,00, considerados um “roubo”, nas palavras de Luana, 21 anos, sempre atraem a todos. O acesso aos eventos também é realizado mediante o uso de ônibus fretado, caronas com pais, amigos ou parentes e, nos casos dos rapazes que possuem carro ou moto, em veículos próprios.

No quadro que segue, será feita uma síntese do perfil médio dos jovens agricultores familiares descapitalizados:

Quadro 4: Perfil médio dos jovens agricultores familiares descapitalizados entrevistados

Os jovens agricultores familiares descapitalizados residem em propriedades que têm, em média,¹⁵⁹ 22,1 hectares, tamanho menor que a média municipal, as quais são tanto produto de herança quanto compradas, o que revela a necessidade destes agricultores, mesmo nos casos em que são herdeiros, de adquirem novas frações de terra a fim de viabilizar a atividade agrícola. A cultura predominante nas propriedades dos jovens descapitalizados é o fumo, apesar da presença significativa das culturas de milho, batata e feijão, nalguns casos cultivados pelas mesmas famílias que plantam fumo. A renda média mensal, de 1.611,83, calculada através de média aritmética simples, também inferior à renda rural

¹⁵⁸ Neri et al (2012, p. 125) constatam ser essa uma realidade nacional, pois se 29% dos moradores das classes A e B possuem computador com acesso a internet, na classe C esse percentual é de 7% e nas classes D e E chega apenas a 1,2%.

¹⁵⁹ Foi calculada a média aritmética simples.

municipal, de R\$ 2.636,82 mensais, os inclui na classe C, a qual compreende famílias com renda entre R\$ 1.276,00 e 5.104,00 mensais. Esta renda comumente é complementada pelo exercício de atividades não agrícolas por parte de alguns integrantes da família. Os jovens não participam da administração das propriedades, normalmente centralizada pelos pais. Demonstrando a importância dos financiamentos para a atividade agrícola familiar, a maioria das famílias possui financiamentos, avaliados positivamente pelas mulheres e negativamente pelos homens. Estes financiamentos permitem que na maioria das propriedades existam implementos agrícolas, com destaque para os tratores. Apesar da grande exigência de mão de obra da cultura do fumo, a maioria das famílias não contrata trabalhadores diaristas. Ao avaliarem o rural e a atividade agrícola, os jovens rapazes tecem comentários positivos, enquanto os comentários das moças possuem um teor mais negativo. A divisão do trabalho obedece à tradicional lógica presente na agricultura familiar, de acordo com a qual aos homens cabem as atividades agrícolas e às mulheres as atividades domésticas, apesar delas também se inserirem nos afazeres da lavoura, mas na condição de ajudantes, sem o devido reconhecimento enquanto agricultoras plenas, lógica de divisão do trabalho esta que é reproduzida nas principais atividades desenvolvidas pelos jovens. O mais comum é que os jovens peçam aos pais dinheiro e tudo o mais que precisem, todavia também são significativos os casos em que rapazes e moças buscam rendas autônomas ocupando-se em atividades fora de suas unidades familiares. Os jovens agricultores familiares capitalizados que avaliam positivamente o modo de vida de seus pais são maioria, sendo unânimes quando se trata em ter orgulho dos pais. Os jovens descapitalizados desfrutam de maior autonomia do que os capitalizados, o que se atribui à necessidade de suas famílias de ampliarem o acesso à renda e a financiamentos, porém, da mesma forma que ocorre com os jovens capitalizados, os rapazes possuem maior autonomia do que as moças. De uma maneira geral os jovens sentem-se reconhecidos por suas famílias, mas não pela sociedade, destacando-se, ainda, que o reconhecimento é maior entre os rapazes. Os jovens também demonstram satisfação no que se refere ao acesso à liberdade individual. Entre os jovens descapitalizados predominam aqueles que estão cursando o Ensino Médio, mas é significativa a quantidade de jovens com déficit educacional, o que se credita à maior necessidade de privilegiar o trabalho em detrimento dos estudos. A maioria dos jovens é solteiro(a) sem namoradas(os), não tem acesso à internet e tem frequência satisfatória a atividades de lazer.

4.2.3.3. Agricultores familiares marginalizados

Os jovens agricultores familiares marginalizados entrevistados vivem em propriedades rurais que tem, em média,¹⁶⁰ 1,9 hectares, área insuficiente para qualquer tipo de cultivo comercial, de modo que, em sua maioria, plantam apenas produtos para o próprio consumo, produção esta que se não gera receitas monetárias diretas, ao menos garante parte da provisão anual de alimentos, reduzindo a necessidade de compras.

É importante frisar que três dos oito jovens classificados nesta categoria são descendentes de quilombolas, de modo que as propriedades não estão formalmente registrada no nome dos moradores, como explica a mãe de Guilherme, rapaz de 17 anos: “[a propriedade é] dos antepassados assim, um pedacinho de terra, só que nada tem papel, cada um está no seu aqui, tem ele ali, o meu tio está ali, eu estou aqui, ali nos fundos está a minha tia, é o que tem”. A mãe do rapaz afirma ainda ter medo de perder a moradia, especialmente em caso de uma inserção urbana dela ou de Guilherme, pois “enquanto está morando fica [mas se sair] não se sabe, porque não tem nenhum papel, qualquer um pode invadir, entrar”. Além das propriedades de descendentes de quilombolas, as demais foram compradas ou doadas por antigos patrões.

Os cultivos desenvolvidos nas propriedades, apenas para o autoconsumo, incluem o feijão, o milho, a batata e as hortas. Há também, em algumas propriedades, poucas galinhas, algum porco e vacas para o leite.

A renda média das famílias dos jovens agricultores marginalizados, calculada por média aritmética simples, é de R\$ 551,18 mensais, próximo ao valor do salário mínimo de 2011, ano em que foram realizadas as entrevistas, que era de R\$ 540,00. De acordo com Classificação de Barufi (2012, p. 2), esta renda enquadra os jovens agricultores marginalizados na classe E da sociedade brasileira. Porém é importante ressaltar que esta média é em grande parte sustentada pela rendas previdenciárias, dado que em cinco das oito famílias há aposentados contribuindo com as despesas, pois nos demais casos há famílias, conforme os critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, em situação de extrema pobreza e de vulnerabilidade social, o que confirma a afirmação de Osório et al (2011a, p. 23) de que possuir idosos na família se transformou

¹⁶⁰ Calculada por média aritmética simples.

no Brasil, em virtude da valorização do salário mínimo, em uma espécie de seguro contra a pobreza.¹⁶¹

Além das aposentadorias, as famílias também contam com recursos advindos de programas sociais, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola, os quais também, na argumentação de Osório et al (2011a, p. 21), contribuíram decisivamente para a redução da pobreza no Brasil nos anos 2000. Além das aposentadorias e dos Programas Sociais, a renda das famílias é composta, em seis casos, pelo trabalho como diaristas na produção de fumo, em um caso, cortando mato, e noutro como empregado num comércio do interior.

Os dados coletados também vão ao encontro das conclusões de Fontoura e Pedrosa (2010, p.7) acerca do aumento de famílias chefiadas por mulheres, pois, de acordo com as autoras, esta chefia comumente ocorre em situações desfavoráveis. Entre os oito casos analisados, em cinco a administração das unidades familiares é feita por mulheres, o que se explica tanto pela inexistência de maridos em casa, os quais tradicionalmente assumiriam a chefia da família, quanto pela inexistência de culturas comerciais, dado que a administração acaba mais restrita ao âmbito doméstico, tradicionalmente controlado pelas mulheres.

Não restam dúvidas de que o crédito é fundamental à sobrevivência da agricultura familiar, porém as modalidades específicas, via PRONAF, não têm chegado até estes agricultores mais empobrecidos, pois três nunca tiraram financiamentos e outros três já recorreram a empréstimos pessoais, os quais sabidamente possuem juros mais altos do que os subsidiados pelo governo através do PRONAF. Há dois casos em que as famílias dos jovens utilizaram o crédito do PRONAF, mas enfrentaram dificuldades para o pagamento, sendo que, num dos casos, após o endividamento, a família do jovem optou por buscar trabalho fora, cortando mato por empreitada, e abandonar a atividade agrícola comercial para sanar a dívida.

De acordo com argumento desenvolvido por Sabourin (2007, p. 723) os recursos do PRONAF, aumentados significativamente no governo Lula, permitiram a consolidação das propriedades menos precárias, porém não conseguiram favorecer a progressão das unidades menores, que permaneceram à margem desta política pública. Conforme o autor, o programa peca por priorizar sempre, mesmo nos casos de

¹⁶¹ Delgado (1997) também já havia demonstrado a importância da previdência para o aumento da renda de famílias rurais, tendência que foi mantida e ampliada ao longo da primeira década do século XXI, como indicam os estudos de Osório et al (2011a; 2011b) e Néri et al (2012).

microprodutores, a inserção no mercado, ignorando as possibilidades de produção para o autoconsumo, intraconsumo e a distribuição não mercantil e não monetária da agricultura. Desta forma, cabe refletir acerca das modalidades de financiamento existentes, que marginalizam mais uma vez agricultores já marginalizados, empurrando-os para o sistema bancário geral que trabalha com taxas de juros extremamente altas, reduzindo ainda mais as já pequenas oportunidades desta fração de agricultores, que tem na produção agrícola talvez a mais importante fonte anual de alimentação e garantia de sua segurança alimentar¹⁶².

Como já se poderia esperar, entre os jovens agricultores familiares marginalizados, que não possuem em suas propriedades culturas destinadas ao mercado, e com acesso restrito a financiamentos, não há também implementos agrícolas e tampouco é realizada a contratação de trabalhadores diaristas.

Assim como os jovens capitalizados e os descapitalizados, os marginalizados também prezam a tranquilidade do meio rural, todavia fazem avaliações negativas acerca dele, destacando a falta de oportunidades e a dificuldade de acesso, especialmente para educação. Igualmente, os comentários são negativos quando se trata da agricultura, na qual, de acordo com Vanessa, 23 anos, “a gente trabalha, trabalha, trabalha e não consegue juntar nada”. Guilherme, de 17 anos destaca outro aspecto negativo da atividade agrícola, lembrando que “muito trabalho de agricultura é muito pesado, assim, o cara trabalha muito com veneno e essas coisas assim”.

A divisão do trabalho nas propriedades agrícolas familiares é uma questão que independe de renda, dado que assim como ocorre entre os jovens agricultores familiares capitalizados e descapitalizados, nas propriedades descapitalizadas as mulheres dedicam-se às atividades domésticas, como relata Júlia, de 15 anos, “eu limpo a casa, porque eu estudo de manhã, ai eu limpo a casa de tarde e a mãe também ajuda, e o avô corta a grama, cuida da horta, a mãe também”; enquanto os rapazes ocupam-se apenas nos trabalhos para terceiros, sem esquecer, contudo, que este trabalho para fora também é executado pelas mulheres.

¹⁶² Na crítica que faz ao PRONAF, Sabourin (2007) destaca a necessidade de que a produção para o autoconsumo também receba algum tipo de financiamento, porém, como o PRONAF tem como agentes financeiros instituições bancárias, que buscam o lucro, resta saber em que medidas agricultores sem produção comercial poderiam se enquadrar no referido programa. Por outro lado, as informações coletadas durante esta pesquisa indicam a importância que o autoconsumo também receba incentivos subsidiados, seja através de alguma linha específica do PRONAF que não exija retorno financeiro ou de programas de transferência de renda.

Desta forma, ao comentar as atividades que desempenham, as moças ressaltam tanto as atividades domésticas, realizadas no lar, quanto as agrícolas, na propriedade de terceiros, como destaca Janaina, de 20 anos, que estuda numa escola de turno integral: “é, em casa, em finais de semana, arrumar a casa, ajudar na lavoura, em alguma coisa”. Sobre o trabalho como diaristas de fumo, também executado pelas moças, Ademilson, 20 anos, destaca que “é por etapas, primeiro a gente tira as folhas que estão mais maduras e vai por aí, daí a gente seca na estufa e coisa, mas é bem pesado, é um serviço pesado”. Como o trabalho é pago por dia, as jornadas são longas, iniciando pela manhã e estendendo-se até à tarde, considerando-se os dias de verão, mais longos, além do que, por vezes, os trabalhadores têm que percorrer longas distâncias até chegar ao local em que foram contratados, como é o caso de Guilherme, 17 anos, que trabalha em unidades que ficam a mais de 5 kms de sua residência, indo de bicicleta.

A respeito da jornada é difícil precisar, pois se quando há trabalho elas são longas, quando não há os jovens ocupam-se apenas com pequenos afazeres em suas unidades. Mas, de toda forma, os trabalhos fora da propriedade não chegam a interferir nos estudos, como afirma Emílio, de 18 anos, “nunca atrapalhou, eu sempre fui bem nos estudos, apesar de, uns tempos atrás, eu não dava muito valor, mas agora não atrapalha”. No caso do fumo, mais exigente no tempo dos jovens, o mesmo não chega a afetar os estudos porque comumente eles são contratados apenas no período da colheita, que coincide com as férias escolares.

É unanimidade entre os entrevistados o fato de não utilizarem os EPIs, os quais também não são utilizados pelos próprios agricultores contratantes, como afirma Ademilson, de 20 anos. Todavia, como destaca o mesmo jovem, os equipamentos sequer são disponibilizados aos trabalhadores, que ficam expostos aos riscos que o trabalho nesta cultura pode ocasionar à saúde. O próprio jovem reconhece que o trabalho na cultura do tabaco “com certeza prejudica [a saúde], que nem eu fiz cirurgia do coração e coisa, esses dias eu trabalhei capinando fumo, trabalhei dois dias, no terceiro dia eu estava no hospital, é bem complicado”. Sobre o problema de saúde do rapaz, que passou por uma cirurgia do coração, é interessante destacar que Vanessa, de 23 anos, que também já trabalhou como diarista, teve problemas de saúde, também relativos ao coração, e precisou deixar de trabalhar. Deve-se destacar que, coincidência ou não, de um total de 53 jovens entrevistados, apenas dois, ambos agricultores familiares marginalizados que trabalham/trabalharam na colheita do fumo, relataram problemas de saúde mais graves.

Enquanto entre os jovens agricultores familiares capitalizados e descapitalizados somente poucos jovens eram remunerados por seu trabalho; entre os marginalizados, como estes trabalham para terceiros, a maioria é diretamente remunerada. Porém, a lógica de destinação dos recursos é inversa, pois se entre aqueles a remuneração, recebida dos pais ou de atividades fora da unidade familiar tinha como objetivo dotar os jovens de recursos; entre os marginalizados, os jovens obtém recursos fora da unidade para prover suas famílias com bens básicos para sua manutenção.

Apesar de orgulhosos dos pais, conforme Emílio, 18 anos, “porque são batalhadores (...) bem humildes”, os jovens tendem a avaliar negativamente o modo de vida deles, especialmente pelas dificuldades que passam, como destaca Vanessa de 23 anos, “é ruim a gente ser pobre e não ter nada, não poder fazer nada”. Esta mesma moça entende que os pais “trabalham muito, trabalham bastante”, mas sintetiza a avaliação do modo de vida de seus pais numa palavra: “pobres”.

Ao avaliar a autonomia entre os jovens marginalizados, mais uma vez se percebe que os rapazes são privilegiados em relação às moças, pois eles são maioria na posse de veículo próprio, de conta em banco, de bloco de produtor rural e no exercício de atividades autônomas. Mas de uma maneira geral, inclusive por exercerem atividades remuneradas fora de suas propriedades, os jovens, mais especificamente os rapazes, possuem bastante autonomia.

Neste ponto, é importante frisar a importância do bloco de produtor rural, do qual apenas um rapaz é titular, enquanto outro rapaz e uma moça são anotados nos dos pais, pois houve dois casos em que os jovens que trabalham como diaristas enfrentaram problemas de saúde, Guilherme, 17 anos, e Ademilson, 20 anos, o último titular do bloco e o primeiro sem a posse do mesmo.¹⁶³ O que ocorreu é que Ademilson, com um problema de coração, quando precisou se afastar para a realização da cirurgia, já era titular de seu bloco e recebeu, durante o período de recuperação, o benefício social de um salário mínimo mensal, o qual utilizou para adquirir a moto que atualmente possui, dado que em virtude do problema de saúde não é mais recomendado que ele volte a andar de bicicleta, como fazia anteriormente. Já Guilherme, que não possui o documento, quebrou o braço e precisou ficar durante todo o período de recuperação sem trabalhar e sem receber qualquer remuneração, auxílio ou seguro.

¹⁶³ É importante destacar que Guilherme é descendente de quilombolas, de modo que mesmo que quisesse não poderia confeccionar um bloco de produtor para si ou estar como dependente de sua mãe, dado que ela também não pode encaminhar o mesmo porque legalmente a família não possui terras em seu nome, como já foi explicado anteriormente.

Como responsáveis por parte significativa da renda familiar os jovens são bastante reconhecidos em suas propriedades, porém o mesmo não ocorre quando se trata dos demais agricultores, pois, como atesta Ademilson, 20 anos, “porque é um trabalho que não é valorizado aqui fora, todo mundo trabalha nisso, mas não é muito valorizado, não dão valor”. Prova do não reconhecimento desses agricultores, que produzem apenas para subsistência e que trabalham para outros agricultores como forma de obter renda é a própria dificuldade para encontrá-los, pois nem os sindicatos de agricultores familiares, tanto o ligado a FETRAF quanto o ligado a FETAG, possuem informações a respeito deles, e tampouco o escritório municipal do Ministério do Trabalho e Emprego, de modo que só foram encontradas informações a respeito desta população junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e ao CAPA, especialmente em relação aos quilombolas. Igualmente, quando realizei pesquisa para a dissertação de Mestrado no mesmo município, sobre a produção de fumo, após a realização de quase 30 entrevistas, com produtores de fumo, filhos de produtores e informantes-chave, em momento algum foram feitas referências aos trabalhadores diaristas, que, como se sabe hoje, são importante mão de obra na cultura do fumo.

Assim como ocorre com os demais, os jovens agricultores familiares marginalizados possuem bastante liberdade individual, apesar de pedirem/comunicarem aos pais que vão sair, situação que não os incomoda. A julgar pelo fato de que a maioria dos jovens já trabalha, parece que o pedido/aviso aos pais, especialmente entre os rapazes, funciona mais como uma forma de representar consideração com os mesmos do que propriamente uma subordinação, inclusive porque em todos os casos os jovens afirmam que seus passeios não são restringidos. Porém, o tratamento recebido não é exatamente o mesmo entre as moças, pois enquanto eles gozam de ampla liberdade para sair, para as moças esta é mais controlada, como refere Janaína, de 20 anos, “às vezes eles começam a empurrar um pro outro, pede pra um, pede pra outro, e não decide, mas eles deixam sim, não são muito seguros”, ou, como relata Júlia, com 15 anos, “quase sempre eles deixam, mas as vezes eles não deixam, mas só as vezes eles não deixam”. Porém as moças revelam-se satisfeitas com esse controle, pois, como afirma Janaína, 20 anos, “eu acho que está certo, porque não pode, também, ser tão liberal assim, pra mim está bom”.

Apenas dois jovens já abandonaram os estudos, Vanessa, de 23 anos, ao completar o Ensino Fundamental e Patrícia, de 19 anos, ao concluir o Ensino Médio. Há ainda três jovens cursando o Ensino Fundamental e três cursando o Ensino Médio, de

modo que não se notam maiores prejuízos educacionais dos jovens desta categoria, especialmente em relação aos descapitalizados.

Assim como ocorre com os demais jovens, entre os agricultores marginalizados predominam os solteiros sem namoradas, sendo a única exceção Vanessa, que já é casada. A explicação para o fato de a maioria dos jovens não assumir relacionamentos mais sérios pode ser percebida na fala de Ademilson, 20 anos, “olha, namorada não, é uns rolos ai meio por cima, não quero me amarrar muito cedo não”. Note-se que o rapaz não está privado de relacionamentos, mas prefere manter sua liberdade ao não assumir compromissos.

Como se poderia esperar, entre jovens com poucos recursos, nenhum deles possui computador ou acesso à internet em casa, acessando a rede mundial, nos casos em que isso ocorre, na escola ou, no caso de Júlia, 15 anos, no curso de operadora de microdesigner que realiza na cidade.

O acesso a lazer é amplo entre os jovens agricultores familiares de São Lourenço do Sul, independente do grau de capitalização das propriedades, incluindo as festas de comunidade, os jogos de futebol e os bailes em salões do interior, eventos esses que são frequentados pegando carona com amigos, utilizando ônibus fretados e, no caso de Ademilson, 20 anos, em sua moto.

Quadro 5: Perfil médio dos jovens agricultores familiares marginalizados entrevistados

Os jovens agricultores familiares marginalizados residem em propriedades bastante pequenas, o que permite a produção apenas para o próprio consumo das famílias, inviabilizando a agricultura comercial. Entre as culturas presentes nas propriedades estão o feijão, a horta, a batata e o milho. A renda média das famílias dos jovens marginalizados é de aproximadamente um salário mínimo, proveniente de aposentadorias, benefícios sociais e do trabalho como diaristas na cultura do fumo. As mulheres são as principais responsáveis pela administração das propriedades, o que se deve tanto à ausência de homens quanto à inexistência de culturas comerciais nas unidades familiares. As famílias não têm acesso ao crédito público subsidiado, recorrendo, quando precisam, a empréstimos pessoais, sujeitos a altas taxas de juros. As famílias dos jovens também não dispõem de implementos agrícolas e tampouco contratam diaristas, mesmo porque não geram valor monetário em suas propriedades. Os jovens avaliam negativamente o rural e a atividade agrícola, especialmente em função da pobreza que vivenciam. A divisão do trabalho reserva às mulheres as atividades domésticas, mesmo nos casos em que também trabalham como diaristas, ocupação prioritária dos homens. Os jovens, como trabalham para terceiros, são remunerados por seu trabalho, mas a lógica desta remuneração é inversa ao que ocorre com os demais agricultores, pois entre os marginalizados a renda dos jovens é dedicada à manutenção da unidade familiar, não significando independência deles em relação ao dinheiro dos pais. Da mesma forma, os jovens tecem avaliações negativas acerca do modo de vida de seus pais, apesar de se orgulharem dos mesmos. A autonomia está presente entre os jovens, que já são trabalhadores, porém é maior entre os rapazes do que entre as moças. Os jovens sentem-se reconhecidos por suas famílias, que tem neles uma de suas fontes de renda, todavia sentem-se desprestigiados pelos demais agricultores, que apesar de os contratarem como mão de obra não reconhecem a importância de seu trabalho. A liberdade individual também é maior entre os rapazes do que entre as moças, mais vigiadas por suas famílias. A maioria dos jovens ainda estuda, alguns no Ensino Fundamental e outros no Médio, porém sem maiores prejuízos educacionais, especialmente na comparação com os jovens descapitalizados. A maioria deles também é solteiro(a) sem namorada(o), nenhum acessa a internet e todos tem acesso a lazer, compartilhando os mesmos espaços de sociabilidade que os jovens agricultores capitalizados e descapitalizados.

5. Os jovens agricultores e seus projetos

Em prosseguimento à análise das dinâmicas de mobilidade social entre jovens agricultores do município de São Lourenço do Sul, de acordo com a perspectiva dos atores, com inspiração no modelo teórico desenvolvido pela pesquisadora britânica Margaret Archer (1998), neste capítulo passar-se-á a considerar a terceira temporalidade analítica por ela definida, da elaboração das estruturas.

De acordo com a autora, resultarão das interações, interrelacionadas aos condicionamentos estruturais, uma série de consequências, em boa medida não intencionais, as quais irão modificar propriedades estruturais antigas e introduzir novas, as quais, por sua vez, irão produzir interações subsequentes (ARCHER, 1998, p. 12). Desta forma, os projetos dos jovens, como produtos de um contexto recente, que implica maior escolaridade em relação aos seus pais, novas relações de sociabilidade e um acesso mais facilitado ao meio urbano, irão compor, com a mediação da reflexividade, um cenário de futuro, no qual novas interações serão estabelecidas.

O modelo desenvolvido pela autora concebe a realidade a partir de três temporalidades distintas, passado (anterior à ação), presente (simultâneo à ação) e futuro (posterior à ação), de modo que este capítulo insere-se na terceira temporalidade. Porém, é importante destacar que não se trata de uma análise de ações futuras, sociologicamente inviável, mas de uma análise de antecipações presentes de um futuro desejado, mediadas pela reflexividade dos atores, mas com implicações para este mesmo presente, dado que a expectativa de concretização dos projetos elaborados pauta, em boa medida, as ações presentes dos atores. (ARCHER, 1998, p. 11)

Desta forma, busca-se compreender o processo de construção dos projetos dos jovens, buscando identificar as disposições, como sugere Lahire (2004), que os levaram por um caminho e não outro, destacando, além de pontos gerais, acontecimentos individuais extraordinários que se acredita podem ter influído na definição de seus projetos individuais. Da mesma forma, há a preocupação de verificar as possibilidades de concretização destes projetos, utilizando-se, para isso, da análise das estratégias definidas pelos jovens a fim de cumprirem seus objetivos.

5.1. A construção dos projetos

Conforme definição de Weisheimer, em sua tese de doutoramento, os projetos constituem-se “numa antecipação consciente do futuro contingente, que revela o ser e o

transforma, orientando sua conduta em direção a um futuro pretendido” (WEISHEIMER, 2009, p. 260-261). Ainda de acordo com a definição operacional do conceito elaborada pelo autor, os projetos podem assumir três diferentes formas, imbricadas entre si: projetos de escolarização, de curto prazo; projetos profissionais, de médio prazo; e projetos de vida, de longo prazo. (WEISHEIMER, 2009, p. 264-265)

Quadro 6: Plano de análise dos projetos dos jovens agricultores

Educacionais	Ocupacionais	Vida
Escolaridade almejada	Profissão almejada	Sucessão
Estratégias de escolarização	Estratégias de inserção ocupacional	Influência familiar na decisão
	Perspectivas relativas à agricultura e ao urbano	Conflitos/concordâncias com a expectativa dos pais
	Avaliação das possibilidades de inserção profissional	Local de moradia desejado
		Origem preferencial do companheiro
		Planos familiares (casamento e filhos)
		Projetos de vida

Fonte: Elaboração do autor

A análise dos projetos educacionais será pautada pelas informações referentes à escolaridade almejada pelos jovens e pelas estratégias que os mesmos pretendem utilizar para viabilizar seus estudos. De acordo com o estudo desenvolvido por Carneiro (2001, p. 41), houve uma flexibilização das regras de sucessão ao longo das últimas décadas do século passado, ficando na agricultura os filhos com menor aptidão para os estudos, de forma que a vontade de estudar significava, ao mesmo tempo, uma opção pelo abandono da agricultura. Como se poderá ver, esta concepção, apesar de ainda válida, é questionada por alguns jovens, possuindo ainda relações com o grau de capitalização das propriedades.

A análise dos projetos ocupacionais será feita com base no desejo manifestado pelo jovem referente à ocupação que almeja desenvolver, pelas estratégias que pretende utilizar para chegar a ingressar nesta atividade, pela avaliação que faz de trabalhos urbanos e rurais, bem como pelas possibilidades que julga ter para ser bem sucedido na concretização de seus planos. A questão mais importante não se refere ao projeto em si, mas sim às estratégias previstas para sua viabilização, de modo que ao se analisar o projeto com base nas demais questões propostas será possível visualizar, preliminarmente, alguns encaminhamentos de sua trajetória ocupacional, os quais podem ou não estar contribuindo para que a mesma culmine na ocupação desejada.

Para a análise dos projetos de vida serão tratadas as questões da sucessão, das influências familiares na decisão, da expectativa dos pais, do lugar de moradia desejado, da origem da(o) companheira(o) desejada(o), dos planos de composição familiar e de seus projetos de vida, os quais incluem anseios e sonhos. Herdar a propriedade familiar é quase sinônimo de uma vida ligada à agricultura (BRUMER, 2007), todavia não herdar não é sinônimo de abandono desta atividade, mas significa a elaboração de novas estratégias, sejam elas para permanecer ou não na agricultura. Os encaminhamentos desta questão, juntamente com as demais, irão fornecer pistas para compreender em que medida os projetos dos jovens são representativos de desejos individuais; frutos da necessidade de seu trabalho na propriedade familiar ou ainda se resultam de estratégias coletivas de reprodução familiar.

Além destas três dimensões coletivas – escolares, ocupacionais e de vida -, os projetos possuem também um aspecto individual, pois são também produto das avaliações das possibilidades futuras construídas ao longo das biografias dos atores sociais e que formam seu estoque de conhecimentos. (WEISHEIMER, 2009, p. 262)

De acordo a teoria disposicionalista de Lahire:

Realmente não podemos compreender por que indivíduos com diferentes experiências socializadoras passadas reagem de forma diferente aos mesmos *stimuli* externos, se não levantarmos a hipótese de que esse passado sedimentou, de alguma forma, e se converteu em maneiras mais ou menos duradouras de ver, sentir e agir, isto é, em características disposicionais: propensões, inclinações, hábitos, tendências, persistentes maneiras de ser... (LAHIRE, 2004, p. 27)

Desta forma, além de uma análise agrupada dos elementos presentes na elaboração dos projetos dos jovens, também serão buscados, quando for o caso, em suas trajetórias pessoais, elementos que possam contribuir tanto para o entendimento do projeto elaborado quanto para as estratégias de viabilização. De acordo com Lahire (2004, p. 36) as escolhas dos atores resultam da interação entre a pluralidade das “influências” externas e a pluralidade de competências, apetências e disposições internas, de modo que a cada escolha uma série de disposições são postas em estado de vigília.¹⁶⁴

Os projetos dos jovens carregam em si traços de suas trajetórias pessoais, os quais permitem a compreensão de seu processo de elaboração. A avaliação das possibilidades de concretização dos projetos é tarefa mais complexa, mas não impossível, dado que a partir das estratégias estabelecidas pelos jovens e dos encaminhamentos que eles estejam dando no sentido de concretização das mesmas é possível prognosticar suas possibilidades de sucesso, a se julgar pela análise diacrônica realizada a partir do acompanhamento da trajetória de alguns jovens ao longo de um período de três anos, as quais passam a ser analisadas a seguir.

5.2. Trajetórias em perspectiva: três anos na vida de jovens agricultores familiares

Nesta sessão será lançado um olhar diacrônico sobre as trajetórias percorridas por cinco jovens ao longo dos últimos três anos. Desta forma, serão analisados seus percursos, com especial ênfase no interregno entre os anos de 2008 – primeira entrevista – e de 2011 – última entrevista.

É bem verdade que três anos constituem um intervalo bastante curto de tempo, porém, considerando-se que os entrevistados são jovens que vivenciam momentos decisivos em suas vidas, especialmente no que se refere a seus planos de futuro, tal distância temporal já permite visualizar algumas implicações de decisões tomadas em 2008, bem como perceber de que forma as experiências mais recentes se refletiram em readequações de planos para o futuro, ou ainda, na forma de novas estratégias para atingir antigos e novos objetivos.

Chama a atenção que, em linhas gerais, os cinco jovens re-entrevistados para esta pesquisa tenham cumprido os planos estabelecidos anteriormente, especialmente no que se refere aos projetos de permanecer ou migrar da agricultura, o que demonstra

¹⁶⁴ O estado de vigília “é como se partes do indivíduo fossem “colocadas na surdina” ou se extinguissem durante um período mais ou menos longo”. (LAHIRE, 2004, p. 37)

tanto a plausibilidade de seus projetos, em larga medida cumpridos, quanto o sucesso das estratégias que estabeleceram para concretizar os mesmos.

A partir desta informação é possível robustecer a hipótese de que os projetos estabelecidos pelos jovens agricultores familiares, mais do que a simples manifestação de um desejo, representam antecipações conscientes de um futuro desejado, para citar a definição de Weisheimer (2009, p. 260-261), mas mediados pela reflexividade, ou seja, ao planejar seu futuro os jovens analisam suas possibilidades de sucesso, estabelecendo planos de acordo com as chances de concretização.

Entre os cinco jovens ouvidos novamente, apenas Jurema, hoje com 20 anos, possuía planos de se mudar para a cidade. Toda sua família é ligada à agricultura familiar, mas considerando que seu irmão mais velho seria o sucessor do estabelecimento familiar, as dificuldades do trabalho agrícola e sua vontade de estudar, Jurema já pensava, em 2008, quando ainda cursava o terceiro ano do Ensino Médio, em mudar-se para a cidade.

Como já havia destacado Brumer (2007, p. 45), a transmissão do patrimônio costuma beneficiar apenas um dos herdeiros, normalmente um dos filhos homens, restando aos demais a opção da migração. Ciente disso, a moça abandonou, de antemão, a opção de permanecer na agricultura, julgando mais apropriado investir na busca de uma ocupação urbana.

Após a conclusão do Ensino Médio, a moça permaneceu na propriedade dos pais, ajudando nos trabalhos da unidade familiar, mesmo enquanto esteve empregada como secretária num curtume na zona rural do município. Este trabalho, aliás, foi a alavanca para ela conseguir um emprego de caixa numa loja de moto-peças no centro do município, onde ela trabalha atualmente. Faz seis meses que Jurema saiu da casa dos pais, com alguma contrariedade dos mesmos, os quais, apesar disso, ainda lhe prestam alguma ajuda financeira quando necessário. Esta ajuda parece ser um aporte constante com o qual contam os jovens que pretendem abandonar a agricultura, pois nos casos em que dispõem dos recursos os pais sempre se demonstram dispostos a auxiliar financeiramente os filhos em suas empreitadas não agrícolas.

Igualmente, Carneiro (1998) já havia demonstrado que é comum a prática de os pais ajudarem as filhas mulheres ao sair de casa, especialmente financiando seus estudos, dado que como elas são excluídas da sucessão, a possibilidade de escolarização seria vista tanto pelos pais quanto pelas filhas como a parte da herança que lhes coube.

Brumer et al (2007, p. 16) apontam que o estado civil é um aspecto importante na decisão dos jovens agricultores em relação a seu futuro, pois normalmente migram aqueles que ainda não possuem companheiros. Jurema, que na época não tinha namorado, abandonou a agricultura e há um ano e meio namora um rapaz da cidade, se diz adaptada à nova vida, apesar das saudades que sente dos pais no interior. Considerando que a atividade agrícola familiar se reproduz endogenamente, é possível supor que, ao se comprometer com um rapaz da cidade, antes mesmo de sair da casa dos pais, a moça confirmou sua opção por um futuro não agrícola.

Sobre os estudos, a jovem, que queria ser pedagoga, já pensa em ser professora de Educação Física, planejando ingressar no curso no próximo ano, na cidade de Pelotas. Sua estratégia já está montada, pois o curso é noturno, de modo que ela pretende viajar diariamente, após o término do horário de trabalho, até o município vizinho para assistir às aulas, podendo utilizar para isso um ônibus que faz diariamente este percurso com os estudantes de São Lourenço do Sul.¹⁶⁵

A moça também investiu em seus estudos, pois está frequentando o curso de Técnico em Administração, à distância, como forma de aperfeiçoar seu currículo, dado que não pretende seguir atuando nessa área. Sua opção, após a conclusão do curso superior, é ingressar como professora em alguma escola, preferivelmente em outro município que lhe permita maiores oportunidades de crescimento. A julgar pelos capitais possuídos pela jovem, que incluem a ajuda financeira da família, um emprego urbano e a possibilidade de transporte diário até a universidade, bem como pelo primeiro passo dado, da mudança para a sede do município, é possível que Jurema seja bem sucedida em suas aspirações educacionais e profissionais.

Amélia está com 27 anos, mas sua vida, ao contrário da de Jurema, não passou por tantas transformações, em parte porque ela é sete anos mais velha do que a outra moça. Amélia já tinha, aos 24 anos, sua trajetória mais bem encaminhada do que Jurema, então com 17 anos. Ela descende de uma família de agricultores capitalizados, que herdaram a terra de seus avós e que, apesar de aposentados, não abandonam as atividades agrícolas, mesmo que sem contar com a ajuda integral dos filhos.

Amélia tem dois irmãos, uma moça de 22 anos e um rapaz de 28 anos. Sua irmã, após a conclusão de um curso técnico na vizinha cidade de Pelotas, abandonou a região

¹⁶⁵ A distância entre os municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul é de cerca de 70 quilômetros, com um tempo estimado em torno de uma hora de viagem. A moça ainda não se informou a respeito do custo deste transporte, mas acredita que não terá dificuldade para pagá-lo com os proventos de seu emprego.

Sul do Estado para trabalhar numa empresa de Caxias do Sul, na região serrana do Rio Grande do Sul. Seu irmão trabalha meio turno num posto de gasolina no interior do município e na propriedade familiar no restante do tempo. Como é prática comum entre os agricultores familiares, está previsto que o jovem seja o sucessor da propriedade familiar, num processo sucessório que exclui as mulheres.

Emília saiu da casa dos pais, situada longe da sede da cooperativa em que trabalha, para morar com seu noivo na sede do distrito rural em que esta se situa. Quando respondeu à primeira entrevista, a moça almejava buscar um emprego urbano para viabilizar seus planos de estudar administração, porém, com as vantagens que adquiriu após seis anos de trabalho na mesma cooperativa, mudou seus planos, e pretende investir na atual carreira profissional, inclusive por ser colega de trabalho do noivo. Para ascender profissionalmente, Amélia pretende realizar cursos ligados à informática, os quais, atualmente, podem ser feitos na modalidade à distância, algo que não era possível três anos atrás.

Para usar o vocabulário de Lahire (2004), a disposição de abandonar o rural foi posta em estado de vigília, de forma que a ascensão profissional na própria cooperativa e o acesso à internet, que permitiu viabilizar o sonho educacional de estudar, ligados ao projeto de vida junto com o atual noivo, despertaram na moça uma nova disposição, antes adormecida, de construir sua família próximo à casa dos pais.

Mateus, hoje com 26 anos, foi o único dos entrevistados com mudanças mais significativas em seus planos, apesar de, na prática, sua vida ter permanecido estável no período. O rapaz, que recém havia ingressado no curso à distância de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural (PLAGEDER-UFRGS) em 2008, atualmente concluiu a graduação e já faz planos de realizar um Mestrado na área de Economia ou outro curso de graduação na área de Administração. O jovem é funcionário da CRESOL (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária) e, atualmente, seus planos incluem a permanência na cooperativa, o que dificulta seu projeto de Mestrado, mas não inviabiliza por completo a possibilidade de uma nova graduação, que também precisaria ser à distância.

Na época, Mateus já trabalhava nesta cooperativa, mas seus planos eram de adquirir terras e continuar na agricultura, dado que seu irmão deveria ser o sucessor da unidade familiar. Seus planos estavam se encaminhando, mas a morte repentina de seu

irmão¹⁶⁶ fez com que os arranjos familiares antes estabelecidos fossem revistos. Nestas circunstâncias, seu outro irmão, caminhoneiro, voltou à casa dos pais para ajudá-los até o final da safra, bem como para que um novo planejamento familiar seja estabelecido.

Mateus não mais terá que comprar uma propriedade, como imaginava anteriormente, pois deverá herdar parte da propriedade dos avós, na qual já cultivava um pouco de milho, mas, no caso da unidade dos pais, o pai aposentado e a mãe em processo de aposentadoria, o futuro dependerá da permanência ou não do filho caminhoneiro na propriedade. Mateus cogita continuar plantando aos finais de semana, mas não pensa na hipótese de abandonar o emprego remunerado.

Outra mudança na vida de Mateus, ao longo dos três anos que separam as entrevistas, foi a namorada, que antes ele não tinha. A moça, filha de agricultores, frequenta um curso superior de Física, em Pelotas, de modo que apesar da relação ser considerada sólida, o rapaz coloca em dúvida o futuro do casal, pois caso ela busque um emprego urbano após a conclusão dos estudos eles deverão terminar o namoro. Hoje ele aluga uma casa na sede do distrito em que se situa a instituição bancária na qual trabalha; mas cogita a possibilidade de mudança para a propriedade herdada.

Mateus não abandonou por completo a disposição de se tornar agricultor, apenas a colocou em estado de vigília, em virtude do trágico acontecimento com o irmão, que ele acredita estar ligado à atividade agrícola. Porém, mantém alguns cultivos “de final de semana”, irá herdar a propriedade dos avós e talvez a dos pais, caso o irmão não queira ficar. Além disso, apesar da namorada ter perspectivas de inserção no meio urbano, ele descarta a ideia de abandonar o rural. O rapaz também possui um emprego num distrito rural do município, numa cooperativa de crédito, de modo que possui os capitais necessários para despertar aquela disposição que sempre foi predominante em sua trajetória, de permanecer no rural como agricultor.

Ao contrário de Mateus, que reviu parte de seus planos, apesar de sua vida não ter se alterado muito ao longo dos últimos três anos, com Tales, hoje com 26 anos, os planos permanecem semelhantes, apesar das mudanças pelas quais passou, devidas ao encaminhamento dos projetos que ele tinha no ano de 2008. Talvez o fato que melhor

¹⁶⁶ As causas da morte do rapaz são ainda incertas, pois a entrevista foi feita alguns dias após o óbito do jovem, quando os resultados da necropsia eram ainda desconhecidos. André acredita que a morte do irmão poderia estar relacionada ao uso de defensivos na lavoura de fumo, pois dois dias antes da internação hospitalar o rapaz havia feito a aplicação do produto na lavoura, sendo os sintomas apresentados semelhantes aos de uma intoxicação.

represente o que mudou na vida do rapaz seja o local da entrevista: há três anos atrás, na sala de sua mãe, atualmente, em sua casa.

Em 2008, Tales referia que desejava estudar Engenharia Mecânica, mas como seus dois irmãos já haviam abandonado a agricultura, ele havia encampado a ideia de ser agricultor. Na entrevista mais recente, o moço declara a opção pela agricultura como uma convicção, acreditando que essa é realmente a melhor alternativa. Ele ainda não abandonou a ideia de completar o Ensino Médio, mas apenas como precaução, caso tenha problemas com a agricultura.¹⁶⁷ Apesar de julgar improvável, ele não entende que seja completamente impossível tornar-se engenheiro mecânico, citando o exemplo de sua irmã, que irá formar-se pedagoga com mais de quarenta anos de idade, mantendo esta disposição adormecida.

Tales mora com sua esposa, moça de quem era noivo à época da primeira entrevista, também descendente de agricultores, numa propriedade autônoma, que ele havia adquirido em 2008 via crédito fundiário, por pressão dos pais, mas ainda mantém a produção agrícola associada à dos pais. Em 2008 o rapaz já falava no desejo de abandonar a produção de tabaco, algo que deverá ser concretizado ao final da atual safra, quando o fumo deverá ser substituído por soja, cultura que o rapaz ainda não cogitava na época.

De fundamental importância na trajetória do jovem foi a oportunidade que teve de conhecer uma vinícola na Alemanha. A propriedade da família de Tales fazia parte do roteiro turístico Caminho Pomerano, de modo que o prefeito da cidade, quando da visita de um empresário alemão, convidou-o para conhecer a unidade em que Tales morava. Na oportunidade, o prefeito e o empresário foram até a propriedade da família de Tales acompanhados de um outro produtor do município, que já produzia vinhos, de forma que surgiu, por parte do empresário, o convite para que Tales e o outro produtor conhecessem sua indústria vinícola na Alemanha. Tales ficou 43 dias no país europeu com todas as despesas pagas, conhecendo o processo produtivo do vinho em todas as suas fases. Quando retornou ao Brasil, o rapaz iniciou a produção de vinhos, mas a uva utilizada não se adaptou ao clima gaúcho, de modo que o projeto ainda não foi bem sucedido, apesar de ainda estar em seus planos.

¹⁶⁷ Ele cita o exemplo do rapaz que trabalhou como pedreiro na construção de sua casa, que plantava fumo, mas que acabou entregando a propriedade à fumageira em virtude das dívidas adquiridas com a mesma. Desta forma, ele acredita que caso o mesmo ocorra com ele, a conclusão do Ensino Médio poderia facilitar a busca de um emprego.

Além do projeto de produzir vinhos, que deverá levar ainda algum tempo para se concretizar de maneira satisfatória, Tales e sua esposa pretendem substituir a cultura do fumo pela de soja, ampliar as culturas de milho e de feijão e iniciar a produção de leite, que ficaria ao encargo de sua esposa. Para isso, o jovem casal contaria com algumas vacas emprestadas pela mãe de Tales.

O jovem casal parece estar sabendo aproveitar as oportunidades surgidas e o apoio dos pais, pois em sua excursão européia, antes do casamento, o jovem conheceu o processo produtivo do vinho, que num primeiro momento não deu certo, mas que deverá se tornar realidade em seguida, pois conta com total apoio da EMATER em sua empreitada, já sabe da necessidade de rever a espécie da uva utilizada, além de planejar o início de sua agroindústria familiar a partir da elaboração de sucos de uva, de menor custo que o vinho. Sua esposa Ana, por sua vez, já possui os primeiros encaminhamentos para o exercício de outra atividade, o leite, que poderá diversificar a propriedade e acrescer uma nova fonte de rendas à unidade familiar.

No caso de Augusto, que tem 24 anos, a vida pessoal não passou por tantas mudanças como a de Tales, mas em termos da produção agrícola, muitas transformações ocorreram, com resultados positivos. O rapaz continua namorando a mesma moça; já sua irmã se mudou para a propriedade da sogra, reduzindo a mão-de-obra da família de Augusto, que apesar da diminuição ocorrida, conseguiu se reorganizar e ampliar a renda. O principal motivo para o sucesso da família foi o abandono da cultura de fumo, com alta demanda de mão-de-obra, pois permitiu a manutenção da cultura do morango, além da inclusão das culturas do tomate, do feijão de vagem e do milho.

O diferencial, no caso de Augusto, que cursou o Técnico Agrícola na escola sediada no município, é a venda pessoal da produção, pois o rapaz leva seus produtos até o vizinho município de Camaquã, vendendo-os diretamente aos supermercados, o que lhe permite a obtenção de melhores preços. Em 2008, o rapaz vendia apenas os morangos, mas atualmente vende também os demais produtos, à exceção do milho, sendo a prova de seu sucesso a troca do carro, marca Chevete, que utilizava para comercializar os produtos em 2008, por uma caminhonete, marca Saveiro, adquirida nova. O rapaz, que na época era sócio do pai apenas na produção de morangos, hoje é sócio dele em todas as produções, exceto a de milho, e já planeja a produção de uvas, as quais pretende comercializar seguindo o mesmo modelo bem sucedido da venda direta.

A questão da sucessão também está se encaminhando conforme o planejado, pois a irmã já casou com um vizinho, ficando próxima dos pais, sendo possivelmente a sucessora, como já se previa em 2008; enquanto ele, em breve, deve casar com a namorada, filha única e sucessora de uma propriedade de 70 hectares para a qual eles devem se mudar. Cabe destacar que tal padrão sucessório, com a moça herdando a propriedade familiar, é bastante raro, pois tradicionalmente é o filho homem que herda a unidade familiar, mas ela se tornou herdeira por ser filha única. De acordo com Spanevello (2008, p. 2000) esta é a única situação em que as moças adquirem a prerrogativa de ficar com a terra, lembrando ainda que, segundo os dados desta pesquisa, ela precisou cumprir ainda outro requisito para herdar a propriedade, o de casar com um agricultor.

A disposição agrícola sempre foi mais forte em Augusto, todavia ele conservou ao longo dos anos a ideia de estudar Agronomia, o que é mais um sonho do que um projeto, pois o rapaz, que já morou na cidade durante seu estágio da Escola Técnica, não se adaptou à mesma, de modo que, caso fosse cursar Agronomia, algo que ele mesmo julga improvável, seria com o intuito de aplicar os novos conhecimentos na unidade familiar em que deverá morar com sua futura esposa.

Verifica-se nas trajetórias desses cinco jovens que os projetos estabelecidos há três anos atrás permanecem vivos, porém, nos casos em que fatos novos surgiram, sejam eles positivos, como a ascensão profissional de Amélia e a possibilidade de cursos à distância; ou negativos, como a morte do irmão de Mateus, foram, em alguma medida, reformulados. Quando a situação não passou por algum tipo de transformação mais radical, os projetos se encaminharam para a concretização, de modo que é possível inferir que os projetos elaborados em 2008 possuíam plausibilidade, bem como que as estratégias estabelecidas a fim de cumpri-los foram seguidas.

De acordo com Lahire, “embora seja suficientemente consciente para nos descrever o que faz, o ator não tem consciência das determinações internas e externas que o levaram a agir como agiu, a pensar como pensou, a sentir como sentiu..”. (LAHIRE, 2004, p. 22-23), mas, de toda forma, os atores carregam em suas trajetórias as disposições, adormecidas ou desenvolvidas, que permitem ao sociólogo compreender as motivações de seu sentir, pensar e agir.

Assim sendo, ao longo deste capítulo buscar-se-á, a partir das trajetórias dos jovens e dos projetos por eles elaborados, compreender tanto os processos de construção dos projetos elaborados quanto suas estratégias de concretização.

5.3. Agricultores familiares capitalizados e seus projetos

Ao se estudarem os projetos dos jovens agricultores familiares é possível, analiticamente, trabalhar com três perspectivas distintas: projetos educacionais, ocupacionais e de vida, porém, na prática, tais antecipações do futuro, mediadas pela reflexividade, feitas pelos jovens, não estão desvinculadas uma da outra, de modo que em cada uma delas estão também presentes as demais.

Desta forma, os projetos educacionais elaborados pelos jovens fornecem algumas pistas valiosas no sentido de definir os rumos ocupacionais e de vida que pretendem seguir. Ao mesmo tempo em que a perspectiva de não estudar é representativa de um projeto agrícola, como defende Selmir, de 22 anos, que não retomará os estudos porque “eu sempre gostei da lavoura”; a vontade de estudar não significa necessariamente um projeto não agrícola, dado que para alguns jovens, como Wallace, é importante estudar, como se verifica em seu comentário:

o povo pensa assim: “ah, eu não vou estudar porque não precisa na lavoura”; mas precisa, eu vejo muitas vezes o meu pai sofrer porque não sabe tais coisas que eu aprendi aqui [na escola], então eu acho, [como] o meu irmão, ele estava pensando em fazer curso de Agronomia ou técnico pra utilizar na lavoura, iria ajudar muito. Eu acho que é isso que precisaria, tipo, cursos técnicos para ajudar na produção aqui da colônia (Wallace, 16 anos)

Porém, como é possível verificar na fala do jovem, nos casos em que há a perspectiva de permanência na agricultura, são definidos cursos ligados à atividade; mas quando há a vontade de sair as opções de escolaridade são diferentes, com a realização de cursos desvinculados da atividade agrícola. Desta informação é possível depreender que possivelmente as opções de cursos sejam feitas após a tomada de decisão sobre a atividade profissional a ser desenvolvida.

Entre os quinze jovens mais capitalizados entrevistados, apenas quatro rapazes não pretendem seguir estudando, optando provavelmente pela permanência na atividade; já entre os demais há uma lista considerável de opções de estudo, especialmente em virtude da indefinição presente entre a maioria dos jovens. De toda forma, o fato mais relevante é de que, apesar de a maioria dos rapazes aspirarem cursos desvinculados da agricultura, quatro rapazes destacam possibilidades de carreiras

vinculadas à agricultura – Veterinária, Agronomia e Biologia¹⁶⁸ – o que não acontece com nenhuma das moças, dado que elas pretendem fazer cursos como Letras, Arquitetura, Engenharia Civil, Administração, Música e algo ligado à computação. Igualmente, é importante destacar que todos os jovens que pretendem continuar os estudos almejam um curso superior.

De acordo com Mostafa et al (2009, p. 6), os jovens dispõem de uma moratória social, correspondente a um crédito de tempo que lhes permite protelar exigências sociais típicas da vida adulta, especialmente no que se refere a casamento e trabalho, o que possibilita aos jovens maiores possibilidades de experimentação, as quais podem favorecer seu desenvolvimento. Ao que parece, esta indefinição, presente nos projetos educacionais de seis jovens, está diretamente relacionada a esta moratória, maior entre jovens mais capitalizados, de modo que aos mesmos é possível esta experimentação antes do ingresso na carreira profissional, como ocorre no caso de Leandro, de 17 anos, que tem dúvidas entre “Veterinária, Agronomia ou Engenharia Civil”, os dois primeiros ligados à agricultura e o terceiro a uma carreira urbana, ou no caso de Valesca, de quem os pais

Mesmo que eu vá ficar no interior, eles exigem, de certa forma, que eu faça faculdade, porque os meus pais fizeram faculdade e eles acham que, de certa forma, é para ter certeza do que eu quero, se é [ir para a cidade] ou ficar em casa, porque eles sempre dizem: “então tu vais pra cidade, tu fazes a tua faculdade e aí se achares que em casa era melhor, aí tu voltas pra casa, tu vais sempre ter o teu lugar em casa”.

No caso de Valesca, os pais, que possuem curso superior, exigem da filha a realização de um curso universitário, a fim de que ela experimente diferentes possibilidades antes de uma escolha definitiva, mas não influenciam nas opções de curso a serem seguidas pela moça, ao contrário do que ocorre em outros casos, nos quais é possível identificar as disposições, para usar o vocabulário de Lahire (2004), que encaminham os rumos seguidos pelos projetos educacionais.

A opção de Cátia, de 17 anos, pela música pode ser identificada no relato de que quando “tinha uns 10, 11 anos, a minha mãe perguntou se eu queria fazer um curso de

¹⁶⁸ Neste caso o vínculo à atividade agrícola ocorre porque o rapaz pretende retornar à unidade familiar, que deverá ser herdada pelo irmão, para aperfeiçoá-la em termos de sustentabilidade ambiental. Ademais, estão em seus planos residir com o irmão na unidade que atualmente é dos pais, trabalhando também com consultoria ambiental para os demais agricultores.

violão, daí eu comecei a tocar violão, eu canto na igreja e essas coisas”. No caso de Lucas, com 17 anos, a disposição desenvolveu-se pelo contato com o marido de sua vizinha, que após permanecer 10 anos no quartel, na cidade de Rio Grande, ingressou no curso de Engenharia Naval, de forma que o rapaz diz que “olhando os livros dele e os trabalhos que ele tinha feito, comecei a gostar daquilo”.¹⁶⁹ Wallace, de 16 anos, é o único jovem com planos de cursar Mestrado e Doutorado, disposição esta que foi despertada por sua tia, também pós-graduada, conforme ele afirma no seguinte depoimento:

Eu recebi um incentivo da minha tia, então ela é professora também, relativamente a outros cursos. Ela também já fez Mestrado e ela sempre me incentivou, e aí quando eu pensei em ser biólogo, ela começou a me informar tal profissão, o que eu poderia fazer, quais os cursos que eu poderia fazer depois, me aprimorar em tal área da Biologia, assim (...) e eu pesquisei bastante coisas assim. (Wallace, 16 anos)

Nos depoimentos dos jovens sempre é possível identificar indícios das disposições que os levaram à opção por um ou outro caminho, mas para evitar um relato exaustivo de todas as trajetórias individuais, optou-se por destacar apenas estes três, nos quais a relação é mais visível. Porém, ao se analisarem as estratégias de inserção educacional será possível perceber novas disposições, pois os projetos elaborados, no caso dos jovens agricultores familiares capitalizados, são sempre balizados pelos recursos de que eles dispõem para sua concretização.

Dois diferentes tipos de estratégias de escolarização podem ser identificados entre os jovens agricultores familiares capitalizados, ambas atuando como disposições, no sentido de encaminhamento dos projetos. Desta forma, à exceção dos quatro jovens que não pretendem seguir os estudos, os demais contam com apoio financeiro dos pais, que devem subsidiar seus estudos e/ou com o apoio logístico de familiares, os quais estão dispostos a abrigar os jovens durante suas estadias nos locais em que pretendem estudar.

Em consonância com os projetos educacionais, que incluem, na maioria das vezes, a realização de um curso superior, estão as profissões almeçadas pelos jovens

¹⁶⁹ Esta disposição foi reforçada pela participação do jovem no projeto Jovem Protagonista, pois ele participou de uma visita da escola a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sendo recepcionado na mesma por uma aluna do curso de Engenharia Naval.

agricultores familiares capitalizados, também, em sua maioria, vinculadas a profissões com a exigência de qualificação superior.

Entre os quinze jovens que compõem esta categoria, nove (60%) já definiram a profissão que pretendem seguir, sete rapazes e duas moças. Três rapazes já se definiram pela permanência na agricultura, enquanto entre os demais aparecem as profissões de biólogo, engenheiro naval, advogado e empresário; já as duas moças que definiram a profissão que pretendem seguir desejam ser professoras. Entre os demais jovens, além das próprias incertezas características da idade, pairam algumas dúvidas relativas à sucessão ainda indefinida e inseguranças relativas ao sucesso educacional e às possibilidades de inserção ocupacional.

É possível identificar três diferentes modalidades de estratégias de inserção na ocupação desejada: a posse das terras, no caso de jovens que pretendem permanecer na atividade agrícola; a inclusão em empreendimentos familiares já existentes e a busca de uma inserção no mercado de trabalho geral, mediante a qualificação obtida através dos estudos.

Os projetos educacionais são, no caso dos jovens mais capitalizados, realmente uma escolha, como afirma Amarildo, de 19 anos, ao comentar a possibilidade de realizar um curso superior:

Eu acho que é uma opção a mais. Por exemplo, nós temos a nossa propriedade aqui, mas se eu quiser ficar, meu pai me apóia em tudo, se eu estiver insatisfeito e quiser fazer outra coisa eu vou ter um diploma, um curso pra poder ter uma opção.

O rapaz ainda não definiu o que pretende fazer, sabendo apenas que “eu não gosto muito de trabalhar, mas eu gostaria de talvez ter uma empresa, alguma coisa assim, não gostaria de ter um emprego, 8 horas da manhã, 6 horas da tarde, todo dia a mesma rotina, isso eu não gostaria de ter”. Amarildo está usando de sua moratória social para se qualificar, aumentar suas opções, sem se preocupar com uma inserção profissional futura, pois sabe que todas as possibilidades serão viáveis no momento de sua escolha. Por outro lado, numa propriedade com sucessão ainda indefinida, José, de 16 anos, que pretende ser advogado, já definiu seu futuro local de trabalho, com as primas, pois “elas me ajudariam, elas têm um escritório contábil, aí elas disseram que eu posso ajudar elas lá e aí eu ganho o meu dinheiro também”. Entre os jovens incluídos na terceira modalidade de acesso ao mercado de trabalho, via qualificação educacional, há

tanto aqueles que pretendem participar de processos seletivos de empresas particulares mediante seus currículos como os que pretendem ingressar em suas profissões mediante a realização de concursos públicos.

Ao avaliarem as perspectivas dos jovens agricultores que desejem permanecer na agricultura e/ou no rural, os entrevistados capitalizados destacam a possibilidade de continuar na agricultura, aprimorando o que já foi estruturado pelos pais; a importância de máquinas, da dedicação, da vontade de trabalhar e dos estudos, além de perspectivas não agrícolas, destacadas pelas moças, de trabalhos nas sedes das cooperativas espalhadas pelo interior do município. Quando avaliam as oportunidades disponíveis àqueles que querem buscar uma inserção urbana, os jovens destacam incisivamente a importância dos estudos, apresentando como principal possibilidade a inserção como vendedores, seja em lojas, farmácias ou em empresas que comercializem produtos agrícolas.

De uma maneira geral, os jovens vêem boas possibilidades de concretização de seus projetos ocupacionais, sejam eles na agricultura ou fora dela, como destaca Ítalo, de 17 anos, que apesar de ainda não haver definido onde pretende trabalhar, vê “um futuro bom pra essa parte de agricultura (...) fora dela também, se eu tirar uma faculdade boa, eu vejo um futuro bom; senão eu não vejo um futuro muito bom na cidade, com pouco estudo”. Tal argumento, ao mesmo tempo em que é representativo da importância da escolaridade como chave para o sucesso na cidade, também é perfeitamente compreensível, pois se considerando que os jovens capitalizados dispõem dos recursos necessários para estudar ou investir na propriedade, caso queiram permanecer, é plausível que tanto num quanto noutro tipo de projeto sejam bem sucedidos.

A sucessão da propriedade familiar é um elemento decisivo no encaminhamento dos projetos de vida do jovem, pois receber a propriedade significa possuir um capital de grande valia para a permanência na agricultura; já o jovem que não é herdeiro fica desprovido deste capital, fato que pode tanto empurrá-lo para fora da atividade agrícola quanto exigir dele um grande investimento para a permanência. Entre os jovens capitalizados entrevistados, há dez casos (66,6%) em que o processo sucessório já foi encaminhado, o que de certa forma não condiz com a realidade demonstrada em outras pesquisas (CASTRO, 2006; AHLERT, 2009; WEISHEIMER, 2009), nas quais os autores demonstram o adiamento desta decisão, fato que acaba ocasionado, inclusive, o abandono da agricultura por parte dos jovens. Porém, deve-se destacar que a sucessão não foi ainda concretizada em nenhum dos casos, estando apenas definida.

De toda forma, é possível levantar a hipótese de que a definição antecipada da sucessão seja uma das causas da capitalização das propriedades, pois permite tanto aos futuros herdeiros quanto aos não herdeiros a possibilidade de um planejamento antecipado das estratégias de inserção educacional e ocupacional, as quais, ao mesmo tempo em que irão incidir sobre seus projetos de vida, serão planejadas de acordo com eles.

Dos três rapazes que já sabem que irão herdar a propriedade familiar, um já decidiu pela permanência na agricultura, enquanto os outros dois optaram por, primeiramente, estudar para só então definirem seu futuro. Entre os quatro jovens, três rapazes e uma moça, que já sabem que não serão os herdeiros, as unidades familiares ficarão com algum irmão homem ou com o primo.¹⁷⁰ Em acordo com as pesquisas desenvolvidas por Carneiro (2001); Brumer (2007); Spanevello (2008), as moças não serão herdeiras em nenhum dos casos analisados, predominando apenas nas propriedades, três casos, em que não haverá sucessores. Há cinco casos em que a sucessão ainda não foi definida, três rapazes e duas moças, no caso delas porque os irmãos são ainda crianças; e no caso dos rapazes há um caso em que a irmã já abandonou a propriedade, de modo que se o jovem não ficar na propriedade esta não terá sucessor e, nos dois outros casos, os rapazes ainda não sabem se a herança será deles ou do irmão, sendo que um deles não descarta ainda a possibilidade de produzir junto com o irmão na propriedade familiar.

Em síntese, após analisar as possibilidades de sucessão entre os jovens agricultores familiares capitalizados é possível afirmar, primeiramente, que as mulheres nunca são herdeiras em potencial, mesmo que isto signifique o abandono da mesma. Também se pode afirmar que entre os jovens capitalizados a herança da propriedade não significa necessariamente a permanência do jovem, e que, mesmo que permaneça, pode optar por outras formas de inserção ocupacional não agrícolas. Finalmente, quando desejam ficar os jovens não descartam a possibilidade de dividir a unidade familiar com algum irmão, o que provavelmente esteja relacionado ao tamanho maior das propriedades, que são viáveis economicamente mesmo quando divididas ou partilhadas com duas famílias.

¹⁷⁰ Neste caso o rapaz tem três irmãos homens, um que já abandonou a propriedade para ser policial, e os outros dois que já são agricultores, um deles herdou terras que eram da família da esposa e o outro adquiriu uma propriedade própria através de financiamento do banco da terra.

Em artigo no qual analisa as estratégias migratórias de famílias de agricultores em diferentes países – México; Costa Rica e Filipinas -, Chant (1998, p. 11-12) aborda a família como um ator coletivo, de forma que as decisões tenderiam a atender mais as demandas do coletivo do que propriamente corresponder a anseios individuais. Este não foi o resultado verificado ao se analisar a influência da família dos jovens nas decisões relativas a seus projetos, pois ao mesmo tempo em que os entrevistados são unânimes em afirmar que caso deixem de ajudar irão, em alguma medida, comprometer a produção, não julgam isso importante ao tomarem suas decisões, sendo constantes depoimentos, como o de Lucas, de 17 anos, ao ser questionado sobre o que faria se os pais não aceitassem sua decisão: “eu ia sentar o pé até eles aceitarem!”

Cabe lembrar que firmar posição em favor de uma decisão que, em princípio, contraria os interesses familiares não significa ignorar a importância e o papel da família na decisão, pois os jovens não dispõem ainda de autonomia suficiente para prosseguirem em seus projetos a despeito da família, como atesta o próprio posicionamento de Lucas, que manteria seu ponto de vista até a família aceitar, mas não considera a possibilidade de sair para estudar sem o consentimento dos pais, inclusive porque precisa da ajuda deles para concretizar seu intento.

Já foi demonstrado que o trabalho das mulheres tende a ocorrer no âmbito doméstico e que elas não recebem o reconhecimento como trabalhadoras na produção, mesmo pelas próprias moças que trabalham na agricultura. Desta forma, ao analisar a importância de seu trabalho para a família e como esta poderia interferir na formulação do projeto, Cátia, de 17 anos, afirma que “comprometer não, porque é mais doméstico, mas não sei, talvez atrasar um pouquinho, mas comprometer não”. Ao contrário do que ela afirma, seu trabalho é indispensável à manutenção da propriedade, tanto é que os planos da família já incluem o abandono da mesma quando ela, que é filha única, sair para estudar.

A questão relativa a uma possível contrariedade dos pais ao projeto dos filhos foi posta apenas a título de análise de uma possível influência da família na decisão, pois na grande maioria dos casos os pais apóiam os projetos dos jovens, desejando apenas que sejam, como afirma Wallace, de 16 anos, “uma grande pessoa no futuro”. Há poucos casos em que os pais, inicialmente, não concordaram, mas que após o diálogo estabelecido com os filhos passaram a aceitar e apoiar seus projetos.

Neste ponto, relativo à expectativa dos pais, esta pesquisa indica uma nova tendência, pois ao contrário do que ocorria em tempos anteriores, em que os pais

incentivavam ao menos um dos filhos a permanecer para que os cuidassem na velhice (TAVARES dos SANTOS, 1986; CHAMPAGNE, 1986; CARNEIRO, 1998; WOORTMANN, 2004), atualmente a preocupação está mais voltada ao sucesso dos filhos, independente do local em que desejem habitar, o que pode estar diretamente relacionado à proteção social que o estado, especialmente através da aposentadoria rural, tem dedicado aos idosos, que não dependem mais tanto do cuidado dos filhos na velhice. Em outras palavras, até a década de 1990 e início dos anos 2000 a preocupação principal das famílias agricultoras era com a reprodução da propriedade familiar, dado que a mesma disponibilizaria ao filho sucessor os recursos necessários ao sustento dos pais na velhice, enquanto mais recentemente a preocupação primordial tem se voltado à reprodução familiar, ou seja, de que a família consiga se manter com um padrão de vida razoável, independente do local de moradia, inclusive porque mesmo nos casos em que desejam abandonar a unidade familiar todos os jovens entrevistados pretendem continuar ajudando os pais.

A opção pelo local de moradia, apesar de não ser definitiva, é indicativa dos projetos ocupacionais e de vida que o jovem pretende seguir, pois, se por um lado, ao optar por uma moradia urbana o jovem está automaticamente abrindo mão de um futuro como agricultor, por outro lado, é possível que ele permaneça morando no campo com uma ocupação urbana, ainda mais se considerando as possibilidades de transporte atualmente disponíveis. De toda forma, entre os jovens mais capitalizados, apenas quatro rapazes apresentaram a opção de uma moradia rural, enquanto cinco rapazes e quatro moças pretendem morar no centro do município e um outro rapaz quer morar na vizinha cidade de Rio Grande, trabalhando no pólo naval deste município.¹⁷¹

Outra informação importante no que se refere aos locais de moradia pretendidos pelos entrevistados mais capitalizados surge no depoimento de três rapazes, que pretendem morar na cidade, deixando a propriedade como opção de lazer, “para vir aos finais de semana”, como destaca Amarildo, de 19 anos. O mesmo rapaz destaca ainda que para continuar na agricultura “só se fosse de algum sócio ou alguma coisa assim, alguém que tivesse uma propriedade e eu entrasse de sócio, mas com dinheiro, não com o trabalho”. Esta opção é representativa do ideal rurbano, destacado por Carneiro (1998), de acordo com o qual os jovens, quando possível, tendem a optar pelo melhor

¹⁷¹ Mais uma vez retomando a questão da experimentação, Valesca, de 16 anos, pretende primeiramente realizar um curso superior, ainda indefinido, para só então decidir pela permanência na agricultura ou migração para alguma ocupação urbana.

dos dois mundos, no caso, as facilidades da cidade e a tranquilidade do meio rural. No estudo desenvolvido pela referida autora, o ideal rurbano é definido pela moradia rural com um trabalho urbano, porém, neste caso, como se trata de jovens capitalizados, há a possibilidade, almejada por eles, de desfrutar de duas unidades residenciais, uma urbana e outra rural, a qual, além de lazer, pode ou não ser utilizada como fonte de renda.

A origem preferencial dos namorados(as) dos jovens mais capitalizados é rural, porém se deve ressaltar que entre os cinco jovens que fizeram esta opção, quatro já possuem companheiros(as) rurais, de modo que entre os jovens solteiros(as) sem namorados(as) predomina a opinião de que a origem do namorado é indiferente. Esta opção está diretamente relacionada aos projetos não rurais destes jovens, que entendem que para migrar para a cidade a origem do companheiro seja indiferente, pois, de acordo com Cátia, de 17 anos, “pra quem está na agricultura e quer seguir na agricultura eu acho que sim, porque tem colegas que namoram pessoas da colônia pra ficar na colônia”. No mesmo sentido da opinião da moça, está o argumento de Alex, também com 17 anos, que “acha que uma guria da cidade não iria se adaptar com esse serviço [da colônia], não é um serviço fácil”.

É importante frisar que enquanto a opinião da moça ressalta a importância de um namorado da colônia para garantir a permanência, o depoimento do rapaz destaca a importância de uma companheira rural pela facilidade de adaptação ao serviço, posições estas que estão diretamente ligadas à condição de gênero, pois enquanto as moças, não herdeiras, prezam um rapaz, preferencialmente sucessor, como chave para sua inserção como agricultoras; os rapazes, sucessores em potencial e com maior disponibilidade de recursos, recebidos dos pais ou provenientes de atividades autônomas, comumente não dependem da origem da namorada para permanecer na agricultura, porém reconhecem que uma moça com origem agrícola seria a parceira ideal para projetos de vida vinculados à agricultura.

Os planos familiares de todos os entrevistados incluem casar e ter filhos. Da mesma maneira, a maioria dos jovens capitalizados pretendem ajudar os pais quando estes estiverem mais velhos, seja trabalhando junto na propriedade e/ou com o envio de recursos financeiros, além de dois casos, em que as propriedades provavelmente não tenham sucessores, nos quais os jovens pretendem levar os pais para morar com eles na cidade. Outro plano entre os jovens, além da aquisição de uma casa própria, é conseguir um emprego, o que é demonstrativo dos planos da maioria de abandonar a atividade agrícola

Quadro 7: Perfil médio das projeções elaboradas pelos jovens agricultores familiares capitalizados considerados na pesquisa

A maioria dos jovens agricultores familiares capitalizados possui planos de realizar algum curso superior, na maioria das vezes desvinculado da atividade agrícola, destacando-se ainda que enquanto poucos rapazes possuem planos de estudo vinculados à agricultura, nenhuma das moças pretende cursar faculdades voltadas a esta área. As estratégias de inserção educacional dos jovens incluem o apoio financeiro dos pais e/ou apoio logístico de familiares. A maioria dos entrevistados planeja se inserir em profissões com exigência de curso superior, havendo também alguns rapazes com planos de permanência na agricultura. As estratégias para a inserção na ocupação desejada podem ser definidas a partir de três tipos: a posse da terra, nos casos em que os jovens pretendem continuar como agricultores; a inserção em empresas familiares e a inclusão no mercado de trabalho mediante seleção geral. Dentre as perspectivas de permanência no campo apontadas pelos jovens se destacam, além da inserção como agricultores, o emprego em cooperativas situadas em distritos rurais do município; já como opções fora da agricultura os entrevistados apontam o comércio da cidade, apesar desta não ser a ocupação por eles almejada. Os jovens acreditam que seus projetos possuam boas possibilidades de concretização, o que está relacionado com a significativa disponibilidade de capitais de que eles dispõem. Os processos sucessórios são definidos precocemente entre os agricultores familiares capitalizados, sempre em favor de algum filho ou parente do sexo masculino. Em relação aos processos sucessórios, destaca-se também que as mulheres nunca são sucessoras; que herdar a propriedade não é sinônimo de permanência e que os rapazes não descartam a possibilidade de futuramente dividir a propriedade com os irmãos. Apesar de reconhecerem a importância de seu trabalho para a manutenção das unidades familiares, os jovens não definem seus projetos a partir da influência das famílias, inclusive contrariando-as, quando é o caso. Tende a haver uma consonância dos projetos dos jovens com o desejo dos pais, que mais do que preocupados com a reprodução da propriedade, desejam o sucesso dos filhos, independente do local de moradia e trabalho dos mesmos. Os jovens agricultores familiares capitalizados preferem, em sua maioria, moradias urbanas. Neste sentido, apesar de reconhecerem a importância de companheiros(as) de origem rural para a permanência na agricultura, os entrevistados são indiferentes quanto à origem dos(as) futuros(as) maridos/esposas.

Todos os entrevistados planejam casar e ter filhos, pretendendo também ajudar os pais futuramente, seja com o envio de recursos e/ou auxiliando nos afazeres da propriedade. Finalmente, em acordo com a proposta de abandonar a agricultura, da qual a maioria é adepto, os jovens também almejam conseguir um emprego.

5.4. Agricultores familiares descapitalizados e seus projetos

Ao contrário do que ocorre com os jovens agricultores capitalizados, em que a maioria pretende cursar algum curso superior, entre os jovens descapitalizados, cerca da metade, 46,6%, já abandonaram ou pretendem abandonar os estudos após a conclusão do Ensino Médio, sem haver uma distinção por sexo, dado que metade destes jovens que não pretendem mais estudar são homens e metade mulheres. Entre os jovens que pretendem seguir estudando são citadas várias opções de cursos, inclusive porque alguns jovens enumeram mais de uma, porém chama a atenção o fato de que apenas uma referência é feita a projetos educacionais vinculados à agricultura, por Liane, de 17 anos, que está “fazendo um curso técnico em agricultura, pra ajudar em casa”.

Conforme sugere Giddens (2009, p.360-361), os jovens de classes mais altas possuem maiores probabilidades de sucesso educacional do que os jovens de classes menos abastadas, que são também, de acordo com o autor, mais sensíveis ao fracasso escolar, dado que sabem que o percentual de recursos que a família precisa investir para que permaneçam estudando é muito significativo. Desta forma, a hipótese levantada pelo autor é de que, cientes de suas menores chances, os jovens de classes mais baixas tendam a elaborar projetos educacionais menos ambiciosos, abraçando, assim que possível, as oportunidades de trabalho disponíveis, diminuindo suas chances de encontrar melhores empregos no futuro.

Esta hipótese pode ser comprovada nas justificativas apresentadas pelos quatorze jovens que não pretendem seguir os estudos, pois nove, três moças e seis rapazes, irão se inserir como agricultores; outros três, duas moças e um rapaz, já possuem empregos encaminhados fora da unidade familiar e outras duas moças apontaram o insucesso escolar como causa para o afastamento dos estudos. Outro ponto importante a se destacar nas justificativas para a falta de continuidade nos estudos se refere à inserção como agricultores, o que indica que os jovens descapitalizados, ao contrário dos capitalizados, entendem que a escolaridade não é tão importante para a permanência na agricultura familiar.

Em virtude da menor disponibilidade de recursos de suas famílias, os jovens agricultores familiares descapitalizados também apontam estratégias diferenciadas para acessar a escolaridade que desejam: apoio financeiro dos pais (seis jovens); empregos urbanos (seis jovens); apoio logístico de amigos ou familiares (três jovens), trabalhar por um período determinado de tempo na unidade familiar para depois receber a ajuda dos pais para estudar (três jovens).¹⁷²

Em relação ao conjunto de estratégias apontadas, é importante ressaltar que, assim como ocorre com os jovens mais capitalizados, a maioria dos agricultores descapitalizados com projetos educacionais também contam com o apoio financeiro dos pais, porém de maneira limitada, pois precisam trabalhar. Já as demais estratégias apontadas refletem a escassez de recursos, pois enquanto alguns jovens precisam trabalhar para estudar, sem contar com o apoio financeiro dos pais, para outros é necessário, primeiramente, trabalhar na unidade familiar para, em seguida, receber o apoio dos pais, o qual mesmo assim, é insuficiente para a manutenção do jovem, como é demonstrativo o depoimento de Samanta, com 17 anos, que pretende “ficar em casa um ano, para depois meu pai e minha mãe me ajudarem, para eu ir para a cidade, aí tentar arranjar emprego pra entrar numa faculdade”.

As maiores dificuldades para continuar os estudos presentes entre os jovens descapitalizados também podem ser expressas na modalidade de apoio logístico recebido por amigos e familiares, pois dois dos três jovens que pretendem utilizar tal estratégia precisarão dividir as despesas no local de destino.

Há uma gama muito grande de aspirações ocupacionais citadas pelos jovens, porém merece destaque a opção pela permanência na agricultura, citada por sete rapazes e quatro moças¹⁷³ e pela profissão de professora, citada por cinco das moças entrevistadas e nenhum rapaz. Desta forma, considerando a própria dificuldade de avanços escolares em virtude da baixa disponibilidade de recursos, os jovens descapitalizados tendem a optar, em sua maioria, pela permanência como agricultores, destacando-se, além desta opção, entre as moças, o desejo de ser professora, o que pode ser entendido como a opção mais viável para elas, dado que a permanência na

¹⁷² Além destes, há um caso em que o rapaz pretende realizar um curso na modalidade à distância e outro em que a moça espera receber o seguro de vida do pai, já falecido, para investir nos estudos. Igualmente, destaca-se que o número de estratégias apontadas é superior ao de jovens com projetos de escolarização porque alguns se utilizam de combinações das mesmas.

¹⁷³ Ao total foram citadas 35 diferentes opções de ocupações pelos jovens, de modo que as 11 referências à agricultura representam 31,4% das respostas. A segunda opção mais citada é professora, por cinco moças, representando 14,2% do total. Além destas opções, apenas a profissão de empresário possui duas referências, pois as demais são citadas apenas uma vez.

agricultura lhes é dificultada, pois estão tradicionalmente excluídas da linha sucessória e não é comum que disponham de recursos para investir na aquisição de uma nova propriedade.

De acordo com estudo de Virgínio (2012, p. 9), 81,6% dos professores brasileiros são mulheres, o que indica que esta é uma profissão tipicamente feminina e, ao que indicam os dados, parece ser bastante valorizada pelas jovens agricultoras, talvez como a chave para um futuro fora da agricultura, mas não necessariamente do rural, no qual poderão ser reconhecidas como trabalhadoras e valorizadas por seus pares.

Enquanto os jovens agricultores capitalizados já definiram, em sua maioria, estratégias de inserção ocupacional, os jovens descapitalizados apresentam maiores dificuldades para explanar acerca de como pretendem se inserir nas ocupações desejadas, o que se deve, em boa medida, à própria falta de recursos de que dispõem, de forma que tem seu planejamento dificultado. De toda forma, entre os jovens que já traçaram estratégias de inserção ocupacional destacam-se, além da herança da terra, nos casos em que pretendem permanecer, a indicação de amigos ou familiares que já estão empregados e a migração para outras cidades, como a vizinha Pelotas, e as um pouco mais distantes Rio Grande, Porto Alegre e Caxias do Sul.

É importante destacar que o papel de amigos e familiares, ao contrário do que ocorre com os jovens capitalizados, é de apenas indicar ou ajudar para que o jovem ingresse numa empresa privada, de terceiros, e não familiar, como ocorre com alguns. Já as estratégias de migração possuem um fator comum, pois enquanto São Lourenço do Sul possui no próprio setor agrícola sua face mais dinâmica, os jovens entendem que a capital Porto Alegre, o pólo naval de Rio Grande ou o pólo industrial de Caxias do Sul possam disponibilizar-lhes as oportunidades que seu município de origem não oferece.

Assim como os jovens capitalizados, os descapitalizados também julgam saber trabalhar, a necessidade de melhores preços, a vontade e a experiência como elementos preponderantes para os jovens que queiram permanecer como agricultores, para eles a única opção de permanência no rural; porém há também referências à necessidade de terras, o que está relacionado ao menor tamanho das propriedades dos jovens desta categoria. Já quando avaliam as perspectivas urbanas o aspecto mais valorizado pelos jovens é a escolaridade, considerada indispensável para o sucesso fora da agricultura, mesmo que trabalhando no comércio, de acordo com eles, a principal atividade disponível aos jovens que desejam ingressar em carreiras urbanas. Mas, além da escolaridade como requisito para o ingresso no ramo do comércio no município de São

Lourenço do Sul, os jovens também apontam a necessidade de dominar o dialeto pomerano, como afirma Artur, de 18 anos, “aqui falam o alemão, o pomerano, na cidade pedem muito, ali, pra quem quiser trabalhar em loja e coisas assim, falar pomerano e alemão”. Um destes casos é relatado por Janete, de 17 anos: “muitas vezes eles procuram pessoas que falam a língua pomerana, que nem a minha irmã; ela foi aceita na Farmácia Nativa porque falava o Pomerano”.

Percebe-se nas falas do rapaz e da moça a opção do comércio para as moças que saibam falar pomerano, pois esta não parece ser uma opção disponível ou desejada pelos rapazes, que têm maiores possibilidades na permanência na propriedade familiar, o que não ocorre com as moças, que têm nesta ocupação do comércio um destino possível e muitas vezes desejado.

Ao contrário do que ocorre com os jovens capitalizados, os jovens agricultores descapitalizados com projetos urbanos vêm dificuldades para que seus planos se tornem realidade, como argumenta Artur, de 18 anos: “boa chance eu não tenho, vai ser difícil o caminho para chegar lá, mas eu vou tentar”, esta dificuldade certamente pode ser atribuída à escassez de recursos com os quais os jovens contam para concretizar seus planos. Já entre os jovens que pretendem permanecer na agricultura predomina a avaliação de que não haverá dificuldades, mesmo entre as moças, tradicionalmente excluídas do processo sucessório. Todavia, tal ponto de vista não é unânime, principalmente para elas, que por vezes precisam casar com um rapaz que seja sucessor para viabilizar sua permanência, como ocorre com Joana, de 19 anos, que gostaria de permanecer como agricultora, mas acredita que “só pra ficar mesmo arrumando um cara da colônia.”

Os dados relativos à sucessão das unidades dos jovens entrevistados reforçam ainda mais a necessidade do casamento como condição para que as moças permaneçam, inclusive em suas próprias unidades familiares, como é ilustrativo o caso de dois rapazes, com aspirações urbanas, que terão as irmãs como sucessoras das propriedades familiares, porém, em ambos os casos, as moças devem se estabelecer com os futuros maridos na agricultura. Além desses dois casos, em que as irmãs serão sucessoras, há duas entrevistadas que também devem permanecer nas unidades familiares; no caso de Lívia, de 16 anos, porque ela pretende morar na mesma propriedade com o irmão, embora não como agricultora; e de Luana, de 21 anos, que deverá receber uma parcela

da unidade familiar após a conclusão do inventário que dividirá a atual propriedade da família.¹⁷⁴

Mas tais casos, em que as moças são sucessoras, embora não necessariamente como agricultoras, são exceções, pois nos 18 casos em que a sucessão já foi definida, em nove situações (50%) o sucessor será homem, em quatro situações (22,2%) será mulher e em cinco casos (27,8%) a propriedade não possui sucessores. Outro aspecto a ser destacado refere-se ao percentual de propriedades em que a sucessão ainda não foi definida (40%), número semelhante ao verificado entre os jovens capitalizados (33,3%), que pode ser considerado relativamente baixo, dado que pesquisas anteriores, como a de Castro (2004), demonstravam uma tendência de adiamento desta decisão, a qual, inclusive, colaborava para a maior migração dos jovens. Desta forma, a antecipação de decisões relativas à sucessão, embora ainda presente em parte significativa dos casos analisados, parece indicar a configuração de uma nova realidade, que poderá ter, para a própria reprodução da agricultura familiar, consequências positivas.

Ao contrário dos jovens capitalizados, os agricultores descapitalizados demonstram-se, de uma maneira geral, mais sensíveis à influência familiar ao decidirem entre a permanência e a migração, o que não deixa de ser compreensível, dado que pela menor disponibilidade de recursos passa a haver uma maior necessidade de apoio mútuo entre os entes familiares para tornar os projetos viáveis, sejam eles pessoais ou familiares. Prova disto está na estratégia de escolarização de alguns jovens, que primeiramente vão ajudar os pais na propriedade para que sem seguida os mesmos lhes dêem suporte nos planos educacionais, ou ainda, como se verifica no caso de Janete, de 17 anos, que ainda não sabe, pois ela

Gostaria muito de seguir estudando, mas a minha família depende de mim, meus pais principalmente. Como a minha irmã é menor e ela está estudando ainda, e ai só iam ficar três pessoas lá em casa, eu não sei ainda o que vou fazer [porque] quando o meu irmão ainda estava em casa a gente ainda estava plantando quase 100 mil pés de fumo, e agora

¹⁷⁴ É importante referir que, a despeito destas práticas, relativamente comuns, em que os pais combinam informalmente um modelo de divisão dos bens familiares antes de sua morte, comumente definindo apenas um herdeiro, não há qualquer garantia jurídica de respeito ao acordado. Desta forma, podem ocorrer casos como o relatado por Zorzi (2005), em que um irmão, que seria o sucessor, ficou na propriedade trabalhando com os pais enquanto os demais saíram para estudar, porém, quando os progenitores da família faleceram os irmãos que haviam estudado, inclusive com a ajuda dos pais e, conseqüentemente, do irmão que ficou, resolveram ingressar com um processo na justiça para requerer sua parte da herança, numa situação que ainda estava indefinida quando a referida pesquisa foi realizada.

que ele foi embora, a gente teve que diminuir pra 70 mil pés, se eu for embora vai diminuir ainda mais.

Da mesma forma que ocorre entre os jovens agricultores capitalizados, os jovens descapitalizados também sabem da importância de seu trabalho para a propriedade familiar, porém, ao contrário daqueles, para os quais perder um trabalhador pode significar alguma diminuição da renda ou aumento de trabalho para os demais, entre estes a migração de um jovem pode significar também a inviabilidade da família na atividade agrícola, o que leva os jovens a uma maior reflexão em torno de sua decisão, inclusive cogitando a possibilidade de abrir mão de um sonho individual em nome do bem familiar. Cabe destacar que esta posição, apesar de predominante, não é unânime, pois alguns jovens irão levar adiante seus projetos independente da influência da família, como é o caso de Renata, de 16 anos, para quem “não adianta a pessoa trabalhar na agricultura e ganhar dinheiro se tu não gostas daquilo”.

Considerando-se a maior influência da família na definição dos projetos a serem seguidos pelos jovens, inclusive pela maior interdependência entre as partes – jovens e suas famílias – entende-se que contar com a concordância dos pais seja um aspecto importante no encaminhamento dos mesmos. Desta forma, é significativo o fato de a maioria dos jovens contar com o apoio dos pais nos projetos definidos, apoio este que está diretamente relacionado à nova realidade observada entre os jovens capitalizados e que também se faz presente entre os descapitalizados, de que as famílias, mais do que preocupadas com a reprodução da propriedade familiar estão se importando com a reprodução familiar, esperando, como entende Ruan, de 18 anos, que os filhos “cresçam na vida”, independentemente da opção que tomarem para isso.

No entanto, em virtude dos poucos recursos disponíveis, por vezes projetos individuais e familiares precisam andar juntos, o que não aconteceu no caso de Antônio, 16 anos, que

Eu queria estudar na cidade, só que os meus pais não deixaram, ai eu tenho que continuar na agricultura, Aqui na cidade também emprego não tem muito, ai eu pretendo ir pra outra cidade trabalhar, Pelotas, Rio Grande, qualquer outra cidade.

Percebe-se no depoimento do rapaz que a contrariedade da família não é necessariamente com seu projeto de estudar, mas com a necessidade de ir para a cidade,

onde ele teria dificuldades para encontrar emprego, o que, aliado à falta de recursos que poderiam ser enviados pela família poderia lhe trazer prejuízos, de forma que os pais proibiram sua migração, ao menos temporariamente, visto que o jovem ainda faz planos de ir para outra cidade em busca de escolarização e emprego.

O local de moradia desejado pelo jovem não está necessariamente ligado a projetos educacionais e/ou ocupacionais, vinculando-se a um projeto de vida, dado que os jovens não desconsideram a possibilidade de morar no rural, mas exercendo outras atividades que não a agricultura, especialmente entre as mulheres, que apontam opções de trabalho em cooperativas, bancos, lojas rurais, como professoras ou ainda como profissionais liberais; já para os rapazes a opção pela moradia no campo significa também a opção pela atividade agrícola. Desta forma, é possível interpretar a opção de cerca de metade das moças pela moradia urbana (56,2%) como uma aversão à atividade agrícola, como argumenta Aline, de 16 anos:

Eu acho que, por um lado, ia escolher ficar na colônia, mas como aqui não tem muito recurso, condição de trabalho, é trabalho na lavoura, eu acho que no geral ninguém vai dizer: “eu gosto do trabalho na agricultura e eu vou ficar na agricultura”.

A moça refere, além da falta de recursos e condições de trabalho, características dos estabelecimentos descapitalizados, a falta de gosto pela atividade agrícola, comum às jovens mulheres, a qual pode ser atribuída à falta de reconhecimento e valorização de suas atividades, comumente restritas ao âmbito doméstico e tratadas como ajuda quando executadas na lavoura, como ressalta a moça.

Mas, ao contrário do que ocorre entre os jovens capitalizados, metade dos agricultores descapitalizados preferem o campo como local de moradia, dentre os quais oito são do sexo masculino e sete do feminino. Já quando se fala na opção pela moradia urbana o predomínio das mulheres é maior, pois são nove moças e seis rapazes. Mais do que a opção pelo ideal urbano (CARNEIRO, 1998), entende-se que as opções dos jovens, num contexto municipal que valoriza o rural e a agricultura, seja produto tanto da avaliação de suas possibilidades, dado que os mesmos não dispõem de recursos suficientes para investir em estratégias que pudessem lhes permitir inserções urbanas mais qualificadas; quanto de suas próprias sociabilidades rurais, onde possuem amplo acesso à atividades de lazer, redes de amizades estabelecidas, contam com o apoio, na forma de projetos das diversas instituições que atuam no município e do próprio poder

público, e o reconhecimento de sua cultura – germânica – e de sua atividade, a agricultura que “move a economia da cidade”, como é comum se ouvir em suas falas.

A maioria dos jovens agricultores descapitalizados gostaria que seu(ua) futuro(a) companheiro(a) fosse também do rural, pois, como defende Samanta, de 17 anos, “fica melhor, os dois da colônia e daí iria ter uma noção de como é que é”. Esta predominância de jovens com preferência por namorados(as) rurais, demonstrada por oito moças e seis rapazes, é acentuada pelo fato de que alguns jovens já possuem companheiros com essa origem, porém é comum aos jovens que pretendem se estabelecer como agricultores, como é o caso de Jackson, de 18 anos, para quem uma namorada urbana seria “só perda de tempo [para]ela se adaptar”. No mesmo caminho está Ruan, também com 18 anos, que entende que na cidade “deve ser mais fácil, aqui é meio difícil, é meio brabo aqui” para arrumar uma companheira, todavia, a despeito de tal dificuldade para encontrar uma namorada no meio rural, esta é sua preferência, dado que o rapaz pretende morar no meio rural. Outras pesquisas, como a de Brumer e Spanevello (2008), também já haviam demonstrado a maior dificuldade dos rapazes para encontrarem companheiras no meio rural, em virtude da predominância das moças entre os migrantes para a cidade.

Outros jovens, como Aline, de 16 anos, entendem que “independe se fosse daqui ou não, porque quando a gente gosta de uma pessoa e é agricultor, eu não vou me casar com ele porque é agricultor, eu não vou me casar com ele porque ele vai me levar pra lavoura”. Mas, além de visões mais romantizadas, como a apresentada pela jovem Aline, outros jovens estabelecem avaliações mais críticas em torno da opção pelo namorado, como é o caso de Renata, também com 16 anos:

Muita gente arranja um namorado e começa a namorar pra ter uma pessoa do teu lado, mas tem que ver que aquela pessoa também pode estar te atrapalhando, e se tu quiseres estudar e a pessoa não quiser estudar, e daí? Tu não vais ter a liberdade de dizer, não eu vou fazer aquilo.

Para Renata, assim como para Aline, a origem do companheiro não é importante, todavia a primeira moça, ao contrário da segunda, entende a necessidade de que o companheiro partilhe pontos de vista e mesmo projetos comuns, para que seja possível um planejamento de futuro, seja ele urbano ou rural. A maior importância de projetos em comum do que a própria origem do namorado, destacada por Renata, pode ser

comprovada no depoimento de Luana, de 21 anos, com planos de estudar e namorada de um rapaz que também pertence a uma família de agricultores que mora no meio rural:

Eu fiz até a prova do ENEM uma vez e tirei 7 na prova. No passado eu me inscrevi e o meu namorado brigou porque deu no dia da folga dele. Ai acabou que eu não fui fazer a prova pra ele não brigar comigo.

Ou seja, a moça optou por namorar um rapaz que, apesar de também ser descendente de agricultores, não partilha com ela de um mesmo projeto de vida. Igualmente, criar dificuldades para que a moça estude também pode significar uma atitude ciumenta, de um homem que teme que as novas relações sociais que sua namorada poderia ter no ambiente universitário façam com que ela não queira mais manter a relação.

Assim como ocorre com os jovens capitalizados, os entrevistados descapitalizados também gostariam, em sua maioria, de casar e ter filhos, desejando ainda ajudar os pais futuramente, mas, ao contrário do que ocorre com os primeiros, a forma predominante de ajuda é trabalhando, o que pode ser atribuído à menor expectativa de ganhos que os jovens descapitalizados possuem, inclusive porque também dispõem de poucos recursos para investir em seu futuro. Além destes elementos comuns aos projetos dos jovens capitalizados, entre os descapitalizados destacam-se os planos de adquirir uma casa (seis jovens), realizar uma faculdade (seis jovens) e de montar o próprio negócio (quatro jovens), elementos que também se fazem presentes nas aspirações dos jovens capitalizados, mas em menor proporção, o que se atribui às maiores dificuldades que os jovens com menos recursos encontram para realizar estes intentos, que por isso são postos antes no âmbito de sonhos do que propriamente como projetos, pois para eles ainda é difícil estabelecer estratégias para concretizar estes planos sem contar com maiores recursos.

Quadro 8: Perfil médio das projeções elaboradas pelos jovens agricultores familiares descapitalizados considerados na pesquisa

Cerca da metade dos jovens agricultores familiares descapitalizados não pretendem continuar os estudos, justificando esta opção por sua inclusão como agricultores, pelas alternativas de trabalho fora da unidade de produção e pelo insucesso escolar; já entre os que pretendem continuar estudando, apenas uma moça apresenta opção de curso compatível com a permanência na agricultura familiar. Quatro tipos de estratégias de

inserção educacional são identificadas entre os jovens pertencentes a esta categoria: apoio financeiro dos pais; apoio logístico de amigos ou familiares, empregos urbanos e “trocas” com os pais, nas quais os jovens primeiramente ajudam nas unidades familiares para em seguida serem apoiados em seus projetos individuais. A ocupação preferencial dos jovens descapitalizados, especialmente do sexo masculino, é a agricultura; já entre as moças, apesar do significativo número de casos em que desejam ser agricultoras, a opção preferencial é pela docência. Em virtude da baixa disponibilidade de recursos, a maioria dos entrevistados não consegue planejar estratégias de inserção ocupacional, mas entre os que já definiram um plano destacam-se o acesso à terra, entre os jovens que desejam permanecer na agricultura e a indicação de amigos e a migração para cidades economicamente mais dinâmicas, entre os que desejam abandonar esta atividade. A agricultura é a principal alternativa aventada pelos jovens que desejam permanecer no campo, para os que pretendem migrar o comércio da cidade seria o principal destino possível, especialmente para as moças que saibam falar o dialeto pomerano. Os jovens que possuem projetos urbanos vêm dificuldades para viabilizar a concretização dos mesmos, ao contrário daqueles que pretendem permanecer, para os quais não devem haver maiores dificuldades. A sucessão é uma prerrogativa dos rapazes, embora algumas moças também devam permanecer, porém dividindo as propriedades com irmãos ou maridos. Observa-se ainda uma tendência à antecipação das decisões sobre os processos sucessórios, a qual é verificada em maior proporção entre os jovens capitalizados. Predomina entre os jovens desta categoria analítica uma maior sensibilidade à influência familiar na formulação dos projetos, o que ocorre em virtude de sua menor capitalização, dado que possuem uma relação de maior interdependência com suas famílias, pois ao mesmo tempo em que seus projetos pessoais dependem do auxílio da família, as famílias dependem da força de trabalho de seus jovens para a viabilidade da atividade agrícola familiar. Desta forma, tende a haver uma consonância entre os projetos individuais e familiares, o que está associado a uma maior preocupação com a reprodução familiar do que com a reprodução da propriedade familiar, tendência também observada entre os jovens capitalizados. Há um equilíbrio entre os jovens que desejam morar no campo e os que preferem uma moradia urbana, com predomínio dos rapazes na primeira opção e das moças na segunda. Igualmente, entende-se que a significativa parcela de jovens optando pelo rural como local de moradia esteja relacionada tanto à falta de recursos para uma

inserção mais qualificada na cidade quanto pelas redes de amizade, pelo acesso à lazer e o reconhecimento, na forma de apoio e projetos, que a agricultura familiar recebe neste município. A maioria dos jovens prefere companheiros(as) de origem rural, mas se deve destacar que mais importante do que a origem dos futuros maridos/esposas é o fato de partilharem projetos em comum. Assim como ocorre com os jovens capitalizados, entre os descapitalizados também predominam projetos de casar e ter filhos. Salienta-se ainda que os jovens descapitalizados pretendem ajudar os pais, mas com trabalho, dado que possuem menores expectativas de ganhos financeiros para ajudá-los futuramente desta forma. Finalmente, destacam-se entre estes projetos de cursar faculdade, ter uma casa e de abrir o próprio negócio.

5. 5. Agricultores familiares marginalizados e seus projetos

Na contramão da hipótese levantada por Giddens (2009, p. 260), segundo a qual os jovens menos abastados tenderiam a abandonar o sistema educacional mais precocemente em virtude do alto percentual de investimento para a permanência neste, bem como pela busca de uma inserção mais precoce no mercado de trabalho, os jovens agricultores familiares marginalizados pretendem, em sua maioria, continuar os estudos.

Porém, não chega a surpreender o fato de que os jovens marginalizados, assim como os capitalizados, mas ao contrário dos descapitalizados, pretendam, em sua grande maioria, avançar nos estudos. Pois se os agricultores capitalizados vêem melhores perspectivas fora da agricultura através dos estudos, e por isso investem seus recursos na construção de carreiras não agrícolas e os descapitalizados, por entenderem que as maiores chances de sucesso disponíveis a partir de seus capitais podem se concretizar pela permanência na atividade, optam pela agricultura; entre os jovens marginalizados não há perspectivas agrícolas, de forma que investir nos estudos acaba sendo sua única opção de ascensão social, mesmo se considerando a falta de recursos e as consideráveis possibilidades de insucesso.

Entre os oito jovens desta categoria entrevistados, seis pretendem cursar faculdade, dois cursos técnicos e apenas dois não irão seguir os estudos, Eliézer, de 16 anos, “porque não sou muito chegado nos estudos”, e Vanessa, com 23 anos, porque

Quando eu estava solteira eu queria estudar, mas o pai e a mãe não deixaram, eu trabalhava na lavoura. Agora que eu estou casada, agora eu não posso estudar mais [Ent: o marido não quer que tu estudes?]

Vanessa: é. [Ent: e tu julgas importante estudar?]Vanessa: eu acho que

sim, porque onde tu quiseres arrumar um emprego todo mundo pergunta se tem segundo grau, tem que ter o estudo.

Em famílias marginalizadas, nas quais os recursos estão sempre em falta, inclusive para itens básicos, como a alimentação, é necessário que os jovens desde cedo contribuam com a geração de recursos para a família, seja trabalhando em casa ou fora, motivo que fez com que os pais de Vanessa a impedissem de estudar, dado que ela precisava trabalhar na lavoura. Os pais de Eliezer, indiretamente, encaminham o jovem para semelhante situação, dado que seu projeto de não estudar parece decorrer (ou estar associado com) do fato de que ele já trabalha, ajudando o pai, na prestação de serviços a terceiros, porém sem receber remuneração do pai ou patrão.¹⁷⁵

Outro ponto a ser destacado no depoimento de Vanessa, 23 anos, refere-se à subalternidade da condição feminina na agricultura familiar, pois ao necessitarem da mão de obra da moça os pais a proibiram de estudar, decisão acatada pela moça, porém, ao casar, quando ela poderia retomar os estudos, seu marido também lhe impôs a mesma sanção, a qual ela novamente aceitou. Isto significa dizer que a moça, embora reconheça a importância dos estudos e gostasse de estudar, nunca teve sua vontade respeitada, situação com a qual parece conformada, pois prefere não se indispor com o marido, sem emprego formal, optando por cuidar da casa enquanto ele ganha cerca de R\$ 300,00 mensais trabalhando como diarista do fumo.¹⁷⁶

Com base no conceito de Chauí (1985, p. 35), de acordo com o qual se converte uma diferença numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e dominação, Tavares e Pereira (2007, p. 417) definem este tipo de relação entre homem e mulher como forma de violência doméstica, pois há um processo de coisificação em que o homem passa a definir o que é certo e o que é errado numa relação, assumindo um papel de dominador e tolhendo a mulher de seu direito à liberdade. No caso analisado, é possível perceber que a moça aceita passivamente esta subordinação, a qual, apesar de contribuir para uma situação de vida precária, a impede de perceber o processo de violência a que está sendo submetida.

¹⁷⁵ O pai do jovem acompanhou toda a entrevista, silente, porém é possível que sua presença tenha influenciado nas respostas do jovem, como o fato de se dizer satisfeito em realizar uma atividade sem remuneração.

¹⁷⁶ O casal não tem filhos e a moça não pode trabalhar como diarista em virtude de um problema cardíaco que a impede de fazer força, de modo que ela teria disponibilidade de tempo para estudar, inclusive com o objetivo de buscar inserção profissional nalguma atividade que não exigisse esforço físico.

Sem contar com recursos monetários familiares, os jovens de famílias de agricultores marginalizados têm na busca de um emprego nas cidades onde pretendem trabalhar a única alternativa de concretização de seus projetos de escolarização, porém, em se tratando de famílias marginalizadas e em processo de abandono do rural, alguns jovens também poderão contar com o apoio logístico de parentes estabelecidos no meio urbano, capital este que será um facilitador para que consigam estudar.

Mas, a despeito do apoio logístico na cidade, predomina entre os jovens que desejam estudar a consciência das dificuldades da empreitada, a qual, para ser bem sucedida, exige muita dedicação dos jovens, como relata Júlia, de 15 anos: “porque talvez eu não tenha condições de fazer a faculdade que eu queria, mas depois eu pensei, se eu estudasse, se eu trabalhasse, talvez eu conseguisse fazer, fazendo o vestibular”. A estratégia desta moça para estudar, aliás, é bastante ambiciosa, apesar de muito bem concatenada. Júlia ganhou, num sorteio da escola, um curso de secretariado, o qual ela realizou a partir do investimento do recurso que recebe do Programa Bolsa Escola no custeio das passagens. Graças a seu bom desempenho neste primeiro curso, a jovem foi novamente contemplada pela empresa que realiza o curso, desta vez com um curso de operadora de microdesign, o qual ela também pode frequentar graças à verba que recebe por sua inserção no programa social. Desta forma, Júlia, que ainda gostaria de fazer cursos para trabalhar em farmácias, mas sem os recursos para investir nos mesmos, pretende, ao concluir o Ensino Médio, migrar para a vizinha cidade de Pelotas, onde, com o currículo construído pela frequência nos cursos de aperfeiçoamento profissional que realizou, almeja buscar um emprego para, em seguida, tentar o ingresso na Faculdade de Medicina na Universidade Federal daquele município.

Porém, ao contrário do que indicam as informações relativas à escolaridade almejada pelos jovens, as ocupações que os agricultores marginalizados pretendem desenvolver não incluem a frequência ao Ensino Superior como pré-requisito, o que pode ser interpretado como a percepção dos jovens das dificuldades que poderão ter para concretizar seus projetos educacionais, ou ainda, de sua alta probabilidade de insucesso, especialmente pela falta de recursos para sua concretização. Além de Júlia, 15 anos, que quer ser médica, apenas uma moça apresenta aspiração ocupacional vinculada a cursos superiores, Janaína, 20 anos, que quer ser professora de Educação Física.

Entre as várias possibilidades de trabalho aventadas pelos jovens, há apenas um caso em que a agricultura aparece como opção e outros dois em que os jovens

pretendem ser empresários. É interessante notar que uma das jovens que pretende ser empresária, abrindo uma loja de roupas, gostaria de cursar a faculdade de Análise de Sistemas, todavia não se percebe relação desta escolaridade com o projeto da moça, que deve, primeiramente, mudar-se para capital Porto Alegre para trabalhar numa pizzaria, da qual a mãe já é funcionária, adquirindo assim os recursos para estudar e/ou abrir sua loja.

As incertezas e indecisões são características comuns à condição juvenil, ainda mais em se tratando de jovens que dispõem de poucos recursos, sabendo que estão demasiadamente expostos a chances de fracasso e que não têm muitas possibilidades de sucesso. Desta forma, possíveis incompatibilidades entre projetos educacionais e profissionais podem ser considerados normais, resultantes da insegurança econômica que vivenciam.

As principais estratégias para alcançar a ocupação desejada, manifestadas pelos jovens, são estudar e se inserir em alguma atividade a fim de que esta possa alavancar suas trajetórias ocupacionais até o ponto desejado. Além destas, os jovens também pretendem contar com a indicação de parentes que já trabalham na cidade para conseguir o primeiro emprego, e migrar para outras cidades, nas quais já habitam os primeiros migrantes das famílias. O único jovem que pretende se estabelecer como agricultor, Emílio, de 18 anos, não possui terras, de modo que pretende arrendar uma propriedade para plantar batata e milho, culturas que ele acredita podem lhe render a verba necessária para encaminhar a aquisição de uma unidade própria.

Percebe-se, nas estratégias apresentadas pelos jovens para buscar a inserção na ocupação desejada, que a dedicação e a ajuda de parentes são o único capital de que dispõem, seja na concretização de seus projetos educacionais e/ou ocupacionais, de modo que a viabilidade de seus projetos de vida irá depender do sucesso deles.

Avaliando as perspectivas de que dispõem no rural e na cidade, apenas dois entrevistados vêem perspectivas no campo, um como agricultor e outro prestando serviços, assim como faz seu pai. Já com relação às perspectivas fora da agricultura todos concordam que estudar é condição indispensável, além de conhecer o idioma pomerano, aspecto destacado por Janaína.¹⁷⁷ Outra questão que surge ao analisar as perspectivas levantadas pelos jovens acerca de uma possível inserção urbana manifesta-se numa indefinição presente entre os jovens acerca das possibilidades existentes, como

¹⁷⁷ A moça, assim como todos os entrevistados marginalizados, que são tucas ou descendentes de quilombolas, não domina o dialeto.

destaca Guilherme, de 17 anos, “no que eu gostaria de trabalhar eu não sei muito bem”. Desconhecendo o pomerano, os jovens sabem que estão afastados da possibilidade de conseguir trabalho no comércio da cidade, e sem terras, não contam com a perspectiva de viver da agricultura, de modo que sabem apenas que precisam buscar um emprego, porém, sem oportunidades disponíveis, eles ficam perdidos, aguardando o momento da migração ou o surgimento de alguma oportunidade, pois, como argumenta Ademilson, de 20 anos, “o que aparecer eu estou agarrando, porque não tem condições de escolher”. De acordo com Pastore (1979, p. 23-24), este é um comportamento comum entre indivíduos com menos recursos, porém, segundo o autor, o abandono de projetos maiores devido ao surgimento de oportunidades momentâneas também colabora para que os atores diminuam suas chances futuras, pois deixam de investir em sua especialização para se acomodar em ocupações que requerem menor qualificação e com remuneração inferior.

Mas o depoimento de Ademilson também é representativo da exiguidade de oportunidades disponíveis aos jovens de famílias com menos recursos e das dificuldades que os mesmos enfrentam para sua manutenção, pois, a despeito dos problemas de saúde, ele está disposto a aceitar qualquer tipo de trabalho, sem cogitar outras possibilidades de escolha, pois a aposentadoria recebida por sua mãe, em grande parte destinada a aquisição de remédios, é insuficiente para garantir o sustento da família. Neste caso, como ressalta Pastore (1979, p. 23-24), a escolha representaria, em verdade, uma imposição.

Ao contrário do otimismo verificado entre os jovens capitalizados e descapitalizados acerca da avaliação das possibilidades de sucesso de seus projetos,¹⁷⁸ entre os marginalizados há um equilíbrio entre os que entendem que têm boas chances de concretizar seus projetos e aqueles que acreditam que será difícil que os mesmos sejam realizados. Porém, mesmo os jovens que avaliam negativamente suas chances de sucesso não pretendem abandonar seus projetos.

Em trabalhos dedicados ao estudo da juventude da agricultura familiar é comum abordar-se a temática da sucessão como questão chave para o encaminhamento das perspectivas de permanência ou migração do campo, dado que há uma tendência de que jovens sucessores permaneçam na atividade e que os não sucessores a abandonem.

¹⁷⁸ Entre os jovens descapitalizados o otimismo relativo à avaliação das chances de sucesso apresenta-se apenas entre os jovens com projetos de permanência, dado que os que pretendem migrar reconhecem as dificuldades que deverão enfrentar.

Porém, entre os jovens marginalizados desta pesquisa, esta perspectiva não está presente, pois em virtude da inviabilidade das unidades familiares como geradoras de valor¹⁷⁹, a herança da terra representa a possibilidade de um local de moradia, embora as perspectivas ocupacionais permaneçam apenas na atividade de prestador de serviços a outros agricultores ou a empresas rurais. Entre os descendentes de quilombolas, não há o reconhecimento da propriedade individual da terra, dado que o território é coletivamente reconhecido como pertencente à comunidade que o ocupa, porém o terreno em que habita cada família garante uma moradia sem custos e o cultivo de produtos para o autoconsumo, de certa maneira, pregando-os às alternativas dessa terra, pois a saída em busca de oportunidades pode provocar sua perda.

Considerando-se esta realidade, não há entre as famílias dos jovens marginalizados preocupação com a questão da sucessão ou manutenção da propriedade, inclusive entre os que pretendem permanecer no campo, dado que não pretendem exercer atividades econômicas nas mesmas, utilizando-as apenas como local de moradia. De toda forma, cumpre referir que metade dos jovens pretende ter a atual propriedade como lar futuramente.

Devido à escassez de recursos, há uma forte interdependência dos jovens marginalizados para com suas famílias, de modo que para todos a influência da família foi decisiva na definição dos projetos estabelecidos. No caso de Vanessa, 23 anos, por exemplo, que queria ir para a cidade, mas não foi porque “eles [os pais] não acham bom ir para a cidade”; Janaína de 20 anos, confirma que se não fosse a influência dos dindos¹⁸⁰ não teria tanta convicção de seu projeto de estudar; Emílio, 18 anos, preocupa-se com o cuidado dos pais na velhice, justificando seu projeto de permanência “para eles [pais] não fiquem sozinhos também”; já Ademilson, 20 anos, analisa a importância da ajuda financeira que presta à mãe: “é que ela só recebe o salário mínimo, e aí às vezes ela não consegue pagar, eu ajudo ela e coisas assim, porque sozinha ela também não consegue fazer tudo”.

Ou seja, enquanto entre os jovens agricultores capitalizados e descapitalizados os pais representam um esteio na construção dos projetos, entre os marginalizados há uma preocupação inversa, dos jovens para com os pais, mais dependentes dos filhos.

¹⁷⁹ Não se descarta a possibilidade de que culturas comerciais sejam desenvolvidas em pequenas áreas de terra, porém, para que isso ocorra é preciso investimentos, os quais estão indisponíveis a este agrupamento de agricultores, tanto pela falta de recursos como pelas dificuldades de acesso ao crédito.

¹⁸⁰ Esta moça foi criada pelos tios (dindos), apesar de dela conhecer e ter boa relação com a mãe biológica, que mora na cidade. Ela mora desde os seis anos no campo com os tios, apesar de não saber porque sua mãe, empregada doméstica, optou por deixar sua criação ao encargo de outras pessoas.

Desta forma, se entre os jovens agricultores capitalizados a noção da família agricultora como ator coletivo não se justifica, entre os marginalizados o conceito adquire validade, inclusive nos projetos de migração, dado que incluem a busca de uma melhor renda capaz de tirar os pais da situação de pobreza em que se encontram.

Como são mais suscetíveis à influência da família na definição de seus projetos é de se esperar, como realmente ocorre, que os jovens não apresentem conflitos relativos à expectativa dos pais, inclusive adaptando as necessidades familiares com os projetos individuais. Emílio, de 18 anos, é um exemplo disto, pois pretende ingressar na Escola Técnica Agrícola de São Lourenço do Sul, instituição localizada no interior do município e que atende os alunos da região onde mora, para ficar ao lado dos pais enquanto realiza seu projeto de continuar os estudos para, posteriormente, se instalar como agricultor.

Em relação ao lugar de moradia desejado pelos oito jovens agricultores familiares marginalizados há um perfeito equilíbrio, pois dois rapazes e duas moças pretendem morar na cidade e dois rapazes e duas moças preferem o meio rural como local de moradia.

Lembrando mais uma vez que escolher o campo não significa necessariamente a opção pela atividade agrícola, neste ponto aparece uma distinção por sexo, pois um dos rapazes quer ser agricultor e o outro prestar serviços agrícolas, enquanto as moças pretendem exercer as funções de médica e de professora no meio rural. Desta forma, é possível aferir que também entre os jovens marginalizados está presente uma distinção por sexo que diminui as possibilidades das moças em atividades agrícolas, de modo que para permanecer no campo estão obrigadas a uma maior necessidade de qualificação. Por outro lado, enquanto os rapazes que pretendem permanecer dispõem de oportunidades agrícolas que os mantêm no campo, mesmo sem qualificação; as moças apenas permanecem quando detentoras de alguma qualificação, de modo que, quando elas estão dispostas a voltar, conseguem ocupar melhores posições do que eles.

Em relação à origem preferencial do companheiro a situação não se modifica em virtude do grau de capitalização da propriedade ocupada pelo jovem, mas sim de seu projeto de futuro. Desta forma, como há um equilíbrio entre os jovens marginalizados que preferem o campo e a cidade como local de moradia, também há três jovens que preferem companheiros(as) oriundos do campo e três que prefeririam companheiros(as) da cidade, além de dois que julgam que a origem dos futuros companheiros(as) é indiferente.

Casar e ter filhos são projetos comuns aos jovens agricultores familiares de São Lourenço do Sul, independentemente do grau de capitalização. Igualmente, há entre os jovens marginalizados, assim como entre os capitalizados e descapitalizados, a pretensão de ajudar os pais futuramente, porém, neste caso, predominam as perspectivas de ajuda financeira, inclusive porque os pais já não exercem atividades agrícolas com fins monetários, para as quais poderia haver maior necessidade da mão de obra dos filhos. Em consonância com a falta de perspectivas na agricultura familiar, a referência mais comum nas expectativas dos jovens para o futuro é encontrar um emprego, dado que o mesmo representa a porta de entrada para uma vida melhor e a base para a construção de seus projetos de vida.

Quadro 9: Perfil médio das projeções elaboradas pelos jovens agricultores familiares marginalizados considerados na pesquisa

A maioria dos jovens agricultores familiares marginalizados pretende continuar os estudos, almejando cursos superiores e técnicos, o que está em acordo com sua condição, pois como a permanência como agricultores está praticamente inviabilizada, as melhores, senão únicas chances de sucesso estão ligas à escolarização. As estratégias de inserção educacional incluem a busca de empregos nos locais em que pretendem estudar, além do apoio logístico de familiares que já migraram para a cidade. Apesar da predominância de projetos educacionais que objetivam a realização de cursos superiores e técnicos, entre as ocupações desejadas predominam trabalhos que não requerem tal qualificação. Ademais, apenas um jovem gostaria de se estabelecer como agricultor e para isso pretende, primeiramente, arrendar terras para acumular os recursos para, posteriormente, comprar uma unidade própria. As estratégias de inserção ocupacional incluem estudos, busca de empregos urbanos e a migração para outras cidades, nas quais já moram seus familiares, os quais podem, inclusive, facilitar seu acesso aos empregos desejados, por vezes nas mesmas empresas. Poucos jovens vêm perspectivas no rural, entendendo que a cidade, mediante os estudos, pode lhes oferecer melhores oportunidades. Porém, desconhecendo o pomerano, que poderia facilitar seu acesso a trabalhos no comércio de São Lourenço do Sul, e sem terras, que poderiam lhes permitir a sobrevivência como agricultores, os jovens ficam “perdidos”, aguardando o momento da migração para outras cidades ou o surgimento de algum trabalho qualquer. Há um equilíbrio entre os jovens que vêm boas perspectivas de

concretizar seus projetos e aqueles que entendem que terão dificuldades para que os mesmos se tornem realidade. Em virtude da inviabilidade econômica das propriedades dos jovens marginalizados, a questão da sucessão não adquire maior relevância entre eles, dado que seus planos só incluem as unidades familiares como locais de moradia. De toda forma, metade dos jovens pretende habitar em suas atuais propriedades. A escassez de recursos torna os membros das famílias marginalizadas mais interdependentes entre si, de modo que em todos os casos a família exerceu influência direta na formulação dos projetos dos jovens. Por elaborarem projetos em acordo com as estratégias familiares, não se verifica entre os entrevistados desta categoria conflitos entre seus projetos e as expectativas dos pais. Há um equilíbrio entre os jovens que almejam o campo e os que desejam a cidade como local de moradia no futuro. Porém enquanto os rapazes que desejam permanecer não precisam de maiores qualificações, entre as moças estas são indispensáveis, de modo que, quando estão dispostas a voltar, elas possam a ocupar boas posições. Igualmente, há um equilíbrio entre os jovens que preferem companheiros(as) rurais e os que preferem companheiros(as) da cidade. Assim como os jovens capitalizados e descapitalizados, os jovens agricultores marginalizados também pretendem casar, ter filhos e ajudar os pais futuramente. Finalmente, os jovens desta categoria sonham com um emprego, o que representa a possibilidade de uma vida melhor e a base para seus projetos de vida.

5.6. Jovens, seus projetos e perspectivas de mobilidade social

De acordo com o referencial teórico desenvolvido por Archer (1998), os projetos dos jovens corresponderiam ao que ela chama de elaboração das estruturas, isto é, os jovens, mergulhados num contexto de imersão social pré-estabelecido, interagiram com o mesmo e com os demais atores que o compunham, elaborando projetos de acordo com ele, mas que terão implicações na construção de novos contextos sociais, os quais constituirão a estrutura na qual as novas gerações irão também desenvolver suas interações.

Salienta-se que tal diferenciação temporal, entre as diferentes composições do contexto social no qual se desenvolvem as interações entre os atores sociais, possui caráter meramente analítico, dado que, concretamente, as interrelações entre as diferentes temporalidades, analiticamente definidas, são contínuas.

Desta forma, esta sessão será dedicada a uma análise das perspectivas que os projetos dos jovens podem ter acerca das dinâmicas de mobilidade e da própria reprodução da agricultura familiar em contextos sociais futuros.

Primeiramente, observou-se que, num contexto de grande mobilidade social ascendente que caracterizou o país na primeira década do século XXI, especialmente dos agrupamentos mais baixos para os médios, entre os agricultores familiares de São Lourenço do Sul também foram identificadas um número significativo de trajetórias ascendentes economicamente, na passagem da geração dos avós para a dos pais dos jovens entrevistados, considerando-se os agrupamentos capitalizados e descapitalizados, pois entre os marginalizados o processo de empobrecimento é de larga duração.

Já no que se refere à dimensão educacional, verifica-se que apenas entre os jovens de famílias capitalizadas os recursos econômicos dos avós se refletiram em maior escolarização na geração dos pais, pois entre os descapitalizados e marginalizados os pais estudaram tão pouco quanto os avós. Porém, o recente processo de universalização do acesso ao Ensino Fundamental e a ampliação do acesso ao Ensino Médio permitiram que a ampla maioria dos entrevistados, independente do grau de capitalização de suas famílias, pudesse avançar nos estudos, sendo mais escolarizados que os pais e avós.

Desta forma, deve-se entender o processo de elaboração dos projetos dos jovens num contexto de melhoria geral das condições de vida da população, marcado também por movimentos de mobilidade social ascendente, tanto em termos econômicos quanto educacionais, porém considerando-se que tais dinâmicas são, em boa medida, afetadas pelo grau de capitalização das famílias dos jovens.

Um primeiro reflexo dos diferentes graus de capitalização sobre a definição dos projetos dos jovens se manifesta em suas ambições educacionais, pois os jovens capitalizados, dispondo de mais recursos, pretendem, em sua maioria, investir nos estudos, buscando cursos desvinculados da atividade agrícola, assim como ocorre com os jovens marginalizados, que também pretendem se escolarizar, porém, no caso destes, a opção se justifica pela completa falta de perspectivas de continuidade, sendo suas estratégias de escolarização balizadas por empreitadas quase sem nenhum apoio e talvez amparadas no conhecimento da ampliação do acesso ao Ensino Superior às classes mais pobres; já entre os descapitalizados há um significativo número de jovens que não pretendem seguir estudando, optando pela carreira agrícola, o que se justifica tanto pela

falta de recursos para investir em projetos não agrícolas mais ambiciosos quanto pela segurança de manter o mesmo nível de vida dos pais como agricultores.

Surpreendentemente, jovens capitalizados e marginalizados possuem ambições educacionais semelhantes, porém ao se observar seus projetos ocupacionais verificam-se as maiores chances de sucesso educacional dos primeiros em relação aos últimos, pois enquanto entre os agricultores capitalizados predominam projetos de ocupações com nível superior, entre os marginalizados há maior disposição para a inserção em empregos com menor exigência de qualificação, o que significa dizer que estudar até níveis superiores é uma realidade entre os jovens capitalizados e apenas um sonho entre os marginalizados. Enquanto isso, entre os jovens descapitalizados, especialmente do sexo masculino, a opção predominante é da permanência como agricultores, na qual possuem grandes possibilidades de sucesso; já entre os que pretendem migrar, dispendo de poucos recursos, as opções preferenciais seriam o setor de serviços e a profissão docente, destacadas preferencialmente pelas moças.

A sucessão das propriedades familiares adquire estatuto fundamental no encaminhamento dos projetos de vida dos jovens, pois há uma tendência de que jovens sucessores construam trajetórias agrícolas e não sucessores trajetórias desvinculadas da agricultura e do próprio meio rural.

É importante destacar que se observou entre as famílias dos jovens uma tendência de antecipação das decisões relativas aos processos sucessórios, algo que poderá ter reflexos positivos na reprodução da agricultura familiar, pois o retardamento das definições relativas à sucessão era apontado por diversos pesquisadores (ABRAMOVAY et al, 2001; CASTRO, 2006; AHLERT, 2009, entre outros) como uma das causas para a migração dos jovens. Assim sendo, a definição prévia da sucessão permite que tanto os jovens que devem permanecer quanto os que irão migrar ganhem um tempo valioso para planejar seu futuro, definindo estratégias de inserção como maiores probabilidades de sucesso numa ou noutra atividade.

De acordo com as conclusões de pesquisa desenvolvida por Spanevello (2008, p. 139), propriedades mais capitalizadas possuem maiores chances de possuir sucessores, porém, ao analisar os projetos dos jovens agricultores familiares de São Lourenço do Sul tal afirmação não foi confirmada, dado que é entre os jovens agricultores descapitalizados que se observa a maior proporção de projetos de permanência na agricultura, ao contrário do que ocorre com as famílias capitalizadas, nas quais os jovens, apesar da melhor estruturação de suas unidades familiares, optam por investir os

capitais de que dispõem em qualificação educacional para posterior busca de empregos fora da agricultura familiar.¹⁸¹

Acredita-se que esta maior dificuldade de reprodução das propriedades mais capitalizadas esteja relacionada com a falta de incentivo dos pais para que ao menos um dos filhos permaneça na unidade familiar, como ocorria em períodos anteriores, de modo que tem predominado uma maior preocupação com a reprodução familiar do que com a reprodução da unidade produtiva.

Desta forma, verifica-se que no contexto analisado há maiores chances de encontrar sucessores em propriedades descapitalizadas, pois dispendo de menos recursos os jovens tendem a optar por projetos menos ambiciosos, demonstrando maior preferência pela segurança da continuidade como agricultores na propriedade familiar do que o risco de buscar uma ocupação não-agrícola, para o que precisariam arriscar seus já escassos recursos. Destaca-se ainda que a opção da permanência é acessível aos rapazes, tendo em vista que as moças dificilmente dispõem de tal opção, a não ser quando encontram companheiros agricultores, de modo que, com menos recursos para investimentos, tendem a enfrentar maiores dificuldades do que as agricultoras capitalizadas para se inserirem na cidade. Por sua vez, entre os jovens marginalizados não há a opção da sucessão da propriedade, dado que suas unidades já são inviáveis economicamente, de forma que a estes agricultores a opção é de buscar outras formas de inserção econômica, seja através da educação ou de estratégias que lhes permitam a sobrevivência utilizando as atuais propriedades como locais de moradia.

Ainda em relação aos projetos de vida dos jovens, verifica-se que enquanto os capitalizados formulam suas estratégias individuais à revelia dos anseios familiares, os descapitalizados e marginalizados são mais sensíveis à influência familiar, o que se explica pela maior interdependência entre os jovens e suas famílias, pois ao mesmo tempo em que os primeiros dependem da ajuda da família para concretizar seus planos as últimas dependem dos jovens para sobreviverem. De toda forma, os anseios de casar, ter filhos e ajudar os pais futuramente são características inerentes aos jovens agricultores, independente de seu grau de capitalização.

Finalmente, ao se observarem os projetos educacionais, ocupacionais e de vida dos jovens é possível prognosticar algumas diferenças na configuração da agricultura

¹⁸¹ De acordo com esta pesquisa, há nas propriedades mais capitalizadas menores possibilidades de sucessão, pois por terem mais recursos os jovens optam por estudar e buscar ocupações não agrícolas, optando pela propriedade apenas como sítio de lazer ou ainda para ser trabalhada com empregados.

familiar do município de São Lourenço do Sul: a) em virtude da ampliação do acesso aos ensinos Fundamental, Médio e Superior e em acordo com os anseios educacionais dos jovens entrevistados, a próxima geração de agricultores deverá ser mais escolarizada do que a atual; b) partindo do pressuposto de que a escolaridade seja um aspecto importante para o gerenciamento das unidades familiares, é possível que as propriedades familiares, quando assumidas pela atual geração, passem por reconfigurações que aperfeiçoem os sistemas produtivos; c) considerando-se que a maior parte dos agricultores capitalizados pretende estudar e abandonar a agricultura, possuindo os recursos necessários para serem bem sucedidos em seu intento, é possível que haja uma redução nesta categoria de agricultores, com as atuais unidades deixando de ser familiares para se tornarem patronais; d) há uma tendência de redução do número de agricultores familiares marginalizados, pois estes não dispõem de recursos para permanecer e não pretendem continuar como prestadores de serviço a agricultores familiares, de modo que, apesar dos poucos capitais de que dispõem para projetos migratórios, estão dispostos a abraçar a primeira oportunidade que aparecer para saírem de sua atual condição, que consideram insatisfatória.

Desta forma, entende-se que a dinâmica de mobilidade social ascendente que têm marcado o País ao longo dos últimos anos também incidiu sobre a agricultura familiar de São Lourenço do Sul, especialmente no que se refere à melhoria das condições de vida, fomentada pelo maior acesso à renda e à escolarização, o que permite prognosticar que as futuras gerações de agricultores devem enfrentar uma situação melhor do que a atual. Por outro lado, em virtude da tendência de que entre as famílias capitalizadas haja maior dificuldade de encontrar sucessores, é possível que a agricultura familiar continue tendo dificuldades para se reproduzir, havendo possivelmente uma ampliação da agricultura patronal, dado que alguns jovens de propriedades mais capitalizadas gostariam de seguir cultivando na propriedade herdada com a utilização de empregados, e, ao que indicam as informações coletadas, parece que os agricultores familiares marginalizados devem se reduzir cada vez mais, buscando encontrar as oportunidades que inexistem no campo na migração para os centros urbanos. Por sua vez, com recursos suficientes apenas para sua própria reprodução, os agricultores familiares descapitalizados constituem a categoria com maior vocação para a manutenção da atividade agrícola familiar, dado que seus membros mais jovens demonstram uma tendência de opção pela segurança da permanência nas atuais

condições, com alguma perspectiva de melhoria, do que o risco de comprometer seus poucos recursos em projetos urbanos com chances de sucesso incertas.

Conclusão:

Ao se abordarem as dinâmicas de mobilidade social que caracterizaram o Brasil desde meados do século XX, quando foram realizadas as primeiras PNADs com abrangência nacional, até o período mais recente, é possível perceber que mudanças significativas ocorreram ao longo da primeira década do século XXI, momento a partir do qual os movimentos ascendentes de mobilidade social foram observados com maior frequência.

Desta forma, se ao longo da segunda metade do século XX o País foi caracterizado por um desenvolvimento com desigualdades, ao longo da primeira década do século XXI o novo ciclo de desenvolvimento experimentado pelo Brasil passou a traduzir-se em redução das desigualdades sociais. De acordo com Ribeiro (2007), o País desfrutou desde os anos 1950 até o início da década de 1980, especialmente no período de 1964-1982, denominado de “milagre brasileiro”, de uma fase de intenso crescimento econômico, o qual, por sua vez, não redundou em melhorias ou maiores oportunidades para a população de uma maneira geral. Já ao longo dos anos 1980-1990, a despeito da profunda crise econômica enfrentada pelo País, acossado pela recessão e pela inflação, registraram-se melhorias na qualidade de vida da população, especialmente pelo acesso mais facilitado a bens de consumo, porém as dinâmicas de mobilidade social permaneceram praticamente estagnadas no período.

A partir dos anos 2000, o país passou a investir numa nova estratégia de desenvolvimento, que buscou aliar crescimento econômico com distribuição de renda, numa fórmula que oportunizou significativos movimentos de mobilidade social ascendente no interior da sociedade brasileira, especialmente entre aqueles que ocupavam os estratos mais baixos e puderam incluir-se nos estratos médios de renda. Nesta estratégia, ganham relevância os programas sociais de redistribuição de renda, a valorização do salário mínimo acima da inflação e, especialmente no meio rural, os benefícios previdenciários, que se tornaram uma espécie de seguro contra a pobreza.

De acordo com Pastore (1979), dinâmicas de mobilidade que alargam a classe média, tal como as verificadas no País ao longo da última década, podem ser definidas como de tipo estrutural, as quais são características de sociedades em desenvolvimento, ou seja, como há ampla necessidade de mão de obra, gerada pelo crescimento da economia do país, um grande número de pessoas é absorvido pelo mercado de trabalho, ampliando a renda e ingressando na classe média. Porém, ainda segundo o autor, após a

consolidação desta fase de desenvolvimento, algo ainda não concretizado no País, há a tendência de que as dinâmicas de mobilidade social passassem a adquirir um caráter circular, isto é, a expansão do mercado de trabalho tornar-se-ia mais rígida, pois, com a saturação do mesmo, novas vagas seriam criadas apenas quando para substituir trabalhadores que se afastam do mercado de trabalho, de modo que haveria uma concorrência mais acirrada e exigente em termos de qualificação profissional.

Observa-se que houve, no Brasil, durante a década passada, uma significativa dinâmica de mobilidade social ascendente, a qual, em boa medida, foi induzida por políticas governamentais de valorização do salário mínimo e por incentivos ao consumo e ampliação do mercado consumidor, com a inclusão das classes D e E em programas sociais de redistribuição direta de renda. Em virtude de a dinâmica de mobilidade observada ter sido, em boa medida, induzida por políticas sociais/governamentais, a mesma restringiu-se ao fator renda, não tendo sido acompanhada por maiores níveis de escolaridade da população. Dessa forma, houve, no país, durante a década passada, melhoria na renda, porém os dados indicam que a escolaridade da população, especialmente daquela que ascendeu, pouco foi alterada.

A partir de uma dinâmica de mobilidade social amparada no crescimento econômico do país e induzida pelo governo observaram-se transformações sociais significativas no Brasil, cujos melhores exemplos são a redução das desigualdades sociais e à redução da pobreza e extrema pobreza, estas, conforme prognósticos de Castro et al (2010a, p. 13), já com prazo de validade definido. Igualmente, verificaram-se avanços, tanto no que se refere à educação, com a universalização do acesso ao Ensino Fundamental e ampliação e democratização do acesso ao Ensino Superior, quanto no que diz respeito à maior formalização do mercado de trabalho e avanços na questão de gênero, com maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho, na chefia das famílias e na composição da renda familiar. Por outro lado, os ensinos pré-escolar e médio apresentam um *déficit* no sistema educacional brasileiro, a informalidade continua predominando no mercado de trabalho e as mulheres permanecem ganhando menos do que os homens, chefiando lares em condições piores do que eles e responsáveis pelas tarefas domésticas.

Considerando os desafios que o Brasil deverá enfrentar no futuro, especialmente em relação à necessidade de trabalhadores qualificados, no momento em que ele atingir o ápice de crescimento, estabilizando sua economia, Barufi (2012, p. 2) entende que a partir da maior escolarização dos jovens pertencentes à classe C, em função da

universalização do Ensino fundamental e das melhorias que devem haver nos demais estágios educacionais,¹⁸² haja, nos próximos anos, um novo movimento de mobilidade social ascendente em direção à classe B, em virtude da valorização dessa mão de obra, mais qualificada. Ao indicar uma maior escolaridade das atuais gerações dos jovens sobre as anteriores e a julgar pelos projetos por eles elaborados, é possível concluir que esta tese confirma a tendência observada pela autora.

Ao se analisarem os dados referentes ao estado do Rio Grande do Sul é possível perceber que o mesmo acompanhou as tendências verificadas no País de uma maneira geral, destacando-se, neste sentido, uma redução da pobreza de maior amplitude no rural do que no urbano. No entanto, o Estado não atingiu níveis de crescimento econômico semelhantes aos verificados no País, dado que sua economia teve o segundo pior rendimento entre as unidades federativas brasileiras, diferente do que aconteceu no município em que se realizou o estudo, que teve um incremento significativo de sua economia ao longo dos anos 2000, com destaque para o setor agropecuário.

Apesar de constituir o palco de boa parte das transformações sofridas pela sociedade brasileira ao longo da última década, especialmente por ter concentrado a maior parte da redução da pobreza e da ascensão à classe média (NERI et al, 2012), o meio rural permanece constituindo a face mais pobre da população brasileira, bem como aquela com os piores rendimentos do trabalho, com os piores indicadores educacionais e sem maiores transformações no que se refere a avanços significativos em relação à igualdade de gênero, visto que as mulheres permanecem predominando entre os trabalhadores não remunerados e cujo trabalho predomina na produção para o autoconsumo.

Além disso, se no que se refere ao papel das mulheres, a sociedade brasileira apresentou alguns avanços, é bem verdade que isso ocorreu mais na cidade do que no campo. Da mesma forma, entre os jovens houve poucas alterações, dentre as quais uma pequena diminuição do desemprego, daqueles que não trabalham e não estudam, além de um pequeno movimento de mobilidade social ascendente, impulsionado basicamente pelo Programa Bolsa Família, dado que o benefício está ligado à presença de menores de idade na família e que estejam estudando¹⁸³. Porém, tal ganho está mais ligado à

¹⁸² Em relação ao Ensino Médio, por exemplo, a legislação prevê que até 2016 o transporte escolar deverá ser obrigatoriamente fornecido aos alunos, assim como atualmente ocorre no Ensino Fundamental.

¹⁸³ A recente expansão do Plano Brasil Sem Miséria, que visa erradicar a extrema pobreza, ainda presente para dois milhões e meio de brasileiros com renda per capita inferior a R\$ 70,00 mensais, até 2014, desvinculou a necessidade de menores de idade na família do recebimento do benefício.

família do que propriamente ao jovem, de modo que é possível perceber que eles continuam constituindo a maioria entre os desempregados e, no campo, juntamente com as mulheres, as famílias beneficiadas são, em sua maioria, trabalhadores para o próprio consumo e sem remuneração, o que ajuda a explicar porque as jovens mulheres continuam predominando entre os migrantes para o meio urbano.

No caso específico de São Lourenço do Sul, ao se analisarem as trajetórias intergeracionais dos jovens agricultores, é possível detectar que os mesmos possuem escolaridade significativamente superior a de seus avós e pais, resultado da expansão educacional ocorrida no País nas últimas duas décadas e da oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Fundamental. Além disso, gozam de acesso e contato mais facilitado com o meio urbano, em virtude da melhoria dos transportes e do acesso à internet, desfrutam de melhor qualidade de vida, aproveitando-se da mobilidade de seus pais e/ou da universalização do acesso a bens de consumo que vem ocorrendo e, a julgar por seus projetos, possuem potencial para viabilizar novos movimentos ascendentes de mobilidade.

Desta forma, é possível afirmar que os incentivos para a melhoria de renda das famílias mais pobres repercute positivamente sobre as trajetórias intergeracionais das famílias que dela se beneficiaram e, por consequência, das gerações vindouras, de modo que o prognóstico é de que nos próximos anos observem-se no país maiores níveis de renda acompanhados de melhores índices educacionais. Neste cenário, há uma tendência de consolidação da mobilidade observada na década passada.

A partir da análise diacrônica das trajetórias de jovens re-entrevistados é possível concluir que os projetos elaborados pelos entrevistados na última pesquisa possuam boas chances de concretização, pois entre aqueles, a despeito de alguns ajustes mais pontuais, todos seguiram as trajetórias que haviam definido anteriormente. Desta forma, entende-se que a observação de Giddens (2009), de haver uma tendência aos atores de elaborar projetos de acordo com uma leitura reflexiva da realidade, o que os induziria a planejar apenas o que estivesse ao seu alcance, seja verdadeira nos casos analisados.

Retomando-se a questão posta na introdução desta tese, relativa ao fato de que o incremento da classe média teria reduzido a intensidade do êxodo rural, porém sem afetar de maneira significativa a migração de jovens e mulheres, que permaneceu constante durante os anos 2000, cabe destacar, primeiramente, que os jovens, apesar de indiretamente beneficiados pela dinâmica de mobilidade, não desfrutam ainda

plenamente dos frutos destas melhores condições, em função da posição subordinada que ocupam em suas famílias. Da mesma forma, as moças, apesar das melhores condições financeiras de suas famílias, permanecem desprestigiadas no âmbito da propriedade familiar e sendo incentivadas a buscar alternativas fora da agricultura.

É importante lembrar ainda que nesta pesquisa os jovens e suas famílias foram definidos como unidade de análise, de modo que, mesmo que na análise macro não tenham sido observados avanços significativos no que diz respeito à posição dos jovens e das mulheres na agricultura, ao analisar a realidade a partir do viés da família é possível concluir que as dinâmicas de mobilidade observadas no meio rural brasileiro impactaram sobre as famílias dos jovens. Deste modo, apesar de não beneficiados diretamente por elas, indiretamente os mesmos tiram proveitos das melhores condições desfrutadas atualmente, dispondo tanto de maior conforto quanto de maiores recursos para o investimento e aumento de suas oportunidades. Assim sendo, se no momento atual os dados censitários ainda não conseguem detectar mudanças significativas na condição juvenil, nos próximos anos, logo que eles adquiram autonomia, os impactos desta mobilidade induzida talvez possam ser percebidos.

Desta forma, a conclusão a que se chega é de que a melhoria da condição das famílias é importante para conter o êxodo rural, porém se não for acompanhada por transformações nas estruturas de gênero e geração, é possível que seja incapaz de conter os fenômenos da masculinização e envelhecimento da população rural.

Cabe destacar também que o contexto de São Lourenço do Sul possui algumas especificidades que favorecem aos jovens rurais. Por um lado, ao contrário do que ocorre no País, em São Lourenço do Sul o meio rural ocupa a maior parte dos trabalhadores, a renda média dos trabalhadores rurais é superior à urbana, não há prejuízos em termos educacionais quando comparadas as populações rurais e urbanas e, em meio a isso, houve, no período 2000-2009, um forte dinamismo da economia rural do município, com o PIB deste setor praticamente quadruplicando. Por outro lado, os agricultores lourencianos não encontram dificuldades para comercializar sua produção, desfrutam de diversas ações e projetos institucionais, tanto de ONGs e cooperativas quanto de sindicatos e do poder público, que visam ampliar a renda e melhorar a qualidade de vida no rural e, no caso dos jovens de origem germânica, esses dispõem de mais um recurso, o domínio do dialeto pomerano, importante capital para a busca de empregos urbanos no comércio da cidade. Desta forma, entende-se que em São

Lourenço do Sul os jovens agricultores possuam maiores oportunidades do que os jovens urbanos.

Desta forma, observando-se um contexto favorável à população rural na realidade empírica analisada e considerando-se as dinâmicas de mobilidade social ascendente que caracterizaram o País e o meio rural na década passada, fica fácil compreender porque, ao longo da tese, observaram-se mais movimentos de mobilidade social ascendente do que descendente entre os jovens agricultores familiares entrevistados. Observou-se ainda que a compra de terras e a evolução demográfica das famílias foram cruciais para a concretização da ascensão social, no primeiro caso, destacando-se os jovens capitalizados, porque dotou as famílias dos mesmos de um capital fixo capaz de permitir, através do trabalho, a geração de valor e, no segundo caso, com destaque para os jovens descapitalizados, porque ampliou a mão de obra familiar, permitindo que mais pessoas passassem a gerar valor para as famílias.

É importante destacar ainda que, ao que indicam as informações, há cada vez mais dificuldades para que movimentos de mobilidade ascendente impulsionados pela compra da terra ocorram, dado que houve um superaquecimento no mercado de terras com um aumento significativo dos valores dos imóveis rurais do município. Da mesma forma, em âmbito nacional, verificou-se, ao final da década passada, uma desaceleração dos processos de reforma agrária e uma diminuição do montante de verbas destinado ao crédito fundiário.

Ao contrário da hipótese central elaborada, de que os jovens agricultores familiares, independentemente do nível de capitalização de suas propriedades, teriam desfrutado de movimentos de mobilidade social ascendente, observou-se que a mesma foi verificada apenas entre os jovens classificados como capitalizados e descapitalizados, porém não confirmada entre os marginalizados. Atribui-se a inexistência de mobilidade entre os jovens marginalizados ao fato de suas famílias já estarem excluídas do acesso à terra a várias gerações, de modo que sem este capital não dispuseram de oportunidades para viabilizar movimentos ascendentes de mobilidade social. Igualmente, com acesso restrito à terra, portanto, sem recursos, e num contexto em que a própria escolarização era dificultada, as gerações anteriores de agricultores marginalizados encontraram dificuldades, inclusive, para ingressar no mercado de trabalho urbano, tendo, dessa forma, ainda mais reduzidas as suas oportunidades. Porém, o acesso universal ao Ensino Fundamental, bem como a maior democratização do acesso ao Ensino Superior, surgem, no horizonte dos jovens desta categoria, como

esperança de melhores oportunidades no futuro, provavelmente superiores às que desfrutaram seus avós e pais no passado.

Ao se analisar o processo de elaboração dos projetos por parte dos jovens entrevistados é possível constatar a existência de uma nova dinâmica, pois se, tradicionalmente, havia por parte dos pais a preocupação de incentivar ao menos um dos filhos para que o mesmo permanecesse na propriedade a fim cuidá-los em sua velhice, atualmente parece que a preocupação primordial deles é com o bem estar futuro dos filhos, independentemente da manutenção da propriedade. Atribui-se esta mudança, em grande parte, à consolidação do sistema previdenciário rural, criado com a constituição de 1988, pois se, anteriormente, os pais faziam questão de que ao menos um filho herdasse a propriedade a fim de que a mesma pudesse gerar os recursos para seu sustento e o filho herdeiro pudesse cuidá-los na velhice. Atualmente, ao se aposentarem, passam a contar com recursos suficientes para sua manutenção. Devido a isso, preferem que os filhos sigam carreiras bem sucedidas, inclusive auxiliando-os financeiramente para tal, independente do local que eles escolhem.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à autonomia dos jovens, que é inversamente proporcional à renda, visto que as famílias dos agricultores menos capitalizados têm mais necessidade da ajuda dos filhos, permitindo assim que eles desenvolvam outras atividades, especialmente fora da unidade de produção familiar, a fim de que possam adquirir mais recursos. Igualmente, as famílias descapitalizadas também estão dispostas a incentivar os jovens rapazes a tirar financiamentos em seus nomes, mesmo que estes sejam posteriormente geridos pelos pais. Tal estratégia, apesar de ainda não tornar os jovens autônomos, dado que os pais administram os recursos, os alça a um novo patamar na família, dado que também passam a ser valorizados pelo recurso que somam aos da família. Por seu turno, entre as famílias capitalizadas, nas quais há menor necessidade da ajuda dos jovens, seja para buscar recursos ou com trabalho propriamente dito, há uma tendência de que eles optem por desfrutar por períodos mais longos de sua moratória social ao invés de buscarem autonomia.

A importância da família na elaboração dos projetos dos jovens também é inversamente proporcional ao grau de capitalização das unidades produtivas a que pertencem, isto é, quanto menos recursos financeiros possuem as famílias, maior é sua influência na decisão dos jovens. Isto ocorre porque, devido à escassez de recursos, há uma maior interdependência da família com os jovens, pois ao mesmo tempo em que o trabalho e possíveis recursos que podem ser gerados pelos jovens são fundamentais à

manutenção da família agricultora, os recursos e o apoio da família são indispensáveis para que os jovens consigam levar seus projetos adiante.

Deve-se ressaltar também que, entre os jovens marginalizados, há uma inversão nos tradicionais papéis desempenhados pelas famílias e seus jovens, pois se, comumente, os familiares adquirem importância pelo aporte que dão aos mesmos em seus projetos, entre os agricultores marginalizados ocorre que, além de não possuir recursos para ajudá-los em seus projetos, as famílias são dependentes de seus ganhos para sobreviver. Esta lógica não significa que entre os agricultores capitalizados a família não adquira um papel relevante, dado que é com os recursos disponibilizados pela mesma que os jovens contam para viabilizar seus projetos, no entanto, por disporem de mais recursos e saberem que a família não irá ter problemas para substituir a falta de sua mão de obra, seja por mais tecnologia ou com a contratação de trabalhadores, os jovens sentem-se mais à vontade de elaborar projetos de forma independente.

Ao se avaliar a sucessão, ao contrário de pesquisas como as de Spanevello (2008), Abramovay et al (2001), entre outras, que concluíram que propriedades mais capitalizadas tenham maiores possibilidades de sucessão, nesta pesquisa verificou-se que há menores possibilidades de sucessão entre os agricultores mais capitalizados, pois os jovens destas famílias, por disporem de mais recursos, tendem a demonstrar maior preferência por estudar e buscar ocupações não agrícolas mais qualificadas, optando pela propriedade apenas como sítio de lazer ou ainda para ser trabalhada com empregados. Desta forma, as conclusões deste estudo apontam que nas famílias descapitalizadas há maiores chances de encontrar sucessores, pois seus jovens, por possuírem menos recursos, tendem a optar pela segurança da permanência na propriedade com a manutenção de um nível de vida semelhante ao dos pais ao invés de arriscar seus já escassos recursos em empreitadas urbanas com chances duvidosas de sucesso.

Da mesma forma, Spanevello (2008) também havia demonstrado que as moças são herdeiras apenas quando filhas únicas. Sem contrariar a conclusão da pesquisadora, acrescenta-se, a partir dos dados desta pesquisa, que o casamento com um filho de agricultores também é uma condição para que elas permaneçam como herdeiras, mesmo quando são filhas únicas, o que demonstra que suas famílias não acreditam em sua capacidade de gestão.

Ao contrário de outros estudos, tais como o de Castro (2006) e o de Ahlert (2009), que indicavam que a sucessão era discutida apenas tardiamente, nesta pesquisa observou-se que o processo sucessório tem se encaminhado de maneira mais precoce, destacando-se que o percentual de famílias que antecipam esta decisão é maior entre os capitalizados do que entre os descapitalizados; já entre os marginalizados, que não possuem áreas de terra suficientes para a agricultura comercial, este não é um ponto fundamental. Acredita-se, inclusive, que a maior antecipação da definição dos processos sucessórios possa ser atribuída como uma das causas para a maior capitalização das famílias, dado que pode ser interpretada como indício de uma gestão planejada.

Na análise dos diferentes graus de capitalização das propriedades dos jovens entrevistados, verificou-se que o fumo e o milho estão ligados a propriedades descapitalizadas, enquanto entre os capitalizados predominam, além do milho, as produções de leite e de soja. Considerando-se que entre os capitalizados o milho seja utilizado como insumo para produção de leite e que, entre os descapitalizados, seja comercializado *in natura*, entende-se que haja a possibilidade de que os agricultores descapitalizados, nos casos em que dispõem de terras suficientes, invistam na produção de leite, utilizando o milho que já produzem como insumo, talvez em substituição ao próprio fumo, dado que a produção de leite está ligada a maior capitalização das propriedades, enquanto o fumo a descapitalização das mesmas.¹⁸⁴

Sem desconstruir a constatação de Schneider (2009), de que em propriedades nas quais ao menos um dos membros desenvolve atividades fora da unidade de produção familiar a renda é superior aquelas em que as rendas são apenas agrícolas, mas acrescentando um novo dado a ela, verificou-se que o trabalho fora da propriedade familiar é uma estratégia de famílias menos capitalizadas para ampliar a renda e das marginalizadas para obter renda, mas não utilizada pelas famílias capitalizadas, nas quais apenas os recursos agrícolas são suficientes, devido à estruturação da propriedade, capaz de permitir que o trabalho dos membros familiares seja mais produtivo na própria unidade do que se vendido a terceiros.

No caso específico dos agricultores familiares marginalizados foi possível constatar que estão afastados do sistema público de crédito subsidiado pelo governo à

¹⁸⁴ Igualmente, é importante projetar possibilidades de substituição da cultura do tabaco, tendo em vista as resoluções da Convenção-Quadro, da qual o Brasil é signatário, em especial o artigo 17, que trata da necessidade de criar alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco e ao artigo 22, parágrafo “b” alínea “II”, que salienta a ajuda que deve ser prestada aos produtores e trabalhadores do tabaco para que encontrem meios alternativos de subsistência, economicamente e legalmente viáveis. (BRASIL, 2011, p.44, 49)

agricultura, de modo que quando precisam de recursos acabam acessando o crédito bancário universal, com taxas de juros mais altas. Neste sentido, entende-se que o próprio sistema público de crédito marginaliza os agricultores já marginalizados, negando-lhes crédito a partir do momento em que os mesmos não praticam a agricultura de maneira comercial, em função da pequena extensão de suas terras, porém, desconsiderando o fato de que esses têm na produção para o autoconsumo a base de sua segurança alimentar. Desta forma questiona-se, nesta conclusão, a importância que algum tipo de crédito subsidiado específico para o autoconsumo poderia representar a estes produtores, pois lhes garantiria, ao menos, o acesso ao alimento.

As informações coletadas durante a pesquisa também permitem aferir a validade da perspectiva dos recursos, segundo a qual os recursos disponibilizados pelos pais para ajudar os filhos a formularem estratégias de mobilidade podem ser mais ou menos restritivos nas chances de sucesso dos mesmos (GOLDTHORPE, 2000, p. 239), pois enquanto se percebe entre os jovens capitalizados maior otimismo para a realização de seus projetos, devido às estratégias bem definidas e dos recursos de que dispõem para tal, entre os menos capitalizados observa-se certo pessimismo, especialmente por parte dos que pretendem abandonar a agricultura, pois contam com poucos recursos e possuem estratégias bem menos sólidas, contando ainda com recursos incertos.

Os estudos de Goldthorpe (2000), Ribeiro (2007) e Giddens (2009) demonstram uma tendência de que os indivíduos escolham caminhos educacionais e profissionais de acordo com os recursos de que dispõem, desta forma haveria uma tendência de que os atores de classes mais abastadas escolhessem caminhos mais arriscados, mas também mais promissores em termos de renda e de status, enquanto os mais pobres, com menos recursos para investir, tenderiam a optar por carreiras menos arriscadas, mas também com menores remunerações e status social. Essas conclusões foram corroboradas ao se analisarem os projetos de jovens agricultores capitalizados e descapitalizados, mas não demonstrou ser válida entre os marginalizados que, apesar da falta de recursos, possuem projetos educacionais e ocupacionais bastante ambiciosos, tanto no que se refere à necessidade de investimentos que exigiriam quanto em função dos possíveis retornos financeiros.

Com isso, entende-se que os capitalizados – que possuem recursos para investir de maneira bem sucedida em projetos com maior retorno – e os descapitalizados – que apesar dos poucos recursos ainda dispõem de opções seguras, a exemplo da permanência na agricultura – optem por projetos proporcionais aos seus capitais, já os

marginalizados, além de não possuírem recursos para arriscar, também não tem uma opção segura para seguir, de modo que arquitetam projetos bastante ambiciosos, apesar de saber que possuem poucas chances de concretizá-los e estarem dispostos a abandoná-los diante da primeira oportunidade que surgir.

Em linhas gerais, observou-se que o Brasil desfrutou, ao longo da primeira década do século XXI, de uma dinâmica intensa de mobilidade social ascendente, especialmente dos menores estratos de renda até os estratos médios. Juntamente com esta dinâmica de mobilidade se verificou, além de uma significativa redução da pobreza, também outros avanços no país, como a consolidação da economia, uma maior formalização dos empregos, avanços em termos de direitos sociais, ampliação e maior democratização do acesso à escolaridade e alguns avanços, de menor monta, no que tange a igualdade de gênero e a juventude. Apesar de o campo haver registrado as principais taxas de redução da pobreza e de ascensão à classe média, sua população continua a conviver com a maior incidência de pobreza do país.

Porém, em São Lourenço do Sul encontra-se uma realidade rural diferenciada, dado que neste município o setor rural é privilegiado, de modo que há nele um ambiente mais favorável à mobilidade do que o propiciado à população urbana. Finalmente, verificou-se, a partir das trajetórias intergeracionais percorridas pelos jovens, que predominaram movimentos de mobilidade social ascendente, da mesma forma que, a julgar pelos projetos por eles elaborados bem como pelas novas estruturas de imersão social que estão sendo construídas - as quais incluem maior escolaridade e renda do que as gerações anteriores, além de projetos destinados a atender a população rural e das atuais melhorias das condições de suas famílias - pode-se esperar que as dinâmicas de mobilidade acentuem-se nas trajetórias dos jovens. É bem verdade que houve um recente inflacionamento do mercado de terras, o qual poderia impossibilitar a concretização de alguns movimentos de mobilidade social ascendente, mas, por si só, não parece capaz de impedir a manutenção e até ampliação das trajetórias de mobilidade observadas ao longo da primeira década do século XXI.

Referências bibliográficas:

- ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO/BID, 2002.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Os impasses da sucessão hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual estratégia para o Brasil? In **Novos Estudos**, nº 87, Julho/2010, p. 97-113.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC, 1998.
- ACIOLY, Luciana et al. Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 104, 04 de Agosto de 2011, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110804_comunicadoipea104.pdf, acesso em 15/03/2012.
- ACIOLY, Luciana; CALIXTRE, André. Vulnerabilidade das famílias entre 2003 e 2009 In **Comunicados do IPEA**. IPEA, 17 de Janeiro de 2012, disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120117_comunicadoipea131.pdf, acesso em 15/03/2012.
- AHLERT, Lucildo. **A sucessão das atividades na agricultura familiar**. Porto Alegre: 47º Congresso da SOBER, 2009.
- ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. N.4, São Paulo, 1987.
- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Revista Saúde e Sociedade**, v.15, nº3, p.90-98, Set-Dez 2006.
- ALVES, Maria Odete. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência. O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará in **Revista Raízes**, v.21, n.1, jan-jun/2002.
- APARÍCIO, Susana e AGUILERA, María Eugenia. Trabajo transitorio y trabajadores migrantes en el agro argentino In **Talles Migraciones y Cálida Del Empleo Agrícola**. Neuquén – Argentina, 2009.
- ARAÚJO, Herton et al. Desigualdade da renda no território brasileiro In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 60, 12 de Agosto de 2010 (a), disponível em

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100812_comunicadoipea60.pdf, acesso em 15/03/2012.

ARAÚJO, Herton et al. PNAD 2009 – Primeiras análises: o mercado de trabalho brasileiro em 2009 In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 62, 23 de Setembro de 2010 (b), disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100923_comunicadoipea62.pdf, acesso em 15/03/2012.

ARAÚJO, Pedro Quaresma de. Estrutura produtiva e a distribuição de renda no ciclo 2004-2008 da economia brasileira In **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro: BNDES, p. 215-244, dezembro/2011.

ARCHER, Margaret. **Making our way through the world: human reflexivity and social mobility**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2007b.

ARCHER, Margaret. **The reflexive imperative in late modernity**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2012.

ARCHER, Margaret. The trajectory of the morphogenetic approach: An account in the first-person. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 54, 2007, pp. 35-47.

ARCHER, Margaret. Théorie sociale et analyse de la société In **Sociologie et sociétés**. vol. XXX, n.º 1, printemps 1998

ÁRIES, Philip. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARUFI, Ana Maria Bononi. Onde estamos, para onde vamos? Mobilidade social no Brasil na última década e perspectivas para os próximos anos In **Conjuntura Macroeconômica Semanal**. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, Bradesco, 20 de Abril de 2012.

BASALDI, Otávio Valentim. O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira in **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Nº 384, ano XI, 2011, Edição On line, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/imprensa/>

BAUMANN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENDINI, Mónica et al. Mundos migratorios. Periplos en los ciclos de vida y de trabajo in **VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas - PE, 2010.

BORK, Flávia. **Caracterização da percepção dos associados na sua relação com a COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul**. São Lourenço do Sul: Trabalho de Conclusão de Curso – UFRGS, 2011.

- BOUDON, Raymond. **A desigualdade das oportunidades**. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **El baile de los solteros**. México, Anagrama, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas**. São Paulo: Ed. Bertrand, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Leçon sur la leçon**. Paris: Minuit, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, **Lei n. 12.288**, de 20/07/2010, Brasília: Presidência da República, 2010.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, 2006.
- BRASIL. **Lei n. 11.947**, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Brasília: Presidência da república, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília: Ministério da Educação, 2009a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2005.
- BRASIL, Ministério da Saúde/Instituto Nacional do Câncer. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. Rio de Janeiro: INCA, 2011.
- BRUMER, Anita et al. **Como será o campo amanhã? A situação dos jovens do Oeste Catarinense, numa perspectiva de gênero**. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, 2007.
- BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: carneiro, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Jovens rurais em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p.35-52.
- BRUMER, Anita. As agricultoras no Sul do Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12, p.171-174: 2004.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, n. 7, Porto alegre. Jan./junho 2002, p. 50-81.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar: Presidente Prudente: **Revista NERA**, ano 11, nº 12, Jan-Jun 2008, p. 6-17.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para mulheres da agricultura familiar na região Sul do Brasil In BUTTO, Andrea e DANTAS, Isolda. **Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. **Jovens agricultores familiares da região Sul do Brasil**. Porto Alegre: Relatório de pesquisa, 2008.

BRUNO, Miguel et al. Distribuição funcional da renda pré e pós crise internacional no Brasil In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 47, 05 de Maio de 2010, disponível em http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/100505_comunicadoipea47.pdf, acesso em 15/03/2012.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. PNAD 2009 – Primeiras análises: tendências demográficas In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 64, 13 de Outubro de 2010, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101013_comunicadoipea64.pdf, acesso em 15/03/2012.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. **O Novo Rural Brasileiro**. Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000.

CAPA. **Revelando quilombos no Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Santa Catarina: **Revista Estudos Feministas** – CFH/CCE/UFSC. Vol.9, p. 22-55: 2001.

CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et al. (orgs). **Mundo Rural e Política; ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.

CARVALHO, Daniela et al. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade**. Porto Alegre: 47º Congresso da SOBER, 2009.

CARVALHO, Sandro et al. A evolução recente dos rendimentos do trabalho e o papel do salário mínimo In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 49, 13 de Maio de 2010, disponível em http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/100513_comunicadoipea49.pdf, acesso em 15/03/2012.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate**. Quito: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006.

CASTRO, Jorge Abrahão et al. 15 anos de gasto social federal: notas sobre o período de 1995 a 2009 In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 98, 08 de Julho de 2011 (a), disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110708_comunicadoipea98.pdf, acesso em 15/03/2012.

CASTRO, Jorge Abrahão et al. Evolução da desigualdade no rendimento domiciliar per capita nos municípios brasileiros In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 120, 10 de Novembro de 2011 (b), disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/111110_comunicadoipea120.pdf, acesso em 15/03/2012.

CASTRO, Jorge Abrahão et al. Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 75, 03 de Fevereiro de 2011 (c), disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf, acesso em 15/03/2012.

CASTRO, Jorge Abrahão et al. Previdência e assistência social: efeitos no rendimento familiar e sua dimensão nos estados In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 59, 22 de Julho de 2010 (b), disponível em http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/100722_comunicadoipea59.pdf, acesso em 15/03/2012.

CASTRO, Jorge Abrahão et al. Trajetória recente da mudança na identidade e na estrutura social brasileira In **Comunicados da Presidência**. IPEA, nº 34, Novembro de 2009, disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_11_04_ComunicaPresi_34_TrajectoriaRecenteMudanca.pdf, acesso em 15/03/2012.

CASTRO, Jorge Abrahão. PNAD 2009 – Primeiras análises: situação da educação brasileira – avanços e problemas In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 66, 18 de Novembro de 2010 (a), disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf, acesso em 15/03/2012.

CASTRO, Jorge Abrahão. **Situação Social nos estados: Rio Grande do Sul**. Brasília: IPEA, 2012.

CASTRO, Rafael Guerreiro et al. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 58, 13 de Julho de 2010 (a),

disponível em pagina13.org.br/download/Comunicado_58_-_Pobreza_Ipea.pdf, acesso em 15/03/2012.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e MOTA, Dalva Maria da. Trabalhadores rurais no Brasil no fim do milênio. Recife: **Caderno de Estudos Sociais**. Vol.18, nº 2, Jul-Dez, 2002, p. 155-169.

CHAMPAGNE, Patrick. Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa. Tradução do texto “Elargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne”. **Cahier d’Economie et Sociologie Rurales**, n.3, déc.1986, p.73-89.

CHANT, Silvia. Households, gender and rural-urban migration: reflections on linkages and considerations for policy. Londres: **Environment and Urbanization**, vol.10, nº1, 1998.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência In DURHAM, Eunice, et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

Confederação Nacional da Agricultura (CNA). **Quem produz o que no campo: quanto e onde II**. Brasília: FGV/Instituto Brasileiro e Economia/CNA, 2010.

CONTERATO, Marcelo; GRISA, Cátia. **A produção para o autoconsumo no Brasil: entre a importância econômica e o reconhecimento social**. Belo Horizonte: 49º Congresso da Sober, 2009.

COSTA NETO, Canrobert Costa. Territórios camponeses em questão: proprietários, parceiros e diaristas na agricultura familiar da zona da mata de Minas Gerais, Brasil in **VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas - PE, 2010.

DALCIN, Dionéia; TROIAN, Alessandra. **Jovem no meio rural e a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso**. Curitiba: I Congresso Nacional de Sociologia e Política UFPR, 2009.

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert E. Alguns princípios de estratificação In VELHO, Otávio et al (Org). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo et al. Diferencial de renda entre ocupações no meio rural brasileiro in **XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Recife-PE, 2001

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO Jr., José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Texto para discussão 688, Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28p.

DELGADO, Guilherme. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica. Texto para discussão nº 477**. Brasília: IPEA, 1997.

DESCONSI, Cristiano. Estratégias de inserção produtiva dos migrantes do sul do Brasil no Mato Grosso no período pós-90. **Travessia – Revista do Migrante – nº 68 – Janeiro-Junho/2011**, p. 63-74.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010 - 2011**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In **Educação e Sociedade**. Campinas: vol 19, nº 62, abril de 1998.

DURSTON, Jonh. **Juventud Rural excluída em America Latina: reduciendo la invisibilidad**. São Paulo: XXI Congresso Latino Americano de Sociologia, 1997.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar In **CASTRO, Abrahão et al, Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

FONTOURA, Natália et al. Mulher e trabalho: avanços e continuidades In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 40, 08 de Março de 2010, disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/100308_ComunicaIpea_40_Mulheres.pdf, acesso em 15/03/2012.

FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. PNAD 2009 – Primeiras Análises: investigando a chefia feminina de família In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 65, 11 de Novembro de 2010, disponível em <http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/IPEA.pdf>, acesso em 15/03/2012.

GALESKI, B. **A família camponesa**. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, 1979. (mimeo)

GASSON, Ruth e ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GIDDENS, Antony. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOLDTHORPE, John et al. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

GOLDTHORPE, John. **On Sociology: numbers, narratives and the integration of research and theory**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GRIEP, André. **Coperativismo de crédito no município de São Lourenço do Sul – RS: Um estudo a partir da visão dos associados da CRESOL Boa Vista**. São Lourenço do Sul: Trabalho de Conclusão de Curso – UFRGS, 2011.

GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul In **Rev. Econ. Sociol. Rural [online]**. 2008, vol.46, n.2, pp. 481-515.

GRISA, Cátia et al. A “produção invisível” na agricultura familiar: segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. Vol. 16, Nº 31; julio-diciembre 2010, 65-79.

GRUSKY, David B. **Social stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective**. Boulder, CO: Westview Press, 2008.

GUANZIROLI, C.E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **XLIV Congresso da SOBER**, Fortaleza/CE, 22-25 de julho de 2006, CD-Rom.

GUNTER, Isolda de Araújo e GUNTER, Hartmut. **Brasílias pobres, Brasília ricas: perspectivas de futuro entre adolescentes**. Puerto Alegre, Brasil: Psicologia Reflexão e Crítica, ano/vol. 11, número 002, Universidad Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

HAVIGHURST, Robert. Education, social mobility and social change in four societies. In **International Review of Education**. v. 4, issue 1, 1958, p. 167-185.

HERNÁNDEZ, Carmem Osório. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais**. Porto Alegre: Tese de Doutorado/UFRGS, 2009.

HILSINGER, Roni. **Os efeitos do PRONAF no setor primário de São Lourenço do Sul – RS, 1996-2006**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2006.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In SOUZA, J. e MATTOS, P. **Teoria crítica do Séc. XXI**. São Paulo: AnnaBlume, 2007. p.79 – 93.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. In **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v.8, n.1, jan-abr. 2008. Porto Alegre: PUCRS, p.46 – 67.

[IPEA. Estatísticas do meio rural 2010-2011. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.](#)

HUTCHINSON, Bertram. Structural and Exchange mobility in the assimilation of immigrants to Brazil. **Population Studies**, n. 12, p. 111-120, 1958.

JEAN, Bruno. **A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna**. Porto Alegre: v.6, 1994. p.51-75.

KAZTMAN, R. e FILGUEIRA, C. **Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades**. Montevideo: Documento da Comisión Económica para América Latina y Caribe/CEPAL, 1999.

LAHIRE, Bernard. La variation des contextes dans les sciences sociales: remarques épistémologiques in **Annales: Histoire, Sciences Sociales**. 51 année, n.2, 1996, p. 381-407.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente et al. Considerações sobre o pleno emprego no Brasil In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 135, 16 de Fevereiro de 2012, disponível em

http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/120216_comunicadoipea135.pdf, acesso em 15/03/2012.

LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social: uma introducción a la teoria del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LECOURS, Natacha. **Livelihoods to tobacco farming workshop**. Trabalho apresentado no Workshop on Alternative Livelihoods to Tobacco Farming. International Development Research Centre (IDRC), Ottawa (Canadá), June 6th to 10th, 2011.

LEITE, Phillippe George Pereira Guimarães; SILVA, Denise Britz do Nascimento. Análise da situação ocupacional de crianças e adolescentes nas regiões sudeste e nordeste do Brasil utilizando informações da PNAD 1999 In **Revista Brasileira de estudos da população**. V. 19, n.2, Jul-Dez, 2002, p. 47-63.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOSTAFA, Joana et al. PNAD 2008 - Primeiras análises: juventude; desigualdade racial In **Comunicado da presidência**. IPEA, nº 36, 03 de Dezembro de 2009, disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/091203_ComuPres36.pdf, acesso em 15/03/2012.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica In GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José

- Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, Julho, 2010.
- NELSON, Joan. Social policy reforms in Latin America: urgent but frustrating In **Latin American Research Review**, Vol. 46, n.1, 2011, p. 226-239.
- NERI, Marcelo Côrtes et al. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Brasília: MDA/NEAD, 2012.
- NEVES, Jonas Anderson Simões. **Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2009.
- OLIVEIRA, Nuno. Entre Cila e Caribds: O realismo social de Margaret Archer. *Sociologias, Problemas e Práticas*, n.º 65, 2011, pp. 119-139.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Diretrizes de política agrária de desenvolvimento sustentável para produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro et al. Mudanças recentes na pobreza brasileira In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 111, 15 de Setembro de 2011 (b), disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoi11.pdf, acesso em 15/03/2012.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro et al. Perfil da Pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009 In **Texto para discussão 1647**. Brasília: IPEA, Agosto/2011 (a).
- PANDOLFO, Graziela. **Escola e família: a construção social dos jovens agricultores familiares**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2012.
- PASSOS, Najla. Entrevista: Marcelo Neri, presidente do IPEA in **Desafios do desenvolvimento: como se define a taxa de juros**. IPEA, 2012, ano 9, nº 75, p. 10-18.
- PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T.A Queiroz, EDUSP, 1979.
- PAULILO, Maria Ignes. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis: 12 (1), p.229-252: 2004.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A integração no Sul do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado - UFRJ, 1987.

- PINCELLI, Ângela Cristina. **Trabalho infantil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz** Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UFSC, 2005.
- PINHEIRO et al, Luana Simões. Situação atual das trabalhadoras domésticas no País in **Comunicados do IPEA**, IPEA, nº 90, 05 de Maio de 2011, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110505_comunicadoipea90.pdf, acesso em 15/03/2012.
- PLOEG, J. D. van der. O que é, então, o campesinato? In: **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- POCHMANN, Márcio (org). PNAD 2008: Primeiras análises – o setor rural In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 42, 29 de Março de 2010, disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/100401_ComunicaIpea_42_PNAD_SetorRural.pdf, acesso em 15/03/2012.
- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1969.
- SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Revista Raízes**, ano 18, n. 20, p. 41-49, nov. 1999.
- SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.
- SACCO dos ANJOS, Flávio et al. **Agroecologia, agricultura familiar e cooperação: a experiência da cooperativa Sul Ecológica**. Pelotas: XVI CIC/IX ENPOS, 2007.
- SACHET, Sandro; CALIXTRE, André. Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009 In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 88, 27 de Abril de 2011, disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE44C453659EF/IPEA_ComunicadoIPEA88.pdf, acesso em 15/03/2012.
- SANTOS, Cláudio Hamilton Matos et al. A dinâmica recente das transferências públicas de assistência e previdência social In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 138, 08 de Março de 2012, disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120308_comunicadoipea138.pdf, acesso em 15/03/2012.

- SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora da UFMG; IUPERJ, 2002.
- SARACENO, Elena. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. In **Programa de Seminário INEA sobre desenvolvimento nas áreas rurais**. Tradução de Ângela Kageyama: Roma, 1996.
- SCALON, Maria Celi. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro; Revan: IUPERJ/UCM, 1999.
- SCHNEIDER, Sérgio et al. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004)
- SCHNEIDER, Sérgio. Ciências Sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo e Território: Revista de Geografia Agrária**, v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.
- SCHNEIDER, Sérgio. La pluriactividad em el médio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación In GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp). **La pluriactividad em el campo latinoamericano**. 1º Ed. Quito/Ecuador: Ed. Flacso – Serie Foro, 2009.
- VIEIRA, Rosângela. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Florianópolis: UFSC – Dissertação de Mestrado, 2004.
- SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate In **Revista de Economia Política**. Vol. 30, nº 3 (119), p. 511-521, julho-setembro/2010.
- SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Carolina Braz de Castilho. Gênero, trabalho rural e pluriatividade In SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Org). **Gênero e geração em contextos rurais**. Recife, Ed. da UFPE, 2010.
- SCHWARTZ, Losane. **Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul – RS**. Pelotas: Dissertação de Mestrado – UFPEL, 2008.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes et al. O apoio do BNDES a instituições de ensino superior (IES): uma análise do primeiro programa IES (1997-2007) In **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro: BNDES, p. 227-252, Março/2010.

SILVA, José Graziano et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Brasília: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, vol19, nº1, p.37-67, Jan/abr. 2002.

SILVA, José Graziano. Velhos e Novos Mitos no rural brasileiro In **Estudos Avançados**. Vol. 15, nº 43, 2001, p. 37-50.

SILVA, Josué Pereira da. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda. Migrações rurais: velhas e novas questões. Brasília: Núcleo de estudos agrários, 2006. disponível em: www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf.

SILVA, Nelson Valle da. 'Prefácio' in RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2007a.

SIQUEIRA, Luiza. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado - UFRGS, 2004.

SOARES, Sergei. PNAD 2009 – primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009. In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 63, 05 de Outubro de 2010, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101005_comunicadoipea63.pdf, acesso em 15/03/2012.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Edição on line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, disponível em www.centroedelstein.or.br

SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2006.

SPANVELLO, Rosani Maria. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Porto Alegre: Tese de Doutorado – UFRGS, 2008.

SPOLLE, Marcus Vinicius. **A mobilidade do negro no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida**. Porto Alegre: Tese de doutoramento, 2010.

SQUEFF, Gabriel Coelho et al. Produtividade no Brasil nos anos 2000-2009: análise das contas nacionais In **Comunicados do IPEA**. IPEA, nº 133, 03 de Fevereiro de 2012, disponível em

http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/120203_comunicadoipea133.pdf, acesso em 15/03/2012.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classes In VELHO, Otávio et al (Org). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, vol.12, nº1, p. 253-267: 2004.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

TAVARES, Fabrício; PEREIRA, Gislaine. Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre: v. 6 n. 2 p. 410-424. jul./dez. 2007.

TEIXEIRA, Ana Maria; FREIXO, Alessandra. **Jovens da terra do Sisal: trabalho, escola e identidade rural**. Porto de Galinhas: Ponência apresentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2010.

TONEZER, Cristiane. **Idosos Rurais em Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul: efeitos da cobertura previdenciária**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2009.

VANDENBERG, Frédéric. Construção e crítica da Nova Sociologia Francesa in **Sociedade e Estado**. Brasília, vol.21, n.2, maio/agosto 2006, p. 315-366.

VARGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. **Agricultura familiar e estratégias de diversificação: análise comparativa da viabilidade econômica de culturas alternativas ao fumo na Região do Vale do Rio Pardo-RS, Brasil**. Trabalho apresentado no XIII Encontro Regional de Economia, Porto Alegre (RS) - ANPEC Sul 2010, 11 a 13 de agosto de 2010.

VEIGA, José Eli. A dimensão rural do Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, nº22, abril de 2004.(b)

VEIGA, José Eli. Destinos da ruralidade no processo de globalização. In **Estudos avançados**. 18 (51), 2004. p.51-67.(a)

VIRGÍNIO, Alexandre. **Cartografia da realidade educacional brasileira: banco de dados**. Mimeo, 2012.

WAGNER, Laíne Jeske; BARRETO, Álvaro. **Comportamento eleitoral na zona rural de São Lourenço do Sul nas eleições para prefeito de 1996, 2000 e 2004**. Pelotas: CIC-UFPEL, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Wanderley. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Aula inaugural do CPDA/UFRRJ, 2004.

WEBER, Max. Classe, Status, Partido In VELHO, Otávio et al (Org). **Estrutura de classes e estratificação social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** São Paulo: Editora da UNB, 2004.

WEBER, Max. **Economy and society.** Berkley: University of California Press, 1978.

WEISHEIMER, Nilson **A situação juvenil na agricultura familiar.** Porto Alegre: Tese de Doutorado – UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2004.

WOOD, Robert. Brasil perde o posto de 6ª maior economia do mundo. Entrevista a Agência Estado in **Jornal do Comércio**, 17/12/2012, disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2012/12/17/brasil-perde-posto-de-6-maior-economia-do-mundo-67092.php>, acesso em 31/01/2013.

WOORTMANN, Ellen. Ein Gutes Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro In WOORTMANN, Ellen. **Significados da terra.** Brasília: UNB, 2004, p. 23-68.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da Terra.** Brasília: Ed. UNB, 1997.

WRIGHT, Erik Olin. **Class counts: comparative studies in class analysis.** New York: Cambridge University Press, 1997.

ZORZI, Analisa. **A transmissão da propriedade: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar.** Porto Alegre: TCC – UFRGS, 2005.

Sítios virtuais visitados:

<http://cepea.esalq.usp.br>

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2012/12/17/brasil-perde-posto-de-6-maior-economia-do-mundo-67092.php>

http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp

<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>

<http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/maisalimentos>

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085&id=12261&option=com_content&view=article

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=510&id=12265&option=com_content&view=article

<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={2148E3F3-D6D1-4D6C-B253-633229A61EC0}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B575E5C75-D40F-4448-AC91-23499DD55104%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149

<http://pronatec.mec.gov.br/pronatec.html>

http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140

<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/198>

http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=137&Itemid=55

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>

<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>

<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-transporte-escolar>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2002/analisepas2002.pdf>

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2314&id_pagina=1,](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2314&id_pagina=1)

<http://www.ipea.gov.br>

<http://www.labeurb.unicamp.br/elb/europeias/pomerano.htm>

<http://www.mda.gov.br/portal/aegre/>

<http://www.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

<http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/brasil-carinhoso>

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria>

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/novembro/premio-gestor-eficiente-da-merenda-escolar-reconhece-iniciativas-bem-sucedidas-de-22-prefeituras>
<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm
http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/noticias.php?ID_NOTICIA=3916
http://www.sedest.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=14637
[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community,](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community)
www.mapasparacolorir.via12.com

Anexos

Quadro 10: Caracterização geral dos entrevistados

Nome	Idade	Escolaridade	Área proprie dade (há)	Produção	Outras rendas	Renda anual estimada (R\$)
Leandro	17	3º ano, Ensino Médio	140	Leite, milho, feijão, fumo	Mãe Professora	NI
Valter	18	Médio incompleto	103	Milho, suinocultura	Caminhão (entregas), mercearia	30.000,00 ¹⁸⁵
Alex	17	Técnico agrícola	103	Milho, Suinocultura	Caminhão (entregas), mercearia	30.000,00 ¹⁸⁶
Wallace	16	2º ano, Ensino Médio	30 + arrenda mentos	Soja, milho, ovinos		100.000,00
Selmir	22	Fundamental completo	51	Milho, fumo	Pai aposentado	120.000,00
Amarildo	19	3º ano, Ensino Médio	115	Soja, milho	Enfermeira, meeiro	110.000,00
Lucas	17	2º ano, Ensino Médio	24	Fumo, milho, leite		80.000,00
Eliandro	18	3º ano, Ensino Médio	48	Batata, milho	Arrendamen to de terras	NI
José	16	1º ano, Ensino Médio	48	Fumo, milho, batata, pecuária de corte		30.000,00 (fumo) + demais produtos (NI)

¹⁸⁵ Valter é cunhado de Alex, ambos pertencentes a uma família que realiza o ciclo completo da suinocultura. Comumente a renda da família seria mais alta, porém, devido a um fungo na alimentação dos animais, que ocasionou a morte de diversas matrizes, num prejuízo estimado de R\$ 180.000,00, a propriedade estava em processo de recuperação e ainda com baixo nível de rendimentos. Nem Alex e tampouco o cunhado quiseram/souberam informar os rendimentos provenientes da mercearia e das entregas com o caminhão.

¹⁸⁶ É o mesmo caso de Alex.

Ítalo	17	2º ano, Ensino Médio	26	Fumo, leite		90.000,00 mil
Claudete	17	3º ano, Ensino Médio	24	Fumo, leite		NI
Valesca	16	1º ano, Ensino Médio	70	Leite		740.000,00
Camila	15	1º ano, Ensino Médio	Grande	Fumo, batata, milho, leite		NI
Laura	15	1º ano, Ensino Médio	43	Fumo, milho, batata-doce, batata-inglesa, ábobora		NI
Cátia	17		40 + arrendamento	Soja, arroz, leite, milho, batata, feijão		NI
Mirna	16	2º ano, Ensino Médio	22	Fumo	Avó aposentada	9.000,00 + fumo
Roberta	18	3º ano, Ensino Médio	50	Fumo		NI
Renata	16	2º ano, Ensino Médio	25	Fumo, milho, leite		NI
Sandra	17	3º ano, Ensino Médio	42	Pecuária de corte	Bar	NI
Aline	16	2º ano, Ensino Médio	NI	Fumo		NI
Joana	19	Fundamental completo	22,5	Fumo, milho, batata, feijão, leite		NI
Samanta	17	3º ano, Ensino Médio	5	Fumo, feijão, batata, leite	Irmão pedreiro	NI
Rochele	22	Ensino Médio completo	3	Fumo	Pai pedreiro	30.000,00
Lizandra	15	1º ano, Ensino	25	Fumo, leite	Pai pedreiro	4.800,00

		Médio				
Diana	15	7ª série, Ensino Fundamental	24	Fumo, feijão, milho, batata	Pai e irmão pedreiros	24.000,00
Lívia	16	Fundamental completo	7,5	Feijão, milho, batata-doce, batata-inglesa	Pai e irmão pedreiros, mãe assalariada	NI
Liane	17	3º ano, Ensino Médio	35	Fumo, milho, batata-doce	Diarista	NI
Janete	17	3º ano, Ensino Médio	9	Fumo, milho		65.000,00
Luana	21	Médio completo	7	Fumo, milho, feijão, batata- doce	Meeiro + babá	13.000,00
Jussara	21	Fundamental incompleto	12	Fumo	Marido músico + bolsa família	NI
Eliara	17	3º ano, Ensino Médio	14	Fumo, milho, soja		NI
Daniel	17	Fundamental Completo	7,5	Feijão, milho, batata-doce, batata-inglesa	Pai pedreiro, mãe assalariada	NI
Jackson	18	Fundamental completo	6	Fumo, batata- doce, mandioca	Bar, Jackson diarista	18.000,00
Maurídes	24	Técnico Agrícola	30	Feijão, milho, fumo		NI
Evandro	17	3º ano, Ensino Médio	34	Milho, feijão	Diarista	NI
Roberval	15	5ª série,	NI	Fumo		30.000,00

		Ensino fundamental				
Charlei	20	3º ano, Ensino médio	12	Pecuária de corte		NI
Thomas	23	Técnico agrícola	30	Milho, pecuária de corte, acácia, uva	Assalariado	NI
Jucilei	17	1º ano, Ensino Médio	40	Fumo	Bar	20.000,00
Antônio	16	1º ano, Ensino Médio	18	Fumo, feijão		NI
Heitor	16	1º ano, Ensino Médio	15	Fumo		NI
Artur	18	2º ano, Ensino Médio	24	Fumo, feijão, milho, batata	Artur e o pai são pedreiros	24.000,00
Ruan	18	Fundamental incompleto	20	Milho, feijão, batata	Pai pedreiro, Ruan diarista	9.000,00
Lean	16	1º ano, Ensino Médio	54	Fumo, milho, feijão		NI
Joel	17	1º ano, Ensino Médio	24	Fumo, milho		NI
Vanessa	23	Fundamental completo	2,5		Marido diarista	3.600,00
Júlia	15	8ª série, Ensino Fundamental	3	Milho, horta	Pai assalariado, avô aposentado, bolsa escola	13.000,00
Patrícia	19	Médio	3	Feijão	Avô	8.000,00

		completo			aposentado, Paola diarista	
Janaína	20	1º ano, Ensino Médio	1	Milho, feijão, batata	Diaristas, agregado aposentado	8.000,00
Guilherme	17	2º ano, Ensino Médio	Terreno	Feijão, horta	Diaristas	700,00
Eliezer	16	7ª série, Ensino Fundamental	NI	Feijão, milho	Cortar mato	NI
Emílio	18	8ª série, Ensino Fundamental	2	Milho	Pai aposentado e pedreiro, Emílio assalariado	12.000,00
Ademilson	20	2º ano, Ensino Médio	1	Frutas	Mãe aposentada, Ademilson diarista	10.000,00

Fonte: elaboração do autor

Legenda:



Agricultor familiar capitalizado



Agricultor familiar decapitalizado



Agricultor familiar marginalizado